

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL – Doutorado**

**Trabalho produtivo e trabalho improdutivo: de Marx à polêmica marxista
(Napoleoni, Rubin e Mandel)**

**Autor: Cristina Maria Nogueira Parahyba Dias
Orientador: Prof. Dr. José Paulo Netto**

Rio de Janeiro

2006

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

CRISTINA MARIA NOGUEIRA PARAHYBA DIAS

**Trabalho produtivo e trabalho improdutivo: de Marx à polêmica marxista
(Napoleoni, Rubin e Mandel)**

Tese apresentada ao programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, sob a orientação do prof. dr. José Paulo Netto, como exigência parcial para obtenção do título de doutor em Serviço Social.

Rio de Janeiro

2006

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. José Paulo Netto

Profª Drª Virgínia Maria Gomes de Mattos Fontes

Prof. Dr. Ricardo Luiz Coltro Antunes

Prof. Dr. Ronaldo do Livramento Coutinho

Prof. Dr. Carlos Nelson Coutinho

RESUMO

DIAS, Cristina Maria Nogueira Parahyba Dias. *Trabalho produtivo e trabalho improdutivo: de Marx à polêmica marxista* (Napoleoni, Rubin e Mandel). Orientador: José Paulo Netto. Rio de Janeiro: UFRJ/ESS. Tese (Doutorado em Serviço Social).

O texto tem por objeto a investigação acerca das categorias de trabalho produtivo e trabalho improdutivo em Marx, considerada a sociedade capitalista. Por se tratar de um tema que é, por um lado, central para o entendimento da reprodução ampliada do capital e, por outro, controverso, o texto gira em torno de dois eixos. Toma, primeiro, a discussão em três das obras econômicas de Marx da maior relevância: *Teorias da mais-valia*, "capítulo VI (inédito)" de *O capital* e *O capital*. Traçada a trajetória das reflexões do autor, recupera, em segundo lugar, a polêmica sobre a questão que vigora entre os pensadores marxistas. Com esse intuito, privilegia três de seus intérpretes que, embora não a esgotem, ilustram-na: Cláudio Napoleoni, Isaak Illich Rubin e Ernest Mandel.

ABSTRACT

DIAS, Cristina Maria Nogueira Parahyba Dias. *Trabalho produtivo e trabalho improdutivo: de Marx à polêmica marxista* (Napoleoni, Rubin e Mandel). Orientador: José Paulo Netto. Rio de Janeiro: UFRJ/ESS. Tese (Doutorado em Serviço Social).

The thesis aims at investigating the categories of productive and unproductive work in Marx's thought, considering capitalist society. Because it is a theme that, on one hand, is fundamental to the understanding of amplified reproduction of capital, and on the other hand, is controversial, the text has two axes. First, we discuss three among the most relevant Marx's economical writings: *Theories of surplus value*, "chapter VI" of *The Capital*, and *The Capital*. Analysing the author's reflections, we study, secondly, the polemics on the question in vigour among Marxist thinkers. Aiming at this, we focus on three among his interpreters, whose works don't finish the discussion of this question, but illustrate it: Cláudio Napoleoni, Isaak Illich Rubin and Ernest Mandel.

RÉSUMÉ

DIAS, Cristina Maria Nogueira Parahyba Dias. *Trabalho produtivo e trabalho improdutivo*: de Marx à polêmica marxista (Napoleoni, Rubin e Mandel). Orientador: José Paulo Netto. Rio de Janeiro: UFRJ/ESS. Tese (Doutorado em Serviço Social).

Le but de la thèse est l'investigation des catégories de travail productif et travail improductif en Marx, considérée la société capitaliste. Parce qu'il s'agit d'un thème qui est, d'un côté, central pour la compréhension de la reproduction augmentée du capital, e d'autre côté, controversé, on a élu deux axes pour le texte. On discute, d'abord, trois des œuvres économiques les plus importantes de Marx : *Théories de la plus-value*, « chapitre VI (inédit) » de *Le Capital* et *Le Capital*. Tracée la trajectoire des réflexions de l'auteur, on reprend, ensuite, la polémique sur la question qui résiste entre les penseurs marxistes. On favorise, donc, trois de ses interprètes, dont la pensée ne finit pas la question, mais l'illustre bien : Cláudio Napoleoni, Isaak Illich Rubin et Ernest Mandel.

**A Arthur Parahyba Dias
(em memória)**

Agradecimentos

Ao professor José Paulo Netto, pela “aposta no escuro”, a infindável paciência, o apoio nos momentos difíceis, a orientação fecunda, a crítica contundente e a autonomia que me conferiu.

Aos professores Virgínia Fontes, Ricardo Antunes, Ronaldo Coutinho e Carlos Nelson Coutinho, pela extrema gentileza com que me trataram e por sua presença, o que qualifica minha defesa.

Ao professor Gaudêncio Frigotto, pelas ricas sugestões e por sua imensa generosidade.

Aos professores do programa de pós-graduação em Serviço Social desta Escola, pela oportunidade que me deram para fazer o curso.

Aos professores do Departamento de Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, pela licença que me concederam – e que bancaram –, o que tornou viável não só o cursar das disciplinas teóricas, mas a elaboração desta tese.

À professora Miriam Limoeiro Cardoso, por me ensinar a pensar, pelas oportunidades profissionais que me abriu e por sua amizade.

Às professoras Márcia da Silva Pereira Leite, Sandra Maria de Sá Carneiro e Maria Josefina Sant’Anna, pelo apoio em todas as horas e por serem minhas amigas.

Aos companheiros do Núcleo de Estudos em Sociologia do Trabalho, Rodrigo Marcelino da Silva, Fernando Vieira Veloso, Leandro Vendramini e Raniere Carli de Oliveira, pelas discussões sempre instigantes, pela cumplicidade e pelo sucesso.

À professora Ana Lúcia de Albuquerque Cavalcanti, pelo cuidado com que tratou o texto e pelo carinho.

A Josepha Nogueira Parahyba Dias, minha mãe, e a Pablo Dias Cortez e Diego Dias Cortez, meus filhos, por seu amor e por me suportarem ao longo de todos esses anos.

A Arthur Ramon Nogueira Parahyba Dias, meu irmão, um agradecimento muito especial, por toda uma vida de companheirismo e sustentação emocional.

Por fim, a Arthur Parahyba Dias, meu pai, a quem, com saudade, dedico esta tese.

Sumário

Introdução	13
Parte I: A problemática do trabalho produtivo/improdutivo em Marx: de <i>Teorias da mais-valia</i> a <i>O capital</i>	19
Capítulo 1: As considerações de Marx em <i>Teorias da mais-valia</i>	24
1.1. As considerações de Marx no quarto capítulo	25
1.1.1. Trabalho produtivo: o critério para circunscrever a categoria	25
1.1.2. Trabalho produtivo e conteúdo material da atividade	30
1.1.2.1. Trabalho produtivo e trabalho intelectual	30
1.1.2.2. Trabalho produtivo e produção não-material	30
1.1.2.3. Considerações sobre o trabalho improdutivo	32
1.1.2.3.1. Considerações complementares sobre o trabalho improdutivo	34
1.1.3. Trabalho produtivo e produção da riqueza material	38
1.1.4. Trabalho produtivo em sentido estrito	44
1.1.5. Trabalho produtivo e trabalho útil	45
1.1.5.1. Considerações complementares sobre trabalho produtivo e trabalho útil	46
1.1.6. Trabalho produtivo: trabalho assalariado pelo capitalista industrial	49
1.2. As considerações de Marx no décimo segundo aditamento	52
1.2.1. Produtividade do capital e trabalho produtivo	53
1.2.2. A categoria de trabalho produtivo	59
1.2.3. A troca entre trabalho e capital	64
1.2.4. O valor de uso específico do trabalho produtivo para o capital	68
1.2.4.1. Desfazendo dois equívocos	70
1.2.4.1.1. O trabalho nos serviços	70
1.2.4.1.2. O trabalho de artesãos e camponeses	72
1.2.5. Trabalho produtivo: trabalho que se realiza em riqueza material	74
1.2.5.1. Trabalho produtivo e processo global da produção material	79
1.2.5.2. Trabalho produtivo e produção imaterial	80
1.2.5.3. Trabalho produtivo e a indústria dos transportes	83
Capítulo 2: As considerações de Marx em o "capítulo VI (inédito)"	87
2.1. A especificidade do trabalho produtivo sob o capital	89
2.2. A especificidade do processo de trabalho sob o capital: duas conclusões	91
2.2.1. Trabalho produtivo e trabalhador coletivo	92
2.2.2. Trabalho produtivo e trabalho assalariado	96
2.2.2.1. Três situações específicas	98
2.2.2.1.1. Trabalho que se compra por seu valor de uso: os serviços	98
2.2.2.1.2. Trabalho que se realiza sob relações pré-capitalistas	102
2.2.2.1.3. Trabalho assalariado incidentalmente vinculado ao processo de produção capitalista	104
2.3. Valor de uso que o trabalho produz e valor de uso do trabalho produtivo	106
2.3.1. Três fontes de erro	110
2.3.2. A produção não-material	113

2.3.2.1. Um breve intervalo: tomando os "serviços" sob um novo ângulo	116
2.3.2.2. Retornado às considerações sobre a produção não-material	120
Capítulo 3: As considerações de Marx nos três livros de <i>O capital</i>	124
3.1. As considerações de Marx no livro primeiro	127
3.2. As considerações de Marx no livro segundo	131
3.2.1. Custos que resultam da simples modificação formal do valor	133
3.2.1.1. O trabalho despendido em compra e venda	136
3.2.1.2. O trabalho despendido em contabilidade	141
3.2.1.3. O trabalho despendido na produção de dinheiro	144
3.2.2. Custos que resultam dos processos de produção no seio da circulação	146
3.2.2.1. Custos de conservação	147
3.2.2.1.1. Considerações gerais sobre a formação de estoques	148
3.2.2.1.2. Considerações gerais sobre a formação de estoques de mercadorias	152
3.2.2.1.3. Considerações sobre os custos relativos à formação de estoques e o caráter do trabalho empregado na estocagem	155
3.2.2.1.3.1. Uma distinção importante	158
3.2.2.2. O trabalho nos transportes	161
3.2.2.3. Uma questão a descoberto: a distribuição de mercadorias	164
3.2.3. Um elemento teórico importante	167
3.3. As considerações de Marx no livro terceiro	170
Parte II: A problemática do trabalho produtivo/improdutivo em marxistas do século XX	194
Capítulo 4: A interpretação de Napoleoni	197
4.1. A distinção entre trabalho produtivo e trabalho improdutivo	198
4.1.1. A história do conceito	199
4.1.2. Trabalho em geral e trabalho historicamente particular	201
4.1.3. Trabalho produtivo e trabalho útil	204
4.1.4. As duas linhas de argumentação reunidas	206
4.1.5. Um elemento complementar: a subsunção real do trabalho ao capital	208
4.2. Trabalho produtivo: os critérios de inclusão e exclusão	210
4.2.1. Trabalho produtivo: trabalho que produz mais-valia	212
4.2.2. Trabalho produtivo: trabalho inserido em uma relação capitalista de produção	213
4.2.3. Trabalho produtivo: trabalho que se troca por capital	217
4.2.4. Trabalho produtivo, trabalho útil e a questão da história	221
Capítulo 5: A contribuição Rubin	223
5.1. Trabalho produtivo: a formulação teórica do problema	224
5.2. O âmbito do trabalho produtivo e a inclusão/exclusão das atividades na categoria	229
5.2.1. A produção não-material	232
5.2.2. O trabalho dos serviços domésticos	234

5.2.3. O trabalho dos camponeses e artesãos	235
5.2.4. O trabalho dos servidores públicos	236
5.2.5. O trabalho intelectual	238
5.2.6. Considerações sobre a definição acessória	238
5.2.7. O trabalho empregado na circulação	241
5.3. Comentários críticos	249
Capítulo 6: A análise de Mandel	257
6.1. Trabalho produtivo, reprodução do capital e teoria do valor	258
6.2. Trabalho produtivo: dois níveis diferentes de argumentação	263
6.3. O âmbito do trabalho produtivo e a inclusão/exclusão das atividades na categoria	266
6.3.1. Os quatro problemas pendentes	269
6.3.1.1. A produção dos "bens imateriais"	269
6.3.1.2. A demarcação das esferas da produção e da circulação	276
6.3.1.3. O trabalhador coletivo	276
6.3.1.4. O trabalho dos pequenos produtores e artesãos	279
Considerações finais	280
Bibliografia	305

INTRODUÇÃO

Tomamos como objeto de nossa investigação a categoria de trabalho produtivo, considerada a produção capitalista, em Marx.

Tomamo-la como objeto, em primeiro lugar, porque a categoria se nos afigura como uma das categorias centrais, em Marx, para compreender a sociedade capitalista. Ao delimitá-la, o autor não só aponta para uma diferença essencial – aquela que separa o trabalho produtivo do trabalho improdutivo –, senão, afirma a relevância desta distinção:

"Uma vez que toda a produção capitalista repousa na compra direta de trabalho, para apropriar-se de parte dele *sem compra*, no processo de produção, parte essa que se *vende* no produto – pois isso constitui a razão de existir o capital, sua própria essência –, não é a distinção entre trabalho que produz capital e o que não o produz, a base para compreender o processo de produção capitalista?" (MARX, 1987, p. 275).

Demarcar a categoria, e circunscrever o âmbito do trabalho produtivo, distinguindo-o do trabalho improdutivo, revela-se, pois, fundamental para entender o processo de produção que se faz sob o domínio do capital. E Marx curva-se sobre ela de modo, ora mais, ora menos sistemático, nos textos que nos propomos a analisar.

Mas, a despeito de central, a categoria é controversa. E aqui se encontra a segunda razão pela qual sobre ela nos debruçamos. Ela é controversa, por um lado, porque há sérias divergências entre os pensadores marxistas a seu respeito; por outro – e nisso reside a hipótese que norteia nosso trabalho –, posto que o próprio Marx, ainda que tenha estabelecido parâmetros teóricos bastante precisos para conceituar trabalho produtivo, oscila ao empregar a categoria. Nossa hipótese é, pois, a de que a categoria não se achava completamente fechada, o que permite "leituras divergentes", algumas das quais legitimamente respaldadas em Marx.

Com o intuito de mapear o problema, privilegiamos três intérpretes de Marx – Cláudio Napoleoni, Ernest Mandel e Isaak I. Rubin – em obras específicas, nas quais tratam da questão. Assim, no que respeita a

Napoleoni, centramos nosso foco nas duas *Lições sobre o capítulo VI (inédito) de Marx*, em que o autor trata da categoria; no que tange a Mandel e a Rubin, detivemo-nos, nos capítulos pertinentes de, respectivamente, *"O capital": cien años de controversias en torno de la obra de Marx* e *A teoria do valor em Marx*.

Privilegiamos esses três intelectuais marxistas, em primeiro lugar, pela reconhecida qualidade de sua produção teórica. Em segundo, no que nos concerne particularmente, trata-se de autores que buscam circunscrever a categoria; nessa medida, por um lado, fornecem-nos elementos teóricos da maior relevância e, por outro, indicam-nos caminhos de investigação (Napoleoni ao se dedicar ao "capítulo VI (inédito)", especificamente; Mandel e Rubin ao atravessarem a obra de Marx). Em terceiro, porque não se negam a apontar pontos de discordância relativos às inferências que fazem quanto a trabalho produtivo (sobretudo, Mandel e Rubin) e assim, facilitam, sobremodo, suscitar o problema que nos toca. Em quarto, porque, a despeito do consenso em torno de determinados parâmetros analíticos mais gerais, seu entendimento acerca da distinção entre trabalho produtivo e trabalho improdutivo não é uniforme (daí que, seu pensamento serve-nos de exemplo para ilustrar as já apontadas divergências).

Buscamos trazer a argumentação dos três pensadores de modo rigoroso, respeitando a maneira pela qual ordenam seu pensamento, reconstroem a categoria e, em decorrência, distinguem trabalho produtivo de trabalho improdutivo. Por um lado, confrontamos suas ponderações, indicando pontos de convergência ou apontando elementos discordantes. Por outro, procedemos a uma crítica: quer levantando problemas internos ao encadeamento lógico da reconstrução da categoria; quer contrapondo seus argumentos aos que, nos parece, sejam os de Marx nos textos de que os próprios autores se valem, para corroborar suas inferências – textos dos quais, também, lançamos mão e que nos permitem, senão contestar algumas daquelas inferências definitivamente, no mínimo, suscitar sérias dúvidas quanto a sua "validade irrestrita" –.

Paralelamente, fomos "à fonte". Consideramos as formulações de Marx em três de seus mais importantes textos econômicos, textos originalmente concebidos para integrar *O capital*, a saber: os manuscritos que redundaram nos três livros que, efetivamente, compõem a obra; os manuscritos de 1861-1863 que, pensados como o livro quarto de *O capital*, foram editados, em separado, sob o título de *Teorias da mais-valia*; e o segmento dos manuscritos de 1863-1865, que estruturado como capítulo VI do Livro I de *O capital*, foi, por Marx, excluído da edição de 1867 e, posteriormente, publicado como o "capítulo VI (inérito)". Propomo-nos a fazer uma investigação da construção da categoria pelo autor, levando em conta cada um dos textos de modo exaustivo, sem nos furtarmos em trazer as dificuldades que estes apresentam para a equação do problema.

Cabe tecer algumas observações.

A primeira diz respeito a uma grande ausência na discussão: não contemplamos os manuscritos de Marx de 1857-1858; o que se deve, não à carência de importância do texto, mas a problemas de tempo para leitura sistemática, seleção de passagens pertinentes e redação final. Ainda que não nos tenhamos detido sobre os *Grundrisse*, a eles nos reportamos, quer quando esclarecem passagens por nós levantadas dos textos de Marx, quer quando deles algum de nossos intérpretes se apropria.

A segunda refere-se aos pensadores marxistas com que trabalhamos. Apesar de termos dedicado especial atenção às ponderações de Napoleoni, Mandel e Rubin, nossa análise não prescinde das contribuições dos demais intelectuais, cujas obras se acham indicadas na bibliografia; em particular, das de Roman Rosdolsky, Jacques Nagels e Paul Singer, a que recorreremos amiúde.

A terceira reporta-se, como a primeira, a um limite de nossa investigação: se pretendemos pôr em relevo a controvérsia, entre os marxistas, em torno da categoria de trabalho produtivo, cientes estamos

de que os pensadores que selecionamos, se bem que a ilustrem, não a esgotam.

A quarta remete a uma questão mais geral: a discussão que nos propomos a empreender é teórica, em seu sentido mais estrito. Para além da importância especificamente teórica, ela traz algumas implicações não pouco relevantes, algumas das quais extremamente atuais, que este texto não contempla. Uma concerne às relações entre trabalho produtivo e excedente – objeto das preocupações de Singer (1981). Outra respeita à relevância da precisão da categoria para o entendimento da "contabilidade social", vale dizer, para o cálculo em termos de valor da renda nacional – problema para o qual Mandel aponta, sem desenvolvê-lo (ver MANDEL, 1998, em especial, p. 127-128), e que se constitui em preocupação, ainda que complementar, em Nagels (1975 e 1979). Uma terceira concerne às relações entre trabalho produtivo e classes sociais, em especial, ao tratamento analítico a ser conferido ao "proletariado, hoje" – de que Mandel (1998) e Antunes (1999 e 2005) tratam explicitamente e que se encontra subjacente em Nagels (1975 e 1979) –; análise da maior pertinência, inclusive pelas conclusões políticas que daí advêm. E mais: o problema do trabalho produtivo, sob o capital, rebate em teses que, ainda que não "centradas" na categoria, têm-na, em nosso entender, como referência. Temos em mente, não só a questão da reprodução ampliada do capital e a tese da "financeirização", como aquela relativa "ao trabalho imaterial".

Por último, uma observação quanto à apresentação da discussão do tema. Optamos por refazer a trajetória da categoria de trabalho produtivo, considerando, além dos capítulos pertinentes das obras de Marx, aqueles de seus intérpretes. Propomos-nos a ser, absolutamente, fiéis aos autores e a exauri-los; em consequência, nosso texto, por um lado, vê-se sobrecarregado de citações, por outro, como a categoria é recorrente, padece de algumas repetições, inevitáveis.

Do ponto de vista da exposição, nosso trabalho acha-se organizado em duas partes. A primeira toma a categoria de trabalho produtivo em

Marx e encontra-se subdividida em três capítulos. O primeiro é dedicado, em especial, ao volume um de *Teorias da mais-valia*, e compreende dois grandes itens: um voltado para o capítulo quarto e outro para o décimo segundo aditamento. O segundo trata exclusivamente, do "capítulo VI (inédito)". O terceiro tem por objeto os capítulos pertinentes dos três livros de *O capital*; acha-se segmentado em três itens e estruturado conforme a obra. A segunda parte compõe-se, também, de três capítulos, contemplando, cada um, separadamente, as contribuições que Napoleoni, Mandel e Rubín trazem à discussão acerca da categoria. Tecemos, a título de conclusão, algumas considerações finais.

**PARTE I: A PROBLEMÁTICA DO TRABALHO PRODUTIVO EM
MARX: DE *TEORIAS DA MAIS-VALIA A O CAPITAL***

Esta primeira parte é dedicada a refazer a trajetória intelectual de Marx na construção da categoria de trabalho produtivo; para tanto, centramo-nos nos três manuscritos, que, originalmente, integrariam *O capital*, respeitando a cronologia de sua elaboração.¹

Iniciamos pelos manuscritos de 1861-1863, que tratam da "história das doutrinas econômicas" (GORENDER, 1983, p. XXIII) e que foram publicados, no início do século XX, sob o título de *Teorias da mais-valia*.² Embora, conforme as indicações de Marx, devessem constituir o livro quarto, portanto, a "última [parte da obra] na ordem da publicação"

¹ Dussel sustenta que a redação de *O capital* se fez em quatro etapas (a que chama de "redações"): a primeira é feita entre 1857 e 1858 e constitui os *Grundrisse*; a segunda está contida nos Manuscritos de 1861-1863 (e incluiria a *Contribuição para a crítica da economia política* de 1859); a terceira é constituída pelos Manuscritos de 1863-1865; a quarta começa em 1866 e nunca foi terminada (ver DUSSEL, 1990, p. 21-23). A maior parcela dos manuscritos de 61-63 irá se constituir no livro IV. Quanto aos manuscritos de 1863-1865, do segmento concernente ao futuro livro I, em muito perdido, "salvou-se" o sexto capítulo (este, ainda que apareça em um resumo na primeira edição de *O capital* é completamente eliminado, por Marx, na segunda) (ver *Ibid.*, p. 24); a parte referente ao livro III é aproveitada por Engels para a redação deste livro. Os manuscritos elaborados a partir de 1866 integram a redação definitiva da obra.

² O material foi ordenado e publicado, pela primeira vez, por Kautsky, entre 1905 e 1910, sob o título de *Teorias da mais-valia* – publicação, em língua alemã, considerada, no mínimo, falha e imprecisa (GORENDER, 1983, p. XXIII, MARX, 1987, p. 11 e NAGELS, 1975, p. 25). Os manuscritos foram minuciosamente e sistematicamente revistos pelos pesquisadores do Instituto de Marxismo-Leninismo, o que possibilitou a edição integral da obra, em versão russa, entre 1954 e 1961, "expurgada das intervenções arbitrárias de Kautsky" (GORENDER, 1983, p. XXIII); imediatamente a seguir (entre 1956 e 1962), a Dietz Verlag, Berlim (do IML de Moscou e Alemanha Oriental), publica-a, em língua alemã (ver MARX, 1987, p. 11 e NAGELS, 1975, p. 25).

Segundo Reginaldo Sant'Anna, em sua detalhada "nota do tradutor" (MARX, 1987, p. 9-12), *Teorias da mais-valia* "faz parte de um imenso manuscrito econômico elaborado por Marx, de 1861 a 1863, e composto dos cadernos I a XXIII [...]; [manuscrito que] continua o trabalho *Contribuição à Crítica da Economia Política*, publicado em 1859, e traz o mesmo título. Esboça de maneira sistemática, embora preliminar e incompleta, as matérias que deveriam constituir todos os livros de *O Capital* (*Ibid.*, p. 10). Deste manuscrito, *Teorias da mais-valia* "é a parte maior e mais elaborada [...], e compreende os cadernos VI a XV e XVIII, além de umas quarenta páginas espalhadas pelos cadernos XX, XXI, XXII e XXIII" (*Id.*).

Quanto aos cadernos I a V e XIX a XXIII, estes, prossegue Sant'Anna, "contêm a primeira redação do livro 1. Os cadernos XXI a XXIII tratam de diversos pontos abordados em *O Capital*, entre eles certos temas ampliados depois no livro 2. Nos cadernos XVI e XVII encontram-se esboços depois desenvolvidos e transformados em capítulos do livro 3" (*Ibid.*, p.10-11). Mais adiante, em sua "observação geral", o tradutor esclarece que é em janeiro 1862 que Marx inicia a redação da parte do manuscrito de 1861-1863, relativa a *Teorias*: é dessa época a elaboração do caderno VI (ver *Ibid.*, p. 13, nota 1). Dussel (1988, p. 21) traça um perfil semelhante (ainda que não rigorosamente idêntico) da ordenação dos diversos cadernos desses manuscritos; monta, ainda, um "Quadro dos materiais dos Manuscritos de 61-63", considerando os temas tratados, a numeração e o período de redação, e cruzando essas informações com as edições a que teve acesso (ou de que se vale).

(MARX, 1987, p. 11), foram redigidos antes do três livros de *O capital*, razão pela qual constituem-se no ponto de partida de nossa *exposição*. Ao deles tratarmos, curvamo-nos sobre o volume I de *Teorias* (de acordo com a edição em que nos baseamos)³ – em especial, no capítulo quatro e no décimo segundo aditamento, onde Marx cuida, pormenorizada e explicitamente, da categoria de trabalho produtivo –; remetemos, ainda que de modo breve, à passagem contida no volume III, em que o autor se reporta ao trabalho produtivo em sentido estrito.⁴

Tomamos a seguir o manuscrito que "data aproximadamente 1863-1865" (NAGELS, 1975, p. 26).⁵ Este manuscrito, "planejado para figurar no Livro Primeiro de *O Capital* [...], numerado como [capítulo] sexto [...], sob o título de *Resultados do Processo Imediato da Produção*" foi suprimido

³ Lançamos mão da edição brasileira, com tradução de Reginaldo Sant'Anna, intitulada *Teorias da mais-valia*, e publicada em três volumes pela Bertrand Brasil – tradução feita de acordo com a edição alemã, publicada em 1974 pela Dietz Verlag de Berlim, conforme informações do tradutor (MARX, 1987, p. 11). A referência completa dos volumes que utilizamos acham-se na bibliografia (e referências bibliográficas) de nosso texto.

⁴ Confrontando a ordenação da edição brasileira com o quadro elaborado por Dussel (1988, p. 373-380), o capítulo quatro corresponderia aos cadernos VII, VIII e IX (este último, em sua quase integralidade); o décimo segundo aditamento à parte do caderno XXI; e a referência a trabalho produtivo em sentido estrito, encontrar-se-ia no caderno XVIII.

⁵ Dussel defende a tese de que "Marx teria escrito por inteiro (e na realidade essa foi a única ocasião em sua vida em que fez tal esforço) os três livros de sua obra entre 1863 e 1865. [...] Estes Manuscritos de 63-65 têm pelo menos 1219 folhas [...]; é o único texto completo dos três livros; está muito mais desenvolvido do que os *Grundrisse* e inclui o livro III que praticamente Marx nunca mais trabalhou *in extenso*" (DUSSEL, 1990, p. 22).

Segundo Dussel, Marx "escreveu o livro I, completo, de julho de 1863 ao verão de 1864; deste só se conservou – o resto acha-se perdido até o momento – o chamado *Capítulo 6 inédito*, com a numeração à mão de Marx da folha 441 à 495" (*Ibid.*, p. 21-22). Mais adiante acrescenta que, além do material que constitui o capítulo sexto, "sobreviveram", ainda, algumas páginas numeradas, incorporadas por Marx à edição de *O capital* de 1867; além de páginas sem numeração (*Ibid.*, p. 34-36). O texto referente ao *Capítulo 6 inédito*, seguido das páginas não numeradas, foi publicado pela primeira vez, em edição russa, pelo IML em 1933 (*Ibid.*, p. 22, nota 43 e p. 34, nota 3).

Além disso, prossegue Dussel, Marx redigiu, também, entre 1863 e 1864, a primeira variante do livro II: o manuscrito I – "uma coleção de quatro manuscritos em fôlio, numerados de I a IV pelo próprio Marx", com aproximadamente cento e cinquenta páginas, de que "nada foi possível utilizar" para a ordenação do livro II, dado o caráter "mais ou menos fragmentári[o]" de sua redação (ver ENGELS 1970, p. 3) –. [Dussel afirma que Engels teria cometido um equívoco ao datar sua elaboração "presumivelmente entre 1865 e 1867". (Ver DUSSEL, 1990, p. 22 nota 44 e p. 26 – "Esquema 2: Manuscritos que pertencem ao livro II")].

Finalmente, completa Dussel, Marx "redigiu inteiramente o livro III no chamado *Manuscrito principal*". Este manuscrito que, conforme numeração de Marx, abarca 575 folhas, foi escrito entre 1864 e 1865 é "usado por Engels para a edição do tomo III". (Ver DUSSEL, *op. cit.*, p. 22 e p. 27 – "Esquema 3: Manuscritos que pertencem ao livro III"; e, ainda, ENGELS, 1974, p. 6-9).

por Marx e publicado pela primeira vez, como "texto de um capítulo inédito", pelo Instituto de Marxismo-Leninismo, em 1933 (GORENDER, 1983, p. XXIII). Ao considerarmos o "capítulo VI (inédito)",⁶ cuidamos, exclusivamente, do item em que Marx trata do trabalho produtivo e improdutivo (primeiro ponto, sexto item).⁷

Por fim, consideramos os manuscritos que, elaborados a partir de 1865, constituem os três livros de *O capital*.⁸ Nestes, ao contrário do que se verifica em *Teorias da mais-valia* e no "capítulo VI (inédito)", não há qualquer capítulo especificamente (ou melhor, "nomeadamente") voltado para a categoria de trabalho produtivo. Não obstante, nesses textos, não só Marx fornece elementos importantes no tange ao trabalho comandado

⁶ Valemo-nos da edição brasileira publicada, em 1978, pela Livraria Editora Ciências Humanas, sob o título de *O capital*. Livro I. capítulo VI (inédito). Esta tem como fonte a edição castelhana da Siglo XXI Editores (sem data ou local de edição discriminados), cotejada, por sua vez, com a edição alemã da Verlag Neue Kritik Frankfurt (também sem data de edição discriminada), conforme informações da editora brasileira (MARX, 1978, p. 4). Para a referência completa, ver a bibliografia (e notas bibliográficas) de nosso texto.

⁷ Segundo a edição brasileira, este capítulo sexto compreende, nos termos de Marx, três pontos, cuja seqüência foi reorganizada, vis-à-vis a numeração original dos manuscritos, conforme as anotações de Marx (MARX, 1978, p. 5, segunda nota, que remete à nota da edição alemã). Assim, a publicação ordena-se: I – Resultados do processo imediato de produção, II – A produção capitalista é produção e reprodução das relações de produção especificamente capitalistas e III – As mercadorias como produto do capital; aos três pontos, seguem Páginas avulsas (*Ibid.*, p. 150, índice).

O primeiro ponto (aquele que nos concerne de perto) corresponde às folhas 459-495 (de acordo com a numeração de Marx, indicada, entre colchetes, na edição brasileira) e subdivide-se em oito "partes", a que, na falta de outra indicação, chamamos de itens. Nossa análise centra-se no segmento do texto compreendido entre as folhas 480 e 486 (inclusive) do manuscrito original – o sexto item. [Não tratamos do último item (folhas 489 a 491 do manuscrito de Marx), posto que, apesar de extremamente relevante, em pouco difere da discussão com que Marx abre o décimo segundo aditamento de *Teorias da mais-valia*.].

⁸ Marx começa a redação do texto definitivo do livro I de *O capital* em janeiro de 1866 (ver DUSSEL, 1990, p. 23-24). Este foi publicado pela primeira vez em 1867, na Alemanha; em 1872 é publicado em russo; em seguida, veio a tradução francesa, editada em fascículos, cuja revisão esteve a cargo de Marx (GORENDER, 1983, p. XXI). "Em 1873, foi publicada a segunda edição alemã, que trouxe um posfácio muito importante pelos esclarecimentos de caráter metodológico. Embora a segunda fosse a última em vida do autor, a edição definitiva é considerada a quarta, de 1890, na qual Engels introduziu modificações expressamente indicadas por Marx" (*Ibid.*, XXII).

Para a redação do livro II, Engels valeu-se dos manuscritos escritos por Marx entre 1865 e 1878 (ver DUSSEL, 1990, p. 26 – "Esquema 2", e, ainda, ENGELS, 1970, p. 3-5); a primeira edição do livro, em língua alemã, é de 1885 (ver ENGELS, *op. cit.*, p. 19) e a segunda de 1893 (ver MARX, 1970, nota do tradutor).

Para a redação do livro III, Engels valeu-se, além (da parte pertinente) dos manuscritos de 63-65 ("o manuscrito principal"), dos manuscritos escritos por Marx a partir de 1867 até 1882 (ver DUSSEL, 1990, p. 27 – "Esquema 3" e, ainda, ENGELS, 1974, p. 6-9); a primeira edição do livro, em língua alemã, é de 1894 (ver *Ibid.*, p. 24).

pelo capital produtivo, como trata de maneira cuidadosa do caráter do trabalho empregado pelo capital na esfera da circulação.⁹

⁹ Valemo-nos da edição brasileira, com tradução de Reginaldo Sant'Anna, publicada em seis volumes pela Civilização Brasileira: "o livro primeiro [...] é tradução direta e integral do alemão, de conformidade com a quarta edição (1890) revista por Engels; o segundo e o terceiro [...] correspondem, respectivamente, às edições segunda (1893) e primeira (1894) por ele preparadas" – material revisto pelo IML e republicado pela Dietz Verlag, Berlim, em 1965. (ver MARX, 1968, p. 3-4). A referência completa dos volumes que utilizamos acham-se na bibliografia (e referências bibliográficas) de nosso texto. Para dirimir algumas dúvidas concernentes ao livro terceiro, recorreremos, ainda, ao volume pertinente da edição brasileira da coleção "Os Economistas", tradução que tem como fonte a publicação de 1977 da editora Dietz Verlag, Berlim (ver MARX, 1983, p. 4).

**CAPÍTULO 1: AS CONSIDERAÇÕES DE MARX EM *TEORIAS DA
MAIS-VALIA***

1.1. As considerações de Marx no quarto capítulo

Marx dedica aproximadamente cento e cinquenta páginas do volume I de *Teorias da mais-valia* à discussão atinente às "teorias sobre trabalho produtivo e improdutivo" (MARX, 1987, p. 132-287). Importa-nos, ao considerar esse texto, não a crítica que Marx tece aos pensadores sobre os quais se curva, mas os elementos que afirmam sua própria concepção de trabalho produtivo. Interessam-nos, em âmbito geral, os elementos teóricos de que se vale para definir a categoria; interessa-nos, ainda, em âmbito mais específico, o tratamento que confere, à luz daquela definição, à produção não-material.

1.1.1. Trabalho produtivo: o critério para circunscrever a categoria

Marx abre o capítulo conceituando trabalho produtivo "no sentido da produção capitalista":

"Trabalho produtivo [...] é o trabalho assalariado que, na troca pela parte variável do capital (a parte do capital despendida em salário), além de reproduzir essa parte do capital (ou o valor da própria força de trabalho), ainda produz mais-valia para o capitalista. Só por esse meio, mercadoria ou dinheiro se converte em capital, se produz como capital. Só é produtivo o trabalho assalariado que produz capital. (Isso equivale a dizer que o trabalho assalariado reproduz, aumentada, a soma de valor nele empregada ou que restitui mais trabalho do que recebe na forma de salário. Por conseguinte, só é produtiva a força de trabalho que produz valor maior que o próprio.)" (*Ibid.*, p. 132-133).¹⁰

Ou, trabalho produtivo é o trabalho do trabalhador que

¹⁰ Entre parênteses no original, colchetes nossos. Daqui em diante, salvo indicação em contrário, em todas as passagens de Marx que transcrevemos, assim como naquelas transcritas de seus intérpretes, estejam elas no corpo de nosso texto ou em nota, os elementos circunscritos por parênteses, os que se encontram entre aspas e os grafados em itálico estão conformes ao original (e/ou à fonte) de que nos valem; os ressaltados em negrito e os acrescentados entre colchetes (ou por estes suprimidos) são de responsabilidade nossa.

"não só repõe um valor precedente, mas também cria um novo; materializa em seu produto mais tempo de trabalho que o materializado no produto que o mantém vivo como trabalhador. Dessa espécie de trabalho assalariado produtivo depende a existência do capital" (*Ibid.*, p. 133).

Ou, como afirma adiante, trabalho produtivo é

"O que gera mais-valia, valor novo acima do equivalente recebido como salário. [...] [A] troca de capital por trabalho significa apenas permutar mercadoria de valor determinado, igual a dada quantidade de trabalho, por quantidade de trabalho maior que a nela contida, e assim gerar 'valor novo que não existia na sociedade no momento em que esse trabalho começou a operar, nem mesmo como equivalente'" (*Ibid.*, p. 181)¹¹.

Ou, ainda, trabalho produtivo é aquele que gera valor excedente que

"se configura (tem existência real) num produto excedente sobre a massa do produto, destinada apenas a repor seus elementos originais e que por isso entra em seus custos de produção; somados capital constante e variável, essa massa é igual ao capital todo adiantado para a produção. O objetivo da produção capitalista é o excedente e não o produto. O tempo de trabalho necessário do trabalhador, e em consequência o equivalente que o paga, corporificado no produto, é necessário apenas enquanto permite produzir-se trabalho excedente. Do contrário, é *improdutivo* para o capitalista" (*Ibid.*, p. 193).

Posto isto, trabalho produtivo é trabalho que se troca por capital e que, dadas as condições dessa troca, produz mais valor do que custa. Sob o capital, trabalho produtivo é aquele que produz "valor excedente", valor novo que "não só repõe um valor precedente", mas supera o "equivalente recebido como salário"; valor excedente que, do ponto de vista do produto, "tem existência real num produto excedente sobre a massa do produto, destinada apenas a repor seus elementos originais e que por isso entra em seus custos de produção"; produto excedente que,

¹¹ A passagem entre aspas é uma citação de Marx extraída de um texto de Garnier (autor com quem discute nesse momento).

do ponto de vista do tempo de trabalho, "materializa mais tempo [do que] o materializado no produto" que mantém vivo o trabalhador (ou seja, produto excedente que materializa mais tempo de trabalho do que o necessário para gerar o equivalente que paga o trabalhador). Trabalho produtivo é, então, trabalho excedente, que gera valor excedente, que se configura em um produto excedente; trabalho produtivo é trabalho que produz mais-valia.

E mais, nessa forma histórica da produção social, o trabalho integra o capital, enquanto capital variável – "a parte do capital despendida em salário". Daí, trabalho produtivo é o trabalho assalariado pelo capital: "trabalho assalariado que, na troca pela parte variável do capital [...] produz mais-valia para o capitalista", vale dizer (na ótica do detentor do capital), trabalho que "produz lucro"; em outros termos, "só é produtivo o trabalho assalariado que produz capital".

Conceituado trabalho produtivo, em contrapartida, "também fica absolutamente estabelecido o que é *trabalho improdutivo*" (*Ibid.*, p. 137):

"É trabalho que não se troca por capital, mas *diretamente* por renda, ou seja, por salário ou lucro (sem dúvida, pelas diversas rubricas, como juros e renda fundiária, co-participantes do lucro do capitalista)" (*Id.*).

Se as quatro primeiras passagens de Marx permitem conceituar trabalho produtivo e a quinta trabalho improdutivo, as cinco passagens, tomadas em conjunto, evidenciam ainda que, sob o capital, o assalariamento revela-se condição necessária para pensar trabalho produtivo; mas, embora necessária, não é condição suficiente. Isto porque há trabalhadores assalariados que não são trabalhadores produtivos. Assim, o trabalho do trabalhador assalariado que se troca diretamente por renda não é produtivo; só o é aquele que se troca por capital – distinção central de que Marx trata exaustivamente neste texto –.

Interrompemos, aqui, a lógica do texto para introduzir um comentário. A primeira e a quarta passagens, parece-nos, trazem uma "sutileza": se só o trabalho assalariado pelo capital é produtivo, nem todo ele o é. Retomemos, para isso, o pensamento de Marx. Consideremos, de

início, o teor da quarta passagem: o objetivo da produção capitalista não é o produto, mas o excedente; em decorrência, "o tempo de trabalho necessário do trabalhador (...) é necessário apenas enquanto permite produzir-se trabalho excedente. Do contrário, é *improdutivo* para o capitalista". Marx é claríssimo: o trabalho que se troca por capital só é produtivo se, na totalidade da jornada, além do trabalho necessário, o trabalhador gerar trabalho excedente. Daí, não basta o trabalho ser assalariado pelo capital, é necessário que, além de produzir as condições necessárias a sua reprodução, o trabalhador produza produto excedente. Marx já aludira à questão, quando, ao tratar da primeira acepção de trabalho produtivo em Smith (trabalho produtivo é "trabalho que se troca por capital") tecia à afirmação de Smith de que "um homem enriquece empregando grande número de operários; empobrece sustentando grande número de criados" (SMITH *apud* MARX, *op. cit.*, p. 136) o seguinte comentário: mesmo "o industrial não poderia enriquecer 'empregando uma multidão de operários', se estes, além do valor que lhes custa o próprio sustento, não acrescentassem valor excedente" (MARX, *op. cit.*, p.136). Mais adiante é taxativo:

"Um trabalhador se anualmente só repõe o equivalente ao salário, não é trabalhador produtivo para o capitalista. Repõe-lhe o salário, o preço de compra do trabalho. Mas é absolutamente o mesmo negócio como se o capitalista tivesse comprado a mercadoria que este trabalhador produz. Paga o trabalho contido no capital constante e no salário. Possui na forma mercadoria a mesma quantidade de trabalho que antes possuía na forma dinheiro. Por esse meio seu dinheiro não se transforma em capital" (*Ibid.*, p.141-142).

Tomemos, agora, a primeira assertiva: só "o trabalho assalariado que, na troca pela parte variável do capital, (...), além de reproduzir essa parte do capital (...), ainda produz mais-valia para o capitalista" é trabalho produtivo. Ainda que se trate de uma interpretação particular da passagem, em nosso entender, Marx abre a possibilidade de que haja trabalho assalariado que, embora se permute por capital variável, é

trabalho improdutivo. Para tanto, temos em vista o tratamento analítico que Marx confere ao trabalho empregado pelo capital na esfera da circulação ("circulação pura"), reflexão que desenvolve nos livros II e III de *O capital* e de que trataremos adiante.¹²

Assim, ainda que a distinção entre trabalho produtivo e trabalho improdutivo se funde na diferença entre trabalho (assalariado) que se troca por capital e trabalho (assalariado) que se troca por renda, mesmo este grande contraponto não basta para distingui-los.

Voltemos ao encadeamento do texto...

As definições de trabalho produtivo e improdutivo "decorrem [...] da forma social determinada, das relações sociais de produção em que ele [o trabalho] se realiza" (MARX, 1987, p.137) e independem da "qualificação material do trabalho" (*Id.*) – tanto "da destinação do trabalho como trabalho concreto" (*Id.*), quanto da "da natureza do produto" (*Id.*) –:

"para o capitalista como tal, o valor de uso da força de trabalho não consiste em seu valor de uso efetivo, na utilidade do trabalho concreto particular – o de fiar, tecer etc. Tampouco lhe interessa o valor de uso do produto em si desse trabalho, sendo o produto para ele mercadoria [...] e não artigo de consumo. O que lhe interessa na mercadoria é ter ela valor de troca superior ao que por ela pagou, e assim, para ele, o valor de uso do trabalho consiste em lhe restituir quantidade de tempo de trabalho maior do que a que pagou na forma de salário" (*Ibid.*, p. 136).

Ou, ainda,

¹²Ver itens 3.1 e 3.2 deste trabalho. Temos, ainda, em mente duas passagens do "capítulo VI (inédito)" de *O capital*. Em uma delas Marx afirma que há "certos trabalhos improdutivos [que] podem estar vinculados incidentalmente [...] com o processo de produção; [que] é possível, inclusive, que seu preço entre no preço da mercadoria, ou seja, que o dinheiro gasto neles até certo ponto [...] forme uma parte do capital adiantado, e, por conseguinte, que o trabalho apareça como trabalho que não se troca por renda, mas diretamente por capital" (MARX, 1978, p. 74). Na outra, em que trata de funcionários encarregados de "os documentos materiais, as escrituras públicas", esclarece: "Tudo isso se relaciona com as estipulações entre os possuidores de mercadorias como compradores e vendedores, e nada tem a ver com a relação entre o capital e o trabalho. Dessa maneira, os funcionários podem converter-se em assalariados do capital, mas, nem por isso se transformam em trabalhadores produtivos" (*Ibid.*, p. 75 e nossas considerações no item 2.2.2.1.3).

"O valor de uso da mercadoria onde se corporifica o trabalho de um trabalhador produtivo pode ser da espécie mais fútil. Esta destinação material nada tem a ver com a natureza desse trabalho, que ao contrário apenas expressa determinada relação social de produção. É uma definição do trabalho, a qual não deriva de seu conteúdo ou resultado, mas de sua forma social específica" (*Ibid.*, p. 138).

Tendo explicitado que a forma social de que se revestem as relações de produção sob as quais se processa o trabalho "é a diferença específica, a determinante principal" (*Ibid.*, p.140), para distinguir os trabalhadores produtivos dos improdutos, Marx enfatiza que o caráter produtivo do trabalho independe do conteúdo material da atividade, e o faz através de exemplos.

1.1.2. Trabalho produtivo e conteúdo material da atividade

1.1.2.1. Trabalho produtivo e trabalho intelectual

No primeiro exemplo de que lança mão, Marx esclarece que tanto os trabalhadores manuais quanto os trabalhadores intelectuais (trabalhadores cujas atividades se combinam na produção de uma mercadoria – uma coisa material –) são produtivos:

"Nessa categoria de trabalhadores produtivos figuram naturalmente os que, seja como for, contribuem para produzir a mercadoria, desde o verdadeiro trabalhador manual até o gerente, o engenheiro (distintos do capitalista)" (*Ibid.*, p. 136).

Reitera adiante: são produtivos

"todos os trabalhos intelectuais que são consumidos diretamente na produção material. Não só o trabalho manual direto ou o trabalho com máquinas, mas também o supervisor, engenheiro, gerente, empregado de escritório etc., em suma, o trabalho de todo o pessoal requerido num determinado ramo da produção material, para produzir determinada mercadoria, e cujo trabalho conjunto (cooperação) é necessário para a fabricação das mercadorias. Na realidade acrescentam eles ao capital constante a totalidade de seu

trabalho e aumentam desse montante o valor do produto" (*Ibid.*, p. 143 -144).

1.1.2.2. Trabalho produtivo e produção não-material

No segundo exemplo, Marx introduz a produção não-material. Contrapõe uma atividade "cujo produto não é separável do ato de produção" (MARX, 1978, p.79) – a atividade de um ator, inclusive um palhaço – a outra, cujo resultado é uma "coisa material" – a atividade de um alfaiate. Nos seus termos,

"um ator por exemplo, mesmo um palhaço, é um trabalhador produtivo se trabalha a serviço de um capitalista (o empresário), a quem restitui mais trabalho do que dele recebe na forma de salário, enquanto um alfaiate que vai à casa do capitalista e lhe remenda as calças, fornecendo-lhe valor de uso apenas, é um trabalhador improdutivo. O trabalho do primeiro troca-se por capital, o do segundo, por renda. O primeiro trabalho gera mais-valia; no segundo, consome-se renda" (MARX, 1987, p. 137)¹³.

O terceiro exemplo trata também da produção não-material. Neste caso trata-se da produção não-material cujo resultado "são mercadorias que existem isoladamente em relação ao produtor [...], que podem circular como mercadorias no intervalo entre a produção e o consumo" (MARX, 1978, p. 79): um escritor é trabalhador produtivo e o é "não por produzir idéias, mas enquanto enriquecer o editor que publica suas obras ou enquanto for o trabalhador assalariado de um capitalista" (MARX, 1987, p. 137).

O quarto refere-se, ainda, à produção não-material. Aqui Marx ilustra o fato de que o mesmo trabalho pode ser produtivo ou improdutivo:

"os cozinheiros e os garçons de um hotel são trabalhadores

¹³ Marx acrescenta: "Trabalho produtivo e improdutivo são sempre olhados aí do ângulo do dono do dinheiro, do capitalista e não do *trabalhador* [...]"; não importa se, do ponto de vista de "prostitutas, lacaios etc." as atividades que desenvolvem ("trabalho, serviço ou função") gerem, para eles, dinheiro (Ver *id.*; ver, ainda, *ibid.*, p. 275-276).

produtivos, porquanto seu trabalho se converte em capital para o dono do hotel. Essas mesmas pessoas no papel de criados são trabalhadores improdutivos, porquanto, ao invés de fazer capital com seus serviços, [aqueles que os contratam] neles gastam renda" (*Ibid.*, p. 138).

O quinto exemplo trata também do fato de o mesmo trabalho poder ser produtivo ou improdutivo, mas reporta-se à produção material (a produção de um piano):

"o trabalhador [empregado por um] fabricante de piano é um trabalhador produtivo. Seu trabalho, além de substituir o salário que consome, proporciona valor excedente acima do valor do salário no produto, no piano, a mercadoria que o fabricante vende. Se, ao invés disso, compro todo o material necessário para fabricar um piano (ou digamos o próprio trabalhador o possua) e, ao invés de comprar o piano na loja, mando fazê-la em casa, nesse caso, quem faz o piano é trabalhador improdutivo, pois seu trabalho se troca diretamente por minha renda" (*Ibid.*, p. 140).¹⁴

O que os exemplos ressaltam? Que, sob o capital, a distinção entre trabalho produtivo e trabalho improdutivo independe do conteúdo material da atividade, em diversos sentidos. Em primeiro lugar, considerando a produção de mercadorias *stricto sensu*, a distinção independe de ser o trabalho físico ou intelectual (tanto o engenheiro que projeta, quanto o trabalhador manual que transforma o projeto em uma máquina, por exemplo, são trabalhadores produtivos). Em segundo lugar, a distinção independe de estar o trabalho vinculado à produção de bens materiais (são produtivos tanto o trabalhador que fabrica pianos, quanto o ator, o palhaço, o escritor, o cozinheiro ou o garçom, desde que empregados por um capitalista, em sua função de agente do capital). Já que o caráter produtivo do trabalho independe da "destinação do trabalho como trabalho concreto", então, os exemplos revelam, em terceiro lugar, que o mesmo trabalho pode ser produtivo ou improdutivo, ainda que se materialize em um mesmo objeto

¹⁴ Exemplo de igual teor, relacionado ao trabalho do alfaiate, acha-se em *ibid.*, p. 278-279.

concreto (o trabalho de um trabalhador empregado por um fabricante de piano é produtivo; o trabalho de um trabalhador contratado para fazê-lo na casa do consumidor é improdutivo), ou ainda que se refira ao mesmo serviço (o trabalho de cozinheiros e garçons empregados em um hotel é trabalho produtivo; o trabalho de cozinheiros e garçons empregados como criados domésticos, improdutivo).

E mais: evidenciam que o critério para definir trabalho produtivo (e, em decorrência distingui-lo, por oposição, do trabalho improdutivo) é a "forma social determinada" sob a qual o trabalho se processa, e que, considerada a produção capitalista, seja o trabalho voltado para a produção material, seja o trabalho voltado para a produção não-material, trata-se de trabalho produtivo desde que (e somente se) se trate de trabalho assalariado pelo capital, portanto, trabalho subordinado à lógica de sua produção.

1.1.2.3. Considerações sobre o trabalho improdutivo

Dito isso, Marx detém-se no trabalho improdutivo. Toma, em primeiro lugar, o fato de o trabalho dos trabalhadores improdutivos trocar-se "diretamente por renda":

"no caso de o capital se ter apoderado da produção inteira, isto é, de a *mercadoria* (a distinguir-se do mero valor de uso) não ser mais produzida por qualquer trabalhador que seja o próprio dono das condições de produção para elaborar essa mercadoria, e de o capitalista, portanto, ser o único produtor de *mercadorias* (excetuada uma só mercadoria, a força de trabalho), terá a renda de se trocar ou por mercadorias que só o capital produz e vende, ou por trabalho, comprado como aquelas mercadorias, para ser consumido, ou seja, em virtude exclusivamente de característica material determinada, do valor de uso, dos serviços que, com sua destinação material, prestam ao comprador e consumidor" (*Ibid.*, p. 138).

Em segundo lugar, o fato de o trabalho dos trabalhadores improdutivos não produzir mercadoria, mas valores de uso:

"Os serviços prestados, para seu produtor, são mercadorias. Têm determinado valor de uso (imaginário ou real) e determinado valor de troca. Para o comprador, porém, esses serviços são meros valores de uso, objetos em que consome a renda. Esses trabalhadores improdutivos não obtêm grátis sua participação na renda (nos salários e lucros), sua cota nas mercadorias produzidas pelo trabalho produtivo: têm de comprar seu quinhão, mas nada têm a ver com a produção dessas mercadorias" (*Id.*).

Em terceiro lugar, o fato de que, com o desenvolvimento da produção capitalista, além de não produzir mercadorias, só uma parcela diminuta dos trabalhadores improdutivos "participará diretamente da produção material" (ou seja, produzirá "valores de uso concretos"):

"À medida que o capital se apodera da produção inteira e por isso desaparece a indústria na forma doméstica e minúscula, em suma, dirigida para o próprio consumo, não para produzir mercadorias, é claro que os trabalhadores improdutivos – cujos serviços se trocam diretamente por renda – na maior parte só realizarão ainda serviços *personais* e só parte ínfima deles (cozinheiro, costureira, alfaiate etc.) produzirá valores de uso materiais. É natural que não produzam *mercadorias*, pois a mercadoria como tal não é objeto imediato de consumo e sim portadora de valor de troca. Por isso, uma vez desenvolvido o modo capitalista de produção, só fração ínfima desses trabalhadores improdutivos pode participar diretamente da produção material. Só toma parte nela mediante troca de serviços por renda" (*Ibid.*, p. 139).

Em quarto lugar, o fato de, à semelhança do trabalhador produtivo, a força de trabalho do trabalhador improdutivo ser uma mercadoria.¹⁵ Em quinto, o fato de ser o valor desta "determinado ou determinável de modo igual (ou análogo) ao dos trabalhadores produtivos: isto é, pelos custos de produção necessários para sustentá-los ou produzi-los" (*Id.*).

Subjaz à discussão um paralelo, mais ou menos direto, entre trabalhador produtivo e improdutivo. Os dois aproximam-se: a força de

¹⁵ "A força de trabalho do trabalhador produtivo é, para ele mesmo, mercadoria. O mesmo se estende ao trabalhador improdutivo" (*Ibid.*, 139).

trabalho, tanto de um quanto de outro, é mercadoria; seu valor é determinado de modo análogo, pelo custo de sua produção; o trabalho de ambos é trabalho assalariado. No entanto, apesar das semelhanças, os dois distinguem-se radicalmente. Um produz mercadoria, o outro não:

"o trabalhador produtivo produz mercadoria para o comprador da força de trabalho. Para este, o trabalhador improdutivo produz mero valor de uso e não mercadoria; valor de uso imaginário ou real. O trabalhador improdutivo, e isto o caracteriza, não produz mercadoria para seu comprador; ao contrário, deste recebe mercadorias" (*Id.*).

E, embora ambos sejam trabalhadores assalariados, o trabalho de um se troca por capital; o do outro, por renda:

"Num caso, [o trabalho de] o trabalhador se troca por capital; noutro, por renda. Num caso, [o trabalho de] o trabalhador se transforma em capital e gera lucro para o capitalista; no outro, é uma despesa, um dos artigos em que se despense renda" (*Ibid.*, p.140).

1.1.2.3.1. Considerações complementares sobre o trabalho improdutivo

Gostaríamos de tecer duas ponderações a respeito do trabalho improdutivo. Tomemos a primeira, que reputamos de ordem mais geral. Marx afirma:

"uma costureira que levo para casa a fim de fazer camisas, ou os trabalhadores que reparam móveis, ou o criado que lava, limpa a casa etc., ou a cozinheira que dá à carne etc. a forma apetecível fixam o trabalho numa coisa e de fato elevam o valor dela, do mesmo modo que a costureira que cose na fábrica, o mecânico que repara a máquina, os trabalhadores que limpam as máquinas, a cozinheira que cozinha num hotel como assalariada de um capitalista. Potencialmente, aqueles valores de uso também são mercadorias: as camisas podem ser penhoradas, a casa revendida, os móveis leiloados etc. Logo, essas pessoas produziram mercadoria em potencial e acrescentaram valor aos objetos que elas transformaram. Todavia, trata-se aí de uma categoria muito reduzida no universo dos trabalhadores improdutivos e não se aplica à massa dos criados,

dos clérigos, funcionários públicos, militares, músicos etc." (*Ibid.*, p. 144).

Esta passagem complementa aquela já transcrita (MARX, 1987, p. 139): ilustra o fato de que, com o avanço da produção capitalista, o trabalho improdutivo tende a circunscrever-se aos "serviços"; ilustra, ainda, o contraponto a Smith: mesmo que produzindo potencialmente mercadoria vendável, esses trabalhadores não são produtivos, posto que seu trabalho se troca por renda. Mas, traz um elemento interessante: esses trabalhadores, ao fixarem "o trabalho numa coisa de fato elevam o valor dela"; "essas pessoas acrescentaram valor aos objetos que elas transformaram".

Passagem de conteúdo semelhante, referente agora aos trabalhadores improdutivos que prestam serviços, encontra-se um pouco depois:

"O valor global das mercadorias que eventualmente estão no mercado não supera, em virtude do 'trabalho improdutivo', o que existiria sem este? Não se encontram sempre no mercado, ao lado do trigo e carne etc., prostitutas, advogados, prédicas, concertos, teatro, militares, políticos etc.? Esses figurões e figurinhas não recebem grátis trigo e outros meios de subsistência ou agrados? Em troca dão seus serviços ou com eles nos molestam; e esses serviços como tais têm valor de uso e, em virtude dos custos de produção, valor de troca. Considerando-se os artigos consumíveis, há sempre, ao lado dos configurados em objetos, uma quantidade de artigos consumíveis na forma de serviços. Assim, o total dos artigos consumíveis é, em qualquer ocasião, superior ao que seria sem os serviços consumíveis. Ademais, o valor também é maior, pois é igual ao valor das mercadorias que esses serviços recebem, e é igual ao valor dos próprios serviços, pois nesse caso, como em toda troca de mercadoria por mercadoria, dá-se equivalente por equivalente, isto é, o mesmo valor existe duas vezes, uma ao lado do comprador e outra ao lado do vendedor" (*Ibid.*, p.148).

Em suma, embora improdutivo, o trabalho que se troca por renda aumenta o "valor global das mercadorias que se encontram no

mercado", não porque gere valor, mas porque esse trabalho tem, além de valor de uso, valor de troca, correspondente "a [seus] custos de produção", valor que é igual "ao valor das mercadorias [...] que [este trabalho] recebe", "valor que é igual aos próprios serviços", posto que, "nesse caso, como em toda troca de mercadoria por mercadoria, dá-se [a troca de] equivalente por equivalente".

A segunda ponderação é bem específica e refere-se ao trabalho dos servidores públicos. Ao trazer os argumentos de Garnier contrários a Smith, Marx levanta uma questão importante: os trabalhadores assalariados pelo Estado são trabalhadores improdutivos. A passagem é curta (e os comentários de Marx, cáusticos). Garnier perguntava-se por que Smith taxava de improdutivo o trabalho de

"um funcionário público que vigia a manutenção das estradas públicas e canais navegáveis, dos portos, das moedas e de outros instrumentos importantes – animadores da atividade comercial –, e que vela pela segurança dos transportes e comunicações, pela execução de contratos etc., podendo com justiça ser considerado *inspetor da grande manufatura social*? É trabalho do mesmo gênero [do que o empregado por um capital particular], embora em escala bem maior" (GARNIER *apud* MARX, *ibid.*, p.164).

Ao que Marx rebate:

"Se esse indivíduo participa da produção (ou da conservação e reprodução) de coisas materiais que *pudessem ser vendidas*, não estariam elas nas mãos do Estado, e Smith poderia chamá-las de 'produtivas'" (MARX, *op. cit.*, p.164).

Marx indica, pois, que concorda com Smith a respeito do fato de que ser improdutivo o trabalho dos funcionários públicos; não fornece, no entanto, argumentos próprios que sustentem a afirmação.¹⁶ Vamos encontrá-los em os *Grundrisse*. Marx propõe a seguinte questão: por que,

¹⁶ Na passagem, Marx contrapõe a Garnier os argumentos de Smith: este trabalho é improdutivo "porque não participa da produção, conservação ou reprodução de coisas materiais que pudessem ser vendáveis", por essa razão essas atividades acham-se sob o encargo do Estado, caso contrário, estariam em mãos do capital.

quando a produção se faz sob o capital, a construção de vias de transporte não se converte em negócio privado? (Ver MARX, 1973, p.17-18).

"Todas las *condiciones generales de la producción*, como caminos, canales, etc., ya sea que faciliten la circulación o tal vez que la hagan posible por primera vez, ya sea que acrecienten la fuerza productiva [...] suponen, para que emprenda su realización el capital (en vez del gobierno, que representa a la entidad comunitaria en cuanto tal), el más alto desarrollo de la producción fundada en el capital. El abandono de los *travaux publics* [trabajos públicos] por el estado y su pasaje al dominio de los trabajos emprendidos por el capital mismo, son índices del grado en que la entidad comunitaria real se ha constituido bajo la forma del capital" (*Ibid.*, p. 20-21).¹⁷

Mas, enquanto não se encontram as condições necessárias¹⁸ para que o capitalista emprenda "esse negócio, a suas custas" (*Ibid.*, p. 19), ele o transfere ao Estado:

"Un país [...] puede sentir en la esfera productiva misma la necesidad de ferrocarriles; no obstante, la ventaja inmediata que de ellos deriva para la producción puede ser demasiado exígua como para que la inversión no parezca à *fonds perdu* [a pura pérdida]. Entonces el capital echa la carga sobre los hombros del estado o bien, allí donde éste ocupa tradicionalmente aún una posición supérieure con respecto al capital, el estado todavía tiene el privilegio y la voluntad de compeler la colectividad [a invertir] una parte de su *rédito*, no de su capital, en tales trabajos de utilidad pública, que al mismo tiempo se presentan como condiciones generales de la producción y por tanto no como condición *particular* para este o aquel capitalista (y mientras el capital no adopta la forma de la sociedad por acciones, busca siempre sólo las condiciones particulares de su valorización; las *colectivas* las transfiere al país entero en calidad de necesidades nacionales). El capital sólo acomete empresas *ventajosas*,

¹⁷ O segundo par de colchetes incorpora ao texto a nota de rodapé pertinente, conforme a edição de que nos valemos (ver *ibid.*, p. 21, nota a).

¹⁸ Quanto a essas condições, ver *ibid.*, p. 19-20.

ventajosas desde su punto de vista" (*Ibid.*, p. 21).¹⁹

Para fazer frente a essas atividades, o Estado contrata trabalhadores, trabalhadores assalariados; mas esse

"obrero, aunque es un asalariado libre como cualquier otro, desde el punto de vista económico, está sin embargo en otra relación –, sino del *capital en cuanto capital*" (*Ibid.*, p. 22).

Os trabalhos que esses trabalhadores realizam (e os investimentos que o Estado faz), embora necessários, não são produtivos no sentido do capital (ver *ibid.*, p. 21-22): "o trabalho excedente que se acha neles contido não se realiza como mais-valor através da circulação, através do intercâmbio" (*Ibid.*, p. 22). E mais, esses trabalhadores não trocam sua força de trabalho por capital (a parte variável do capital), mas por rendimento, e isto porque,

"las condiciones generales del proceso social de producción [...] se crean a partir de una *deducción del rédito social*, de los impuestos estatales – donde es el rédito, y no el capital, el que aparece como *labour funds* [fondo de trabajo]" (*Id.*).²⁰

E conclui:

"Por consiguiente, todas las condiciones *generales, colectivas* de la producción – mientras tanto no pueda ocurrir su creación por el capital en cuanto tal, bajo sus condiciones – se cubren con una parte del rédito nacional, del erario público, y los obreros no se presentan como trabajadores productivos, aunque aumenten la fuerza productiva del capital" (*Ibid.*, p. 23).

1.1.3. Trabalho produtivo e a produção da riqueza material

Marx insiste no fato de que a distinção entre trabalho produtivo e trabalho improdutivo não se deve ao conteúdo material do trabalho.

¹⁹ O primeiro par de colchetes é nosso e suprime passagem de Marx; o segundo, também nosso, incorpora ao texto a nota de rodapé pertinente, conforme a edição de que nos valem (ver *id.*, nota b); o terceiro acha-se no original que nos serve de base.

²⁰ Os dois pares de colchetes são nossos: o primeiro suprime termos de Marx; o segundo incorpora, ao texto, nota de rodapé, conforme a edição que nos serve de base (Ver *id.*, nota a).

Apesar de se valer de exemplos semelhantes, sua ênfase recai diretamente na crítica à tese de que só é trabalho produtivo aquele que se materializa em objetos concretos, vendáveis, em suma, mercadorias. Sua crítica (a Smith) tem dupla direção: contrapõe-se não só à (segunda) concepção acerca do trabalho produtivo, como à concepção de mercadoria (presente, de acordo com Marx, no texto de Smith).

Em primeiro lugar, contrapõe-se à tese através de exemplos: por um lado, são produtivos "todos os trabalhos intelectuais que são consumidos diretamente na produção material" (*Ibid.*, p. 143), embora não se traduzam imediatamente em coisas. E, por outro, são improdutivos os trabalhos dos trabalhadores domésticos que se fixam "numa coisa", ou seja, são improdutivos esses trabalhadores, ainda que produzam "valores de uso materiais" que são "mercadoria em potencial" (Ver MARX, *Ibid.*, p.144).

Em segundo lugar, reitera:

"não é a especialidade do trabalho nem a forma externa de seu produto que necessariamente o tornam 'produtivo' ou 'improdutivo'. O mesmo trabalho pode ser produtivo, se o compro no papel de capitalista, de produtor, para produzir valor maior, ou improdutivo, se o compro na função de consumidor, de quem despende renda, para consumir seu valor de uso, não importando que esse valor de uso desapareça com a atividade da própria força de trabalho ou se materialize e fixe numa coisa" (*Ibid.*, p. 144).

Exemplifica com o trabalho da cozinheira (trabalho voltado para a produção não-material cujo resultado são produtos que se interpõem entre o produtor e o consumidor). Se é o capitalista que o compra, ele o compra enquanto trabalho abstrato, trabalho em geral; ele compra a possibilidade de dispor dessa capacidade de trabalho, por um determinado período de tempo. A mercadoria que produz, ao ser vendida, repõe o valor que o dono do hotel lhe "adianta" como salário, além do lucro – esse trabalho é, portanto, produtivo. Ao contrário, quando alguém compra esse mesmo trabalho, como trabalho concreto, para fruí-lo, e, ainda que esse trabalho "se fixe num produto material", que possa

resultar em uma mercadoria vendável (como o é para o dono do hotel), esse trabalho é improdutivo. (Ver *ibid.*, 145).

"Permanece [...] a grande diferença (conceitual): a cozinheira não repõe para mim (particular) o fundo com que a pago, porque não compro o trabalho na qualidade de elemento que gera valor, mas apenas por causa de seu valor de uso. O trabalho dela não me repõe o fundo com que a pago²¹, isto é, o salário, do mesmo modo que o jantar que tomo no hotel, por si mesmo, não me capacita a comprar e por conseguinte comer o mesmo jantar pela segunda vez" (*ibid.*, 145).²²

Trata, a seguir, de atividades ligadas à produção não-material, cujo produto é inseparável do ato de produção (ou seja, "serviços"), atividades que não se fixam em uma coisa.

"Além disso, um empresário de teatro, concertos, bordéis etc. compra a disposição temporária da força de trabalho de atores, músicos, prostitutas etc. – utilizando na prática um rodeio de

²¹ "só o excedente gerado pelos trabalhadores produtivos e que não lhes é pago, provê, no final de contas, um fundo pelo qual são pagos os trabalhadores improdutivos" (*ibid.*, p. 191); ou, "todos os trabalhadores produtivos, no final de contas, [fornecem] 1) os meios de pagar trabalhadores improdutivos, e 2) produtos que são consumidos pelos que *não executam trabalho algum*" (*ibid.*, p. 165); ou, ainda, "os trabalhos improdutivos (ou serviços, sejam os de uma prostituta ou os do papa) só podem ser pagos em virtude dos salários dos trabalhadores produtivos ou dos lucros dos empregadores (e dos participantes desses lucros), [...] esses trabalhadores produtivos [produzem] a base material da subsistência e, por conseguinte, da existência dos trabalhadores improdutivos" (*ibid.*, p. 166). Do ponto de vista do produto global, "em todos os ramos de produção, parte do produto global representa renda, trabalho adicionado (durante o ano), lucro e salário. (Renda fundiária, juros etc., partes do lucro; os proventos dos sinecuristas do Estado, parte dos lucros e salários; a receita dos outros trabalhadores improdutivos é, dos lucros e salários, a parte que eles compram com seus trabalhos improdutivos e que, sem crescer portanto o produto existente em lucro e salário, apenas determina quanto dele esses trabalhadores improdutivos consomem, e quanto, os próprios trabalhadores e capitalistas.)" (*ibid.*, p. 216).

²² Acrescenta Marx: "[...] essa diferença ocorre também entre as mercadorias. A mercadoria que o capitalista compra para repor o capital constante (por exemplo, tecido de algodão, se fabrica estampados) repõe o valor dela no tecido estampado. Ao contrário, se a compra tem por objetivo o consumo do próprio tecido, a mercadoria não lhe repõe a despesa" (*Id.*). Agrega ainda que a própria classe trabalhadora "tem de executar para si mesma tal gênero de trabalho; mas só pode fazê-lo, depois de ter trabalhado 'produtivamente'. Só pode ela cozinhar a carne para si mesma, depois de ter produzido salário para pagar a carne; manter limpos a casa e os móveis, polir os sapatos, depois de ter produzido o valor dos móveis, do aluguel da casa e dos sapatos. Para a própria classe dos trabalhadores produtivos patenteia-se portanto 'trabalho improdutivo' o que eles executam para si mesmos. Esse trabalho improdutivo nunca lhes permite reproduzir de novo o mesmo trabalho improdutivo, se antes não tiverem trabalhado produtivamente" (*Id.*).

interesse apenas econômico formal; quanto ao resultado, o processo não se altera – o chamado 'trabalho improdutivo' cujos 'serviços perecem no instante do desempenho' e não se fixam nem se realizam 'num objeto durável' (também se diz particular) 'ou mercadoria vendável', destacada deles mesmos. A venda deles ao público lhe reembolsa salário e lucro. E esses serviços, que assim comprou, capacitam-no a comprá-las de novo, isto é, por meio deles mesmos renova-se o fundo por que são pagos" (*Id.*).²³

Assim,

"Por conseguinte, se por um lado parte do trabalho improdutivo se corporifica em valores de uso materiais que poderiam também ser mercadoria (vendável), por outro lado, parte dos meros serviços que não assumem forma objetiva – não adquirem a existência de coisa separada dos prestadores desses serviços e não entram numa mercadoria como componente do valor –, pode ser comprada por capital (pelo comprador *imediato* do trabalho), repor o próprio salário e dar um lucro. Em suma, parte da produção desses serviços pode subordinar-se ao capital, do mesmo modo que parte do trabalho que se corporifica em coisas úteis se compra diretamente com renda e não se subordina à produção capitalista" (*Ibid.*, p. 146).²⁴

²³ As expressões entre aspas são citações que Marx retira de passagens A. Smith.

²⁴ Marx contrapõe-se à perspectiva de Smith, considerando, agora, os serviços que produzem uma "mercadoria vendável" específica: a força de trabalho. Nos seus termos: "O universo todo das mercadorias pode dividir-se em dois grandes segmentos. Primeiro, força de trabalho; segundo, as mercadorias, destacadas da própria força de trabalho" (*Id.*). A pergunta que Marx se faz é: são produtivos os trabalhos (nos termos de Marx, os serviços) "que preparam, mantêm, modificam, etc. a força de trabalho, em suma, a especializam, ou, pelo menos, a conservam, como por exemplo, o serviço do professor [...], e o serviço do médico [...], [...] serviços que em troca produzem 'uma mercadoria vendável', a saber, a própria força de trabalho, e entram nos custos de produção da massa dos operários" (*Id.*)? Sua resposta é negativa, posto que "o trabalho do médico e do professor não gera diretamente o fundo porque eles são pagos, embora esse trabalho entre nos custos de produção do fundo que gera todos os valores que existem, isto é, nos custos de produção da força de trabalho" (*Ibid.*, p. 147).

Cabem aqui algumas observações. A primeira é a de que o próprio Marx alerta para o fato de que Smith "exclui [...] de sua rubrica de trabalho produtivo" o trabalho "que diretamente desenvolve, mantêm, reproduz a própria força de trabalho"; e, ainda que o faça "arbitrariamente", "[presente] com acerto que, se o incluísse, abriria todas as comportas às falsas qualificações de trabalho produtivo" (*Ibid.*, p. 151).

A segunda refere-se ao fato de que Marx considera os serviços do médico como "custos de reparação da força de trabalho" (*Ibid.*, p. 146) "falsos custos de produção" (*Id.*); "custos improdutivos mas necessários" (*Id.*, nota 50).

Em suma, por um lado, o fato de o trabalho se fixar em um produto não faz dele trabalho produtivo; por outro, o fato de o trabalho "não produzir mercadoria alguma" não faz dele trabalho improdutivo. Portanto, fixe-se ou não em um produto material, o trabalho é produtivo desde que reponha o fundo com que é pago (isto é, o salário), além do lucro.

Marx envereda, então, para a crítica à concepção de mercadoria (tal qual formulada por Smith). "O conceito de mercadoria implica que o trabalho se corporifica, materializa, realiza no respectivo produto" (*Ibid.*, p.150); no entanto, a materialização do trabalho "não é algo que se possa considerar de um prisma tão escocês como o faz A. Smith" (*Ibid.*, p. 151):

"Quando falamos de mercadoria como materialização do trabalho – no sentido de seu valor de troca –, trata-se apenas de uma maneira de ser ideal, isto é, meramente social da mercadoria, e nada tem a ver com sua realidade corpórea; concebe-se a mercadoria como uma dada quantidade de trabalho social ou de dinheiro. É possível que o trabalho concreto de que resulta, nela não deixe vestígio. Na mercadoria manufaturada, esse vestígio permanece na forma externa dada à matéria-prima. Na agricultura etc., embora a forma adquirida pela mercadoria, [...], seja também produto do trabalho humano, [...], essa circunstância não se patenteia no produto. Noutros trabalhos industriais, o objetivo não é mudar a forma da coisa, mas apenas deslocá-la. [...] Não se poderia portanto interpretar daquela maneira a materialização do trabalho na mercadoria (A mistificação aí decorre de se apresentar uma relação social na forma de uma coisa.)" (*Id.*).

O "prisma escocês" de Smith acerca da mercadoria, presente em sua segunda acepção de trabalho produtivo, pode engendrar dois grandes equívocos. Primeiro, porque há trabalhos que podem se corporificar em "mercadorias" e que não são produtivos:

A terceira refere-se à questão do caráter produtivo do trabalho do professor. Ainda que produza uma mercadoria vendável, este não é produtivo, se trocado pela renda do trabalhador; ou melhor, ele não é produtivo porque produz uma "mercadoria vendável". Mas, se assalariado pelo capital é: é trabalho produtivo quando um empresário compra a disposição temporária dessa força de trabalho (como compra a de atores, músicos, prostitutas, coreógrafos, cozinheiras, etc.) e as vende ao público, obtendo dessa forma, além do equivalente ao salário, lucro (Ver *ibid.*, p. 145-146).

"certos trabalhos de criados podem corporificar-se em *mercadorias* (potenciais) e, consideradas materialmente, até nos mesmos valores de uso. Mas não são trabalho produtivo, pois na realidade não produzem 'mercadorias' mas 'valores de uso' imediatos" (*Ibid.*, p. 152).

Segundo, porque há trabalhos que não assumem a forma de uma "mercadoria" e são produtivos:

"Trabalhos que são produtivos para o próprio comprador ou empregador – como o trabalho do ator para o empresário de teatro – revelar-se-iam improdutivos por não poder o comprador vendê-los ao público na forma de mercadoria e sim na da própria atividade" (*Id.*)²⁵.

Marx estabelece, então, as condições sob as quais seria válida a "definição acessória" de trabalho produtivo como "trabalho que produz riqueza material" (MARX, 1987, p. 403). A primeira reside em que a produção inteira esteja subordinada ao capital²⁶; a segunda, em que não se considerem o trabalho improdutivo que se materializa em uma coisa e o trabalho produtivo que não se realiza em coisa alguma. Então,

"[se] a produção de toda mercadoria [estiver voltada] para o comércio e não para o consumo imediato, [...]" (*Ibid.*, p. 140) e "se [abstrairmos] desses trabalhos, trabalho produtivo é o que produz mercadorias, e trabalho improdutivo, o que produz serviços pessoais. O primeiro trabalho corporifica-se numa mercadoria vendável; o segundo tem de ser consumido durante o desempenho. O primeiro abrange (com exceção do trabalho que forma a própria força de trabalho) toda a riqueza material e intelectual existente na forma de coisa – carne e também livros²⁷; o segundo compreende

²⁵ Mandel entende essa passagem de modo radicalmente diverso do nosso (Ver MANDEL, 1998, p. 121, nota 43 e nossas considerações no [item 6.1](#)).

²⁶ "com o jugo do capital à produção inteira [...], cada vez mais se firmará uma diferença material entre trabalhadores produtivos e improdutivos, pois os primeiros, com raras exceções, produzirão exclusivamente *mercadorias*, e os últimos, com raras exceções, realizarão apenas serviços pessoais. Assim, a primeira classe produzirá a riqueza imediata, material, consistente em mercadorias, todas as mercadorias excetuada a constituída pela própria força de trabalho" (*Ibid.*, p. 140).

²⁷ Marx afirmava antes: é "certo que a mercadoria se patenteia trabalho pretérito, objetivado e que, por isso, se não aparece na forma de uma coisa, só pode aparecer na própria força de trabalho [...]. Por isso, quando abstraímos da força de trabalho, o

todos os trabalhos que satisfazem qualquer necessidade imaginária ou real do indivíduo ou a ele se impõem contra a vontade" (*Ibid.*, p. 152).

Tendo-se em vista essas premissas, e somente se as tivermos em vista, trabalho produtivo é trabalho que produz riqueza material (mercadorias).

1.1.4. Trabalho produtivo em sentido estrito

Em todas as passagens anteriores, Marx insiste em que o conteúdo material da atividade não é critério para diferenciar trabalho produtivo de trabalho improdutivo; no volume III de *Teorias da mais-valia*, reitera:

"a distinção entre os trabalhadores que vivem do capital e os que vivem de renda (revenue) refere-se à forma do trabalho. É toda a distinção entre o modo capitalista de produção e os modos não capitalistas de produção" (MARX, 1985, p. 1471).

A distinção entre trabalho produtivo e trabalho improdutivo, baseada na forma social do trabalho é, pois, a distinção fundamental²⁸. No entanto, acrescenta, imediatamente a seguir,

"Além disso, produtivos e improdutivos em sentido estrito: produtivo é todo o trabalho que entra na produção de *mercadoria* (produção aí abrange todas as operações por que passa a mercadoria, do primeiro produtor até ao consumidor), seja qual for a

trabalho produtivo se reduz ao que produz mercadorias, produtos materiais cuja fabricação custou determinada quantidade de trabalho ou tempo de trabalho. Entre esses produtos materiais figuram os científicos e artísticos, livros, pinturas, estátuas etc., desde que se corporifiquem em coisas. Mas, além disso, o produto do trabalho tem de ser uma mercadoria, no sentido de uma 'mercadoria vendável' [...]" (*Ibid.*, p.151-152). Lembramos que esses trabalhadores que produzem "livros, pinturas, estátuas etc." só são produtivos se assalariados pelo capital (Milton, um exemplo recorrente de Marx, não o é).

²⁸ Assim é que o trabalho que se troca por capital é produtivo, o que se troca por renda improdutivo. E mais, esmiúça a questão: não importa se voltado para produção material ou para a produção não material, o trabalho é produtivo se se troca por capital – ou mais rigorosamente, se, além de reproduzir o fundo com que é pago, produz lucro para o empregador. Mesmo ao considerar a "definição acessória", impõe determinadas condições para afirmar que "trabalho produtivo é trabalho que produz riqueza material".

espécie, trabalho manual ou não (científico); e improdutivo é o trabalho que não tem por propósito e objetivo produzir mercadoria. Essa distinção tem de ser mantida e o fato de todas as espécies de atividade repercutirem na produção material e vice-versa, em nada muda a necessidade dela" (*Ibid*, p. 1471-1472).

Marx afirma, portanto, que além da distinção essencial, acrescenta-se uma outra, "uma distinção que tem que ser mantida", uma distinção que é necessária, qual seja, "trabalho produtivo é trabalho que entra na produção de mercadoria"; "trabalho improdutivo não", e não importa "o fato de todas as espécies de atividade repercutirem na produção material".²⁹

1.1.5. Trabalho produtivo e trabalho útil

Tomando-se a argumentação de Marx, por outro ângulo, acha-se presente na discussão a não identidade entre trabalho produtivo e trabalho útil. O caráter útil do trabalho não é critério para determinar, sob o capital, que trabalho é trabalho produtivo e, em consequência, não se constitui em critério para diferenciar trabalho produtivo de trabalho improdutivo.

Marx afirma que o caráter produtivo do trabalho, sob o capital, independe da "destinação do trabalho como trabalho concreto" e "da natureza do produto".

Primeiro, independe do valor de uso efetivo do trabalho concreto: fiar ou tecer, por exemplo. Para o capital, o valor de uso do trabalho consiste em proporcionar-lhe "quantidade de tempo de trabalho maior do que a que pagou na forma de salário". Segundo, não importa o valor de

²⁹ O próprio Rubin, que insiste no fato de o caráter produtivo do trabalho depender do conteúdo material da atividade, remete a essa passagem de Marx. Nos seus termos: "O que dissemos não significa que Marx não via diferença alguma entre produção material e produção não-material. Ao reconhecer como produtivo todo o trabalho empregado pelo capital produtivo, Marx ao que parece sustentava que, dentro deste trabalho produtivo, era necessário distinguir 'o trabalho produtivo em sentido estrito', ou seja, trabalho empregado na produção material e incorporado em coisas materiais" (RUBIN, 1980, p. 288, nota 9. Após a passagem que transcrevemos, Rubin remete ao volume III de *Teorias da mais-valia*; remissão de que nos valem e cuja referência já indicamos, conforme a edição brasileira que nos serve de base).

Passagem que, parece-nos, fortalece a posição de Mandel (1998).

uso em si do produto: importa que este seja uma mercadoria, cujo "valor de troca é superior ao que [o capitalista] por ela pagou". Se assim é, então, o mesmo trabalho pode ser produtivo ou improdutivo (e o caso do fabricante de piano o ilustra).

Terceiro, não importa a utilidade social do produto. Em primeiro lugar, "o valor de uso da mercadoria onde se corporifica o trabalho de um trabalhador produtivo pode ser da espécie mais fútil" (e o caso do palhaço o ilustra). Em segundo lugar, não importa se o trabalho esteja voltado para a "reprodução das condições da produção" ou para a produção de bens supérfluos, artigos de luxo (e o caso do produtor de champanhe o ilustra)³⁰. Em terceiro lugar, um trabalho pode ser socialmente útil (útil para a sociedade, em geral; útil ao processo de produção, em particular) – portanto, necessário – e nem por isso é trabalho produtivo (os serviços de médicos, professores³¹, soldados³² e magistrados³³ ilustram-no).

Sob o capital, não há, pois, identidade entre trabalho produtivo e trabalho útil. E isso porque, ao capitalista,

"enquanto mero funcionário do capital, isto é, representante da produção capitalista o que lhe importa é o valor de troca e seu acréscimo, e não o valor de uso e sua magnitude" (*Ibid.*, p. 264).

Essa não-identidade concerne, portanto, a um problema de ordem conceptual: como o "objetivo da produção capitalista é o excedente e não o produto", tanto a destinação material do trabalho, enquanto trabalho concreto, quanto a natureza do produto do trabalho são irrelevantes para estabelecer a distinção entre trabalho produtivo e improdutivo.

1.1.5.1. Considerações complementares sobre trabalho produtivo e

³⁰ Ver MARX, 1987, p. 281.

³¹ Para os casos de médicos e professores ver *ibid.*, p.146-147.

³² "O soldado faz parte dos custos eventuais de produção, como grande parte dos trabalhadores improdutivos que nada produzem eles mesmos, nem intelectual, nem materialmente, mas só são úteis, necessários, em virtude das relações sociais deficientes, devendo sua existência a males da sociedade" (*Ibid.*, p. 271).

³³ "Esse trabalho [o trabalho do magistrado] com participação indireta na produção (e constitui apenas parte do trabalho improdutivo) é o que chamamos de trabalho improdutivo" (*Ibid.*, p. 276).

trabalho útil

Marx retoma o problema sob outro prisma. A questão da identidade entre trabalho produtivo e trabalho útil não se põe para os clássicos (em especial, neste texto, para Smith), mas para a economia vulgar. Marx contrapõe, então, a economia clássica à economia vulgar, articulando, em paralelo, o contraponto entre a burguesia enquanto classe revolucionária e enquanto classe dominante. Tece o seguinte comentário a respeito de duas passagens de Smith³⁴:

"Eis aí a linguagem da burguesia revolucionária, que até então não subjugará a sociedade toda, o Estado etc. Essas ocupações transcendentais, veneráveis, a de soberano, juiz, militar, sacerdote etc., junto com todos os velhos grupos ideológicos que geram, os eruditos, magistrados e padres, equiparam-se, *no plano econômico* à turba de lacaios e bobos, sustentados por eles e pela riqueza ociosa, aristocracia fundiária e os capitalistas desocupados. São meros *servidores* da sociedade, como os outros são seus servidores. Vivem da *atividade de outras pessoas*, e portanto têm de ser reduzidos à quantidade imprescindível. Estado, Igreja etc. só têm justificativa como organizações para superintender ou gerir os interesses comuns da burguesia produtiva; e seu custo, por pertencer às despesas acessórias da produção, tem de ser reduzido ao mínimo indispensável" (*Ibid.*, p. 283).

Aponta para a relação entre produção das idéias e história: as idéias são históricas; e o são em duplo sentido. Primeiro, porque se reportam ao momento histórico, em seu sentido mais amplo, de emergência de uma nova forma de organização social distinta das que a precederam – a emergência da sociedade burguesa –:

"Essa idéia tem interesse histórico e está em contradição aguda seja com o modo de ver dos antigos [...] ³⁵, seja com a concepção inerente à monarquia absoluta ou constitucional aristocrática surgida nos

³⁴ Para a transcrição das passagens de Smith ver *ibid.*, p. 282-283.

³⁵ Para os antigos "o trabalho produtivo de coisas materiais traz o labéu da escravatura e é apenas considerado pedestal para o cidadão ocioso" (*Id.*). Daí que, Aristóteles ou Júlio César não só considerariam ofensiva a alcunha de trabalhadores improdutivos; "estes considerariam uma ofensa o título de 'trabalhadores'" (Ver *ibid.*, p. 270).

fins da época medieval [...]" (*Id.*).

Segundo, porque concernem ao próprio momento histórico do grupo que a sustenta. Assim, se enquanto classe revolucionária, o discurso da burguesia veiculado através de seus pensadores tinha um perfil, este se altera quando de sua ascensão à classe dominante da sociedade:

"Contudo, a burguesia alcança o domínio, apoderando-se ela mesma do Estado ou estabelecendo um compromisso com os antigos dirigentes: reconhece os profissionais ideológicos como carne de sua carne e os transforma em funcionários a ela apropriados; não é mais como representante do trabalho produtivo que os confronta; os verdadeiros trabalhadores produtivos erguem-se contra ela e dizem que ela vive da atividade de outras pessoas; está bastante educada para não se deixar absorver de todo pela produção, mas para querer um consumo 'refinado'; mais e mais os trabalhos intelectuais se realizam a seu serviço, põem-se a serviço da produção capitalista: como resultado imediato dessas ocorrências, as coisas mudam, a burguesia procura, no 'plano econômico', legitimar, de seu próprio ponto de vista, o que criticara e combatera antes. Nessa linha, seus porta-vozes e forjadores de consciências perfumadas são os Garniers etc. Acrescente-se aí que esses economistas por sua vez sacerdotes, professores etc., empenham-se em demonstrar sua utilidade 'produtiva', em justificar seu salário 'no domínio econômico'".³⁶

Segundo Marx, Smith, expressão do pensamento da burguesia revolucionária, equipara, acertadamente, "no *plano econômico*", as "ocupações de soberano, juiz, militar, sacerdote", "os eruditos, magistrados e padres", às de "lacaio e bobos": todas são improdutivas; "todos [esses] vivem da atividade de outras pessoas" – os trabalhadores produtivos. Suas atividades, ainda que se justifiquem para "superintender ou gerir os interesses comuns da burguesia produtiva" constituem-se em "despesas acessórias da produção" (e, daí, seu custo "tem de ser

³⁶ Altera-se, também, acrescentemos, o rigor teórico desses pensadores e, daí, o respeito intelectual que Marx lhes dedica: eles são os "apologetas", os "bajuladores sicofantas", os "porta-vozes e forjadores de consciências perfumadas",..., enfim, um "canil".

reduzido ao mínimo indispensável"). A economia burguesa vulgar, ao contrário, empenha-se em apontar a "utilidade 'produtiva'" dessas mesmas atividades, trazendo, portanto, à baila uma questão já superada pelos clássicos: a (pretensa) identidade entre trabalho produtivo e trabalho útil.³⁷

1.1.6. Trabalho produtivo: trabalho assalariado pelo capitalista industrial

No décimo quarto item deste capítulo, Marx traça a "característica geral do combate à distinção smithiana entre trabalho produtivo e

³⁷ Passagem semelhante encontra-se à página 154, quando Marx discute com a economia burguesa vulgar: "Para grande massa dos chamados trabalhadores de 'nível superior', como funcionários públicos, maestros, médicos, clérigos, juizes, advogados etc. – e aí se incluem os que além de não serem produtivos, são por natureza destrutivos, e sabem apropriar-se de porção muito avantajada da riqueza 'material', seja vendendo suas mercadorias 'imateriais', seja impondo-as pela coação – não era nada agradável serem banidos, na esfera econômica, para a mesma categoria da classe dos palhaços e dos criados, e aparecerem apenas como co-participantes do consumo, como parasitas dos verdadeiros produtores (ou melhor, dos agentes de produção)". Marx prossegue, marcando a divergência entre Smith e a economia vulgar (e a divergência entre a burguesia enquanto classe revolucionária e classe dominante): "Até onde aqueles 'trabalhadores improdutivos' não criam meios de fruição e, por isso, comprá-los dependa totalmente do modo como o agente da produção quer despendar seu salário ou lucro, e até onde, ao contrário, são necessários ou se façam necessários, em virtude de doenças (caso dos médicos) ou de fraquezas espirituais (caso dos padres) ou de conflitos entre os interesses individuais e os nacionais (caso dos administradores públicos, juristas, policiais, soldados), são vistos por A. Smith, pelo próprio capitalista industrial e pela classe trabalhadora como falsos custos de produção, que importa reduzir, o mais possível, ao mínimo necessário e na base da mais baixa remuneração". No entanto, "A sociedade burguesa passa a produzir, em sua própria forma, tudo que combatera na época feudal ou absolutista. Tarefa principal dos sicofantas dessa sociedade, sobretudo os dos níveis mais altos, é portanto, em primeiro lugar, restaurar no plano teórico o segmento meramente parasitário desses 'trabalhadores improdutivos' ou ainda justificar as exigências exageradas da fração para ela indispensável". Marx acrescenta adiante: "Assim, era tempo de transigir e reconhecer a 'produtividade' de todas as classes que não estavam diretamente incluídas entre os agentes da produção. Uma mão lava a outra, e [...] importava demonstrar que, também sob o aspecto 'produtivo', econômico, o mundo burguês com todos os 'trabalhadores improdutivos' é o melhor de todos os mundos; tanto mais que os 'trabalhadores improdutivos' por sua vez faziam observações críticas sobre a produtividade das classes que, em geral, 'nasceram para consumir os frutos', ou ainda sobre os agentes de produção, como proprietários de terras, que nada absolutamente fazem etc. Era mister descobrir um lugar tanto para esses ociosos como para os respectivos *parasitas* no melhor sistema universal possível" (*Ibid.*, p. 155). E, ainda, "como se desenvolvia o domínio do capital e cada vez mais dele se tomavam dependentes as esferas de produção sem ligação direta com a geração da riqueza material [...], acreditavam os bajuladores sicofantas da economia política, ter de glorificar e legitimar toda esfera de atividade, apresentando-a 'em conexão' com a produção da riqueza material, como instrumento dela, e honravam um ser humano promovendo-o a 'trabalhador produtivo' no 'primeiro' sentido, isto é, trabalhador que trabalha a serviço do capital, é-lhe útil ao enriquecimento, seja como for etc." (*Id.*).

trabalho improdutivo" (*Ibid.*, p. 263-265); resume assim, o perfil dos autores que contestaram Smith: dentre eles,

"a maioria considera o *consumo* estímulo necessário à produção, e *por isso*, os que vivem *assalariados* por renda – os trabalhadores improdutivos cuja compra não produz riqueza, mas constitui consumo de riqueza – são para essa maioria tão produtivos quanto os trabalhadores produtivos, pois, ao expandirem o domínio do consumo material, *acrescem o da produção*" (*Ibid.*, p. 263).

Argumento, na concepção de Marx, obviamente, infundado (um trabalhador não é produtivo por estimular o consumo), mas que traz a questão para a relação entre produção e consumo do trabalhador produtivo, relação que é posta em seus devidos termos:

"Em média, o consumo do trabalhador é igual a seu custo de produção e não a sua produção. O excedente todo, portanto, produz ele para os outros, e assim essa parte toda de *sua produção é produção para outros*" (*Ibid.*, p. 264).

Argumento que nos reporta ao problema que nos concerne:

"o capitalista industrial que impele o trabalhador para essa *superprodução* (isto é, além das necessidades de subsistência) e utiliza todos os meios para *acrescê-la o mais possível*, para expandir essa *superprodução* relativa em contraste com a produção necessária, de imediato se apodera do excedente. [...] Enquanto mero funcionário do capital, isto é, representante da produção capitalista, o que lhe importa é o valor de troca e seu acréscimo e não o valor de uso e sua magnitude. O que lhe interessa é multiplicar a riqueza abstrata, apoderar-se cada vez mais de trabalho alheio. [...] Se a produção do trabalhador é *produção para outros*, a produção do capitalista normal, do capitalista industrial como deve ser, é *produção pela produção*" (*Ibid.*, p 264).

Aos donos da terra e do dinheiro, os capitalistas industriais têm de ceder parte dos lucros; aqueles são "co-participantes" (*Ibid.*, p. 265) dos lucros destes:

"As rendas (e também os próprios lucros) que os capitalistas industriais pagam aos capitalistas ociosos, pelos fundos que estes

emprestaram, provêm de aqueles assalariarem com esses fundos trabalho que *produz mais do que custa*, isto é, cujo produto tem mais valor do que o salário que lhe foi pago; ou seja, o lucro decorre portanto do que os trabalhadores assalariados produzem, acima do custo, um produto excedente de que o capitalista industrial se apropria e do qual transfere parte ao titular da renda da terra e do dinheiro" (*Ibid.*, p. 260).³⁸

Ou,

"Renda da terra e do dinheiro são apenas deduções do lucro industrial, segmentos dele, que o capitalista industrial transfere do lucro bruto para os donos de terras e capitalistas financeiros" (*Ibid.*, p. 253).

Assim, enquanto os capitalistas industriais exploram o trabalho diretamente, "os ociosos" só o fazem por seu intermédio (Ver *ibid*, p. 260); produtivo é, portanto, o trabalho assalariado pelo capital industrial. São os trabalhadores contratados pelo capitalista industrial que "produzem, acima do custo, um produto excedente"; produto excedente "de que o capitalista industrial se apropria"; produto excedente que se constitui no "lucro industrial"; produto excedente que é, em parte, transferido aos "donos da terra e do dinheiro" (daí que a renda destes não é, senão, dedução do lucro daqueles).

O texto fornece, ainda, duas indicações a respeito da circulação de mercadorias: uma, embora não relacionada diretamente à questão do trabalho, aponta para o fato de que "não é a troca que lhes [às mercadorias] dá a magnitude do valor" (*Ibid.*, p. 185)

"Na troca, os produtos dos indivíduos só se patenteiam produtos do trabalho geral, ao se configurarem em dinheiro. Essa relatividade, porém, já deriva de terem os produtos de representar a existência do trabalho geral, e a ela serem reduzidos como expressões do trabalho social, relativas, diferentes apenas na quantidade. [...], o que o produto obtém por meio da troca é apenas a forma de valor ou a

³⁸ A expressão "capitalistas ociosos" Marx toma de Destutt de Tracy, autor com quem discute nesse momento do texto: para Destutt a classe ociosa compreende "os ricos, que consomem a renda da terra e do dinheiro" (*Ibid.*, p. 251).

forma de *mercadoria*. [...] [Ao se dizer que] as coisas, os valores de uso obtêm por meio da troca valor maior, que sem ela não teriam tido, profere-se evidente disparate, pois a troca só pode elevar a magnitude do valor de A, baixando a de B. Ao dar a A valor maior que o que tinha antes da troca, dá valor menor a B. *A + B têm portanto o mesmo valor antes e depois da troca*" (*Id.*).

A outra refere-se, explicitamente, ao caráter improdutivo do trabalho do comerciante. Nos termos de Marx: alguns economistas "qualificaram o comerciante no sentido exato, de trabalhador 'improdutivo'" (*Ibid*, p. 154).

As passagens que extraímos são escassas, encontram-se dispersas e não são tratadas em profundidade. De fato, a discussão que Marx empreende em todo o capítulo gira em torno de um eixo (explorado cuidadosa e exaustivamente): a distinção entre trabalho produtivo e trabalho improdutivo funda-se em que o primeiro produz mais-valia – porque se troca por capital – e o segundo não – visto que se troca por renda. Mas, ao que nos parece, Marx já sugere que este contraponto não é suficiente para delimitar a categoria e antecipa um problema de que irá tratar nos livros II e III de *O capital*: o caráter não produtivo do capital na esfera da circulação e, em decorrência, do trabalho que este comanda.

1.2. As considerações de Marx no décimo segundo aditamento

No penúltimo texto suplementar ao primeiro volume de *Teorias da mais-valia* – "Produtividade do capital. Trabalho produtivo e improdutivo" (MARX, 1987, p. 384-406) – a reflexão de Marx a respeito da categoria de trabalho produtivo ganha sistematicidade. Às notas várias e dispersas, que caracterizam o capítulo IV desta obra, segue-se um texto que, ao que nos parece, "sintetiza" (e amplia) a discussão precedente e apresenta-se como explicitamente organizado: o aditamento segmenta-se em dez tópicos que, embora comportem níveis de abstração diversos, acham-se claramente encadeados.³⁹

De início Marx trata de uma questão geral: a "*produtividade do capital – expressão capitalista da produtividade do trabalho*", item que encerra estabelecendo a diferença entre forças produtivas do trabalho e força de trabalho produtiva, distinção chave para introduzir o que entende por "*trabalho produtivo no sistema capitalista*". A partir daí, considera os pontos cujo desenvolvimento permite, por um lado, inferir a distinção entre trabalho produtivo e improdutivo, neste sistema específico de produção, e, por outro, precisar a afirmação de que produtivo é o trabalho que "diretamente se troca por capital". Explicita, a seguir, o caráter de que se reveste esta troca em as "*duas fases da troca entre capital e trabalho, distintas na essência*", o que lhe possibilita pôr em relevo a especificidade da mercadoria força de trabalho e circunscrever "*o valor de uso específico do trabalho produtivo para o capital*" – valor de uso

³⁹ Parece-nos, também, que este texto se constitui em uma referência básica para as considerações de Marx a respeito do trabalho produtivo no item pertinente do que seria o capítulo VI do Livro I de *O capital*, de que trataremos adiante (ver capítulo 2 deste texto): há passagens, senão idênticas, muito similares; há exemplos recorrentes; há, em alguns casos, não só complementaridade como convergência na argumentação, e, ainda, concordância nas conclusões. Apesar das semelhanças, os textos não são iguais. Em primeiro lugar, a organização que o autor confere a este texto de *Teorias* difere daquela que se acha no "capítulo VI (inédito)"; e, ao contrário do que ocorre neste último, aqui a ordenação de seu pensamento é explícita. Em segundo lugar, há passagens que se encontram em *Teorias* suprimidas no "capítulo VI (inédito)" e vice-versa, além de outras "deslocadas". Finalmente, mas não menos importante, verificam-se divergências teóricas entre os textos. Ao tratarmos quer do aditamento de *Teorias*, quer do "capítulo VI (inédito)", remeteremos, em nota de rodapé, à "referência cruzada".

distinto do caráter útil, particular, de que se reveste o trabalho concreto; distinção que o autoriza a inferir que "a mesma espécie de trabalho pode ser produtiva ou improdutivo". Postas essas questões mais gerais, Marx irá se curvar sobre duas situações específicas: "*trabalho improdutivo e prestação de serviços...*" (trabalho que, embora assalariado, não é produtivo) e "*o trabalho de artesãos e camponeses na sociedade capitalista*" (trabalho produtor de mercadorias a que a distinção não se aplica).

Retorna, a seguir, a um plano analítico mais geral, propondo uma "*definição acessória do trabalho produtivo: trabalho que se realiza em riqueza material*" e tece, a partir daí, considerações atinentes a três situações particulares – situações em que as atividades não se traduzem imediata e empiricamente em "mercadorias palpáveis". Trata, então, da "*presença do capitalismo no domínio da produção imaterial*", de "*o problema do trabalho produtivo visto ângulo do processo global da produção material*" (em que discute a questão do trabalhador coletivo) e de "*a indústria de transportes, ramo da produção material...*".

Encerra o texto com um adendo que, por um lado, circunscreve o âmbito em que a discussão se processara – aquele relativo ao "capital empregado no processo de produção imediato" – e, por outro, remete à discussão posterior - discussão acerca do trabalho produtivo/improdutivo considerado o "capital no processo de circulação".

Acompanhemos o pensamento do autor...

1.2.1. Produtividade do capital e trabalho produtivo

Marx abre o aditamento tecendo considerações a respeito da produtividade do capital.⁴⁰ Inicia a discussão apontando para o fato de

⁴⁰ Discussão que aparece na íntegra, com pequenas alterações, em *O capital*. Livro I. capítulo VI (inédito), sob o título de "Mistificação do capital, etc." (MARX, 1978, p, 83-90); no entanto, enquanto em *Teorias* a questão da produtividade do capital precede à do trabalho produtivo e improdutivo – e a íntegra – no "capítulo VI (inédito)", lhe é posterior – e parece (ou aparece como) dela desvinculada. Vale lembrar que Napoleoni a incorpora à discussão acerca do trabalho produtivo, de modo distinto do nosso (Ver Napoleoni,

que "a produtividade do capital" não é, senão, "a expressão capitalista da produtividade do trabalho social" – "relação perversa" que caracteriza as relações sociais vigentes na sociedade produtora de mercadorias, "relação perversa" a partir da qual, à semelhança do que acontece com o dinheiro, "a forma social geral do trabalho" aparece como "propriedade de uma coisa".

"Uma vez que o trabalho vivo – com a troca entre capital e trabalhador - se incorpora ao capital e aparece como atividade a este pertencente desde o início do processo de trabalho, todas as forças produtivas do trabalho social passam a desempenhar o papel de forças produtivas do capital, do mesmo modo que a forma social geral do trabalho aparece no dinheiro como propriedade de uma coisa. Assim, a força produtiva do trabalho social e suas formas particulares se apresentam então na qualidade de forças produtivas e formas do capital, do *trabalho materializado*, das condições materiais (objetivas) do trabalho – as quais, nessa forma independente, em face do trabalho vivo, se personificam no capitalista. Eis aí, mais uma vez, a relação perversa, que, ao tratar do dinheiro, chamamos de *fetichismo*" (MARX, 1987, p. 384-385).

E desmistifica-a. Em primeiro lugar – e antes de tudo –, a produtividade do capital consiste "na coerção para se obter trabalho excedente, trabalho acima da necessidade imediata" (*Ibid.*, p. 385)⁴¹; em segundo lugar, em "absorver as forças produtivas do trabalho social e as forças produtivas sociais gerais, como a ciência, e delas se apropriar (personificando-as)" (*Ibid.*, p. 387).

Relação perversa, posto que o capital não é senão trabalho, mas trabalho apropriado: trabalho passado apropriado; trabalho objetivado apropriado, meio de sugar trabalho vivo.

1981, Lição 10, em especial p. 108 e seguintes; e Lição 11, na íntegra, p. 112-119.). Não tornaremos a esta discussão ao cuidarmos do "capítulo VI (inédito)", visto que acreditamos tê-la esgotado neste tópico de *Teorias*.

Cabe, ainda, ressaltar que este primeiro item do aditamento é todo ele uma belíssima construção sobre trabalho alienado, discussão que não empreenderemos.

⁴¹Coerção que, acrescenta Marx, "o modo capitalista de produção partilha com modos de produção anteriores, mas que exerce e efetiva de maneira mais favorável à produção" (*Id.*).

Num primeiro momento, o capital se constitui como tal por se apropriar das condições objetivas de trabalho e, em decorrência, das condições de vida do trabalhador (meios de produção e de subsistência), produtos do trabalho – trabalho pretérito. Mesmo nesse momento, quando a subordinação do trabalho ao capital é apenas formal, "os de produção não aparecem subsumidos ao trabalhador, este é que a eles aparece subsumido"; as condições objetivas de produção confrontam-se com o trabalhador enquanto capital; "capital emprega trabalho". Os meios de produção "não são meios para o trabalhador gerar produtos" (para si), ao contrário, o trabalhador é que se constitui em "meio tanto de lhes conservar o valor, quanto de criar mais-valia, isto é, serve-lhes para o crescer, para sugar trabalho excedente". Assim, as condições objetivas de produção se apresentam ao trabalhador como algo "estranho"; tem-se a perversão – "personificação da coisa", "coisificação da pessoa" –, perversão que expressa o poderio do capital sobre trabalho, poderio que é, ao fim e ao cabo, o poderio do trabalho materializado sobre o trabalho vivo, poderio que é tão só "o do produto do trabalhador [personalizado no capital] sobre o próprio trabalhador" (Ver MARX, *op. cit.*, p. 385).

Relação perversa que se torna ainda mais complexa quando da subordinação real do trabalho ao capital. Agora não apenas as condições objetivas de trabalho são apropriadas pelo capital, senão também as condições subjetivas: "as formas de trabalho socialmente desenvolvido" são apropriadas pelo capital e se tornam "forças produtivas do capital"; o mesmo ocorre com a ciência e com as forças naturais: que, embora "na origem também sejam produto do trabalho", "onde quer que entrem no processo de trabalho, apresentam-se incorporadas ao capital" (Ver *Ibid.*, p. 386).

"De fato, a unidade na cooperação, a combinação na divisão do trabalho, o emprego, na maquinaria para fins produtivos, das forças naturais e da ciência junto com os produtos do trabalho, tudo isso se opõe aos próprios trabalhadores individuais como algo *estranho* e *coisificado*, como simples forma de existência dos meios de trabalho deles independentes e que os dominam, e do mesmo modo

esses meios os enfrentam na forma visível, simples, de material, instrumento etc., nas funções de *capital* e portanto de *capitalista*" (*Id.*).

Até aqui a argumentação, centrada na contradição entre capital e trabalho, gira em torno de um eixo que privilegia dois pólos antagônicos: trabalho pretérito (apropriado por, e personificado em, o capital) – "coisas" (meios de produção e subsistência), "forças produtivas do trabalho social", "forças produtivas sociais gerais" – e trabalho vivo. A partir de então, o eixo muda e os pólos antagônicos são outros: Marx passa a considerá-la enquanto contradição entre as formas sociais do trabalho (apropriadas pelo capital) e o trabalhador individual:

"Quanto aos trabalhadores individuais, as formas sociais de seu próprio trabalho ou as formas de seu próprio trabalho social são relações constituídas de maneira que deles em nada depende; os trabalhadores, subsumidos ao capital, tornam-se elementos dessas formações sociais, mas essas formações sociais não lhes pertencem. Enfrentam-nos portanto como *estruturas* do próprio capital, como combinações pertencentes ao capital, distintas da força de trabalho individual, oriundas do capital e nele incorporadas" (*Id.*).⁴²

E mais adiante,

"E assim o desenvolvimento das forças produtivas *sociais* do trabalho e as condições desse desenvolvimento aparecem como *ação do capital*, em relação à qual o trabalhador individual tem mero comportamento passivo, e que em oposição a ele se exerce" (*Ibid.*, p. 387).

Ou ainda,

"junto com o trabalho, o capital absorve também as *combinações sociais do trabalho* e o desenvolvimento dos meios de trabalho, correspondente a essas combinações sociais. A produção

⁴² Ainda mais, enfatiza Marx: "E isto assume feição tanto mais real quanto mais essas formas modificam a própria força de trabalho – tornando-a impotente para a ação autônoma, isto é, fora do relacionamento capitalista, e destruindo-lhes a capacidade autônoma de produzir – e quanto mais as condições de trabalho, com o desenvolvimento da maquinaria, se patenteiam, no plano tecnológico, dominantes do trabalho e ao mesmo tempo o substituem, subjagam e o tornam supérfluo nas formas independentes". (*Id.*).

capitalista desenvolve primeiro em grande escala – arranca do trabalhador individual independente – as condições do processo de trabalho tanto objetivas quanto subjetivas, mas as desenvolve como forças que dominam o *trabalhador individual* e lhe são *estranhas*" (*Id.*).

Eixo contraditório fundamental!

Este segundo eixo permite a Marx distinguir forças produtivas do trabalho e força de trabalho produtiva. As forças produtivas sociais e gerais do trabalho (ou seja, a produtividade do trabalho) são incorporadas ao capital, "transpõem-se para o capital", e aparecem como *força produtiva do capital* – "produtividade do capital" –; a força de trabalho produtiva é produtiva pela "*diferença* entre seu *valor* e o *valor que gera*" (*Ibid.*, p. 388).

Eixo contraditório fundamental posto que a distinção que introduz revela-se da maior importância para a discussão do trabalho produtivo. A questão que Marx se põe é: "uma vez que as forças produtivas do trabalho se transpõem para o capital" – e como "a mesma força produtiva não pode ser contada duas vezes, uma como força produtiva do trabalho, e outra como força produtiva do capital" – "como ou por que meio o trabalho se revela produtivo ou *trabalho produtivo* em face do capital" (*Ibid.*, p. 387-388)?

E responde-a. Parece-nos que a resposta está diretamente ligada ao fato de que

"O capital, por consistir em mercadorias, tem duplo caráter.

1. *Valor de troca* (dinheiro); mas *valor que se expande*, valor que, por ser valor, cria valor, como valor aumenta, obtém acréscimo. Isto se reduz a troca de dada quantidade de trabalho materializado contra quantidade maior de trabalho vivo.

2. *Valor de uso*; então, o capital aparece no processo de trabalho de acordo com suas relações específicas. Mas justamente aí não é mais apenas (matéria-prima) material de trabalho, meio de trabalho, aos quais pertence o *trabalho* e os quais incorporam a si o trabalho; junto com o trabalho, o capital absorve também as *combinações*

sociais do trabalho e o desenvolvimento dos meios de trabalho, correspondente a essas combinações sociais. A produção capitalista desenvolve primeiro em grande escala – arranca do trabalhador individual independente – as condições do processo de trabalho tanto objetivas quanto subjetivas, mas as desenvolve como forças que dominam o *trabalhador individual* e lhe são *estranhas*" (Ibid., p. 387).

Primeiro, considera a força de trabalho produtiva, ou o trabalho produtivo: trabalho produtivo é aquele que produz mais-valia (ou, dito de outro modo, força de trabalho produtiva é aquela que permite ao capital criar mais-valia). Força de trabalho produtiva, portanto, concerne ao valor de troca do capital, concerne ao fato de que o capital é *valor que se expande*.

"Só o trabalho que se transforma diretamente em capital é *produtivo*; portanto, só trabalho que faz do capital variável magnitude variável e, em consequência, torna o capital total $C = C + \dots$. Se o capital variável, antes de se trocar por trabalho, for igual a x , de modo a se estabelecer a equação $y = x$, é produtivo o trabalho que converte x a $x + h$ e por conseguinte faz $y = x$, $y' = x + h$. Este, o primeiro ponto a elucidar: trabalho que produz mais-valia ou que é força que permite ao capital criar mais-valia, assumir a figura de capital, de valor que cresce por si mesmo" (Ibid., p. 388).

Segundo, considera as forças produtivas sociais e gerais do trabalho – ou a produtividade do trabalho – apropriadas pelo capital e, enquanto tal, a ele incorporadas como força produtiva sua; produtividade do trabalho que concerne ao processo de trabalho, diz respeito ao valor de uso e não ao valor de troca do capital, e que, portanto, não influi diretamente na mais-valia. Nos termos de Marx:

"As forças produtivas sociais e gerais do trabalho são forças produtivas do capital. Mas essas forças produtivas só concernem ao processo de trabalho ou só dizem respeito ao valor de uso. Representam propriedades inerentes ao capital como coisa, seu valor de uso. Não influenciam diretamente o *valor de troca*. Trabalhem 100 pessoas em conjunto ou cada uma delas de per si, o

valor de seu produto é igual a 100 jornadas de trabalho, seja qual for a quantidade de produtos em que se represente; isto é, não importa a produtividade do trabalho" (*Id.*)⁴³

Retoma, então, o que chamáramos de segundo eixo da contradição entre capital e trabalho:

"Por conseguinte, o trabalho que produz *valor* continua sempre a ser trabalho do *indivíduo*, mas se expressa na forma de *trabalho geral*. O trabalho produtivo – como trabalho que produz valor – confronta, por isso, o capital sempre na forma de trabalho da força de trabalho individual, do *trabalhador isolado*, sejam quais forem as combinações sociais de que participem esses trabalhadores no processo de produção. Assim, enquanto o capital representa perante o trabalhador a força produtiva social do trabalho, o trabalho produtivo representa sempre perante o capital nada mais que o trabalho do *trabalhador isolado*" (*Ibid.*, p. 389).

O que nos permite diferenciar, conceptualmente, produtividade do trabalho e, na falta de melhor expressão, o "ser produtivo do trabalho".⁴⁴

Posto isto, Marx irá precisar a categoria de "trabalho produtivo no sistema de produção capitalista".

1.2.2. A categoria de trabalho produtivo

Principia a exposição ponderando, *não por acaso*, sobre como dinheiro se transforma em capital – processo que se inicia no mercado,

⁴³ E Marx esclarece que a variação na produtividade do trabalho apenas de um modo influi no valor de troca: quando reduz o tempo de trabalho necessário para a produção de uma mercadoria. "Se a produtividade do trabalho, por exemplo, se desenvolve num ramo particular de atividade, digamos, não constitui mais exceção na tecelagem substituir os teares manuais pelos mecânicos, exigindo a produção de uma jarda de tecido por tear mecânico metade apenas do tempo requerido pelo manual, então 12 horas de um tecelão manual não representam mais um valor de 12 horas e sim de 6, pois agora o tempo de trabalho *necessário* se reduziu para 6 horas. As 12 horas do tecelão manual só configuram 6 horas de tempo de trabalho social, embora ele trabalhe 12 como dantes" (*Ibid.*, p. 388-389).

⁴⁴ Ainda que Napoleoni (1981) se curve sobre estas considerações de Marx, seus argumentos centram-se na discussão da alienação. Mesmo que o autor perceba a diferença, passa ao largo da distinção fundamental, tanto que usa indiscriminadamente o conceito de produtividade do trabalho quer se refira às forças produtivas do trabalho quer se refira à força de trabalho produtiva (trabalho produtivo).

no âmbito, portanto, da circulação de mercadorias –, pela troca de dinheiro por meios de produção e força de trabalho:

"[o] dinheiro se torna capital, isto é, dado valor de troca se converte em valor de troca que acresce a si mesmo, em valor adicionado de mais-valia, em virtude de parte dele transformar-se em mercadorias que servem de meios de trabalho para o trabalho (matérias-primas, instrumentos, em suma, as condições materiais de trabalho), e parte aplicar-se na compra de força de trabalho" (MARX, 1987, p. 389).

mas que aí não se esgota:

"Entretanto, não é essa primeira troca entre o dinheiro e a força de trabalho, ou a mera compra desta, que transforma o dinheiro em capital. Essa compra incorpora ao capital o uso da força de trabalho por determinado tempo ou torna determinada quantidade de trabalho vivo um dos modos de existência, a enteléquia, por assim dizer, do próprio capital" (*Id.*).

Embora o ciclo do capital-dinheiro comece (e termine) na esfera da circulação (D – M... P... M' – D'), é no processo de produção efetivo que o dinheiro se transforma em capital (*inclusive a parte deste que assume a forma de meios de produção – o capital constante*); é no processo de produção efetivo que o trabalho vivo, não apenas reproduz o valor do capital nele despendido (o capital variável), senão, gera mais-valor; é no processo de produção efetivo, portanto, que o valor original total, além de se conservar, expande-se:

"No processo de produção efetivo, o trabalho vivo se transforma em capital, ao reproduzir o salário – portanto, o valor do capital variável – e ainda gerar mais-valia; e por meio desse processo de transformação, a soma toda em dinheiro se converte em capital, embora a parte que varia diretamente seja apenas a desembolsada em salário. O valor, se era igual a $c + v$, é igual agora a $c + (v + x)$, o mesmo que $(c + v) + x$; quer dizer, a soma original de dinheiro, a magnitude de valor, expandiu-se, revelou-se valor que ao mesmo tempo se conserva e acresce" (*Ibid.*, p. 390).⁴⁵

⁴⁵ Marx introduz no texto, entre parênteses, uma observação relevante: "Cabe observar aqui: a circunstância de só a *parte variável* do capital produzir acréscimo, em nada altera

Ou,

"No processo de produção efetivo, o trabalho se converte realmente em capital [...] Só em virtude dessa conversão *direta* de trabalho em trabalho *materializado* pertencente não ao trabalhador e sim ao capitalista é que o dinheiro se converte em capital, inclusive a parte dele que assumiu a forma de meios de produção, de condições de trabalho" (*Id.*).

A transformação do dinheiro em capital é a *chave* para definir trabalho produtivo no sistema capitalista de produção – forma histórica, particular, da produção social. Isto porque, ao falar em trabalho produtivo no sistema capitalista de produção, Marx fala de "trabalho *socialmente definido*" (*Ibid.*, p. 391), isto é, trabalho que exprime "a especificidade da forma do trabalho sobre que repousam o modo capitalista de produção por inteiro e o próprio capital" (*Id.*), forma que supõe o trabalhador livre. Forma de trabalho que supõe o trabalhador (livre porque separado dos meios de produção e, em decorrência, dos meios de subsistência; livre de vínculos de dependência pessoal), que se vê forçado a vender sua capacidade de trabalhar. Trabalhador que se defronta, no mercado, com os proprietários dos meios de produção, que, por seu lado, precisam comprar trabalho vivo – que transforma os meios de produção em (novos) produtos, produtos que são mercadorias –; e que, por vender sua força de trabalho, é trabalhador assalariado. Trabalho socialmente definido, pois se trata de trabalho produtor de mercadorias; trabalho socialmente definido, porque se trata de trabalho em uma relação específica: aquela que converte dinheiro (ou as mercadorias que este compra) em capital; trabalho socialmente definido, posto que tanto as condições da produção

o fato de aparecer expandida, por meio desse processo, a totalidade do valor original, de ficar ela acrescida de mais-valia, de se transformar portanto em capital toda a soma original de dinheiro. É que o valor original = $c + v$ (capital constante e capital variável), no processo, torna-se $c + (v + x)$; o último termo é a parte reproduzida que surgiu pela transformação do trabalho vivo em trabalho materializado, transformação que é motivada e introduzida pela troca de v por força de trabalho ou por sua conversão em salário. Mas, $c + (v + x) = c + v$ (o capital original) + x . Ademais, a conversão de v em $v + x$ e, portanto, de $(c + v)$ em $(c + v) + x$ só pode ocorrer quando parte do dinheiro se transforma em c . Uma parte só pode transformar-se em capital *variável*, quando a outra se transforma em capital constante" (*Id.*).

quanto a força de trabalho acham-se incorporadas, na qualidade de mercadorias, ao capital (as primeiras, como capital constante; a segunda, como capital variável); trabalho socialmente definido, já que a mercadoria força de trabalho, no processo de trabalho, além de transferir o valor dos meios de produção aos produtos do trabalho e de reproduzir seu próprio valor ("adiantado" como salário), aumenta-o; trabalho socialmente definido, devido à diferença entre o valor de troca e o valor de uso da mercadoria força de trabalho; trabalho socialmente definido que "envolve uma relação bem determinada entre o comprador e o vendedor do trabalho" (*Id.*). Assim,

"Só a apontada *relação* definida com o trabalho transforma o dinheiro ou a mercadoria em capital",

e, portanto, é trabalho produtivo aquele

"que, por meio dessa relação que mantém com as condições de produção e a que corresponde determinado comportamento no processo de produção efetivo – transforma dinheiro ou mercadoria em capital, isto é, conserva e acresce o valor do trabalho materializado, que se tornou independente em relação à força de trabalho" (*Ibid.*, p. 390).

Em suma:

"Trabalho produtivo é uma abreviação para designar o conjunto do relacionamento e dos modos em que a força de trabalho figura no processo capitalista de produção" (*Ibid.*, p. 390-391).

Dito de outro modo,

"*Trabalho produtivo* portanto é o que – no sistema de produção capitalista – produz *mais-valia* para o empregador ou que transforma as condições materiais de trabalho em capital e o dono delas em capitalista, por conseguinte trabalho que produz o próprio produto como capital" (*Ibid.*, p. 391).

Ou,

"Trabalho produtivo é portanto o que, para o trabalhador, apenas reproduz o valor previamente determinado de sua força de trabalho, mas, como atividade geradora de valor, acresce o valor do

capital, ou contrapõe ao próprio trabalhador os valores que criou na forma de capital" (*Id.*).

Enfim, trabalho produtivo é o que "se troca por *dinheiro na qualidade de capital*", de forma abreviada,

"[trabalho produtivo é] o que diretamente se troca por *capital*, isto é, por dinheiro que *em si* é capital, tem a destinação de funcionar como capital, ou que, na qualidade de capital, enfrenta a força de trabalho. Na expressão trabalho que se troca *diretamente* por *capital* está implícito que o trabalho se troca por dinheiro como *capital* e efetivamente se converte em capital" (*Id.*).

As inúmeras (e extensas) citações servem-nos para circunscrever o âmbito do trabalho produtivo sob o capital: aqui, trabalho produtivo é trabalho que produz mais-valia. Nesta forma histórica da produção, trabalho produtivo não é "todo trabalho que produza alguma coisa, um resultado" (como o considera o "tacanho espírito burguês") (*Ibid.*, p.388); trabalho produtivo não se identifica, pois, com valor de uso e não é sinônimo de trabalho útil⁴⁶ – por isso, "é da maior importância distingui-lo de *outras espécies de trabalho*" (*Ibid.*, p. 391). Nesta forma histórica da produção, trabalho produtivo é trabalho que se troca por dinheiro na qualidade de capital, é trabalho que se troca diretamente por capital – forma abreviada para designar o trabalho que se troca por dinheiro enquanto capital e que, no processo de produção, efetivamente se converte em capital. Formulação rigorosa por dois motivos. Primeiro, por fixar as bases que permitem estabelecer a distinção entre o trabalho que se troca por capital (trabalho assalariado, como se verá adiante) – trabalho produtivo – e outras espécies de trabalho (trabalho também assalariado) que se trocam por dinheiro que não é capital, dinheiro que é apenas meio de circulação, – trabalho improdutivo –. Segundo, por conferir precisão à afirmação de que produtivo é trabalho que se troca por capital (forma abreviada de uma relação que agora se "desdobra"): se produtivo é o trabalho que se troca por capital, nem todo o trabalho que o

⁴⁶ Distinção de que Napoleoni (1981) trata de modo exaustivo (e de que cuidamos no capítulo 4).

capital emprega é produtivo – só é produtivo o trabalho que, na troca por capital, efetivamente se converte em capital; trabalho que, "como atividade geradora de valor, acresce o valor do capital".

Retornando ao corpo do texto, e à linha de raciocínio de Marx, a questão que está posta é a da especificidade de que se reveste a troca de dinheiro por força de trabalho. Marx formula o problema nos seguintes termos: ainda que não explique a autovalorização do capital, esta troca originária se constitui em condição primeira de todo o processo – é ela que, de fato, transforma o dinheiro e/ou os meios de produção em capital:

"essa conversão [do trabalho em capital] depende da troca originária entre dinheiro e força de trabalho. Antes, o dinheiro – exista na própria forma ou na forma de mercadorias (produtos) adequadas para servir de meios de produção de novas mercadorias – é capital apenas *em si*" [virtualmente, potencialmente, em essência]" (*Ibid.*, p. 390).⁴⁷

E no que reside a especificidade dessa troca?

1.2.3. A troca entre trabalho e capital

Marx irá distinguir, na troca entre capital e trabalho, duas fases que, "embora se condicionem uma a outra", são "distintas na essência".

Quanto à primeira fase da troca, trata-se de um "processo formal" ("ideal", "jurídico"), processo em que "o capital se configura em *dinheiro* e a força de trabalho assume a forma de *mercadoria*".

"O que aí *diretamente* se vende não é mercadoria em que o trabalho se realizou e sim o *uso da própria força de trabalho*, de fato portanto

⁴⁷ Para os termos entre colchete ver *id.*, nota 126. A passagem de Marx que se segue é esclarecedora: "Embora o dinheiro nas mãos do comprador da força de trabalho – ou, se se expressa em mercadoria, os meios de produção e os meios de subsistência do trabalhador – só se torne capital por meio do processo, só neste se converta em capital, e essas coisas não sejam capital antes de entrar no processo, mas apenas se destinem a ser capital, são elas, entretanto, capital *em si*. São capital em virtude da forma autônoma com que confrontam a força de trabalho e esta as confronta, uma relação que motiva e assegura a troca com a força de trabalho e o processo daí decorrente da conversão real do trabalho em capital. Têm de antemão, em face dos trabalhadores, a *destinação social* que as toma capital e lhes dá o comando sobre o trabalho. Por isso, com respeito ao trabalho, são *precondições* na forma de capital". (*Ibid.*, p. 391).

o *próprio trabalho*, pois o uso dessa força é a ação dela, o trabalho. Não se trata assim de troca de trabalho realizada por meio da troca de mercadorias" (*Ibid.*, p. 392).⁴⁸

Nesta primeira fase,

"permuta [-se] *trabalho materializado* na forma social geral, isto é, em dinheiro, por *trabalho que* até então só *existe como poder*; e o que é comprado e vendido é o uso desse poder, ou seja, o próprio trabalho, embora o *valor* da mercadoria vendida não seja o valor do trabalho (uma expressão irracional), mas o *valor* da força de trabalho" (*Id.*).

O que ocorre, portanto, diretamente é

"troca entre trabalho *materializado* e *força de trabalho*, que de fato se reduz a trabalho vivo; por conseguinte, entre trabalho materializado e trabalho vivo" (*Id.*).

Aqui,

"a relação entre trabalhador e capitalista é a que existe entre comprador e vendedor de mercadoria. O capitalista paga o *valor* da força de trabalho, portanto o *valor* da mercadoria que compra" (*Id.*).

"há troca de dinheiro por mercadoria – troca de equivalentes –, e trabalhador e capitalista se confrontam na qualidade de donos de mercadorias. Trocam-se equivalentes" (*Ibid.*, p. 393).

E o salário "– o valor da força de trabalho – toma por isso a aparência [...] de preço direto de compra, *preço do trabalho*" (*Ibid.*, p. 392).

Mas essa primeira fase da troca, que é, na aparência, troca de equivalentes, encobre uma "essência" – "essência" que remete à distinção entre o valor (de troca) da mercadoria força de trabalho e seu valor de uso:

"a força de trabalho só é comprada porque o trabalho, que pode realizar e se obriga a executar, é maior que o trabalho necessário

⁴⁸ Parece-nos que há um problema de tradução na edição que nos serve de base: o adjetivo – realizada, no original – refere-se a trabalho e não à troca. Assim, acreditamos que a forma correta seja: "Não se trata assim de troca de trabalho realizado por meio da troca de mercadorias". Não só o período imediatamente subsequente parece confirmar esta leitura ("Se A vende sapatos a B ambos trocam trabalho, o primeiro, trabalho realizado em sapatos, e o segundo, em dinheiro".), como toda a construção do parágrafo parece indicar que Marx opõe trabalho realizado (pretérito, materializado) a trabalho vivo.

para reproduzir a força de trabalho, e se apresenta por isso em valor maior que o valor da força de trabalho" (*Ibid.*, p. 393).

Essência que só se desnuda quando se ultrapassa a aparência, quando se desvenda a segunda fase da troca entre capital e trabalho – segunda fase que "nada tem a ver, na realidade, com a primeira"; segunda fase que, "no sentido estrito da palavra, não é *troca* absolutamente".

"Na segunda fase não há troca. O dono do dinheiro cessou de ser comprador de mercadoria, e o trabalhador, de ser vendedor de mercadoria" (*Id.*).

Agora, por um lado, o "dono do dinheiro funciona [...] como capitalista. Consome a mercadoria que comprou" (*Id.*); por outro, o trabalhador "fornece[a], pois o uso de sua força de trabalho é seu próprio trabalho" (*Id.*).

É a segunda fase da troca que converte trabalho em capital; é esta fase que transforma o dinheiro (que antes existia, apenas, quer "na própria forma", quer "na forma de mercadorias" – "meios de produção de novas mercadorias") em capital; portanto (e dito de outro modo), é esta fase que, *efetivamente*, transforma o "capital em si" em capital.

Embora "distintas na essência", as duas fases da troca entre capital e trabalho articulam-se; e a primeira constitui-se em condição para a segunda. A primeira "incorpora o trabalho *formalmente* ao capital" – daí, por meio desta, "o *trabalho* mesmo se torn[a] parte da riqueza objetiva". Esta incorporação formal, no entanto, possibilita uma incorporação real (a segunda fase da troca): "o trabalhador o executa, mas o trabalho *pertence* ao capital" - não é, senão, uma função deste.

"Ocorre [...] sob seu controle e chefia diretos; e o produto onde se materializa é a nova efígie em que o capital aparece, ou melhor, em que se *realiza* efetivamente como capital. Nesse processo, portanto, o trabalho se *materializa* de maneira direta, transforma-se de *imediato* em capital, depois de já se ter incorporado ao capital, *formalmente*, pela primeira transação" (*Id.*).

Em termos mais precisos é através desta última fase que

"[se] converte [...] em capital *mais* trabalho do que o capital (trabalho materializado) que se desembolsou antes na compra de força de trabalho. Nesse processo há apropriação de uma parte não paga do trabalho, e só por esse meio o dinheiro se transforma em capital" (*Id.*).

Em síntese:

"Embora nessa fase, de fato, não ocorra troca, o resultado, se pusermos de lado os meios que o provocaram, é que – juntando-se ambas as fases – determinada quantidade de trabalho materializado se trocou por quantidade maior de trabalho vivo. Isso se expressa no resultado do processo: *o trabalho que se materializou no produto é maior do que o trabalho materializado na força de trabalho e, portanto, maior do que o trabalho materializado que é pago ao trabalhador, ou o capitalista, no processo efetivo, recupera, isto é, recebe não só a parte do capital a qual desembolsou em salário, mas também mais-valia, que nada lhe custa*" (*Id.*).

A troca direta de trabalho por capital significa, então,

"1) a conversão imediata do trabalho em capital, em elemento objetivo componente no capital do processo de produção; 2) a troca de determinada quantidade de trabalho materializado pela mesma quantidade de trabalho vivo acrescida de quantidade excedente de trabalho vivo, da qual se assume a propriedade *sem troca*" (*Ibid.*, p. 393-394).

Rigorosamente, não se trata e a troca entre trabalho e capital, mas de "duas espécies de troca" (ou de "duas fases" de uma troca muito específica, fases "distintas na essência"):

"A primeira expressa apenas a compra da força de trabalho e por isso, na realidade, do trabalho e, em consequência, do respectivo produto. A segunda, a conversão direta de trabalho *vivo* em capital ou a materialização do trabalho vivo como realização do capital" (*Ibid.*, p. 394).

A distinção entre as duas espécies de troca e sua relação constituem-se na chave para entender a proposição de que "trabalho

produtivo é o trabalho que se troca diretamente por capital".⁴⁹

"A proposição [...] abrange todas essas fases e é apenas uma fórmula inferida para dizer que [trabalho produtivo] é o *trabalho* que transforma dinheiro em capital e faz a permuta com as condições de produção guindadas a *capital*; não se relaciona com elas qualificadas de meras condições de produção, nem com elas se comporta como trabalho puro e simples, sem destinação social específica" (*Id.*).

Subjaz à argumentação um suposto: o trabalho que se troca por capital é trabalho assalariado – e este trabalho é trabalho socialmente determinado –. Se toda produção supõe as relações dos homens com a natureza, se supõe a existência de meios de produção (objeto e instrumentos de trabalho) sobre os quais o trabalho humano se efetiva, na produção capitalista, o produtor direto não é proprietário destes meios. Na qualidade de trabalhador livre, vende no mercado a única mercadoria que possui – sua capacidade de trabalhar – e vende-a em troca de um salário (o preço da força de trabalho). Portanto, sob o capital o trabalho é trabalho assalariado (e o assalariamento é a expressão jurídica de relações sociais determinadas).

A argumentação introduz uma discussão nova: o trabalho sob o capital tem uma destinação social específica; discussão que remete ao valor de uso do trabalho produtivo para o capital.

1.2.4. O valor de uso específico do trabalho produtivo para o capital⁵⁰

Marx inicia discussão afirmando que, independente da forma

⁴⁹ Forma abreviada de uma relação social que envolve: "1) a relação recíproca entre dinheiro e força de trabalho como mercadoria, compra e venda entre o dono do dinheiro e o dono da força de trabalho; 2) a subsunção direta do trabalho ao capital; 3) a transformação direta do trabalho em capital no processo de produção ou, o que dá no mesmo, a criação da mais-valia para o capital". (*Id.*).

⁵⁰ Marx trata da questão em termos muito semelhantes no "capítulo VI (inédito)" de *O capital*. (Ver MARX, 1978, p. 75-76; ver, ainda, item 2.3 deste texto).

histórica da produção, trabalho produtivo é trabalho que produz valor-de-uso. Essa determinação mais geral não é negada quando se trata da produção capitalista:⁵¹ "só trabalho que se apresenta em *mercadoria*, isto é, em valores de uso, é trabalho por que se permuta capital" (MARX, 1987, p. 395), já que, "o trabalho, para produzir *mercadoria*, tem de ser trabalho útil, produzir *valor de uso*, configurar-se num *valor de uso*" (*Id.*).

No entanto, sob o capital, não é caráter útil do trabalho concreto – os valores de uso que este produz – "que constitui seu valor de uso específico para o capital e por isso o qualifica de *trabalho produtivo*" (*Id.*).

"O que constitui seu *valor de uso específico* para o capital não é seu caráter útil particular, tampouco as propriedades especiais úteis do produto em que se materializou, e sim seu caráter como o elemento criador do valor de troca, como trabalho abstrato; mais precisamente, não é a circunstância de representar, em suma, dada quantidade desse trabalho geral, mas a de representar quantidade *maior* que a *contida* em seu preço, isto é, no *valor da força de trabalho*" (*Id.*).⁵²

É isto porque, "o resultado do processo de produção capitalista não é mero produto (valor de uso)" (*Ibid.*, p. 394) não é "*mercadoria*, isto é, valor de uso que tem determinado valor de troca"; "seu resultado, seu produto, é criação de *mais-valia* para o capital e, por isso, *conversão* real de dinheiro ou mercadoria em capital" (*Id.*) – e nisso reside a "destinação social específica" do trabalho sob o capital:

"[...] dinheiro e mercadoria são capital, antes do processo de produção, pela intenção apenas, em si, pela destinação. No

⁵¹ Sobre a relação entre trabalho produtivo "em geral" e trabalho produtivo sob o capital ver, também, MARX, 1978, p. 70-71; MARX, 1968, p. 205 e MARX, 1971, p. 583-585; ver, ainda, nossas considerações nos itens 2.1 e 3.1)

⁵² Ou "O valor de uso da força de trabalho para o capital é justamente o excesso da quantidade de trabalho que ela fornece além da quantidade de trabalho que nela mesma se materializa e por isso é necessária para reproduzi-la. Fornece essa quantidade, naturalmente na *forma determinada* inerente a trabalho de utilidade particular, como, por exemplo, trabalho de fiar, tecer etc. Mas, esse caráter concreto, que o capacita a configurar-se em mercadoria, não é seu *valor de uso específico* para o capital. Para este, seu valor de uso específico consiste em sua qualidade de trabalho em geral e no que a quantidade de trabalho que a força de trabalho realiza excede a quantidade de trabalho que ela custa" (*Id.*).

processo de produção absorve-se mais trabalho do que foi comprado, e essa absorção, *apropriação* de trabalho alheio não pago, consumada no processo de produção, é o *objetivo direto* do processo de produção capitalista; pois, o que o capital quer produzir como capital (portanto, o capitalista como capitalista) não é valor de uso imediato para o próprio consumo pessoal, nem mercadoria para transformar primeiro em dinheiro e depois em valor de uso. Seu objetivo é o *enriquecimento, o acréscimo do valor, seu aumento*, isto é, a conversão do valor antigo e a criação de mais-valia. E o capital só alcança esse *produto específico* do processo de produção capitalista, na troca pelo trabalho, que se chama por isso de *trabalho produtivo*" (*Ibid.*, p. 394-395).

Ou,

"O processo capitalista de produção, portanto, não consiste em mera produção de mercadorias. É um processo que absorve trabalho não pago, faz das matérias-primas e dos meios de trabalho – os meios de produção – meios de absorver trabalho não pago" (*Ibid.*, p. 395).

Se, nas formas sociais de produção outras, trabalho produtivo é trabalho que se realiza em um produto, sob o capital, trabalho produtivo é o que "transforma dinheiro em capital" – ou seja, o trabalho não se relaciona com as condições de produção meramente enquanto tal, senão enquanto "guindadas a capital"; não se "comporta com elas como trabalho puro e simples". Assim, ainda que seja trabalho útil – produza produtos (valores de uso) – seu valor de uso, para o capital, é distinto dos valores de uso que produz: sua "destinação social" é produzir mais-valia.

Posto isto, o caráter produtivo do trabalho independe do "*conteúdo característico* do trabalho", de "sua utilidade particular ou [de] o valor de uso peculiar em que ele se apresenta"; em decorrência, "a *mesma* espécie de trabalho pode ser *produtiva* ou *improdutiva*".⁵³

Toda a argumentação desenvolvida até agora – que envolve o *duplo*

⁵³ Marx vale-se de dois exemplos pertinentes à "produção não-material"; os exemplos e o problema analítico que estes levantam serão considerados adiante, quando tratarmos da "produção imaterial" (item 1.2.5.2).

caráter da troca entre trabalho e capital; a destinação social específica do trabalho sob o capital e o valor de uso específico do trabalho produtivo para o capital; e a destinação econômico-social dos meios de produção na produção capitalista, "meios de absorver trabalho não pago" – fornece elementos teóricos substantivos para elucidar dois problemas.

1.2.4.1. Desfazendo dois equívocos

1.2.4.1.1. O trabalho nos serviços

Primeiro: Na produção capitalista, trabalho produtivo é trabalho assalariado que se troca por capital; há, no entanto, "outras formas de trabalho", que, a despeito de implicar em troca de trabalho por dinheiro (ou seja, apesar de assalariadas) não são trabalho produtivo. Trata-se dos serviços, serviços pessoais, destinados ao consumo individual, improdutivo – questão sobre a qual Marx irá se curvar no "capítulo VI (inédito)" e de que trataremos, cuidadosamente, adiante.⁵⁴ Aqui, no entanto, seu texto ganha uma precisão adicional. Marx analisa o problema à luz dos argumentos anteriores. Por um lado, põe a nu a "destinação social específica trabalho" no processo de produção do capital –

"esse processo de produção não é só processo de produção de mercadorias, mas também processo de produção de *mais-valia*, absorção de trabalho excedente e, por isso, processo de produção de capital" (MARX, 1987, p. 400). –;

destinação subjacente à relação entre as duas fases da troca entre trabalho e capital –

"O primeiro ato de troca formal de dinheiro por trabalho ou de capital por trabalho é apenas *potencialmente* ato de apropriar-se de trabalho vivo alheio por meio de trabalho materializado. O processo de apropriação efetiva só ocorre no processo de produção efetiva,

⁵⁴ Ver MARX, 1978, p. 78-79 e nossas considerações no item 2.2.2.1.1 Como Marx vale-se dos mesmos exemplos e desenvolve o raciocínio em termos muito semelhantes, nos dois textos, remetemos à discussão posterior; ressaltamos, apenas, o que nos parece ser "novidade" na argumentação.

que tem atrás de si, consumada, aquela primeira transação formal em que capitalista e trabalhador se confrontam, um ao outro, na qualidade de *meros donos de mercadorias*, de comprador e vendedor" (*Id.*). –

Por outro, desmascara a concepção da economia vulgar, tornando evidentes as "intenções" travestidas de "roupagem científica":

"Eis porque todos os economistas vulgares não passam daquela primeira transação [...], justamente para escamotear a relação específica. Na troca de dinheiro por trabalho improdutivo, a diferença aparece de maneira contundente. Aí dinheiro e trabalho se trocam apenas na condição de mercadoria. A troca, nesse caso, ao invés de produzir capital, é *dispêndio de renda*" (*Id.*).

De que mistificação se trata? Dos serviços.

"Quando o dinheiro se troca diretamente por trabalho, sem produzir capital e sem ser, portanto, *produtivo*, compra-se o trabalho como *serviço*, o que de modo geral não passa de uma expressão para o valor de uso especial que o trabalho proporciona como qualquer outra mercadoria; mas expressão específica para o valor de uso particular do trabalho, no sentido de este prestar serviços não na forma de *coisa* e sim na de *atividade*, o que, entretanto, de modo nenhum o distingue, digamos, de uma máquina, um relógio. [...] Naquela compra de *serviços* não se contém a relação específica entre trabalho e capital, de todo apagada ou mesmo inexistente [...]" (*Ibid.*, p. 398).⁵⁵

Ainda que na prestação de serviços se dê a troca de trabalho por dinheiro dá-se, aqui, apenas, a "primeira fase da troca". Ainda que se trate de trabalho assalariado, ainda que o valor dos serviços seja determinado e regulado pelas leis do salário, trata-se de troca de trabalho por dinheiro enquanto dinheiro (meio de circulação) e não de troca de trabalho por dinheiro enquanto capital: neste caso, a troca (entre trabalho e dinheiro)

⁵⁵ Por isso, conclui Marx: "[...] esta é naturalmente a razão por que é a forma predileta de Say, Bastiat e quejandos, para expressar a *relação entre capital e trabalho*" (*Id.*).

não passa de "dispêndio de renda". Trata-se, enfim, de trabalho que não cumpre sua "destinação social específica" sob o capital – trabalho improdutivo, portanto.

1.2.4.1.2. O trabalho de artesãos e camponeses

Segundo: Na produção capitalista produtivo é o trabalho que produz mercadorias; há, no entanto, produtores de mercadorias cujo trabalho não é trabalho produtivo. Trata-se dos artesãos e camponeses independentes – questão que é objeto do "capítulo VI (inédito)" ⁵⁶ e que em *Teorias*, é pensada, em nosso entender, com maior rigor.

Marx pergunta-se:

"Mas que sucede então aos artesãos ou camponeses independentes que não empregam trabalhadores e por isso não produzem na qualidade de capitalistas?" (MARX, 1987, p. 401).

E responde:

"E como sempre ocorre com os camponeses (mas não no caso, por exemplo, em que contrato, para minha casa, o serviço de um jardineiro), são eles *produtores de mercadorias*, e lhes compro as *mercadorias*, aí nada se altera, por exemplo, com a circunstância de o artesão fornecê-las por encomenda, e de o camponês produzir sua oferta na medida dos meios de que dispõe" (*Id.*).

Esclarecendo, a seguir:

"Nessa relação confrontam-me como vendedores de mercadorias e não de trabalho, e tal relação, portanto nada tem a ver com troca de capital por trabalho, nem com a diferença entre *trabalho produtivo e improdutivo*, a qual deriva meramente da alternativa de o trabalho se trocar por dinheiro como dinheiro ou por dinheiro como capital" (*Id.*).

Por isso, esses produtores

"não pertencem à categoria do *trabalhador produtivo nem à do improdutivo*, embora sejam eles produtores de mercadorias. Mas sua produção não está subsumida ao modo de produção capitalista" (*Id.*).

⁵⁶ Ver MARX 1978 p. 79 e ainda item 2.2.2.1.2 deste texto.

Em apenas um parágrafo, Marx sintetiza as razões pelas quais o trabalho destes produtores de mercadorias não se constitui nem em trabalho produtivo, nem, em contrapartida, em trabalho improdutivo do ponto de vista do capital. E o eixo desta dupla negação reside no fato de que a distinção entre trabalho produtivo e trabalho improdutivo só procede quando ocorre a troca entre trabalho e dinheiro. Assim, enquanto proprietários dos meios de produção, estes produtores, não trocam trabalho, mas os produtos de seu trabalho por dinheiro. Nesta situação, os meios de produção não são capital (aqui não se verifica a "destinação econômico-social dos meios de produção na produção capitalista") e, em decorrência, seu trabalho, apesar de produtor de mercadorias, não é trabalho produtivo. Por outro lado, e ao contrário do que se verifica com os trabalhadores que prestam serviço (como "o jardineiro que contrato para minha casa"), aqui não se dá, sequer, a "a primeira fase da troca entre trabalho e dinheiro": não se trata de trabalho assalariado sob qualquer título, portanto, não se trata de trabalho improdutivo. Em suma, rigorosamente, neste caso, a distinção não se aplica, posto que "sua produção não está subsumida ao modo de produção capitalista".

Mas apesar de estas relações, para usar os termos de que Marx se vale no "capítulo VI (inédito)", ainda não se acharem realmente subsumidas ao modo de produção (capitalista) dominante, se lhe subsumem idealmente (Ver MARX, 1978, p. 74). E, em *Teorias*, Marx fornece elementos que nos permitem elucidar a afirmação.

"A *destinação econômico-social* dos meios de produção na produção capitalista – expressando determinada *relação de produção* – se entrelaça tanto com a existência material desses meios de produção como tais e, segundo o modo de ver da sociedade burguesa, é dela tão inseparável, que aquela destinação (destinação categórica) é também aplicada onde a relação diretamente a contradiz. Os meios de produção só se tornam capital, ao ficarem independentes, como força autônoma em face do trabalho. No caso referido, o produtor – o trabalhador – é possuidor, proprietário dos meios de assalariado. Não obstante são

considerados capital, e o próprio produtor se biparte e, desse modo, como capitalista emprega a si mesmo como produção. Esses meios não são capital, nem o produtor perante eles é assalariado" (MARX, 1987, p. 402).

Marx esclarece como as relações que não estão realmente subordinadas ao capital, aparecem a ele *idealmente* subsumidas: assim aparecem porque, do modo de ver da sociedade burguesa – e dos "apologistas" que a pensam –, elas "o são" – *mesmo que a relação direta o contradiga*. Remete à precisão teórica mais geral: os meios de produção só se tornam capital quando separados (vale dizer, quando não mais são propriedade) do trabalhador, *quando ficam independentes, quando se constituem como força autônoma frente ao trabalho*. Traz a precisão para a situação específica: no caso do produtor que é proprietário dos meios de produção, estes não são capital; nem aquele é, perante eles, assalariado. Precisão que permite afirmar que não se trata de relação de produção capitalista e que permite, portanto, afirmar que a categoria de trabalho produtivo (e sua negação: trabalho improdutivo), a este caso, não se aplica. Finalmente, tece considerações sobre o que chamará, no "capítulo VI (inédito)", de a "primeira fonte de erro adicional" (MARX, 1978, p. 74). A *anomia*, que consiste na *união* entre os meios de produção e o trabalhador direto – união que é "fortuita", pois "a *dissociação* patenteia-se como relação normal nessa sociedade" (MARX, 1987, p. 402) –, "oferece campo propício às *leviandades sobre trabalho produtivo e improdutivo*" (MARX, 1978, p. 74). E assim, "não obstante [não o serem, os meios de produção] são considerados capital, e o próprio produtor se biparte e, desse modo, como capitalista de si mesmo se auto-emprega como assalariado" – "concepção irracional" (MARX, 1987, p. 402).

Postas estas duas considerações particulares, Marx retorna ao plano analítico mais geral, propondo uma "definição acessória" de trabalho produtivo.

1.2.5. Trabalho produtivo: trabalho que se realiza em riqueza material

"Ao observar as relações essenciais da produção capitalista podemos portanto supor que o mundo inteiro das mercadorias, todos os ramos da produção material – da produção da riqueza material – estão sujeitos (formal ou realmente) ao modo de produção capitalista (pois, essa tendência se realiza cada vez mais, e é, por princípio, o objetivo, e só com aquela sujeição se desenvolvem ao máximo as forças produtivas do trabalho). De acordo com esse pressuposto, que denota o limite e assim tende a ser cada vez mais a expressão exata da realidade, todos os trabalhadores ocupados na produção de mercadorias são assalariados, e todos os meios de produção os enfrentam, em todas as esferas, na qualidade de capital. Pode-se então caracterizar os *trabalhadores produtivos*, isto é, os trabalhadores que produzem capital, pela circunstância de seu trabalho se realizar em *mercadorias*, em produtos do trabalho, em riqueza material. E assim ter-se-ia dado ao *trabalho produtivo* uma segunda definição, acessória, diversa da característica determinante, que nada tem a ver com o *conteúdo do trabalho* e dele não depende" (*Ibid.*, p. 403).

Definição que requer que se tomem alguns elementos pertinentes às considerações de Marx a respeito da "segunda acepção de trabalho produtivo [em Adam Smith]: trabalho que se realiza em mercadoria" ⁵⁷ –

⁵⁷ Marx discute as "teorias sobre trabalho produtivo e improdutivo" no capítulo IV do vol. I de *Teorias da mais-valia* (Marx, 1987, p. 132-287), dedicando-se especificamente a Adam Smith no item 3 do capítulo (ainda que a ele retorne, ao tomar tanto seus "seguidores" quanto seus "críticos", nos itens subseqüentes). Segundo Marx, "a concepção smithiana de trabalho produtivo" é ambígua; ambigüidade que deriva do fato de Smith operar não com uma, mas com duas concepções de trabalho produtivo, a saber: "trabalho que se troca por capital" e "trabalho que se realiza em mercadorias". Ambigüidade problemática, posto que a primeira acepção é correta e a segunda, errônea; problema que se agrava dado que as duas se acham tão entrelaçadas que "uma se sucede de contínuo à outra no mesmo trecho". (Ver MARX, 1987, p. 140). Ambigüidade tão mais problemática quanto a concepção de trabalho produtivo se altera: a categoria se reveste de conteúdo substantivamente distinto, ainda que pareça idêntico. Nos termos de Marx, ao comentar uma passagem de Smith: "Nesta concepção, as expressões 'produtivo, que produz valor' ou 'trabalho improdutivo, que não gera valor' são empregados em sentido diferente do original [a primeira acepção]. Não se trata mais da produção de mais-valia, que por si mesma inclui reprodução do equivalente ao valor consumido. Segundo esta nova acepção [a segunda], chama-se produtivo o trabalho de um trabalhador, quando este põe um equivalente no lugar do valor consumido, quando, com seu trabalho, acrescenta ao material quantidade de valor igual à contida no salário. Saímos aí da

acepção que Marx submete à severa crítica, e a que, de algum modo, retorna. Tomemos os termos de Marx que, circunscrevendo o âmbito da afirmativa, validam-na:

"[...] com a extensão do jugo do capital à produção inteira, isto é, com a produção de toda mercadoria para o comércio e não para o consumo imediato, e com o desenvolvimento da produtividade do trabalho, cada vez mais se firmará uma diferença material entre trabalhadores produtivos e improdutivos, pois os primeiros, com raras exceções, produzirão exclusivamente *mercadorias*, e os últimos, com raras exceções, realizarão apenas serviços pessoais. Assim, a primeira classe produzirá a riqueza imediata, material, consistente em mercadorias, todas as mercadorias excetuada a constituída pela própria força de trabalho" (*Ibid.*, p.140).

Por isso,

"este é um dos ângulos que levam A. Smith a acrescentar outras diferenças à primeira diferença específica, a determinante principal" (*Id.*).⁵⁸

E é por esta razão – o fato de, tendencialmente, "todos os ramos da produção material – da produção da riqueza material – estar[em] sujeitos ao modo de produção capitalista" –, que Marx também agrega à determinante principal de trabalho produtivo uma definição secundária. Posta a determinante principal – as relações sociais sob as quais o

definição pela forma social, da determinação dos trabalhadores produtivos e improdutivos por sua relação com a produção capitalista". (*Id.* p. 141).

⁵⁸ Ou, ainda, de modo mais detalhado: "À medida que o capital se apodera da produção inteira e por isso desaparece a indústria na forma doméstica e minúscula, em suma, dirigida para o próprio consumo, não para produzir mercadorias, é claro que os trabalhadores improdutivos – cujos serviços se trocam diretamente por renda – na maior parte só realizarão ainda serviços *pessoais* e só parte ínfima deles (cozinheiro, costureira, alfaiate etc.) produzirá valores de uso materiais. É natural que não produzam *mercadorias*, pois a mercadoria como tal não é objeto imediato de consumo e sim portadora de valor de troca. Por isso, uma vez desenvolvido o modo capitalista de produção, só fração ínfima desses trabalhadores improdutivos pode participar diretamente da produção material. Só toma parte nela mediante troca de serviços por renda. Isso não impede, como observa A. Smith, que o valor dos serviços desses trabalhadores improdutivos seja determinado ou determinável de modo igual (ou análogo) ao dos trabalhadores produtivos: isto é, pelos custos de produção necessários para sustentá-los ou produzi-los [vale dizer, à semelhança dos trabalhadores produtivos, trata-se de trabalhadores assalariados e o valor de sua força de trabalho é regulado pelas mesmas leis que regem o valor da força de trabalho daqueles]. Neste ponto sobrevêm ainda outras circunstâncias que não cabe examinar aqui" (*Ibid.*, p. 139).

trabalho se processa –, produtivo é o trabalho que se troca diretamente por capital e, dada esta relação específica, produz capital. Considerada a tendência do modo de produção capitalista de se apoderar de todos os ramos da produção material, é possível formular uma definição secundária, complementar – não determinante, mas determinada – e, por isso, acessória: produtivo é o trabalho que se realiza em riqueza material, em mercadorias (trabalho materializado).

Paralelamente, porém, Marx tece uma consideração especial: precisa o que chama de mercadoria enquanto materialização do trabalho.

"A materialização etc. do trabalho, porém, não é algo para se considerar de um prisma tão escocês como o faz A. Smith em sua concepção. Quando falamos de mercadoria como materialização do trabalho – no sentido de seu valor de troca –, trata-se apenas de uma maneira de ser ideal, isto é, meramente social da mercadoria, e nada tem a ver com sua realidade corpórea; concebe-se a mercadoria como uma dada quantidade de trabalho social ou de dinheiro" (*Ibid.*, p. 151).

O "prisma escocês" de Smith, presente em sua segunda acepção de trabalho produtivo, "redunda [...] em que o trabalho produtivo é o que produz *mercadoria*, e o improdutivo, o que não produz 'mercadoria alguma'" (*Ibid.*, p.150). Prisma que pode levar a considerações equivocadas. Primeiro, porque, por um lado, há trabalhos que se corporificam em "mercadorias" que não são produtivos; por outro, há trabalhos que não assumem a forma de uma "mercadoria" e são produtivos:

"certos trabalhos de criados podem corporificar-se em *mercadorias* (potenciais) e, consideradas materialmente, até nos mesmos valores de uso. Mas não são trabalho produtivo, pois na realidade não produzem "mercadorias" mas "valores de uso" imediatos. Trabalhos que são produtivos para o próprio comprador ou empregador - como o trabalho do ator para o empresário de teatro - revelar-se-iam improdutivo por não poder o comprador vendê-los ao público na forma de mercadoria e sim na da própria atividade" (*Ibid.*, p. 152).

Segundo, porque

"É possível que o trabalho concreto de que [a mercadoria] resulta, nela não deixe vestígio. Na mercadoria manufaturada, esse vestígio permanece na forma externa dada à matéria-prima. Na agricultura etc., embora a forma adquirida pela mercadoria, [...], seja também produto do trabalho humano, [...], essa circunstância não se patenteia no produto. Noutros trabalhos industriais, o objetivo não é mudar a forma da coisa, mas apenas deslocá-la. [...] Não se poderia portanto interpretar daquela maneira a materialização do trabalho na mercadoria" (*Ibid.*, p. 151).

Este "prisma escocês" de Smith leva a uma mistificação, ao "fetiche": "mistificação [que] aí decorre de se apresentar uma relação social na forma de uma coisa" (*Id.*).

E aqui sim, parece-nos, completa-se a crítica que Marx tece no "capítulo VI (inédito)" ao apontar as três fontes que levam a "definir o trabalho *produtivo* e o *improdutivo* por seu conteúdo material".⁵⁹

A tese que Marx sustenta, em *Teorias*, é a de que ao dar "ao *trabalho produtivo* uma segunda definição, acessória" – trabalho que se realiza em mercadoria – esta "nada tem a ver com o *conteúdo do trabalho* e dele não depende". Marx já afirmara que "trabalho de idêntico conteúdo pode ser produtivo ou improdutivo". Marx já afirmara que o ser produtivo do trabalho independe dos valores-de-uso que gera, posto que o "valor de uso do trabalho produtivo" é distinto do(s) "valor(es) de uso que produz" – distinção que se funda no contraponto entre trabalho abstrato e trabalho concreto –. Marx já afirmara que o ser produtivo do trabalho independe do fato deste produzir valores de uso (produtos). Agora Marx afirma que produtivo é o trabalho que se realiza em mercadoria, mas que esta definição não tem a ver com o conteúdo do trabalho. E não tem a ver porque a mercadoria é a forma elementar da riqueza material na sociedade capitalista; forma elementar da riqueza por possuir um valor de uso (real ou imaginário) e um valor de troca, e não por ser uma "coisa" (objeto concreto, palpável) –. Assim, o raciocínio de Marx se completa: se há trabalho(s) concreto(s) que, a despeito de se materializar(em) em uma

⁵⁹ Ver Marx, 1978, p. 78; ver, ainda, nossas considerações no item 2.3.1 deste texto.

"coisa" (um produto, até mesmo um produto vendável), não é (são) trabalho(s) produtivo(s); há, em contrapartida, trabalho(s) concreto(s) que, ainda que não se materialize(m) em uma "coisa", é (são) trabalho (s) produtivo(s).⁶⁰

Toma, então, três situações específicas, situações em que ou o trabalho não se materializa imediata e concretamente em uma "coisa" material, ou não se verifica a produção material, *stricto sensu*. Pondera a respeito do caráter de que se reveste o trabalho, considerados o *processo global da produção material, a produção imaterial e a indústria dos transportes*.

1.2.5.1. Trabalho produtivo e o processo global da produção material

No que respeita a "o problema do trabalho produtivo visto do ângulo do processo global da produção material", as considerações de Marx não diferem daquelas do "capítulo VI (inédito)", e de que trataremos cuidadosamente adiante.⁶¹ Aqui, no entanto, importa ressaltar, a ênfase recai sobre um aspecto distinto.⁶²

"Com o desenvolvimento do modo de produção especificamente capitalista, onde muitos trabalhadores operam juntos na produção da mesma mercadoria, tem naturalmente de variar muito a relação que seu trabalho mantém diretamente com o objeto da produção. [...]. Mas o *conjunto desses trabalhadores* que possuem força de trabalho de valor diverso [...] produz resultado que, visto como o *resultado* do mero processo de trabalho, se expressa em *mercadoria* ou num *produto material*; e todos juntos,

⁶⁰ Ao introduzir, no plano teórico geral, a "definição acessória de trabalho produtivo", Marx o faz tomando um nível "mais baixo" de abstração – trata-se de uma definição não determinante –; e, ainda mais, ao introduzi-la, circunscreve os limites de sua validade. Paralelamente, ao introduzi-la reporta-se a um plano analítico mais abstrato: a concepção de mercadoria. Mercadoria não é, necessariamente, uma coisa – entendê-la deste modo implicaria em incidir no fetiche.

⁶¹ Ver MARX, 1978, p. 71-72 e item 2.21 deste texto.

⁶² Ênfase de que Napoleoni (1981) se apropria ao contrapor trabalho produtivo e trabalho útil.

como órgão operante, são a máquina viva de produção desses *produtos*; do mesmo modo, considerando-se o processo global de produção, trocam o trabalho por capital e reproduzem o dinheiro do capitalista como capital, isto é, como valor que produz mais-valia, como valor que cresce.

É mesmo peculiar ao modo de produção capitalista separar os diferentes trabalhos, em consequência também o trabalho mental e o manual [...], o que não impede que o produto material seja o *produto comum* dessas pessoas ou que esse produto comum se objetive em riqueza material; tampouco inibe ou de algum modo altera a relação de cada uma dessas pessoas com o capital: a de trabalhador assalariado e, no sentido eminente, a de *trabalhador produtivo*. Todas essas pessoas estão não só *diretamente* ocupadas na produção de riqueza material, mas também trocam seu trabalho *diretamente* por dinheiro como capital e, por isso, reproduzem de imediato, além do próprio salário, mais-valia para o capitalista. O trabalho delas consiste em trabalho pago + trabalho excedente não pago" (MARX, 1987, p. 404-405).

Considerada a definição acessória, trabalho produtivo é trabalho que se realiza em mercadorias, em riqueza material. Com o desenvolvimento do modo de produção especificamente capitalista, porém, cada trabalhador de *per si* não mais produz uma mercadoria. No entanto, a despeito "de variar muito a relação que seu trabalho mantém diretamente com o objeto da produção", o conjunto desses trabalhadores "produz um resultado que se expressa em mercadoria ou num produto material". Assim, ainda que cada trabalhador tomado individualmente não produza diretamente uma mercadoria, o trabalho combinado destes trabalhadores produz; o que de modo algum "altera a relação de cada qual com o capital" – trata-se "de trabalhador assalariado e, no sentido eminente, de trabalhador produtivo".

1.2.5.2. Trabalho produtivo e produção imaterial

As ponderações de Marx a respeito do caráter do trabalho "na

produção imaterial" aparecem em dois momentos distintos do texto: primeiro, como exemplo que ilustra o fato de que não é o conteúdo da atividade que define o caráter produtivo do trabalho; segundo, enquanto objeto de reflexão própria, em separado.⁶³

Tomemos o primeiro momento e recuperemos o raciocínio original. Não é o conteúdo da atividade que permite definir trabalho produtivo, senão a forma social de que este se reveste; se assim é, então,

"A mesma espécie de trabalho pode ser *produtiva* ou *improdutiva*.

Milton, por exemplo, que escreveu o *Paraíso Perdido* por 5 libras esterlinas, era um *trabalhador improdutivo*. Ao revés, o escritor que fornece à editora trabalho como produto industrial é um *trabalhador produtivo*. Milton produziu o *Paraíso Perdido* pelo mesmo motivo por que o bicho-da-seda produz seda. Era uma atividade própria de sua natureza. Depois vendeu o produto por 5 libras. Mas o proletário intelectual de Leipzig, que sob a direção da editora produz livros (por exemplo, compêndios de economia), é um *trabalhador produtivo* pois, desde o começo, seu produto se subsume ao capital e só para crescer o valor deste vem à luz. Uma cantora que vende seu canto por conta própria é um *trabalhador improdutivo*. Mas, a mesma cantora, se um empresário a contrata para ganhar dinheiro com seu canto, é um *trabalhador produtivo*, pois produz capital" (MARX, 1987, p. 396).

Marx contrapõe os trabalhos de Milton (que escreve e vende *Paraíso Perdido* por cinco libras) e da cantora (que vende seu canto por conta própria) aos trabalhos do proletário intelectual de Leipzig (que,

⁶³ Ver Marx, 1987, p. 396 e p. 403-404; tal também se verifica quando o autor cuida da questão no "capítulo VI (inédito)" (ver Marx, 1978, p. 75-76 e p. 79). Ainda que Marx trate de modo semelhante do problema em ambos (valendo-se, inclusive, em alguns momentos, dos mesmos exemplos), importa ressaltar, desde já, que a postura diverge de um texto para outro. Aqui, para evitar repetições (excessivas), trataremos exclusivamente das considerações de Marx neste aditamento de *Teorias* (indicando apenas, em notas de rodapé, os pontos de contato e as divergências entre os dois textos); ao cuidarmos do "capítulo VI (inédito)", estabeleceremos, de modo mais detalhado, o paralelo entre eles. (VER item 2.3.2 deste trabalho).

Finalmente, vale lembrar que Marx retoma a questão em uma "passagem clássica", no capítulo XIV do livro I de *O capital*, passagem que alimenta a divergência – para tanto ver MARX, 1971, p. 584 e item 3.1 deste texto.

contratado por uma editora, produz compêndios de economia) e da cantora (contratada por um empresário) e conclui: nos dois primeiros casos trata-se de trabalho improdutivo; nos dois últimos, de trabalho produtivo.⁶⁴

Tomemos o segundo momento. Quando trata especificamente da "presença do capitalismo no domínio da produção imaterial", Marx considera, à semelhança do que se dá "no capítulo VI (inédito)", duas situações:

"1. [A produção] resulta em *mercadorias*, valores de uso, que possuem uma forma autônoma, distinta dos produtores e consumidores, quer dizer, podem existir e circular no intervalo entre produção e consumo como *mercadorias vendáveis*, tais como livros, quadros, em suma, todos os produtos artísticos que se distinguem do desempenho do artista executante. A produção capitalista aí só é aplicável de maneira muito restrita, por exemplo, quando um escritor numa obra coletiva – enciclopédia, digamos – explora exaustivamente um bom número de outros. Nessa esfera, em regra, fica-se na *forma de transição* para a produção capitalista, e desse modo os diferentes produtores científicos ou artísticos, artesãos ou profissionais, trabalham para um capital mercantil comum dos livreiros, uma relação que nada tem a ver com o autêntico modo de produção capitalista e não lhe está ainda subsumida, nem mesmo formalmente. E a coisa em nada se altera com o fato de a exploração do trabalho ser máxima justamente nessas formas de transição.

2. A produção é inseparável do ato de produzir, como sucede com todos os artistas executantes, oradores, atores, professores, médicos, padres etc. Também aí o modo de produção capitalista só se verifica em extensão reduzida e, em virtude da natureza dessa atividade, só pode estender-se a algumas esferas. Nos estabelecimentos de ensino, por exemplo, os professores, para o empresário do estabelecimento, podem ser meros assalariados; há grande número de tais fábricas de ensino na Inglaterra. Embora eles

⁶⁴ Voltaremos à questão ao tratarmos do no "capítulo VI (inédito)", onde Marx se utiliza de exemplo semelhante, mas só aparentemente, chega às mesmas conclusões (ver item 2.3.2 deste texto).

não sejam *trabalhadores produtivos* em relação aos alunos, assumem essa qualidade perante o empresário. Este permuta seu capital pela força de trabalho deles e se enriquece por meio desse processo. O mesmo se aplica às empresas de teatro, estabelecimentos de diversão etc. O ator se relaciona com o público na qualidade de artista, mas perante o empresário é *trabalhador produtivo*. Todas essas manifestações da produção capitalista nesse domínio, comparadas com o conjunto dessa produção, são tão insignificantes que podem ficar de todo despercebidas" (MARX, 1987, p. 403-404).

Aqui, ao tomar a primeira situação (aquela em que a produção redundava em mercadorias que assumem forma autônoma), considera o trabalho desses produtores improdutivo e acrescenta: "e a coisa em nada se altera com o fato de a exploração do trabalho ser máxima". Isto porque, os diferentes produtores, ao contrário do que ocorre com os artesãos e camponeses independentes, trabalham para um capital, mas um capital mercantil; assim, ainda que troquem seu trabalho por dinheiro, acham-se em uma relação "que nada tem a ver com o autêntico modo de produção capitalista" (ou seja, ainda que assalariados pelo capital – capital mercantil –, não produzem mais-valia).⁶⁵ (Postura que, aliás, não é exatamente a mesma que assumira à página 396, ao considerar o "proletário intelectual de Leipzig".)

Ao tomar a segunda situação é taxativo: os trabalhadores empregados nos estabelecimentos de ensino, de teatro, de diversão, etc., são considerados trabalhadores produtivos, ainda que a presença do modo de produção capitalista só se verifique, no caso dessas atividades, em extensão reduzida. Assim, se em relação aos alunos e ao público, o professor e o artista não são trabalhadores produtivos, eles "assumem essa qualidade" frente aos empresários que os contratam.⁶⁶ (Posição que

⁶⁵ Marx no "capítulo VI (inédito)" vale-se de passagem idêntica e chega às mesmas conclusões. (ver item 2.3.2).

⁶⁶ No "capítulo VI (inédito)", ao tratar da mesma situação ("produção não material" cujo "produto não é separável do ato de produção"), chega à conclusão radicalmente distinta (ver item 2.3.2). Ao cuidar do caso dos professores, no capítulo XIV do Livro I de *O Capital*, adota a mesma postura deste aditamento de *Teorias* (ver item 3.1).

não diverge daquela que o autor defendia à página 396, ao falar da cantora.)

1.2.5.3. Trabalho produtivo e a indústria dos transportes

Marx considera a indústria de transporte enquanto ramo da produção material – "transporte de pessoas ou mercadorias" –; situa-a, pois, na esfera da produção e não da circulação e considera produtivo o trabalhador nela empregado.

"Além da indústria extrativa, da agricultura e da manufatura, ainda existe, na produção material, uma quarta esfera que passa também pelos diferentes estádios de empresa artesanal, manufatureira e da indústria mecânica; é a *indústria de locomoção*, transporte de pessoas ou mercadorias. A relação do *trabalhador produtivo*, isto é, do assalariado com o capital é a mesma das outras esferas da produção material. Demais, produz-se aí alteração no objeto de trabalho – alteração, *espacial* de lugar" (*Ibid.*, p. 405).

Ao tomar o transporte de mercadorias, desenvolve o argumento e seu raciocínio é muito claro: no processo de trabalho (o transporte), mesmo que dele não resulte uma mercadoria, produz-se a alteração no objeto de trabalho: modifica-se o valor de uso da mercadoria, por seu deslocamento espacial.

"Se [...] consideramos o processo no tocante às mercadorias, sucede então no processo de trabalho alteração no objeto de trabalho, a *mercadoria*. A existência espacial dele altera-se, e assim ocorre modificação em seu valor de uso, por se modificar a existência espacial desse valor de uso" (*Id.*).

Em decorrência, seu valor de troca aumenta "na medida do trabalho exigido por essa alteração de seu valor de uso":

"parte dessa soma de trabalho é determinada pelo desgaste do capital constante, isto é, pelo montante de trabalho materializado que entra na mercadoria, e parte, pelo montante de trabalho vivo,

como no processo de crescer o valor de todas as demais mercadorias" (*Ibid.*, p. 405-406).

Independente do fato de que, ao chegar a seu destino, esta alteração tenha desaparecido, e se expresse apenas no valor de troca mais elevado (seu preço eleva-se) (*Ibid.*, p. 406).

"E o trabalho real, embora não tenha deixado vestígio algum no valor de uso, realiza-se no valor de troca desse produto material, e assim, para essa indústria, como para as outras esferas da produção material, o trabalho se corporifica na *mercadoria*, embora não tenha deixado traço visível em seu valor de uso" (*Id.*).

Ao considerar o transporte de pessoas, vale-se dos argumentos que já desenvolvera quando discutia os serviços: para os consumidores trata-se de um *serviço*; para o empresário capitalista não.

"Quanto ao transporte de pessoas, temos aí apenas *serviço* que lhes é prestado pelo empresário. Mas, a relação entre comprador e vendedor desse *serviço* nada tem a ver com a relação entre os trabalhadores produtivos e o capital, como tampouco o tem a relação entre vendedor e comprador de fio" (*Ibid.*, p. 405).

O capitalista não compra serviço, compra "trabalho"; o único "serviço" que o trabalhador lhe presta é produzir mais-valia.

Parece-nos que Marx se vale de dois argumentos distintos para pensar o trabalho produtivo na "indústria de locomoção". O primeiro, quando trata do transporte de mercadorias. Aqui o trabalho é produtivo porque altera o valor de uso, e, em decorrência, o valor de troca da mercadoria (valor de troca que compreende o valor do trabalho contido nos meios de produção – que o trabalho vivo transfere – e o valor novo que o trabalho vivo a eles incorpora valor da força de trabalho e mais-valor). O segundo, quando trata do transporte de pessoas a cargo de uma empresa ("serviço prestado por um empresário"). Aqui o trabalho é produtivo devido à forma social determinada sob a qual se processa:

ainda que não altere o valor de uso de uma "coisa", valoriza o capital – ao contrário do que ocorre com "o trabalho que produz serviços pessoais".⁶⁷

Marx encerra o aditamento com um importante parágrafo. Por um lado, circunscreve os limites no interior dos quais a discussão acerca do trabalho produtivo se processara até então: o processo de produção em seu sentido estrito (sobre o qual se curva especificamente no livro I de *O capital*⁶⁸). Portanto, ao afirmar que trabalho produtivo é trabalho que se troca por capital, Marx refere-se "apenas" ao "*capital produtivo*", isto é, ao "*capital empregado no processo de produção imediato*" (MARX, 1987, p. 406).

Por outro, propõe-se empreender nova tarefa – cuidar do "*capital no processo de circulação*" –, condição para determinar o caráter do trabalho empregado pelo capital nessa esfera.

"E só depois, ao considerar a figura particular que o capital assume como *capital mercantil*, será possível determinar até que ponto os trabalhadores por ele empregados são produtivos ou improdutivos" (*Id.*).

Vale dizer, as considerações que Marx tece neste texto não são extensivas às demais esferas do capital, posto que o autor delas não tratara. São, porém, sugestivas: indicam que nem todo o trabalho assalariado – empregado pelo capital – é trabalho produtivo; caso contrário, prescindiria de tomar em separado "a figura particular que o capital assume como capital mercantil".

⁶⁷ Cabe, aqui, uma observação. Passamos ao largo do fato de que o transporte de "pessoas" aplica-se ao transporte da mercadoria força de trabalho, o que altera seu valor de uso – questão que o texto que ora discutimos não aborda/desenvolve. Retomaremos a questão ao cuidar do Livro II de *O capital* (ver item 3.2.2.2).

Cabe, ainda, uma segunda observação. A passagem desautoriza a inferência de Mandel (1998) quanto ao trabalho empregado no transporte de pessoas (que este classifica como improdutivo) – ressalvado o fato de que nos atemos aos argumentos de Marx em *Teorias*, texto que Mandel não considera como definitivo para delimitar a categoria. Retornaremos à questão nos itens 3.2.2.2 e 6.3.1.1 deste trabalho.

⁶⁸ A única exceção refere-se à indústria dos transportes. Esta, embora objeto de discussão do livro II de *O capital* (centrado na discussão de "o processo de circulação do capital"), é considerada, como em *Teorias*, ramo da produção material e nessa qualidade é tratada. (Ver Marx, 1970, p. 152-155).

**CAPÍTULO 2: AS CONSIDERAÇÕES DE MARX NO "CAPÍTULO
VI (INÉDITO)"**

Marx dedica um item do "capítulo VI (inédito)" de *O capital* a precisar o que se constitui em trabalho produtivo na produção capitalista – forma histórica da produção social (MARX, 1978, p. 70-80).

O texto principia pondo o problema em um plano teórico de elevado grau de abstração: Marx marca a especificidade do processo de trabalho sob o capital vis-à-vis o processo de trabalho em sua generalidade, o que torna possível circunscrever o âmbito do trabalho produtivo – e, em decorrência definir a categoria – para esta e somente esta forma de produção. Marx sublinha esta especificidade considerando dois elementos: o primeiro respeita ao produto do trabalho – como "o produto por excelência da produção capitalista é a mais-valia", então, trabalho produtivo é trabalho que produz mais-valia –; o segundo concerne ao processo de trabalho – aqui produtivo é o trabalho do trabalhador "cujo processo de trabalho" é igual "ao consumo produtivo de [sua] capacidade de trabalho por parte do capital" –.

Avança na argumentação tecendo duas considerações a partir do último elemento. Uma respeita ao processo de trabalho quando da subsunção real do trabalho ao capital: quando o modo de produção especificamente capitalista se desenvolve, não é apenas o trabalhador manual direto que é produtivo, senão todos aqueles cujas atividades integram o trabalhador coletivo. A outra trata das determinações do trabalho produtivo sob o capital – determinações que envolvem duas premissas: o fato de o trabalho ser trabalho assalariado e o fato de a força de trabalho ser incorporada como fator vivo, o que a converte em grandeza fluida –, determinações que permitem inferir que produtivo é o trabalho assalariado que põe o capital global como $C + C = C + v$.

Tecidas essas duas considerações gerais, Marx curva-se sobre três situações particulares. A primeira delas parte de uma das determinações da produção capitalista: trabalho produtivo é trabalho assalariado; afirmação a que se acresce uma precisão: se todo trabalho produtivo é trabalho assalariado, nem todo trabalho assalariado é trabalho produtivo. A partir daí, Marx distingue trabalho assalariado que se troca por dinheiro

enquanto capital (trabalho produtivo) e trabalho assalariado que se troca por dinheiro enquanto dinheiro – os serviços – (trabalho improdutivo). Acha-se subjacente à argumentação o fato de que, na medida em que "se desenvolve a produção em geral como produção de mercadorias", absolutizam-se, por um lado, "a forma de trabalho como trabalho assalariado" e, por outro, "a produção de produtos como mercadorias". Toma, a seguir, as outras duas situações: a dos trabalhadores que, a despeito de produzirem mercadorias, o fazem em moldes pré-capitalistas (trabalhadores a que a distinção não se aplica); e a dos trabalhadores que, ainda que assalariados pelo capital, apenas "incidentalmente" se acham vinculados ao processo de produção capitalista (trabalhadores improdutivos).

Retorna a um plano analítico mais geral ao sublinhar a diferença entre valor de uso que a força de trabalho produz e valor de uso da força de trabalho, diferença que torna possível afirmar não ser o conteúdo do trabalho o que autoriza a distinção entre trabalho produtivo e trabalho improdutivo – e arrola, em seguida, três fontes de erro que advêm de se inferir o caráter produtivo do trabalho do conteúdo material da atividade. Por último, considera a produção não material – resulte esta ou não em um "produto separável do ato de produção".

Finalmente, encerra o texto enfatizando a importância de se estabelecer a distinção entre trabalho produtivo e trabalho improdutivo: como só o trabalho produtivo é trabalho produtor de mais-valia, circunscrevê-lo constitui-se em uma das chaves para entender o processo de reprodução ampliada do capital.

Acompanhemos Marx a cada passo, considerada uma ressalva: o texto, ao contrário do que ocorre com o décimo segundo aditamento de *Teorias da mais valia*, não está explicitamente organizado; assim, a lógica que preside seu ordenamento é um suposto – suposto nosso –.

2.1. A especificidade do trabalho produtivo sob o capital

Marx inicia apontando a especificidade do produto da produção capitalista – a mais-valia – e, conseqüentemente, a especificidade do trabalho produtivo sob a forma capitalista de produção – aqui, produtivo é o trabalho que produz diretamente mais-valia –:

"Como o fim imediato e [o] produto por excelência da produção capitalista é a *mais-valia*, temos que só é *produtivo aquele trabalho* – e só é *trabalhador produtivo* aquele que emprega a força de trabalho – que diretamente *produza mais-valia*; portanto, só o trabalho que *seja consumido* diretamente no processo de produção com vistas à valorização do capital" (*Ibid.*, p.70).⁶⁹

Recupera o caráter do processo de trabalho em geral, em que se apresenta "como produtivo o trabalho que se realiza em um produto", aponta "a determinação mais precisa" – que "se acrescenta ao processo de trabalho em geral" e especifica o processo capitalista de produção –:

"[Se,] do simples ponto de vista do *processo de trabalho* em geral, apresentava-se-nos como *produtivo* o trabalho que se realiza em um produto, do ponto de vista do processo capitalista de produção, acrescenta-se a determinação mais precisa: é produtivo o trabalho que valoriza diretamente o capital, o que produz mais-valia, ou seja, [o] que se *realiza* – sem equivalente para o operário, para seu executante – em mais-valia [...], representada por um sobreproduto [...]; ou seja, um *incremento excedente de mercadoria* para o monopolizador dos meios de trabalho [...], para o *capitalista*. [...] [Só é produtivo o trabalho] que serve diretamente ao capital como instrumento [...] de sua *autovalorização*, como meio para a produção de mais-valia" (*Id.*).

Aprofunda a discussão acerca do processo de trabalho sob a forma capitalista de produção, considerando um duplo movimento: insere-o no processo de trabalho em geral para, dada essa inserção, apontar sua diferença fundamental. Assim, primeiro, enfatiza que

"o processo de trabalho capitalista não anula as determinações gerais do processo de trabalho. Produz produtos e mercadorias".

Daí,

⁶⁹ Entre colchetes no original.

"o trabalho continua sendo produtivo na medida em que se objetiva em mercadorias como unidade de valor de uso e de valor de troca" (Ibid., p. 70 -71).

Em seguida, marca-o como forma particular do processo de trabalho em geral:

"Mas o processo de trabalho [na forma capitalista de produção] é apenas um meio para o processo de valorização do capital. [Se assim é, (a)] é produtivo, pois, o trabalho que se representa em *mercadorias*; mas, [(b)] se considerarmos a mercadoria individual, o é aquele que, em uma parte alíquota desta, representa *trabalho não pago*, ou se levarmos em conta o produto total, é produtivo o trabalho que, em uma parte alíquota do *volume total de mercadorias*, representa simplesmente trabalho não pago, ou seja, *produto que nada custa ao capitalista*" (*Ibid.*, p. 71).

Retorna às afirmações iniciais, concluindo: sob a forma capitalista de produção, pensar trabalho produtivo implica em considerar o trabalho sob ótica do capital, então, produtivo é o trabalho que valoriza o capital, o trabalho que gera diretamente mais valia, aquele que "põe o capital variável, e, portanto, o capital total, como $C + C = C + v$ " (*Id.* p. 70).

Após ter firmado sua posição, nega a "estreiteza burguesa"; nega as premissas de que parte e as conclusões a que chega. Primeiro, critica-a por perder o caráter histórico da produção capitalista, já que "toma a forma capitalista de produção pela forma absoluta" (*Ibid.*, p. 71); segundo, porque por fazê-lo, confunde "a questão do que seja trabalho produtivo e trabalhador produtivo do ponto de vista do capital com a questão sobre o que seja trabalho produtivo em geral" (*Id.*); terceiro, porque a partir daí chega à conclusão que, sob essa forma de produção social "é produtivo [...] todo o trabalho que redunde em um produto ou em um valor de uso qualquer" (*Id.*) – conclusão que, além de não passar de mera tautologia, mascara o caráter do trabalho produtivo naquela forma de produção social.

Feito o comentário crítico, que põe fim à argumentação mais geral, Marx introduz na discussão elementos novos: um atinente à

especificidade do processo de trabalho sob o capital; outro, ao valor de uso do trabalho produtivo (para o capital).

2.2. A especificidade do processo de trabalho sob o capital: duas conclusões

Marx afirma que "só é produtivo o operário cujo processo de trabalho = ao processo de consumo produtivo da capacidade de trabalho [...] por parte do capital ou do capitalista" (*Id.*)

A partir daí, depreende duas conclusões. A primeira refere-se à capacidade de trabalho que é consumida produtivamente, quando da subsunção real do trabalho ao capital, e introduz a noção de trabalhador coletivo; a segunda concerne às determinações de que se reveste o trabalho produtivo sob o capital e envolve duas premissas.

Acompanhemos de perto cada uma dessas conclusões: o teor de cada qual, as inferências que podemos fazer, as questões que Marx se põe (e a que Marx responde), as questões que Marx nos põe (e não responde).

2.2.1. Trabalho produtivo e trabalhador coletivo⁷⁰

Tendo afirmado que só é produtivo o trabalho do trabalhador cujo processo de trabalho é igual ao consumo produtivo de sua capacidade de trabalho pelo capital, Marx considera o desenvolvimento do modo de produção especificamente capitalista – desenvolvimento que incorpora ao processo de trabalho não uma capacidade de trabalho individual, senão uma capacidade de trabalho socialmente combinada, explorada pelo capital; desenvolvimento que traz à baila a figura do trabalhador coletivo. Esta consideração sobre o processo de trabalho, ou antes, esta

⁷⁰ Marx trata da questão no décimo segundo aditamento de *Teorias da mais valia* no item "o problema do trabalho produtivo visto do ângulo do processo global da produção material" e no capítulo XIV do livro I de *O capital* (Ver, respectivamente, MARX, 1987, p. 404-405 e MARX, 1971, p. 584; ver, ainda, nossas considerações nos itens 1.2.5.1 e 3.1 deste texto).

consideração sobre o consumo produtivo da força de trabalho, autoriza-o a uma primeira conclusão a respeito do trabalho produtivo:

"como com o desenvolvimento da *subsunção real do trabalho ao capital* ou do *modo de produção especificamente capitalista*, não é o operário individual, mas uma crescente *capacidade de trabalho socialmente combinada* que se converte no *agente (Funktionär)* real do processo de trabalho total, e como as diversas capacidades de trabalho que cooperam e formam a máquina produtiva total participam de maneira muito diferente no processo imediato da formação de mercadorias, ou melhor, de produtos - este trabalha mais com as mãos, aquele trabalha mais com a cabeça, um como diretor (*manager*), engenheiro (*engineer*), técnico etc, outro, como capataz (*overlooker*), um outro como operário manual direto, ou inclusive como simples ajudante -, temos que mais e mais *funções da capacidade de trabalho* se incluem no conceito imediato de *trabalho produtivo*, e seus agentes no conceito de *trabalhadores produtivos*, diretamente explorados pelo capital e *subordinados* em geral a seu processo de valorização e de produção. Se se considera o *trabalhador coletivo*, de que a oficina consiste, sua *atividade combinada* se realiza materialmente (*materialiter*) e de maneira direta num *produto total* que, ao mesmo tempo, é um *volume total de mercadorias*; é absolutamente indiferente que a função de tal ou qual trabalhador – simples elo desse trabalhador produtivo – esteja mais próxima ou mais distante do trabalho manual direto. Mas, então a atividade dessa capacidade de trabalho coletiva é seu *consumo produtivo direto pelo capital*, vale dizer, o processo de autovalorização do capital, a produção direta de mais-valia, e daí [...] a *transformação direta da mesma em capital*" (*Ibid.*, p. 71-72).⁷¹

Conclusão que introduz, por um lado, um "limite à discussão"; por outro, um "complicador", complicador que a amplia e enriquece.

Que inferências o texto permite sejam feitas?

⁷¹ Optamos por transcrever, na íntegra, o texto de Marx (respeitando a ênfase conferida pelo autor às passagens, ressaltadas no original pela grafia em itálico) e só depois tomar em separado algumas passagens. Nesse momento, os estratos do texto aparecem entre aspas, sem a indicação da fonte, e a ênfase (marcada pela grafia em negrito) é nossa.

A primeira circunscreve a discussão, ou melhor, a discussão limita-se, nesta passagem, ao caráter do trabalho produtivo na fábrica: Marx está tratando exclusivamente do trabalho na oficina; trabalho que produz mercadorias (coisas, objetos materiais concretos, tangíveis) – mercadoria que é

"um objeto externo, uma coisa que, por suas propriedades, satisfaz necessidades humanas, seja qual for a natureza, a origem delas, provenham do estômago ou da fantasia" (MARX, 1968, p. 41).⁷²

A segunda amplia o espaço de discussão: se, quando da subsunção formal do trabalho ao capital, produtivo era o trabalho do operário cujo processo de trabalho (individualmente considerado) era igual ao consumo produtivo de sua capacidade de trabalho pelo capital, quando da subsunção real importa considerar a "capacidade de trabalho socialmente combinada", isto é, o trabalhador coletivo. A partir de então, a relação direta entre trabalhador manual direto e trabalhador produtivo desaparece: "é absolutamente indiferente que a função de tal ou qual trabalhador – simples elo desse trabalhador produtivo – esteja mais próxima ou mais distante do trabalho manual direto". Com o desenvolvimento da divisão do trabalho no interior de um mesmo processo produtivo, com a separação entre concepção e execução, com a parcelarização (e a conseqüente) especialização do trabalho, "temos que mais e mais funções da capacidade de trabalho se incluem no conceito imediato de trabalho produtivo, e seus agentes no conceito de

⁷² A ênfase na citação reporta-se a alguns elementos a reter. A mercadoria: a) "é um objeto externo, uma coisa"; b) "é um objeto externo que, por suas propriedades, satisfaz necessidades humanas"; c) "é um objeto externo que satisfaz necessidades humanas", independente de sua (das necessidades) origem/natureza, isto é, "provenham (as necessidades) do estômago ou da fantasia". Portanto, ainda que a mercadoria possa satisfazer "necessidades do espírito", não há quaisquer indicações a respeito do trabalho nela contido, ou melhor, não há quaisquer relações necessárias entre satisfazer necessidades do espírito e ser o trabalho nela contido "imaterial" (cristais, por exemplo, satisfazem necessidades do espírito, e o trabalho neles contido não é "imaterial"). Se é verdade que nem tudo que satisfaz necessidades humanas é "uma coisa material"; se é verdade que a própria produção de "coisas materiais", envolve trabalho intelectual; também é verdade que nem toda necessidade espiritual se satisfaz com "produtos imateriais". Daí, toda e qualquer relação imediata e necessária entre "objeto que satisfaz necessidades espirituais" e "trabalho imaterial" é, no mínimo, problemática.

trabalhadores produtivos, diretamente explorados pelo capital e subordinados em geral a seu processo de valorização e de produção".⁷³

A terceira inferência supõe a resposta a uma dupla questão: que funções são essas que mais e mais se incluem no conceito imediato de trabalho produtivo e que agentes (seus), por extensão, se acham recobertos pelo conceito de trabalhador produtivo? Marx fornece duas ordens de indicações, uma "teórica", outra "descritiva".

As funções que recaem sob o conceito de trabalho produtivo são aquelas que se integram na "atividade combinada do trabalhador coletivo", atividade que "se realiza materialmente [...] e de maneira direta num produto total que, ao mesmo tempo, é um volume total de mercadorias". Parece-nos que o sentido é claro: são produtivas as funções que, combinadas, resultam de maneira direta em um produto, produto que é uma mercadoria. Então, "é absolutamente indiferente que a função de tal ou qual trabalhador – simples elo desse trabalhador coletivo – esteja mais próxima ou mais distante do trabalho manual direto". Como é essa "crescente capacidade de trabalho socialmente combinada que se converte no agente [...] real do processo de trabalho, e como as diversas capacidades de trabalho que cooperam e formam a máquina produtiva total participam de maneira muito diferente no processo imediato de formação de mercadorias [...] – este trabalha mais com as mãos, aquele mais com a cabeça [...] – temos que mais e mais [...] seus agentes [os agentes da capacidade de trabalho socialmente combinada] [se incluem] no conceito de trabalhadores produtivos, diretamente explorados pelo capital e subordinados em geral a seu processo de valorização e produção". Portanto, são produtivos os trabalhadores que, independentemente da função que desempenham (trabalhem mais com as mãos, ou mais com a cabeça) integram a capacidade de trabalho socialmente combinada, integram o trabalhador coletivo – cuja atividade

⁷³ Napoleoni faz uma belíssima (e contundente) inferência sobre toda a passagem: a subsunção real do trabalho ao capital destrói a relação (ilusória, falsa) de identidade entre trabalho produtivo e trabalho que produz produtos (coisas úteis, resultados). (Ver NAPOLEONI, 1971, especialmente p.101-102).

se realiza materialmente e de maneira direta em um volume total de mercadorias.

Resta saber quais são essas funções da capacidade de trabalho – e quem são seus agentes – que "mais e mais se incluem no conceito imediato de trabalho produtivo" – e, respectivamente, de trabalhadores produtivos. Marx enumera, a título de exemplo, "as diversas capacidades de trabalho que cooperam e formam a máquina produtiva total" e que "participam de maneira muito diferente no processo imediato da formação de mercadorias, (...)": "este trabalha mais com as mãos, aquele trabalha mais com a cabeça, um como diretor (...), engenheiro (...), técnico etc, outro, como capataz (...), um outro como operário manual direto, ou inclusive como simples ajudante". O conjunto do texto até agora parece indicar, e o exemplo leva a supor, que nem todo o trabalhador fabril integra o trabalhador coletivo; integram-no apenas aqueles que participam de maneira direta do processo imediato de formação da mercadoria, só eles seriam recobertos pelo conceito de trabalhador produtivo.⁷⁴

2.2.2. Trabalho produtivo e trabalho assalariado

Após ter desenvolvido o que chamara de "primeira conclusão" decorrente do processo de trabalho sob o capital, Marx curva-se sobre a "segunda":

"as determinações ulteriores do trabalho produtivo derivam dos traços que caracterizam o processo capitalista de produção. Em

⁷⁴ O texto deixa a descoberto (ou claramente exclui) atividades que se realizam na fábrica (cujos agentes são trabalhadores assalariados), mas que não "se realizam materialmente e de maneira imediata em uma mercadoria", ainda que sejam necessárias ao (bom) funcionamento da produção, por exemplo, as atividades ligadas à segurança e à limpeza, as atividades relacionadas a "relações humanas no trabalho" (atividades de assistentes sociais, sociólogos, psicólogos,...), as atividades ligadas à compra de meios de produção, as "atividades de escritório", entre outras. Essas atividades são assalariadas, seus agentes trabalham na fábrica (não prestam serviços a indivíduos quaisquer, mas a capitalistas, no local de produção de mercadorias); daí, pergunta-se: esse é um trabalho produtivo? São seus agentes trabalhadores produtivos? Participam eles do processo de produção de mercadorias? Produzem valor e mais-valor? Marx fornece uma indicação mais adiante, quando trata do "trabalho incidentalmente vinculado ao modo de produção capitalista".

primeiro lugar, o possuidor da força de trabalho se defronta com o capital ou com o capitalista como *vendedor* daquela – para exprimir como vimos, irracionalmente –, como vendedor direto de *trabalho vivo, não de uma mercadoria. É trabalhador assalariado*. Essa é a *primeira premissa*. Em segundo lugar, entretanto, após esse processo preliminar, correspondente à circulação, sua força de trabalho e seu trabalho incorporam-se diretamente como *fatores vivos* no processo de produção do capital; convertem-se em um de seus *componentes*, e precisamente, no componente *variável* que não só em parte conserva e em parte reproduz os valores adiantados, mas que ao mesmo tempo *umenta-os*, e, em conseqüência, graças tão-somente à criação de mais-valia, transforma-os em valores que se valorizam a si mesmos, em capital. Esse trabalho se *objetiva* diretamente, no curso do processo de produção, como *grandeza de valor fluido*" (MARX, 1978, p.72).

A segunda conclusão refere-se ao fato de que as determinações do trabalho produtivo, sob o capital, derivam dos traços que caracterizam o processo capitalista de produção, processo que supõe duas premissas. Uma dessas premissas é a de que o trabalhador é trabalhador assalariado, isto é, trabalhador que se defronta com o capitalista como vendedor de sua força de trabalho; a outra é a de que esta força de trabalho e este trabalho incorporam-se no processo de produção como fatores vivos, fatores vivos que se convertem em um componente do capital, componente que, por um lado, conserva e reproduz os valores adiantados e, por outro (*e ao mesmo tempo*), os amplia – portanto, trabalho que se converte em grandeza fluida. A segunda conclusão, consideradas suas duas premissas, permite inferir que: a) só o trabalhador assalariado é trabalhador produtivo e b) só é produtivo o trabalho que se troca por capital, trabalho que não só reproduz seu próprio valor, mas que cria mais valor do que custa, trabalho que "põe o capital variável, e, portanto, o capital total, como $C + C = C + v$ ".

Marx detém-se sobre essa última conclusão e tece considerações de diversas ordens sobre trabalho produtivo e trabalho improdutivo, considerações centradas no trabalho assalariado.

Inicialmente, relaciona as duas premissas, indicando mecanismos de inclusão/exclusão:

"Pode ocorrer que *esteja presente a primeira condição sem que esteja a segunda*. Um trabalhador pode ser *trabalhador assalariado, jornaleiro etc. [sem ser trabalhador produtivo]*. Isso ocorre toda vez que falta o segundo momento. Todo trabalhador produtivo é assalariado, mas nem todo assalariado é trabalhador produtivo" (*Id.*).⁷⁵

Daí, primeiro, e por oposição, temos um indicador claro de exclusão. Se "todo trabalhador produtivo é assalariado", trabalhadores não-assalariados não são produtivos. (Marx retornará a esse ponto adiante). Segundo, temos que o assalariamento se apresenta como condição necessária – porém, não suficiente – enquanto critério para definir trabalho produtivo e trabalhador produtivo: *se todo trabalhador produtivo é assalariado, assalariados há que não são trabalhadores produtivos*. Que assalariados são esses?

Marx considera, então, três situações específicas. As situações particulares de que trata acham-se integradas ao que chamáramos de "nível de abstração mais geral", qual seja: sob o capital, trabalho produtivo é trabalho produtor de mercadorias; sob o capital, trabalho produtivo é trabalho assalariado. As questões que Marx se põe (questões a que, no plano teórico mais geral, já respondera) são: todo trabalho assalariado é trabalho produtivo? Todo trabalho produtor de mercadorias é trabalho produtivo? Sua resposta é, em ambos os casos, negativa: nem todo trabalho assalariado é produtivo e nem todo o trabalho produtor de mercadorias o é.

2.2.2.1. Três situações específicas

⁷⁵ A passagem entre colchetes é um acréscimo nosso ao texto: na tradução que nos serve de base, o período não está concluído e não há qualquer indicação do tradutor de interrupção do texto no manuscrito original.

2.2.2.1.1. Trabalho que se compra por seu valor de uso: os serviços⁷⁶

Retornado a Marx, este se debruça sobre o trabalho que, ainda que assalariado, não é produtivo: "o trabalho que se compra para ser consumido pelo seu valor de uso, como serviço".

"Quando se compra o trabalho para consumi-lo como *valor de uso*, como *serviço*, – e não para colocá-lo como *fator vivo* em lugar do capital variável e incorporá-lo ao processo capitalista de produção – o trabalho não é produtivo e o trabalhador assalariado não é trabalhador produtivo. Seu trabalho é consumido por causa de seu *valor de uso*, não como trabalho que *gera valores de troca*; consome-se-o *improdutiva*, não produtivamente. O capitalista, pois, não se defronta com o trabalho como capitalista, como representante do capital; troca seu dinheiro por esse trabalho na condição de *renda*, não como *capital*. O consumo desse trabalho não equivale a D – M – D', mas a M – D – M (o último é o *trabalho* ou o próprio *serviço*). O dinheiro funciona aqui como meio de circulação, não como capital" (*Ibid.*, p.72-73).

A partir daí, parece-nos que Marx muda o eixo de suas considerações. Quando o texto discutia (ou melhor, até quando o texto discutia) a questão da subsunção real do trabalho ao capital e introduzia a noção de trabalhador coletivo⁷⁷, seu eixo era o trabalho *na fábrica*, trabalho *que se realiza material e imediatamente em mercadorias* (operário singular, "antes"; trabalhador coletivo, "depois")⁷⁸. Agora a

⁷⁶ Marx discute a questão em termos semelhantes no item "trabalho improdutivo e prestação de serviços. Compra de serviços nas condições do capitalismo. Concepção vulgar da relação entre capital e trabalho como troca de serviços" de *Teorias da mais valia* (Ver MARX, 1987, p. 396-400) de que tratamos, abreviadamente, no item 1.2.4.1.1).

⁷⁷ Primeira conclusão que retira do fato de que "só é produtivo o operário cujo processo de trabalho = ao *processo de consumo produtivo* da capacidade de trabalho (...) por parte do capital ou do capitalista".

⁷⁸ Nos termos de Napoleoni, referindo-se ao texto de Marx, "assim como a subsunção do processo de trabalho ao processo de valorização do capital, tanto na época da subsunção formal quanto na da subsunção real, do mesmo modo o conceito de produtividade – que depende da subsunção do processo de trabalho ao processo de valorização – é uma conotação geral do trabalho em situação capitalista, independentemente do fato de que se esteja em situação simplesmente de subsunção formal ou de subsunção real. *Tanto em um como no outro, trabalho produtivo é trabalho que produz mais-valia*". (NAPOLEONI, *op.cit.*, p.101-102).

discussão centra-se exclusivamente em *trabalho assalariado*: o problema consiste em desvendar que trabalho assalariado é produtivo/ que trabalho assalariado não o é – e a discussão sai do âmbito exclusivo da fábrica.

"Assim como as *mercadorias* que o capitalista compra para consumo privado não são consumidas produtivamente, não se transformam em *fatores do capital*, tampouco isso ocorre com os *serviços* que compra para seu consumo por vontade própria ou forçado (ao Estado etc), por causa de seu *valor de uso*. Eles não se convertem em fator do capital. Por conseguinte, não são trabalhos produtivos e seus executantes não são *trabalhadores produtivos*" (*Ibid.*, p. 73).

Que serviços são esses que o capitalista compra para seu consumo, por vontade própria, por causa de seu valor de uso? A resposta a esta questão remonta a um raciocínio mais geral; senão vejamos:

"Quanto mais se desenvolve a produção em geral como produção de mercadorias, tanto mais cada qual quer e deve converter-se em *vendedor de mercadorias*, fazer dinheiro, seja com seu produto, seja com seus *serviços* – quando o produto, devido a sua natureza, só existe sob a forma de serviço – e esse *fazer dinheiro* aparece como objetivo último de todo o gênero de atividade. Na produção capitalista, por um lado a produção dos produtos como mercadorias, e por outro a forma de trabalho como trabalho assalariado, se absolutizam" (*Id.*).⁷⁹

Vale dizer, quando a produção de mercadorias torna-se a forma geral de produção social, isto é, quando a forma capitalista de produção se absolutiza, então, todos os produtos convertem-se em mercadorias e todo o trabalho converte-se em trabalho assalariado, daí,

"Uma série de funções e atividades outrora envoltas por uma auréola, e consideradas fins em si mesmas, que se exerciam gratuitamente ou se pagavam indiretamente [...], por um lado se transformam diretamente em *trabalhos assalariados*, por diferente

⁷⁹ Parece-nos truncada a forma do último período. Salvo engano, a forma que se segue seria mais adequada: "Na produção capitalista, por um lado, a produção dos produtos como mercadorias e, por outro, a forma de trabalho como trabalho assalariado se absolutizam".

que possa ser seu conteúdo e *pagamento*; por outro, caem – sua avaliação, o *preço* dessas atividades, [...] – *sob as leis que regulam o preço do trabalho assalariado*" (*Id.*).⁸⁰

Isso significa que,

"com o desenvolvimento da produção capitalista, todos os *serviços* se transformam em *trabalho assalariado*, e todos seus executantes em *assalariados*, tendo, pois, essa *característica* em comum com o trabalhador produtivo" (*Id.*)

Essa extensão da forma de produção capitalista ao conjunto de atividades que se exerciam gratuitamente, ou que se pagavam indiretamente – extensão que as transforma em trabalhos assalariados, transforma seus executantes em assalariados, e submete sua avaliação (seu preço) às leis que regulam o preço do trabalho assalariado (isto é, transforma essas atividades em mercadorias e seus executantes em assalariados) – engendra uma *primeira confusão*: a identidade entre trabalhador assalariado e trabalhador produtivo. Parece-nos que essa é primeira tese que Marx refuta – e o faz, a priori. Não há identidade necessária entre trabalho assalariado e trabalho produtivo, e os serviços constituem-se em um exemplo, exemplo privilegiado: os serviços são transformados em trabalho assalariado, seus executantes, em trabalhadores assalariados; mas nem aqueles são trabalho produtivo, nem esses, trabalhadores produtivos. Mais adiante se verá porquê.

Essa extensão engendra uma *segunda confusão*, sobre a qual, no decorrer do parágrafo, Marx se detém:

"esse fenômeno, o de que com o desenvolvimento da produção capitalista todos os *serviços* se transformam em *trabalho assalariado*, e todos seus executantes em *assalariados* [...] dá aos apologistas ocasião para converter o trabalhador produtivo, pelo fato de ser assalariado, em trabalhador que simplesmente troca seus *serviços* (isto é, o trabalho enquanto valor de uso) por *dinheiro*" (*Ibid.* p. 73 – 74).

⁸⁰ E Marx indica alguns: "como os profissionais (*professionals*), médicos, advogados (*barristers*), etc"; e "desde a prostituta até o rei" (*Id.*).

A *primeira confusão* implica em uma generalização equivocada, equivocada porque toma o assalariamento como o critério definidor do trabalho produtivo. A *segunda confusão* implica em outra generalização, igualmente equivocada, que supõe um caminho inverso: toma o caráter produtivo do trabalho sob a forma capitalista pelo caráter produtivo do trabalho em geral. Se, em geral, é produtivo o trabalho que produz produtos; se, em geral, é produtivo o trabalho que produz valores-de-uso; se, na forma capitalista de produção, o trabalho é trabalho assalariado; se o trabalho que simplesmente se troca por serviços – isto é, trabalho enquanto valor de uso – é trabalho assalariado; então, todo trabalho assalariado é produtivo, e o é em função de seu valor-de-uso. No primeiro caso, toma-se um dos traços característicos do processo capitalista de produção como critério: o trabalho é produtivo porque assalariado, daí, todo trabalho assalariado ser produtivo; no segundo, toma-se o processo de trabalho sob o capital como mera manifestação particular do processo de trabalho em geral e o valor-de-uso como critério: se o trabalho é produtivo porque resulta em um produto, sob o capital, o trabalho (nesse momento trabalho assalariado) é produtivo porque gera valores-de-uso. Não importa sob que ângulo, e reunindo os dois ângulos,

"Passam felizes [os apologistas] por alto sobre a diferença específica desse 'trabalhador produtivo' e [d]a produção capitalista como produção de mais-valia, como processo de autovalorização do capital, cujo único instrumento (*agency*), a ele incorporado, é o trabalho vivo. Um soldado é trabalhador assalariado, recebe soldo, mas nem por isso é trabalhador produtivo" (*Ibid.*, p. 74).⁸¹

Reunamos os elementos de que dispomos, até agora, concernentes à inclusão/exclusão. *Primeiro*, "se, do ponto de vista da produção capitalista, todo trabalho produtivo é trabalho assalariado", então, apenas o trabalho assalariado é produtivo e só o trabalhador assalariado é trabalhador produtivo. Portanto, incluem-se na categoria os assalariados e, necessariamente, excluem-se os não-assalariados. Mas, *segundo*, "nem

⁸¹ Marx já apontara a "segunda confusão" na p. 71, qualificando-a de "estreiteza mental burguesa".

todo trabalho assalariado é trabalho produtivo"; só é produtivo o trabalho que se troca por capital, aquele que produz mais-valia. Trabalho que se troca por renda, ainda que assalariado, não é produtivo – trata-se de trabalho que se troca por seu valor-de-uso, um serviço –. Portanto, incluem-se na categoria os trabalhadores assalariados que vendem sua força de trabalho ao capital e excluem-se os assalariados que meramente vendem seus serviços.

Voltemos a Marx...

Para além do que designamos como *primeira confusão e segunda confusão*, o autor alude a "um erro adicional", relativo ao caráter do trabalho produtivo sob o capital, erro que surge de duas fontes. Sinteticamente, o "erro adicional" deriva de duas generalizações equivocadas: como, sob o capital trabalho produtivo é trabalho produtor de mercadoria, considera-se como produtivo todo e qualquer trabalho que as produza (independente das relações sociais sob as quais a atividade se processa); como, sob o capital, produtivo é o trabalho assalariado que se troca por capital, considera-se como produtivas todas as atividades que o capital remunera.

2.2.2.1.2. Trabalho que se realiza sob relações pré-capitalistas⁸²

A primeira fonte do "erro adicional" refere-se às formas de trabalho fundadas em relações de produção pré-capitalistas – relações que, ainda que subordinadas, não se encontram realmente subsumidas ao capital. No que reside o erro? Na generalização abusiva das relações entre capital e trabalho assalariado – generalização que as estende a relações de produção a que estas não se aplicam. Assim, "em correspondência com o modo de produção dominante [...] as relações que ainda não se subsumiram realmente àquele, se lhe subsumem idealmente (*idealiter*)" (MARX, 1978, p. 74)⁸³.

⁸² Marx discute a questão no item "o trabalho dos artesãos e camponeses na sociedade capitalista" de *Teorias da mais-valia* (Ver Marx, 1987, p. 401-403; ver, ainda, as considerações complementares que tecemos no item 1.2.4.1.2).

⁸³ Para o esclarecimento dessa passagem ver MARX, 1987, p. 402 e nossas considerações no item 1.2.4.1.2).

"O trabalhador autônomo (*selfemploying labourer*), como exemplo, é seu próprio assalariado; seus próprios meios de produção se lhe representam como capital. Na condição de capitalista de si mesmo, auto-emprega-se como assalariado. Semelhantes anomalias oferecem campo propício às leviandades sobre o trabalho produtivo e improdutivo" (*Id.*).

Com uma penada, Marx descarta essa "leviandade" e põe o problema em seus devidos termos:

"Na produção capitalista, certas partes dos trabalhos que produzem mercadorias executam-se de maneira própria aos *modos de produção precedentes*, onde a *relação entre o capital e o trabalho assalariado* ainda não existe de fato, pelo que de nenhuma maneira são aplicáveis as categorias de trabalho *produtivo* e trabalho improdutivo, características do ponto de vista capitalista" (*Id.*).

A esses produtores de mercadorias não se aplicam as categorias de trabalho produtivo e de trabalho improdutivo, do ponto de vista do capital, posto que as atividades que desenvolvem, embora ao capital subordinadas, não se verificam sob seu marco.⁸⁴

O extrato é extremamente interessante.

Primeiro, porque reitera o ponto de vista que Marx assume – suas considerações concernem a trabalho produtivo/improdutivo sob o capital – e o rigor com que trata a distinção.

Segundo, porque nega a identidade entre trabalho produtivo e trabalho útil – trabalho que produz valores-de-uso –. No caso presente, ainda que o trabalho produza valores-de-uso, ainda que o produto do trabalho seja transacionado como mercadoria, o trabalhador não é trabalhador produtivo do ponto de vista do capital. E por que não? Porque as relações sociais sob as quais a produção se processa não são relações de produção capitalistas. E a argumentação de Marx toma dois caminhos, caminhos complementares. Por um lado, este trabalhador não é trabalhador produtivo, porque é proprietário dos meios de produção e é, em decorrência, proprietário do produto de seu trabalho: daí, troca por

⁸⁴ Discordamos, pois, da interpretação de Napoleoni a respeito dos produtores independentes (Ver NAPOLEONI, 1981, p. 105-106 e nossas considerações no item 4.2.2).

dinheiro, no mercado, não seu trabalho, mas o produto de seu trabalho, como mercadoria. Por outro, este trabalhador também não é trabalhador improdutivo. E a questão do trabalho assalariado volta à tona: como o trabalho assalariado é a outra face da distribuição da propriedade dos meios de produção na sociedade dominada pelo modo de produção capitalista, ele é expressão das relações de produção capitalistas. Por isso, a distinção entre trabalho produtivo e trabalho improdutivo só se aplica quando se trata da troca de dinheiro por trabalho, ou seja, quando o trabalhador é trabalhador assalariado. Aqui, ao contrário do que ocorre com os serviços (quando se verifica a troca de trabalho por dinheiro, relação em o que trabalhador é trabalhador assalariado, mas trabalhador improdutivo), não se troca dinheiro por trabalho, e sim dinheiro por mercadoria; daí,

"a categoria está inteiramente fora de questão, porque não [se dá] troca direta entre dinheiro e trabalho de qualquer espécie, mas entre *dinheiro e mercadoria*" (*Ibid.*, p. 79, entre colchetes no original).

2.2.2.1.3. Trabalho assalariado incidentalmente vinculado ao processo de produção capitalista

A segunda fonte do "erro adicional" reporta-se a

"certos *trabalhos improdutivos* [que] podem estar vinculados incidentalmente (*incidentaliter*) com o processo de produção; é possível, inclusive, que seu preço entre no *preço da mercadoria*, ou seja, que o dinheiro gasto neles até certo ponto (*so far*) forme *uma parte do capital adiantado*, e, por conseguinte, que o trabalho apareça como trabalho que não se troca por *renda*, mas diretamente por *capital*" (*Ibid.*, p.74).

Ao discutir essa segunda fonte de erro, o raciocínio de Marx volta à fábrica: trata-se de custos com os quais o capitalista tem que arcar e que integram o preço da mercadoria – "os falsos custos de produção". Marx arrola dois exemplos desse tipo de gastos. Aponta, primeiro, o gasto com os impostos:

"Passemos ao último caso, o dos *impostos*, do preço por serviços

estatais, etc. Mas, isso está contido nos falsos custos de produção (*faux frais de production*), e é uma forma em si mesma *acidental* do processo capitalista de produção, e de nenhum modo *condicionada* por ele, e que lhe seja necessária e imanente. Se – exemplifiquemos – todos os impostos *indiretos* se transformassem *em diretos*, nem por isso se deixaria de pagá-los, mas já não constituiriam adiantamento de capital, e sim um *dispêndio de renda*. A possibilidade dessa transmutação formal mostra sua exterioridade, indiferença e acidentalidade em relação ao processo capitalista de produção" (*Id.*). –⁸⁵

Leva em conta, em segundo lugar, o gasto com funcionários, que são assalariados do capital, mas que não são trabalhadores produtivos. Aqui, Marx trata de trabalhadores assalariados, empregados pelo capital, trabalhadores cujo trabalho se vincula de algum modo (de modo incidental) ao processo de produção, que não são produtivos e, a título de exemplo, discrimina as atividades ligadas

"[a]os documentos materiais, [a]as escrituras públicas, etc. Tudo isso se relaciona com as estipulações entre os possuidores de mercadorias como compradores e vendedores, e nada tem a ver com a relação entre o capital e o trabalho. Dessa maneira, os funcionários podem converter-se em assalariados do capital, mas, nem por isso se transformam em trabalhadores produtivos" (*Ibid.*, p. 75).

Importa salientar que Marx faz, neste texto, a seguinte oposição: trabalho que se troca por dinheiro enquanto dinheiro é *dispêndio de renda* (gasto de dinheiro que funciona como meio de circulação, dinheiro "que não volta enquanto dinheiro", dinheiro despendido na compra de mercadoria ou serviço, dinheiro cujo final do ciclo é D – M) e trabalho que se troca por dinheiro enquanto capital é *trabalho que valoriza o dinheiro adiantado na forma de capital* (trabalho que se troca por capital e se constitui na parte do capital total "adiantada" como capital variável;

⁸⁵ Os impostos (diretos ou indiretos) não são, senão, forma de tributação da renda. Assim, o capitalista "adianta capital" para pagá-los; incorpora o valor do capital adiantado, para esse fim, ao preço da mercadoria; e repassa-o ao consumidor final. Os serviços que o estado presta (e os trabalhadores que contrata) são remunerados não pelo capital, mas por renda.

trabalho que torna possível o ciclo D – M – D'). Essa oposição funciona como central para diferenciar trabalho produtivo e trabalho improdutivo. Ao considerar o "trabalho improdutivo incidentalmente vinculado ao processo de produção capitalista", no entanto, Marx, ainda que não o aprofunde, traz um elemento novo à discussão: há trabalhos que, mesmo que se permutem por capital, não são produtivos. Senão vejamos: o dinheiro com eles despendido não se perde, retorna – ao contrário do que acontece com o dispêndio de renda –; mas não retorna adicionado – ao contrário do que ocorre com o dinheiro que, enquanto capital (parte variável do capital), se converte em trabalho (trabalho assalariado produtivo) e que retorna acrescido (de mais-valia). Problema que Marx já levantara em *Teorias da mais-valia* e de que tratará nos livros II e III de *O capital*.

Ao apontar, no "capítulo VI (inédito)", a dupla confusão e ao sublinhar o erro adicional (e as fontes de que deriva) – e fazê-lo "esmiuçando" três situações particulares – parece-nos que Marx refuta duas teses: uma que confunde trabalho que produz produtos (trabalho que produz valores-de-uso; trabalho útil) com trabalho produtivo; outra que confunde trabalho assalariado com trabalho produtivo. Assim, o texto "joga" com o particular (as atividades específicas de que trata) e o geral (as teses que nega).

A partir de então, o texto retorna, explicitamente, ao plano teórico mais abstrato e Marx desvenda o valor de uso do trabalho produtivo para o capital.

2.3. Valor de uso que o trabalho produz e valor de uso do trabalho produtivo⁸⁶

Pela extensa citação que se segue, Marx não só põe um ponto final na discussão anterior, como define a categoria de trabalho produtivo, circunscrevendo a forma histórica particular a que esta se aplica:

⁸⁶ Marx desenvolve o argumento em *Teorias da mais-valia* (ver MARX, 1987, p. 394-396 – "o valor de uso específico do trabalho produtivo para o capital" e nossas considerações no item 1.2.4).

"*Trabalho produtivo* não é senão expressão sucinta que designa a relação integral e o modo pelo qual se apresentam a força de trabalho e o trabalho no processo capitalista de produção. Por conseguinte, se falamos de *trabalho produtivo*, falamos, pois, de *trabalho socialmente determinado*, de trabalho que implica relação nitidamente determinada entre o comprador e o vendedor de trabalho. O trabalho produtivo troca-se diretamente por *dinheiro enquanto capital*, isto é, por dinheiro que em si é capital, que está destinado a funcionar como capital, e que como capital se contrapõe à força de trabalho. Em consequência trabalho produtivo é aquele que, para o operário, reproduz somente o valor previamente determinado de sua força de trabalho, ao passo que em sua condição de atividade geradora de valor valoriza o capital; e opõe ao operário os valores criados por essa atividade, na condição de *capital*. A relação específica entre o *trabalho objetivado* e o *trabalho vivo*, transforma o primeiro em capital, e o segundo em *trabalho produtivo*" (MARX, 1978, p.75).

Especifica o produto dessa forma histórica de produção –

"O produto específico do processo capitalista de produção – a mais-valia – é gerado somente pela troca com o *trabalho produtivo*" (*Id.*) –;

o valor-de-uso do trabalho produtivo –

"O que constitui o *valor de uso específico* [do trabalho produtivo] para o capital não é seu caráter útil determinado, como tampouco as qualidades úteis peculiares ao produto no qual se objetiva, mas seu caráter de elemento criador de valor de troca (mais-valia)" (*Id.*) –

e o caráter do processo de produção –

"O processo capitalista de produção não é simplesmente produção de mercadorias. É processo que absorve trabalho não pago, que transforma os meios de produção em meios de sucção de trabalho não pago" (*Id.*) -.

O que toda a passagem recupera?

O fato de que o processo de trabalho sob o capital é processo de produção de mais-valia. O raciocínio envolve o duplo caráter da mercadoria (unidade de valor-de-uso e de valor-de-troca) e do trabalho

nela contido: trabalho concreto, singular, adjetivado, que se materializa em valores-de-uso; e trabalho abstrato, "*sans phrase*", mero dispêndio de força humana de trabalho, que gera valor-de-troca. Envolve, ainda, o duplo caráter da mercadoria força de trabalho: mercadoria comprada por seu valor-de-troca – equivalente ao tempo necessário à sua produção/reprodução – e empregada por seu valor-de-uso – trabalho vivo que tem a capacidade de, simultaneamente, transferir valor, gerar valor novo e acrescentar mais valor do que custa. O caráter útil da força de trabalho para o capital não se define pelos valores-de-uso que esta produz, define-se por sua capacidade de produzir mais-valia, de valorizar o capital.

Assim, Marx marca a especificidade do processo capitalista de produção – que "não é simplesmente processo de produção de mercadorias", mas "processo que absorve trabalho não pago, que transforma os meios de produção em meios de sucção de trabalho não pago" – e a especificidade de seu produto – a mais-valia –. Isto posto, define trabalho produtivo sob o capital: "*trabalho socialmente determinado*, trabalho que implica relação nitidamente determinada entre o comprador e o vendedor de trabalho"; trabalho que se troca "diretamente por *dinheiro enquanto capital*, isto é, por dinheiro que em si é capital, que está destinado a funcionar como capital, e que como capital se contrapõe à força de trabalho"; trabalho "que, para o operário, reproduz somente o valor previamente determinado de sua força de trabalho, ao passo que, em sua condição de atividade geradora de valor, valoriza o capital; e *opõe* ao operário os valores criados por essa atividade, na condição de capital". E nega a identidade entre trabalho produtivo e trabalho útil, ao contrapor trabalho produtor de valores-de-uso e valor-de-uso do trabalho produtivo: "o que constitui o *valor de uso específico* [do trabalho produtivo] para o capital não é seu caráter útil determinado, como tampouco as qualidades úteis peculiares ao produto no qual se objetiva, mas seu caráter de elemento criador de valor de troca" e, em decorrência, de mais-valia. Vale dizer:

"Do que precede resulta que *trabalho produtivo* é uma determinação daquele trabalho que em si mesmo nada tem a ver com o *conteúdo determinado* do trabalho, com sua utilidade particular ou valor de uso peculiar no qual se manifesta" (*Id.*).

Não é o conteúdo material do trabalho, pois, o elemento a partir do qual se definem trabalho produtivo e improdutivo. Toda a argumentação de Marx a seguir privilegiará esse ponto, acompanhem-lo.

A primeira linha de argumentação centra-se no fato de que "um *trabalho de idêntico conteúdo* pode ser, [...], produtivo e improdutivo" (*Id.*):

"O mesmo trabalho, por exemplo, jardinagem, alfaiataria (*gardening, tailoring*), etc, pode ser realizado pelo mesmo trabalhador (*workingman*) a serviço de um capitalista industrial ou de um consumidor direto. Em ambos os casos, estamos ante um assalariado ou diarista, mas, num caso trata-se de trabalhador *produtivo*, e noutro, de *improdutivo*, porque no primeiro caso esse trabalhador produz capital e no outro não; porque num caso seu trabalho constitui um momento do processo de autovalorização do capital, e no outro não" (*Ibid.*, p. 76).

Retomando a discussão precedente: independente do conteúdo determinado do trabalho – isto é, do valor-de-uso particular em que este se manifesta, da utilidade particular de que se reveste – só o trabalho que se troca por capital, só o trabalho que produz capital é trabalho produtivo; por outro lado, e paralelamente, trabalho que se compra na qualidade de consumidor direto, trabalho que se troca por renda, é trabalho improdutivo.

A segunda linha centra-se sobre a produção de luxo: ainda que essa produção se destine ao consumo improdutivo, o trabalhador é trabalhador produtivo, posto que o "conteúdo [desse trabalho] é de todo indiferente para a determinação do trabalho produtivo":

"Grande parte do produto anual que é consumido como renda, e não ingressa renovadamente no processo produtivo na qualidade de meios de produção, é composto dos produtos (valor de uso) mais nefastos, que satisfazem as paixões, caprichos (*fancies*), etc, mais

deploráveis. Esse conteúdo é de todo indiferente para a determinação do trabalho produtivo (ainda que, naturalmente, o desenvolvimento da riqueza encontraria um freio (*check*) se uma parte desproporcionada se reproduzisse dessa maneira, em lugar de converter-se novamente em meios de produção e de subsistência que voltam a entrar na reprodução, ora de mercadorias, ora da própria força de trabalho; em poucas palavras, em lugar de consumir-se produtivamente). Esse gênero de trabalho produtivo produz valores de uso, objetiva-se em produtos destinados somente ao consumo improdutivo, e que, em realidade, como artigos, não têm nenhum *valor de uso* para o processo de reprodução [...]. Do ponto de vista da produção capitalista o luxo é condenável se o processo de reprodução se vê dificultado, ou quando seu progresso - visto que se encontra condicionado pelo progresso natural da população - tropeça com o uso desproporcionado desse *trabalho produtivo* que se apresenta em artigos não reprodutivos, com o que se reproduzem muito poucos meios de subsistência necessários, ou meios de produção etc. [...]. Para o próprio operário, o trabalho produtivo, como qualquer outro, não é mais do que um meio para a reprodução de seus meios necessários de subsistência. Para o capitalista, a quem a natureza do valor de uso e o caráter do trabalho concreto utilizado é totalmente indiferente em si mesmo, o trabalho produtivo é puramente meio de obter dinheiro, de produzir mais-valia (*moyen de battre monnaie, de produire la survalue*)" (*Ibid.*, p.76-77).

2.3.1. Três fontes de erro

Marx resume assim, o conjunto das considerações críticas a que chegou até agora:

"A mania de definir o trabalho *produtivo* e o *improdutivo* por seu conteúdo *material* origina-se de três fontes:

- a. A concepção fetichista, peculiar ao modo de produção capitalista, e derivada de sua essência, que considera as determinações formais econômicas, tais como ser *mercadoria*, ser trabalho

produtivo, etc, como qualidade inerente em si mesma aos depositários materiais dessas determinações formais ou categorias.

- b. Que, se se considera o processo de trabalho como tal, só é *produtivo* o trabalho que resulta em um *produto* (produto material, já que aqui se trata unicamente de riqueza material).
- c. Que no processo *real* de reprodução – considerando-se seus momentos reais – relativamente à formação, etc., de riqueza, existe grande diferença entre o trabalho que se manifesta em artigos reprodutivos e o que o faz em simples artigos santuários" (*Ibid.*, p.78).

Gostaríamos de tecer algumas observações sobre esses três itens. A tese que Marx levanta é a de que paira sobre a concepção de trabalho produtivo um grande equívoco – o de atrelar a definição de trabalho produtivo ao conteúdo material da atividade –, equívoco que deriva do caráter fetichista (e fetichizador) do modo de produção capitalista e que se alicerça em três fontes (de erro) – fontes que estão listadas e que, salvo melhor juízo, concernem ao encadeamento da discussão tal qual conduzida por Marx até aqui, e neste texto.

Tomemos a primeira fonte de erro, aquela que considera as determinações formais econômicas tais como ser *mercadoria*, ser trabalho *produtivo*, etc, como qualidade inerente em si mesma aos depositários materiais dessas determinações formais ou categorias. Onde reside o erro? Essa "concepção fetichista" implica no ignorar da especificidade das relações sociais no bojo das quais se produzem os produtos do trabalho, ou seja, toma "a coisa" (a mercadoria) pelas determinações que explicam a produção "das coisas" (as relações sociais); daí, deduz todo o trabalho que produz mercadorias é trabalho produtivo. A tese contrária, que desfaz o erro, é: nem todo o trabalho que produz mercadorias é trabalho produtivo. Parece-nos que "essa primeira fonte de erro (que leva à mania de definir o trabalho produtivo e improdutivo por seu conteúdo material)", expressa, sinteticamente, a discussão que Marx leva detalhadamente às páginas setenta e setenta e

um.⁸⁷ O cerne do erro reside em um equívoco teórico fundamental - o de subsumir a forma particular da produção de mercadorias sob o capital a uma, suposta, forma geral de produção, o que rebate na afirmação de que todo trabalho que produz produtos é trabalho produtivo. A esse erro fundamental agregam-se aparências enganadoras: a tendência a que, com o desenvolvimento do modo capitalista de produção, todos os produtos do trabalho (independente de seu teor e do modo como se os produza) se transformem em mercadorias; a tendência a que todo o trabalho (independente da forma de que se revista, ou das relações sob as quais se processe) se transforme em mercadoria, isto é, todo o trabalho se torne trabalho assalariado (Ver *Ibid.*, p. 72-73). Não há nessa passagem, dado o desenvolvimento do texto, nada que autorize a inferir que a tese equivocada seja só o trabalho que produz mercadorias é trabalho produtivo – e que sua negação seja há trabalhos que não produzem mercadorias ("coisas") que são produtivos –. Reiteramos, o erro que Marx aponta concerne à afirmação de que todo o trabalho que produz mercadorias é trabalho produtivo e sua negação implica em afirmar que nem todo o trabalho que produz mercadorias é trabalho produtivo - não o é o trabalho que, apesar de produzir mercadorias, se processa sob formas de produção pré-capitalistas (Ver *ibid.*, p. 74); não o é o trabalho que, se bem que assalariado, só se desfruta como serviço (Ver *ibid.*, p. 76).

Detenhamo-nos, agora, na segunda fonte de erro, a que toma o processo de trabalho como tal, e infere a tese de que só é *produtivo* o trabalho que resulta em um *produto*. Em que consiste o erro? Aqui, como no caso precedente, recai-se em um equívoco teórico fundamental: ao se considerar o processo de trabalho como tal, é claro que só é produtivo o trabalho que resulta em um produto; mas, ao se considerar o processo de trabalho sob o capital, processo de trabalho que é processo de produção de mais-valia, o ser produtivo do trabalho não reside em produzir um produto (valor-de-uso), mas em produzir mais-valia. Essa tese, que se

⁸⁷ Até o momento em que introduz as duas conclusões: o trabalhador coletivo e o trabalho assalariado.

fundamenta na segunda fonte de erro, não passa de uma tautologia, característica da "estreiteza mental burguesa"; tese que a subsunção real do trabalho ao capital e a conseqüente emergência do trabalhador coletivo (Ver *ibid.*, p. 71-72) evidenciam como equivocada – aspecto que Napoleoni, aliás, desenvolve com especial clareza e sagacidade. A tese contrária, e que desfaz o erro, é: há trabalhos que, dada a parcelarização do trabalho *no mesmo processo produtivo*, não produzem imediatamente um produto (uma mercadoria) e são produtivos. A argumentação de Marx, até este momento do texto, não ultrapassa esse nível, em que pesem o fato de que se possa pôr em discussão o que Marx entende por mercadoria; o fato de como Marx percebe a "produção imaterial" – sobre a qual irá se deter posteriormente, ainda neste texto –; a discussão sobre o que se entende por "trabalhador coletivo"; outras passagens de Marx, em outras fontes e as inferências, mais amplas que se possam fazer destas passagens.

Consideremos, por fim, a última fonte de erro, aquela que considera que, no processo *real* de reprodução, existe grande diferença entre o trabalho que se manifesta em artigos reprodutivos e o que o faz em simples artigos suntuários. A tese que daí decorre classifica como produtivo apenas o trabalho que produz produtos que se consomem produtivamente (aqueles que se convertem novamente em meios de produção e de subsistência, e que voltam a entrar no processo de produção/ reprodução, ora de mercadorias, ora da própria força de trabalho) e que rotula como improdutivo o trabalho voltado para a produção de artigos de luxo (suntuários, supérfluos). A tese contrária é a de que o que define o ser produtivo do trabalho é o como se produz e não o que se produz – menos ainda a que necessidade de consumo o produto responde (é no âmbito estrito da produção, e não no da circulação ou do consumo, que se define o caráter produtivo do trabalho para o capital).⁸⁸

⁸⁸ Após todos os argumentos desenvolvidos por Marx, este poderia parecer um erro "fútil", facilmente descartável, mas não o é. Marx ressalta um aspecto importante: apesar de ser produtivo o trabalho que produz bens de luxo, a produção desmesurada destes pode implicar em sérios problemas para a reprodução ampliada do capital. "Do ponto de vista da produção capitalista o luxo é condenável se o processo de reprodução se vê

Feito isso Marx curva-se sobre a produção não material.

2.3.2. A produção não material

Rigorosamente, em termos da ordem de exposição do texto, a produção não material é o primeiro exemplo de que Marx se vale para ilustrar o fato de que um trabalho de idêntico conteúdo pode ser produtivo e improdutivo.

"Milton – sirva-nos de exemplo – que escreveu o *Paraíso Perdido* [...], era um trabalhador improdutivo. Pelo contrário, o escritor que proporciona trabalho como de fábrica a seu livreiro, é trabalhador produtivo. Milton produziu o *Paradise Lost* tal como um bicho-da-seda produz a seda, como manifestação *de sua* natureza. A seguir, vendeu o produto por cinco libras, e desse modo converteu-se em negociante. O literato proletário de Leipzig que produz livros – por exemplo, compêndios de economia política – por encargo do livreiro, está próximo a ser trabalhador produtivo, porquanto sua produção está subsumida ao capital, e não se leva a termo senão para valorizá-lo. Uma cantora que entoia como um pássaro é um trabalhador improdutivo. Na medida em que vende seu canto, é assalariada ou comerciante. Mas, a mesma cantora, contratada por um empresário (*entrepreneur*), que a faz cantar para ganhar dinheiro, é um trabalhador produtivo, já que *produz* diretamente capital. Um mestre-escola que é contratado com outros para valorizar, mediante seu trabalho, o dinheiro do empresário (*entrepreneur*) da instituição que trafica com o conhecimento (*knowledge mongering institution*), é trabalhador produtivo" (*Ibid.*, p.76).

O exemplo é especial e ilustra duas situações: a produção não material, cujo "resultado são mercadorias que existem isoladamente em relação ao produtor" (como a produção de livros), e a produção não

dificultado, ou quando seu progresso - visto que se encontra condicionado pelo progresso natural da população – tropeça com o uso desproporcionado desse *trabalho produtivo* que se apresenta em artigos não reprodutivos, com o que se reproduzem muito poucos meios de subsistência necessários, ou meios de produção etc." (*Ibid.*, p. 77).

material, "cujo produto não é separável do ato de produção" (casos da cantora e do mestre-escola).⁸⁹ As colocações de Marx, nesta passagem são claras: Milton e a cantora que "entoa como um pássaro" são trabalhadores improdutivos; ao venderem o produto de seu próprio trabalho tornam-se negociantes (mas continuam trabalhadores improdutivos: apenas vendem seu produto ou seu serviço como mercadoria). Ao contrário, o literato proletário de Leipzig que produz livros para o livreiro, a cantora e o mestre-escola contratados por empresários são trabalhadores produtivos: *produzem* diretamente capital. O que Marx busca enfatizar nesse momento específico do texto é: o que define o ser produtivo do trabalho são as relações sociais no bojo das quais este se processa.⁹⁰ Assim, primeiro (e como já se disse) trabalhos de idêntico conteúdo podem ser produtivos ou improdutivos e, segundo, independente de a produção ser material ou não material, se se realiza sob a lógica do processo de valorização do capital, o trabalho é trabalho produtivo.⁹¹

Marx parece chegar às mesmas conclusões a que chegara no décimo segundo aditamento de *Teorias da mais valia* ao discutir passagem idêntica.⁹² Mas, a similitude é apenas aparente: enquanto em *Teorias* sua argumentação aí se encerrava, no "capítulo VI (inédito)", ela prossegue. O autor encerra, assim, o parágrafo:

"Ainda assim, a maior parte desses trabalhos, do ponto de vista da forma, mal se subsumem formalmente no capital: pertencem às formas de transição" (*Ibid.*, p.76).

E conclui, imediatamente:

"Em suma: os trabalhos que só se desfrutam como serviços não se transformam em produtos separáveis dos trabalhadores – e, portanto, existentes independentemente deles como mercadorias autônomas – ainda que se os possa explorar de maneira diretamente

⁸⁹ Marx tomará a questão da produção dos bens não materiais, considerada esta distinção, mais adiante.

⁹⁰ Aspecto que Rubin (1980) trabalha rigorosa e exaustivamente.

⁹¹ Exemplos de igual teor encontram-se em *Teorias da mais-valia* (MARX, 1987, p.132-287).

⁹² Ver MARX, 1987, p. 396 e, ainda, item 1.2.5.2 deste texto.

capitalista, constituem magnitudes insignificantes se comparados com o volume da produção capitalista. Por isso, se deve fazer caso omissos desses trabalhos, e tratá-los somente a propósito do trabalho assalariado, sob a categoria de trabalho assalariado que não é ao mesmo tempo trabalho produtivo" (*Id.*).

A passagem é, pois, problemática. Primeiro, Marx afirma que o trabalho voltado para a produção de bens não materiais (redunde ele em "mercadoria autônoma" ou não) é produtivo, desde que valorize diretamente o capital. Logo a seguir, no entanto, encerrando o parágrafo, Marx afirma que "a maior parte desses trabalhos mal se subsumem formalmente ao capital: pertencem às formas de transição". E o que significa isso? Significa que "essas pessoas trabalham para um capital comercial" (*Ibid.*, p. 79), ou seja, significa que, apesar de se tratar de trabalho assalariado pelo capital – capital comercial –, trata-se de trabalho improdutivo. A que trabalhos está se referindo? Àqueles cujo "resultado são mercadorias que existem isoladamente em relação ao produtor" (*Id.*). Na seqüência, em um parágrafo "conclusivo", acrescenta, tendo em vista, explicitamente, neste momento, "os trabalhos que só se desfrutam como serviços [ou seja, trabalhos que] não se transformam em produtos separáveis dos trabalhadores" (trabalhos cujos produtos, portanto, não têm existência "independente como mercadorias autônomas"): por seu caráter insignificante frente ao volume da produção capitalista – ainda que passível de ser explorado de modo capitalista –, este mesmo trabalho deve ser tratado enquanto trabalho assalariado não produtivo.

Reiteramos, toda a passagem da página 76 do "capítulo VI (inédito)" é problemática, e o é por duas razões. Primeiro, porque Marx oscila no interior do próprio texto – tece considerações radicalmente distintas em uma só página. Segundo, como já se disse, porque em *Teorias da mais-valia*, Marx, ao tecer consideração idêntica e ao tratar dos mesmos exemplos, conclui de maneira distinta.⁹³

⁹³ Agreguemos, ainda, uma terceira razão: se, naquele momento, a produção de bens não materiais que não redundam em mercadorias isoladas frente aos produtores, se explorada "de maneira diretamente capitalista" constituía-se em magnitude

Mas a discussão irá prosseguir, especificando-se. Antes, porém, cabe um interregno.

2.3.2.1. Um breve intervalo: tomando os "serviços" sob um novo ângulo

Ainda respeitando a ordem de exposição do texto, Marx, ao discutir a terceira fonte de erro (a que se refere à produção de bens suntuários), introduz a noção de "serviços". Primeiro, distingue consumo e produção: para quem consome, a produção aparece como um serviço, independente do modo pelo qual o produto é produzido; do ponto de vista do capitalista, não:

"quer eu compre uma calça ou compre tecido e ponha a trabalhar em minha casa um oficial alfaiate, e lhe pague seu *serviço* (*id est*, trabalho de alfaiataria), isto me é totalmente indiferente. Se compro ao comerciante, na alfaiataria (*merchant tailor*), é porque assim sai mais barato. Em ambos os casos, transformo o dinheiro que gasto em valor de uso, destinado a meu consumo individual e que deve satisfazer minha necessidade individual, não em capital. O oficial alfaiate presta-me o mesmo *serviço* quer trabalhe para mim na *alfaiataria* ou em minha casa. Mas, ao contrário, o serviço que o mesmo oficial alfaiate empregado por um *alfaiate-comerciante* presta a este capitalista consiste em que trabalha 12 horas, e só percebe o pagamento de 6. O serviço que lhe presta, pois, consiste em trabalhar 6 horas de graça. O fato disso ocorrer sob a forma de confecção de calças, não faz mais do que *ocultar* a transação real. Por isso o *alfaiate-comerciante*, logo que possa, procura transformar, novamente, as calças em dinheiro, ou seja, em uma forma da qual desapareceu por completo o caráter determinado de trabalho de alfaiataria, e onde o serviço prestado se exprime no fato de que um táler se converteu em dois" (MARX, 1978, p. 78).

Segundo, define serviço:

insignificante, hoje esse não é o caso. Salvo melhor juízo, é o fato desse trabalho ser "residual" que leva Marx, nessa passagem, a dele "fazer caso omissis" e considerá-lo como "trabalho improdutivo".

"Serviço não é, em geral, senão uma expressão para o *valor de uso particular* do trabalho, na medida em que este não é útil como coisa, mas como atividade. Dou para que faças; faço para que faças; faço para que dê; dou para que dê [...]; são formas equivalentes da mesma relação, ao passo que na produção capitalista exprime uma relação extremamente específica entre a riqueza objetiva e o trabalho vivo. [...] Nessa *compra de serviços* não se encontra nunca a relação entre o capital e o trabalho – ou se acha inteiramente apagada ou é de todo inexistente [...] (*Ibid.*, p.78-79).

Arrola exemplos de compra de serviços – do ponto de vista do consumo individual (consumo improdutivo) – forma de gastar dinheiro e não de transformá-lo em capital:

- a. o operário também compra *serviços* com dinheiro, o que constitui uma maneira de gastar dinheiro, mas não de transformá-lo em capital;
- b. nenhum homem compra "prestações de serviços" médicas ou legais como meio de transformar em capital o dinheiro assim desembolsado;
- c. grande parte dos *serviços* entra nos custos de consumo das mercadorias, como [o da] cozinheira, etc.⁹⁴

A partir dos serviços, retoma a distinção entre trabalho produtivo e trabalho improdutivo:

"A diferença entre o *trabalho produtivo* e o *improdutivo* consiste tão-somente no fato de o trabalho trocar-se por *dinheiro como dinheiro* ou por *dinheiro como capital (Id.)*".

E considera que, no caso dos serviços, compra-se trabalho, mas compra-se-o por seu valor-de-uso particular, troca-se-o por dinheiro como dinheiro, não por dinheiro como capital; este trabalho é, pois, trabalho improdutivo.⁹⁵

Todo esse segmento do texto constitui-se, a nosso ver, em uma ponte que conduz ao tratamento analítico a ser dado à produção não material (que, em parte, envolve a chamada "produção de serviços").

⁹⁴ Ver MARX, 1978, p. 79. O conteúdo da passagem é textual, alteramos apenas a forma da exposição – organizamo-lo por itens.

⁹⁵ Marx desenvolve a discussão em termos muito semelhantes em *Teorias da mais-valia* (MARX, 1987, p. 396-400).

Parece-nos que o raciocínio de Marx organiza-se da forma que se segue.

Primeiro, distingue consumo e produção: para o consumidor, a atividade (ou o produto que dela decorre) aparece sempre como um serviço, atividade (ou seu produto) que se troca por renda, atividade que implica em dispêndio de dinheiro, independente do modo pelo qual o produto é produzido. Vale-se do exemplo do consumidor que paga por uma calça: este paga pelo serviço do alfaiate – serviço que se traduz em um objeto material (a calça) –, independente de ele (o consumidor) comprar o material e pagar pessoalmente o alfaiate ou comprar a calça pronta de um empresário (que compra os meios de produção e o trabalho de alfaiates que produzem calças) que a vende em sua loja (loja em que se vendem as calças que ali são produzidas)⁹⁶.

Mas, se, para o consumidor trata-se do mesmo serviço – valor-de-uso particular de que se reveste a atividade –, se do ponto de vista do consumo trata-se do mesmo trabalho (no exemplo, aquele que produz calças), do ponto de vista da produção (e aqui se trata da produção capitalista) a situação é distinta: o trabalho que o alfaiate empreende em minha casa, trabalho que remunero, é trabalho improdutivo; o trabalho que o alfaiate empreende para o empresário é trabalho produtivo – o "serviço" que presta consiste em trabalhar, em uma jornada de doze horas, seis horas de graça, independente do conteúdo singular de seu trabalho – o empresário não compra "serviço", o empresário compra trabalho para transformá-lo em capital. E "o fato disso ocorrer sob a forma de confecção de calças, não faz mais do que *ocultar* a transação real". (*Id.*).

A partir de então, e tendo definido *serviço* como "expressão do valor-de-uso particular do trabalho", assume o ponto de vista de quem o compra (aquele que dele se apropria para seu consumo privado, individual): trata-se de troca de trabalho por dinheiro como dinheiro, e não de troca de trabalho por dinheiro como capital (mesmo o operário

⁹⁶ No exemplo de Marx, a produção e a circulação não cabem a segmentos separados – o empresário que organiza a produção de calças as comercializa.

compra serviços). E, aqui, os exemplos de "serviço" mudam: trata-se de serviços médicos ou legais, serviços da cozinheira, etc. – vale dizer, "serviços" que não se traduzem, necessariamente, em "coisas materiais".

Marx parece "jogar" com os serviços e contrapõe consumo e produção (capitalista). Põe as cartas na mesa ao definir serviço como "uma expressão para o *valor de uso particular* do trabalho" já que, "este não é útil como coisa, mas como atividade". No primeiro lance, assume a posição do consumo. Os serviços são pensados enquanto trabalho que se troca por dinheiro como dinheiro (trabalho cuja compra implica exclusivamente em gastar dinheiro, dispêndio de renda). Para os que deles usufruem (os consumidores), as atividades embutidas em objetos concretos aparecem como serviços, independente da forma social em que são produzidos - o serviço do alfaiate, do carpinteiro, do pedreiro, do mecânico, do tecelão, do oleiro, entre outros. No segundo lance, assume a posição da produção. O capitalista não compra o valor de uso do trabalho enquanto atividade, o capitalista não despende renda: quando este compra os "serviços" do carpinteiro, do pedreiro, do mecânico ou do tecelão, não compra "serviço", compra trabalho para transformá-lo em capital.

E o jogo complica-se com o aparecimento de novas cartas: as atividades que não se traduzem, necessariamente, em objetos materiais. Marx assume, novamente, a posição do consumo: para os que se valem do serviço do médico, do advogado ou da cozinheira, trata-se de trabalho que se troca por renda. Mas o que dizer destas mesmas atividades que são compradas enquanto trabalho que se troca por dinheiro e que gera mais dinheiro do que custa? Como ponderar a "produção não material?" A produção capitalista a ela se estenderia e, nesse caso, tratar-se-ia de trabalho que se troca por capital – trabalho produtivo?

2.3.2.2. Retornando às considerações sobre a produção não material

Marx considera dois tipos de situações:⁹⁷

"No caso de produção não material, ainda que esta se efetue exclusivamente para a troca e produza mercadorias, existem duas possibilidades:

- 1. O resultado são mercadorias que existem isoladamente em relação ao produtor, ou seja, que podem circular como mercadorias no intervalo entre a produção e o consumo; por exemplo: livros, quadros, todos os produtos artísticos que se diferenciam da atividade artística do artista executante. A produção capitalista só se aplica aqui em forma muito limitada. Essas pessoas, sempre que não contratem oficiais etc, na qualidade de escultores (*sculptors*) etc, comumente (salvo se forem autônomos) trabalham para um capital comercial, como, por exemplo, livreiros, uma relação que constitui apenas uma forma de transição para o *modo de produção* apenas *formalmente capitalista*. Que nessas formas de transição a exploração do trabalho alcance um grau superlativo, não altera a essência do problema.**
- 2. O produto não é separável do ato de produção. Aqui, também, o modo capitalista de produção só tem lugar de maneira limitada, e pela própria natureza da coisa, não se dá senão em algumas esferas. [...] Nas instituições de ensino, por exemplo, os docentes podem ser meros assalariados para o empresário da fábrica de conhecimentos. Não se deve considerar o mesmo para o conjunto da produção capitalista" (MARX, 1978, p.79).**

Vale dizer, não importa a forma de que se revista a produção não material – redunde esta em produto que exista isoladamente em relação ao produtor, ou não – e ainda que esta se efetue exclusivamente para a troca de mercadorias, trata-se de trabalho improdutivo. No primeiro caso, quando o produto do trabalho circula como mercadoria entre a produção e o consumo, as pessoas trabalham para um capital comercial – forma de

⁹⁷ Marx trata da questão, nos mesmos termos, no item "presença do capitalismo no domínio da produção imaterial" do décimo segundo aditamento de *Teorias da mais-valia* (MARX, 1987, p. 403-404), mas não chega exatamente às mesmas conclusões, como já se viu (item 1.2.5.2).

transição para o modo apenas formalmente capitalista (portanto, o capitalista comercial compra um produto e não trabalho) –⁹⁸; no segundo caso, os empregados são meramente trabalhadores assalariados, mas não trabalhadores produtivos – e "não se deve considerar o mesmo para o conjunto da produção capitalista" –.⁹⁹

Parece-nos que, aqui, Marx encara a produção não material à luz das considerações que já fizera. Retornando às ponderações precedentes:

"Quanto mais se desenvolve a produção em geral como produção de mercadorias, tanto mais cada qual quer e deve converter-se em *vendedor de mercadorias*, fazer dinheiro, seja com seu produto, seja com seus *serviços* – quando o produto, devido a sua natureza, só existe sob a forma de serviço – e esse *fazer dinheiro* aparece como objetivo último de todo o gênero de atividade. Na produção capitalista, por um lado a produção dos produtos como mercadorias, e por outro a forma de trabalho como trabalho assalariado, se absolutizam (*Ibid.*, p.73).

Nesses termos, ainda que a produção de mercadorias se torne a forma geral da produção social, ainda que a forma capitalista de produção se absolutize, ainda que todos os produtos do trabalho se convertam em mercadorias, ainda que todo o trabalho se converta em trabalho assalariado, nem por isso, todos os produtores de mercadorias ou todos os trabalhadores assalariados são trabalhadores produtivos. Dito de outro modo, nem todos os produtores de mercadoria são trabalhadores produtivos, nem todos os assalariados são trabalhadores produtivos e a produção não material constitui-se em um exemplo – e o fato de "a exploração do trabalho [atingir] um grau superlativo, não altera a essência do problema".

⁹⁸ E a postura de Marx é *idêntica* àquela que sustentava em *Teorias da mais valia* (Ver Marx, 1987, p. 403-404).

⁹⁹ No "capítulo VI (inédito)", portanto, a posição de Marx é *contrária* a que defendia em *Teorias*, ao tratar da mesma situação. Neste último texto, Marx afirmava que tanto "os professores assalariados das fábricas de ensino", quanto os atores, embora não fossem *trabalhadores produtivos* em relação aos alunos e ao público "assum[iam] essa qualidade perante o empresário" (Ver *Ibid.*, p. 404).

Não resta dúvida: o texto é contraditório no que tange à produção não material. Marx *ora considera as atividades a ela atinentes como trabalho produtivo* (posição que assume no início da página setenta e seis, e que logo a seguir nega), *ora como trabalho improdutivo* – postura que assume à página setenta e nove e com que encerra a argumentação, neste texto.¹⁰⁰

Marx termina o texto circunscrevendo a importância de diferenciar trabalho produtivo e trabalho improdutivo: a distinção é fundamental para que se possa explicar o processo de acumulação de capital.

"A diferença entre *trabalho produtivo* e *trabalho improdutivo* [é] importante com respeito à acumulação, já que só a troca por trabalho produtivo constitui uma das condições da reconversão da mais-valia em capital" (MARX, 1978, p.80).¹⁰¹

E continua:

"O capitalista, como representante do *capital* que entra no processo de valorização do *capital produtivo*, desempenha uma função *produtiva* que consiste, precisamente, em dirigir e explorar o trabalho produtivo. Contrariamente aos co-usufrutuários da *mais-valia* que não se encontr[am] em tal relação direta e ativa com sua produção, a classe do capitalista é a *classe produtiva* por excelência (*par excellence*). (Como condutor do processo de trabalho, o capitalista pode executar *trabalho produtivo* no sentido de que seu trabalho se integra no processo de trabalho coletivo objetivado no produto.) Até aqui não conhecemos senão o capital no processo imediato de produção. Somente mais adiante poder-se-á

¹⁰⁰ O problema é complicado, em primeiro lugar, pois, no décimo segundo aditamento de *Teorias da mais-valia* a postura de Marx é, no que diz respeito à segunda situação, outra; postura a que Marx retornará no Livro I de *O capital*. Em segundo, porque, se, naquele momento, a produção de bens não materiais ou pertencia "às formas de transição", ou, se explorada "de maneira diretamente capitalista", constituía-se em magnitude insignificante, hoje esse não é o caso. Salvo melhor juízo, é o fato desse trabalho ser "residual" que leva Marx, nessa passagem, a dele "fazer caso omissis" e considerá-lo como "trabalho improdutivo".

¹⁰¹ Colchetes no original.

desenvolver como se comportam as outras funções do capital e os agentes de que ele se serve no desenrolar dessas funções" (*Id.*).

A passagem indica algumas questões (e/ou sugere algumas respostas). Marx distingue o capitalista que representa "o capital que entra no processo de valorização do capital produtivo" dos "co-usufrutuários da mais-valia que não se encontram em tal relação direta e ativa com sua produção": aponta, pois, para a diferença entre o capital que entra no processo de valorização do capital produtivo e as demais funções do capital. Melhor dito, do ponto de vista geral da acumulação de capital, nem todas as funções do capital são produtivas; ou seja, nem todas implicam na produção de mais-valia, nem todas empregam trabalhadores produtivos – ainda que empreguem trabalhadores assalariados, ainda que as atividades dos trabalhadores assalariados que empregam permitam que se tornem "co-usufrutuários da mais-valia".¹⁰²

¹⁰² Passagem que parece referendar a posição de Mandel (1998) ao distinguir dois níveis de análise: o do capitalista individual e o do capital tomado como uma totalidade.

CAPÍTULO 3: AS CONSIDERAÇÕES DE MARX EM *O CAPITAL*

Nos três livros de *O capital* Marx não dedica nenhum capítulo específico à formulação propriamente teórica da categoria de trabalho produtivo – em verdade, é no "capítulo VI (inédito)" e no primeiro volume de *Teorias da mais-valia* que se evidenciam esforços para defini-la. Entretanto, em *O capital*, Marx com ela opera e mesmo que apareçam dispersas, e não se constituam em seu foco principal, as questões que levanta a respeito do trabalho produtivo fornecem-nos indicações da maior relevância. Privilegiamos algumas delas.

Tomemos de início o livro I. Marx trata, aqui, de "o processo de produção do capital", daí que, as considerações que tece sobre trabalho referem-se, sempre, a trabalho empregado pelo capital na esfera da produção, a trabalho empregado pelo capital produtivo, a trabalho produtivo, portanto.

Neste livro, interessam-nos, em particular, os capítulos V e XIV. No capítulo V, Marx define trabalho produtivo, considerado o processo de trabalho em abstrato, e aponta para sua inadequação no que tange à produção capitalista¹⁰³; no capítulo XIV, Marx retoma a discussão, tornando precisa a categoria de trabalho produtivo sob o capital – discussão não exaustiva a que nos iremos ater.¹⁰⁴

Quanto ao livro II, Marx trata de "o processo de circulação do capital", e, no que nos concerne, do trabalho empregado pelo capital na esfera da circulação.

Encontra-se subjacente à discussão o contraponto entre capital produtivo e capital-dinheiro e capital-mercadoria, "base para a distinção entre trabalho empregado na produção e trabalho empregado na circulação" (RUBIN, 1980, p. 287):

¹⁰³ Não custa recordar que, originalmente, seguiria ao quinto capítulo um sexto, que o autor houve por bem não incorporar à edição. Marx introduz no capítulo V a questão do trabalho produtivo independente da forma social da produção e indica que há uma especificidade de que se reveste o trabalho produtivo no processo de produção capitalista, tema que pretendia desenvolver, como de fato o fez, no capítulo VI, não incluído na redação final de *O capital*.

¹⁰⁴ Dedicamos escassas páginas à questão do trabalho produtivo no livro I, para evitar repetição excessiva, posto que consideramos em separado tanto o "capítulo VI (inédito)", quanto *Teorias da mais-valia*.

"Marx distingue entre o trabalho empregado pelo 'capital produtivo' ou, mais exatamente, pelo capital na *fase de produção*, e o trabalho empregado pelo capital-mercadoria ou capital-dinheiro, mais precisamente, o capital na *fase de circulação*. [E considera como produtivo] somente o primeiro tipo de trabalho" (*Id.*).

Deste livro cuidamos, em especial, do capítulo VI, que trata dos "custos de circulação". Consideramos, ainda, as ponderações que Marx tece a respeito da indústria dos transportes, que se encontram no capítulo I, e aquelas que se referem aos agentes da circulação, que se acham no capítulo V.

Tomemos, finalmente, o livro III, livro em que Marx trata de "o processo global da produção capitalista". E reiteramos: o que nos interessa é, fundamentalmente, a questão do trabalho produtivo.

Para a discussão que nos toca, neste livro a contraposição anterior atualiza-se: dada a divisão do trabalho entre capitais, Marx estabelece o paralelo entre o capital industrial e o capital mercantil – subdividido em capital comercial e capital financeiro – e o caráter de que se reveste o trabalho que cada um emprega. Além disso, desenvolve uma nova linha de argumentação (já indicada no livro II), que comporta uma diferença de níveis de abstração: Marx toma o "modo de produção capitalista em sua totalidade" e "então, distingue entre o *trabalho produtivo para o capital global* e trabalho produtivo para o capitalista individual" (MANDEL, 1998, p. 123).

"Para el capital global solo es productivo el trabajo que incrementa la masa global de plusvalor. Todo trabajo asalariado que permita al capitalista individual apropiarse de una fracción de la masa global del plusvalor, sin adicionarse a esa masa, puede ser 'productivo' para el capitalista comercial [o] financiero [...] al qual permite participar en el reparto general del pastel. Pero desde el punto de vista del capital global es improductivo, porque no aumenta el tamaño total del pastel" (*Id.*).

Centramos nossa análise nos capítulos XVI e XVII, que, embora especificamente voltados para a discussão do capital comercial, contemplam, de modo indireto, a totalidade do capital mercantil.

3.1. As considerações de Marx no livro primeiro

Do ponto de vista da precisão conceptual, interessa-nos, em particular, o capítulo XIV (Marx, 1971, p. 583-594). Marx abre o capítulo reportando-se ao capítulo V (MARX, 1968, p. 201-223). Neste último, distinguia "os elementos componentes do processo de trabalho": "a atividade adequada a um fim" ("o próprio trabalho"), "a matéria a que se aplica o trabalho" ("o objeto de trabalho") e "os meios de trabalho" ("o instrumental de trabalho") (*Ibid.*, p. 202); definia o objeto de trabalho (*Ibid.*, p. 203), os meios de trabalho (*Ibid.*, p. 203-205) e "a atividade adequada a um fim" ("o próprio trabalho"):

"No processo de trabalho, a atividade do homem opera uma transformação, subordinada a um determinado fim, no objeto sobre que atua por meio do instrumental de trabalho. O processo extingue-se ao concluir o produto. O produto é um valor-de-uso, um material da natureza adaptado às necessidades humanas através da mudança de forma. O trabalho está incorporado ao objeto sobre que atuou. Concretizou-se e a matéria está trabalhada. O que se manifestava em movimento, do lado do trabalhador, se revela agora qualidade fixa, na forma de ser, do lado do produto. Ele teceu e o produto é um tecido" (*Ibid.*, p. 205).

Concluía, então:

"Observando-se todo o processo do ponto de vista do resultado, do produto, evidencia-se que meio e objeto de trabalho são meios de produção e o trabalho é trabalho produtivo" (*Id.*).

E o trabalho é trabalho produtivo porque "seu produto é um valor-de-uso" (*Id.*), "um material da natureza adaptado às necessidades humanas através da mudança de forma" (*Id.*). Mas já aí, ressaltava: "essa conceituação de trabalho produtivo, derivada apenas do processo de trabalho, não é de nenhum modo adequada ao processo de produção capitalista" (*Id.*, nota 7). E isto porque estava considerando "o processo de trabalho em abstrato, independentemente de suas formas históricas, como um processo entre o homem e a natureza" (MARX, 1971, p. 583).

Daqui parte para pensar a especificidade do trabalho produtivo sob o capital.

Inicia voltando ao “processo de trabalho em geral”;

“Enquanto o processo de trabalho é puramente individual, um único trabalhador exerce todas as funções que mais tarde se dissociam. Ao apropriar-se individualmente de objetos naturais para prover sua vida, é ele quem controla a si mesmo; mais tarde, ficará sob o controle de alguém. Fisiologicamente, cabeça e mãos são partes de um sistema; do mesmo modo, o processo de trabalho conjuga o trabalho do cérebro e das mãos. Mais tarde se separam [...]” (*Ibid.*, p. 583-584).

E toma o processo de trabalho sob o capital: quando o modo de produção propriamente capitalista se desenvolve – isto é, quando se dá a subsunção real do trabalho ao capital e quando concepção e execução se separam –,

“O produto deixa de ser o resultado imediato da atividade do produtor individual para tornar-se produto social, comum, de um trabalhador coletivo, isto é, de uma combinação de trabalhadores, podendo ser direta ou indireta a participação de cada um deles na manipulação do objeto sobre que incide o trabalho” (*Ibid.*, p. 584).

Resulta daí, por um lado, que a “conceituação do trabalho produtivo e de seu executante o trabalhador coletivo, amplia-se [...]” (*Id.*):

“Para trabalhar produtivamente não é mais necessário executar uma tarefa de manipulação do objeto de trabalho; basta ser órgão do trabalhador coletivo, exercendo qualquer uma de suas funções fracionárias” (*Id.*).

O que não nega a validade da “conceituação anterior”; ao contrário, esta, “derivada da natureza da produção material, continua válida para o trabalhador coletivo, considerado em conjunto. Mas não se aplica mais a cada um de seus membros individualmente considerados” (*Id.*).

Por outro, que ela se restringe, e isto porque

“A produção capitalista não é apenas produção de mercadorias, ela é essencialmente produção de mais valia. O trabalhador não produz

para si, mas para o capital. Por isso não é mais suficiente que ele produza. Ele tem de produzir mais valia. Só é produtivo o trabalhador que produz mais valia para o capitalista, servindo assim à auto-expansão do capital" (*Id.*).

Sob o capital, portanto,

"O conceito de trabalho produtivo não compreende apenas uma relação entre atividade e efeito útil, entre trabalhador e produto do trabalho, mas também uma relação de produção especificamente social, de origem histórica, que faz do trabalhador o instrumento direto de criar mais valia" (*Id.*).

O raciocínio de Marx, parece-nos, afunila-se. Parte de uma conceituação de trabalho produtivo em geral, ligada ao *processo de trabalho em abstrato*: aqui, produtivo é o trabalho que se traduz em um valor de uso, um produto; trabalhador produtivo é aquele que produz um produto – associam-se diretamente atividade e efeito útil. Mas, a despeito de "sua validade geral", quando o que importa é entender o trabalho produtivo em uma forma particular da produção social, este precisa ser considerado do ponto de vista das relações sociais, históricas, e, portanto, específicas, sob as quais o trabalho se realiza.¹⁰⁵ Portanto, a questão que se põe é: sob o capital, que trabalho é trabalho produtivo? E aí, não basta que o trabalhador produza, "ele tem de produzir mais-valia": "a relação de produção especificamente social" sob a qual o trabalho se processa "faz do trabalhador o instrumento direto de criar mais-valia".

Evidencia-se outra coisa. Sob o capital, a categoria de trabalho produtivo independe do conteúdo material da atividade, e em um duplo sentido. Primeiro, considerada a subsunção real do trabalho ao capital, e a emergência do trabalhador coletivo, não importa se "direta ou indireta a participação de cada um [dos trabalhadores] na manipulação do objeto sobre que incide o trabalho", desde que integrem o trabalhador coletivo,

¹⁰⁵ Assim, Marx descarta "como inútil, a questão acerca de que tipo de trabalho é produtivo em geral, em todas as épocas históricas, independentemente das relações sociais determinadas" (RUBIN, 1980, p. 278). Se as relações de produção sociais são o elemento determinante para pensar o conceito de trabalho produtivo, para cada "sistema de relações de produção, [para cada] ordem econômica", haveria um conceito de trabalho produtivo. (Ver *Id.*).

todos os trabalhadores são produtivos (ou seja, considerado o trabalhador coletivo, não importa a distinção entre trabalho manual e trabalho intelectual). Mas, segundo, não importa a atividade a que o trabalhador se dedique, esteja ela voltada para a produção material ou para a produção não material, trata-se de trabalho produtivo:

"um mestre-escola é um trabalhador produtivo quando trabalha não só para desenvolver a mente das crianças, mas também para enriquecer o dono da escola. Que este inverta numa fábrica de ensinar, em vez de numa de fazer salsicha, em nada modifica a situação" (MARX, *op. cit.*, p. 584).

Feitas essas ponderações, Marx remete a *Teorias da mais-valia* (Ver *Ibid.*, p. 584-585)...

3.2. As considerações de Marx no livro segundo

Marx, no Livro II de *O capital*, considera o "Processo de circulação do capital" (MARX, 1970); dedica a primeira parte a "As metamorfoses do capital e o ciclo delas" (*Ibid.*, p. 27-155), onde aponta os "três estádios" por que o capital necessariamente passa no ciclo de sua reprodução: capital-dinheiro, capital produtivo, capital-mercadoria – o primeiro e o terceiro correspondendo aos estádios de circulação do capital; o segundo, ao de produção do capital. De antemão, esclarece:

"Capital-dinheiro, capital-mercadoria e capital produtivo designam aqui [...] não espécies autônomas de capital, cujas funções estejam ligadas ao conteúdo de ramos de atividade igualmente autônomos e separados uns dos outros. Aqui designam apenas formas específicas de funcionamento do capital industrial, que as assume sucessivamente" (*Ibid.*, p. 53-54).

E define o que entende por capital industrial:

"O capital que no decurso de todo o seu ciclo ora assume ora abandona essas formas [capital-dinheiro, capital-mercadoria e capital produtivo], executando através de cada uma delas a função correspondente, é o *capital-industrial*, industrial aqui no sentido de abranger todo ramo de produção explorado segundo o modo capitalista" (*Ibid.*, p. 53).

Marx sublinha a especificidade do capital na fase de produção: só nesse estágio dá-se o "consumo produtivo das mercadorias [meios de produção e força de trabalho] compradas pelo capitalista que funciona como produtor capitalista de mercadorias. Seu capital percorre o processo de produção. Resultado: mercadoria cujo valor supera o dos elementos que concorrem para sua produção" (*Ibid.*, p. 27); resultado: produção de mais-valia. E diferencia-o do capital na fase de circulação – capital-dinheiro e capital-mercadoria –, "formas de funcionamento que o capital industrial ora assume ora abandona na esfera da circulação", formas de funcionamento necessárias ao processo de produção e reprodução do capital, posto que este precisa, por um lado, comprar (no

mercado) meios de produção e força de trabalho para levar a efeito a produção e, por outro, vender (também no mercado) o produto com valor acrescido, realizar a mais-valia.

Marca, ainda, a especificidade do capital industrial, frente a outras espécies de capital que o antecederam:

"O capital industrial é o único modo de existência do capital em que este tem por função não só apropriar-se da mais-valia ou do produto excedente mas também criá-la. Por isso, determina o caráter capitalista de produção; sua existência implica a oposição entre a classe capitalista e a trabalhadora. Na medida em que se apodera da produção social, são revolucionadas a técnica e a organização social do processo de trabalho e com elas o tipo econômico-histórico da sociedade. As outras espécies de capital que surgiram antes dele em meio a condições sociais desaparecidas ou em decadência, a ele se subordinam, modificando o mecanismo de suas funções e, além disso, movem-se nele fundamentadas, com ele vivem ou morrem, firmam-se ou caem" (*Ibid.*, p. 56-57).

E considera, tomando agora a totalidade da produção social, o "capital-dinheiro, capital-mercadoria e capital produtivo [...] [enquanto] espécies autônomas de capital, cujas funções estão ligadas ao conteúdo de ramos de atividade igualmente autônomos e separados uns dos outros":

"O capital-dinheiro e o capital-mercadoria, quando funcionam como veículo de um ramo específico, ao lado do capital industrial, não são mais do que modos de existência que a divisão social do trabalho tornou autônomos e especializados, das diferentes formas de funcionamento que o capital industrial ora assume ora abandona na esfera da circulação" (*Ibid.*, p. 57).

Quando o capital-dinheiro e capital-mercadoria "funcionam como veículo de um ramo específico, ao lado do capital industrial", não passam de "modos de existência que a divisão social do trabalho tornou autônomas"; modos de existência do capital em que este tem por função apropriar-se da mais-valia, mas não a cria.

Se o capital na esfera da circulação – quer enquanto capital-dinheiro quer enquanto capital mercadoria (seja enquanto fases do ciclo de um único capital industrial, seja enquanto veículo de ramos específicos da totalidade da produção social) – não cria mais-valia, o trabalho que comanda é trabalho improdutivo. Formula, então, uma lei geral: "*todos os custos de circulação que decorrem apenas da mudança de forma da mercadoria não acrescentam a este valor*" (*Ibid.*, p.152). Isto porque esses custos são

"apenas custos para realizar o valor, para fazê-lo passar de uma forma para outra. O capital despendido nesses custos (inclusive o trabalho que ele comanda) pertence aos custos improdutivos necessários da produção capitalista. Seu reembolso tem de provir do produto excedente e constitui, para a classe capitalista em seu conjunto, um desconto na mais-valia ou no produto excedente [...]" (*Id.*).

Marx detém-se nos "custos de circulação", no capítulo VI da primeira parte do Livro II (*Ibid.*, p. 132-155); aqui considera, conforme a partição do capítulo na edição que nos serve de base, os "custos estritos de circulação", os "custos de conservação" e os "custos de transporte"¹⁰⁶, subdivisão interna que convertemos em "custos que

¹⁰⁶ Nagels põe em questão as diversas edições que trabalham com esta divisão do capítulo (ou assemelhadas), posto que essas "se afastam claramente da divisão de Marx". Propõe um retorno à cisão dos custos de circulação em duas grandes categorias (cisão que Marx estabeleceu nos cadernos que serviram de base a Engels para redação do capítulo), quais sejam: "os custos de circulação que resultam só da forma da circulação" – subdividido em três itens, sem os subtítulos destacados, – e "os custos que não resultam da simples modificação formal do valor", com a variante, posterior, "custos que resultam dos processos de produção no seio da circulação" – dividido, por sua vez, em dois grandes itens: o primeiro compreendendo "Aprovisionamento. Custos de armazenagem e de conservação (Custos de 'estocagem') e, em separado, "Provisões de mercadorias"; o segundo "Custos de transporte". (Ver NAGELS, 1975, p. 199-205; ver, em especial, o quadro comparativo do "Plano do capítulo 'Custos de circulação'", que Nagels traça na página 202), divisão de que também nos valeremos. Cumpre ressaltar que Rubin também não opera com a divisão tripartite; enfatiza a diferença que Marx estabelece entre as "funções formais" e as "funções reais" do capital-mercadoria: as primeiras referem-se "à circulação em sua forma pura" ("à realização formal do valor"); as segundas, a "os processos produtivos levados a cabo na circulação". (Ver RUBIN, 1980, p. 288-293). Rosdolsky, por sua vez, marca a distinção entre a "circulação propriamente 'econômica'" e a "circulação 'espacial', ou 'real'" (Ver ROSDOLSKY, 2001, p. 280-281): a primeira refere-se à "*mudança de forma que o valor experimenta ao passar por diferentes fases*" (MARX *apud* ROSDOLSKY, *op. cit.*, p. 281); a segunda, "íntegra [...]"

resultam da simples modificação formal do valor" e "custos que resultam dos processos de produção no seio da circulação".

3.2.1. Custos que resultam da simples modificação formal do valor

Os "custos que resultam da simples modificação formal do valor" (ou "custos que resultam só da forma da circulação", ou custos que se referem "à circulação em sua forma pura", ou custos relativos "à relação formal do valor" ou "custos estritos de circulação") compreendem os custos devidos à compra e venda, os custos devidos à contabilidade e os custos devidos à produção de dinheiro (moeda, moeda metálica). Estes custos são, a despeito de necessários ao processo de reprodução do capital, improdutivos; improdutivo também é o trabalho que o capital, nessas atividades, emprega.

Rosdolsky, tendo por base os *Grundrisse*, põe o problema nos seguintes termos: concluída a fase de produção, o capital entra na esfera da circulação – fase que, como aquela, demanda tempo – e pergunta-se: "o que sucede então com esse tempo? Como ele influi na criação de valor e na valorização do capital?" (ROSDOLSKY, 2001, p. 280). Após diferenciar a circulação "real" da circulação "econômica", esclarece que

"também esta circulação exige tempo, especialmente 'o tempo exigido pela transformação da mercadoria em dinheiro e do dinheiro novamente em mercadoria'. A partir daí, será que se pode dizer que 'intervém na determinação do valor um momento que é independente do trabalho, que não decorre diretamente dele, mas sim emana da própria circulação?'" (ROSDOLSKY, *op. cit.*, p. 281).¹⁰⁷

A resposta de Marx à questão é sim. E aqui se ressalta a importância da circulação para a reprodução do capital; em particular, a importância de que se reveste a velocidade com que a circulação ocorre

do ponto de vista econômico [...] o processo de produção" (MARX *apud* ROSDOLSKY, *op. cit.*, p. 280, colchetes na fonte).

¹⁰⁷ Os segmentos entre aspas são citações de Marx extraídas, respectivamente, de *Grundrisse*, p. 518 e p. 418, cf. Rosdolsky, e que correspondem, na edição que nos serve de base, a MARX, 1973, p. 136 e p.7.

para a rotação do capital. Voltemos a Rosdolsky. O tempo despendido na circulação “intervém na determinação do valor”,

“pois a renovação da produção depende da venda dos produtos acabados’, da ‘transformação da mercadoria em dinheiro e reconversão do dinheiro em condições de produção’. Como a permanência na esfera da circulação é uma parte da trajetória do capital, ‘da velocidade da circulação, do tempo em que esta se realiza [...] [dependem] a quantidade de produtos que podem ser produzidos em um período dado, a freqüência com que um capital pode valorizar-se, com que pode reproduzir-se e multiplicar seu valor em um período dado’. Esta ‘é uma condição que não foi posta diretamente pelo próprio processo produtivo.’” (ROSDOLSKY, *op. cit.*, p. 281).¹⁰⁸

Assim é que,

“mantendo constantes as outras condições de produção, a velocidade da circulação faz as vezes do volume do capital’. [...]. A velocidade da circulação, é, pois, da maior importância para o capital, já que dependem dela a velocidade do processo de produção e, como decorrência ‘se não os valores [...] até certo ponto, a massa dos valores’” (ROSDOLSKY, *op. cit.*, p. 281-282).¹⁰⁹

Tendo constatado que o tempo de circulação influi na determinação do valor, Rosdolsky insiste em precisar em que sentido essa influência se dá:

“[...] a aceleração da circulação pode, no máximo, reduzir os obstáculos à reprodução do capital, obstáculos inerentes ‘a natureza do próprio capital. Pois o tempo de circulação do capital é tempo de sua desvalorização; abreviando-se o primeiro, abrevia-se também o segundo. Não se pode concluir daí que a valorização do capital tenha aumentado. Sua desvalorização é que diminui” (ROSDOLSKY, *op. cit.*, p. 282).

Prossegue, com Marx:

¹⁰⁸ As passagens entre aspas referem-se a *Grundrisse*, p. 436 e correspondem a MARX, *op. cit.*, p. 28-29); colchetes na fonte.

¹⁰⁹ As passagens entre aspas referem-se a *Grundrisse*, respectivamente p. 417-418 e p. 436, e correspondem a MARX, *op. cit.*, p. 6 e p. 29; o primeiro par de colchetes é nosso, o segundo encontra-se na fonte.

"[...] se o tempo de circulação do capital fosse reduzido a zero, se os diversos estágios de sua transformação se efetuassem na realidade com a rapidez do pensamento, [...] estaríamos diante das condições mais extremas de repetição do processo produtivo, ou seja, da maior quantidade de processos de valorização do capital em um período determinado de tempo. A repetição do processo produtivo ficaria limitada apenas pelo tempo de sua própria duração, o tempo necessário para transformar a mercadoria em produto" (MARX *apud* ROSDOLSKY, *op. cit.*, p. 282).¹¹⁰

Daí,

"fica claro [...] que o tempo de circulação, considerado a partir de um ponto de vista absoluto, é uma subtração da valorização máxima, é menor que a valorização absoluta. Logo, é impossível que uma velocidade qualquer da circulação, ou qualquer redução do tempo de circulação, possa criar uma valorização maior que aquela criada na fase de produção. Se aumentasse até o infinito, a velocidade da circulação poderia alcançar, no máximo, uma redução a zero no tempo da circulação, abolindo assim a si mesma. Ela não pode ser, portanto, um elemento positivo na criação de valor, já que sua abolição – circulação sem tempo de circulação – corresponderia à valorização máxima; sua negação equivaleria ao mais alto nível de valorização do capital" (MARX *apud* ROSDOLSKY, *op. cit.*, p. 282-283).¹¹¹

O que lhe permite concluir que

"só de maneira negativa o tempo de circulação pode influir na criação de valor e na valorização do capital, pois em virtude de sua aceleração ou retardamento só se abrevia ou prolonga o tempo durante o qual o capital não pode empregar nenhum trabalho produtivo para valorizar-se" (ROSDOLSKY, *op. cit.*, p. 283).

Voltemos ao livro II de *o Capital* e consideramos o tratamento que Marx confere aos custos estritos de circulação.

¹¹⁰ Passagem que se acha em *Grundrisse*, p. 437 e corresponde a MARX, *op. cit.*, p. 30. Trata-se de uma passagem em que Marx cuida de situações extremas; passagem, transcrita na íntegra por Rosdolsky, de que extraímos apenas os elementos que dizem diretamente respeito à questão que nos concerne.

¹¹¹ Passagem que se acha em *Grundrisse*, p. 523-524 e corresponde a MARX, *op. cit.*, p. 141-142.

3.2.1.1. O trabalho despendido em compra e venda

"As transformações do capital, de mercadoria em dinheiro e de dinheiro em mercadoria, são também negócios do capitalista, atos de compra e de venda. O tempo em que se efetuam essas transformações são [...], do ponto de vista do capitalista, tempo de venda e tempo de compra, quando funciona no mercado como vendedor e comprador. O tempo de circulação do capital constitui parte de seu tempo de reprodução [...]" (MARX, 1970, p. 132).

Embora se constituía em "elemento necessário do processo de produção capitalista em sua totalidade"¹¹², posto que "o tempo de circulação constitui parte do tempo de reprodução do capital", o tempo de trabalho despendido na circulação não cria valor; daí, o trabalho empregado pelo capital na fase de circulação não se constituir em trabalho produtivo.¹¹³

"As metamorfoses M – D e D – M [ou seja, "as transformações do capital, de mercadoria em dinheiro e de dinheiro em mercadoria"] são atos de comércio praticados por comprador e vendedor; [e] estes precisam de tempo para entrar em acordo [...]" (*Ibid.*, p. 133).

Essas metamorfoses constituem-se apenas em mudança de forma,

"mudança de forma [que] custa tempo e força de trabalho, mas não para criar valor e sim para efetuar a conversão de uma forma do valor em outra [...]. Este trabalho [...] não cria valor [...]" (*Id.*).

Marx esclarece que esse tempo é tempo "descontado" do tempo da produção; vale-se de um exemplo "não capitalista" para ilustrar o

¹¹² Já no capítulo V deste livro, Marx afirma "a circulação é tão necessária à produção de mercadorias quanto a própria produção, e os agentes de circulação portanto tão necessários quanto os agentes de produção. O processo de reprodução abrange ambas as funções do capital, exigindo que por elas se torne responsável o capitalista ou assalariados, agentes do capitalista" (*Ibid.*, p. 129-130).

¹¹³ E continua "Mas, isto [o fato de os dois tipos de agente serem necessários] não justifica que se misturem os agentes da circulação com os agentes da produção, nem as funções do capital-mercadoria e do capital-dinheiro com as do capital produtivo. [...] Os capitalistas que compram e vendem entre si, com esse ato não criam produtos nem valor, e isto em nada se altera se a amplitude de seus negócios os capacita e os força a transferir a outros essa função" (*Ibid.*, p. 130).

raciocínio:

"Quando os detentores de mercadorias não são capitalistas, mas produtores diretos autônomos, desconta-se do tempo de trabalho o tempo gasto na compra e venda e na Antiguidade e na Idade Média procuravam eles transferir essas operações para os dias de festa" (*Ibid.*, p. 133-134).

Daí, agrega:

"As dimensões que o comércio assume nas mãos dos capitalistas não podem evidentemente transformar em fonte de valor esse trabalho que não cria valor mas apenas possibilita mudança de forma do valor. O milagre dessa transubstanciação não poderia tampouco operar-se por meio de uma transposição, isto é, se os capitalistas industriais em vez de [o] efetuarem [...], tornassem-no tarefa exclusiva de terceiras pessoas por eles pagas [...]" (*Ibid.*, p. 134).

E, a seguir:

"Para o capitalista, que faz outros trabalhar para ele, compra e venda constituem função fundamental. Apropriando-se do produto de muitos em ampla escala social, tem de vender na mesma escala e em seguida reconverter o dinheiro nos elementos da produção. Como sempre, o tempo empregado na compra e venda não cria valor" (*Id.*).¹¹⁴

Enfim, e a despeito das proporções que assume o comércio na sociedade capitalista,

"se uma função, em si mesma improdutiva, embora necessária à reprodução, se transforma, com a divisão do trabalho, de uma função acessória de muitos em tarefa exclusiva, especializada de poucos, não muda ela, com isso, de caráter" (*Ibid.*, p. 134).

¹¹⁴ Mas, "o funcionamento do capital mercantil dá origem a uma ilusão", ilusão de que, na esfera da circulação, o valor das mercadorias aumenta. Ilusão que se nutre do fato de que, enquanto compradores e vendedores, estabelece-se entre eles uma luta "em que ambas as partes procur[a]m [...] apropriar-se de valor adicional". Ilusão que se desfaz posto que "se as mercadorias não são vendidas por seu valor, permanece inalterada a soma dos valores movimentados; o que é um mais (+) de um lado é um menos (-) do outro". Tempo de trabalho despendido em compra e venda que, "acrescido pelas intenções maliciosas das duas partes não cria valor (do mesmo modo que o trabalho empregado num processo judicial não aumenta a magnitude do valor do objeto em litígio)" (Ver *Ibid.*, p. 133-134).

Assim,

"Um comerciante apenas (considerado aqui mero agente da conversão formal das mercadorias, somente comprador e vendedor) pode, com suas operações, encurtar o tempo de compra e o de venda de *muitos* produtores. É como se fosse uma máquina que reduz emprego inútil de energia ou ajuda a aumentar o tempo que se pode destinar à produção" (MARX, *op. cit.*, p. 134).

A extensa citação, que se segue, é esclarecedora, além de trazer elementos novos à discussão:

"Para simplificar o problema [...], vamos supor que esse agente de compra e venda seja um indivíduo que vende seu trabalho. Gasta sua força de trabalho e seu tempo de trabalho nas operações M–D e D–M. Vive disso como outros que vivem de fiar ou de fazer pílulas. Realiza função necessária, pois o processo de reprodução também abrange funções improdutivoas. Trabalha como qualquer outra pessoa, mas o conteúdo de seu trabalho não cria valor nem produto. Figura entre os custos improdutivoas, mas necessários da produção. Sua utilidade não consiste em transformar em produtiva função improdutivoa, em produtivo trabalho improdutivo. Seria um milagre que se pudesse efetuar semelhante transformação mediante simples transferência de função. Sua utilidade, ao contrário, consiste em que se compromete parte menor da força de trabalho e do tempo de trabalho da sociedade nessa função improdutivoa" (*Ibid.*, p. 135).

No exemplo de Marx, o "agente de compra e venda" é um indivíduo que "vende seu trabalho", que "vive disso (como outros que vivem de fiar ou fazer pílulas)" – trata-se, portanto, de um trabalhador assalariado pelo capital, que "gasta sua força de trabalho e seu tempo de trabalho nas operações M – D e D – M". Um indivíduo que "trabalha como qualquer outra pessoa", mesmo que "o conteúdo de seu trabalho não cri[e] valor nem produto"; indivíduo que realiza função necessária, ainda que improdutivoa. O que salta aos olhos? Primeiro, que o trabalho desse agente de compra e venda é trabalho necessário (à reprodução do capital em sua totalidade); segundo, que, apesar de necessário, trata-se de trabalho improdutivo (já que não cria valor, nem valor excedente);

terceiro, que, apesar de improdutivo, trata-se de trabalho (mesmo que não gere nem valor, nem produto). Trata-se, pois, de trabalho, trabalho improdutivo, trabalho improdutivo necessário e útil. Trabalho útil cuja "utilidade não consiste em transformar em produtiva função improdutiva", ou, dito de outro modo, utilidade que não consiste em transformar em produtivo trabalho improdutivo (a já apontada ilusão que a emergência do capital mercantil engendra); utilidade que, "ao contrário [de transformar em produtiva uma função improdutiva], consiste em que se compromete parte menor da força de trabalho e do tempo de trabalho da sociedade nessa função improdutiva". E Marx torna mais complexa sua argumentação:

"E mais. Suponhamos que esse agente comercial seja um assalariado melhor pago que os outros. Como assalariado, qualquer que seja seu pagamento, trabalha gratuitamente parte do tempo. Recebe por dia digamos, o valor que corresponde ao produto de oito horas de trabalho e funciona durante dez. As duas horas de trabalho excedente que ele executa não produzem valor, nem tampouco as oito horas de trabalho necessário, embora, em virtude destas, a ele se transfira uma parte do produto social. Nas dez horas dessa função de mera circulação, gasta-se sempre, do ponto de vista social, uma força de trabalho. Ela não pode ser aplicada em outra tarefa, em trabalho produtivo. Além disso, a sociedade não paga essas duas horas de trabalho excedente, embora tenham sido gastas pelo indivíduo que o executa. Mas, com isso, não se apropria a sociedade de produto excedente nem de valor. Mas, os custos de circulação representados pelo agente comercial reduzem-se de um quinto, de dez para oito horas. A sociedade não paga equivalente por um quinto do trabalho do tempo de circulação" (*Ibid.*, p. 135-136).

Esse trabalhador improdutivo é um assalariado e, enquanto tal, seu trabalho, como o de qualquer outro assalariado, é explorado: mesmo que mais bem pago que outros, "qualquer que seja seu pagamento, trabalha gratuitamente parte do tempo" (se trabalha por dez horas, recebe, conforme o exemplo, apenas o equivalente ao produto de oito horas de

trabalho). Considerado o ponto de vista da sociedade, esse trabalhador desempenha uma função necessária: o tempo de trabalho que despense "não pode ser aplicado em outra tarefa" (ou seja, não pode ser aplicado em trabalho produtivo). Nas dez horas em que trabalha, esse trabalhador "não produz nenhum valor"; no entanto, "nas dez horas dessa função de mera circulação, gasta-se sempre, do ponto de vista social, uma força de trabalho". Uma força de trabalho que realiza oito horas de trabalho necessário, em virtude das quais se lhe transfere "uma parte do produto social"; força de trabalho que realiza duas horas de trabalho excedente, que "a sociedade não paga, embora tenham sido gastas pelo indivíduo que o executa". "Mas, com isso", importa ressaltar, "não se apropria a sociedade de produto excedente nem de valor"; no entanto, os custos de circulação reduzem-se de um quinto e "a sociedade não paga equivalente para um quinto do trabalho do tempo de circulação" (vale dizer, nenhuma parte do produto social é transferida a esse trabalho excedente, despendido na circulação).

Do ponto de vista do capitalista individual, no entanto, a situação é um tanto diversa: quando é este quem paga o agente de circulação, as duas horas de trabalho excedente implicam em "ganho positivo".

"Se é o capitalista quem paga ao agente, diminuem, por não serem pagas as duas horas, os custos de circulação de seu capital, os quais constituem redução de sua receita. Para ele é um ganho positivo, pois decresce um elemento negativo para a valorização de seu capital" (*Ibid.*, p. 136).

E conclui, taxativamente,

"o tempo assim empregado [empregado na circulação] é custo de circulação, o qual nada acrescenta aos valores trocados. É o custo necessário para convertê-los da forma mercadoria à forma dinheiro. Quando o produtor capitalista de mercadorias aparece como agente da circulação, distingue-se do produtor direto de mercadorias apenas porque compra e vende em maior escala e portanto funciona como agente da circulação com maior amplitude" (*Id.*).

E mais,

"O fenômeno não se altera objetivamente quando a extensão do negócio força-o ou capacita-o a comprar (alugar) como assalariados agentes específicos de circulação. No processo de circulação, tem de ser gasta, para a mera conversão de forma, certa quantidade de força de trabalho, de tempo de trabalho. Mas isto se patenteia agora dispêndio suplementar de capital; parte do capital variável tem agora de ser empregada na compra dessas forças de trabalho que funcionam na circulação. Esse adiantamento de capital não cria produto nem valor. Diminui de quantidade correspondente a amplitude em que funciona produtivamente o capital adiantado" (*Id.*).

3.2.1.2. O trabalho despendido em contabilidade

A contabilidade é considerada imediatamente após o "tempo gasto em compra e venda". Aqui, como lá, trata-se de dispêndio de capital em trabalho materializado e em trabalho vivo; aqui, como lá, trata-se de dispêndio de tempo de trabalho; aqui, como lá, trata-se de trabalho improdutivo:

"Além do tempo empregado em compra e venda, existe o despendido na contabilidade que absorve ainda trabalho materializado em penas, tinta, papel, móveis, custos de escritório. Gasta-se portanto força de trabalho, além de meios de trabalho. O que se dá aqui é o mesmo que observamos com referência ao tempo consumido na compra e venda" (*Ibid.*,136-137).

Improdutivo por quê?

"Unidade de seus próprios ciclos, valor em movimento, na esfera da produção ou nas duas fases da circulação, o capital existe apenas idealmente na figura do dinheiro de conta, antes de mais nada na cabeça do produtor de mercadorias, do produtor capitalista de mercadorias. Registra-se e controla-se esse movimento com a contabilidade que abrange também a fixação ou o cálculo do preço das mercadorias. Desse modo, recebe uma representação simbólica o movimento da produção e notadamente o da valorização em que as mercadorias constituem apenas veículos de valor, nomes de

coisas cuja existência ideal como valor é fixada em dinheiro de conta. Quando o produtor individual de mercadorias faz mentalmente sua contabilidade (o camponês, por exemplo, até que a agricultura capitalista faz aparecer o arrendatário que organiza sua contabilidade) ou apenas registra, incidentalmente, fora do tempo de produção, suas despesas, receitas, prazos de pagamento etc., fica evidente que essa função e os correspondentes meios de trabalho utilizados, como papel etc., representam dispêndio adicional de tempo de trabalho e de meios de trabalho, dispêndio necessário mas que reduz o tempo que pode ser empregado produtivamente e os meios de trabalho que funcionam efetivamente no processo de produção, na criação de produto e de valor" (*Ibid.*, p. 137).

Marx vale-se de um exemplo relativo à contabilidade em antigas comunidades indianas e estabelece um paralelo com o contador empregado pelo capitalista:

"nas mais antigas comunidades indianas existe um contador para a agricultura. A contabilidade é aí função autônoma e exclusiva de um funcionário da comunidade. Com essa divisão de trabalho poupa-se tempo, esforço e despesas, mas a produção e sua contabilidade permanecem tão diferentes quanto a carga e o conhecimento de carga. Com o contador retira-se da comunidade parte da força de trabalho, e os custos de sua função não são repostos com seu próprio trabalho, mas com um desconto que se faz no produto global. Com o contador da comunidade indiana se dá a mesma coisa que se observa *mutatis mutandis* com o contador do capitalista" (*Id.*, nota 12).

Trabalho que não gera produto, nem valor, nem valor excedente; trabalho remunerado com o desconto de parte do produto social – tal qual o trabalho dos agentes de compra e venda.

Ainda que não específica da sociedade capitalista, nessa forma histórica da produção social, a contabilidade assume proporções muito maiores; no entanto, a natureza da função permanece a mesma:

"A natureza da função não muda quando ela se amplia por concentrar-se nas mãos do produtor capitalista de mercadorias e

surgir dentro de um processo de produção de grande escala, como função de um capitalista apenas, em vez de dispersar-se por muitos pequenos produtores de mercadorias [...]" (*Ibid.*, p. 137);

e mais,

"também não muda, ao destacar-se das funções produtivas das quais constituía um elemento acessório, tornando-se função autônoma de agentes especializados, dela exclusivamente - incumbidos" (*Ibid.*, p. 138).

Assim,

"A divisão do trabalho, ao tornar autônoma uma função, não faz dela criadora de produto e de valor, se já não o era antes de tornar-se independente. O capitalista que emprega capital em nova empresa, tem de despende parte dele na compra de um contador etc. e nos materiais da contabilidade. Se seu capital já está em funcionamento, comprometido com o processo contínuo de reprodução, terá ele de reconverter constantemente parte do produto-mercadoria, depois de reduzido à forma dinheiro, em contador, caixeiros etc. Essa parte do capital é subtraída ao processo de produção e entra nos custos de circulação, nas deduções que se fazem ao produto global (inclusive a própria força de trabalho empregada exclusivamente nessa função)" (*Id.*).

Marx reitera que "[se] trata aqui apenas do caráter geral dos custos de circulação decorrentes da metamorfose meramente formal" (*Id.*) e esclarece:

"As formas relativas à conversão pura do valor, resultantes de determinada forma social do processo de produção, são elementos fugazes, quase imperceptíveis da atividade do produtor individual de mercadorias, quando estão juntas com suas funções produtivas, com elas se entrelaçando" (*Id.*).

No entanto,

"Essas formas [...] podem adquirir aspecto impressionante nos custos de circulação em massa, com a mera entrada e saída de dinheiro, com a movimentação monetária autônoma, concentrada em grande escala, como função exclusiva de bancos etc. ou de caixas das empresas individuais" (*Id.*).

Mas, sobretudo, frisa, "o que não se deve esquecer é que os custos de circulação não mudam de caráter, por se alterar sua configuração" (*Id.*).

3.2.1.3. O trabalho despendido na produção de dinheiro

O último dos "custos de circulação pura" sobre os quais Marx se debruça são os custos relativos à produção de moeda metálica (ouro e prata). Tece, de início, uma consideração geral sobre o produto – mercadoria ou não – enquanto figura material da riqueza:

"Seja mercadoria ou não, um produto é sempre figura material da riqueza, valor-de-uso, destinado ao consumo individual ou produtivo. Como mercadoria seu valor existe idealmente no preço que em nada altera a configuração efetiva de sua utilidade" (*Ibid.*, p. 139).

Circunscribe, a seguir, o que ocorre na sociedade capitalista. Nessa forma histórica da produção social, a mercadoria se torna a forma geral do produto e, portanto, a forma geral da riqueza:

"Quando domina a produção capitalista, a mercadoria se torna a figura geral do produto, é de mercadorias a maior parte da produção, cresce portanto a massa de mercadorias, a parte da riqueza social que funciona como mercadoria" (*Id.*).

E, por ter "a mercadoria de assumir a forma dinheiro, também cresce a quantidade de ouro e de prata que serve de meio de circulação, de meio de pagamento, de reserva etc.". Introduce, assim, as "mercadorias que funcionam como dinheiro":

"A circunstância de certas mercadorias, como ouro e prata, funcionarem como dinheiro e, nessa qualidade, viverem no processo de circulação (até na condição de tesouro, reserva etc. continuam, embora latentes, na esfera da circulação) é simples decorrência da forma social estabelecida do processo de produção, que no caso é o processo de produção de mercadorias" (*Id.*).

Mas, esclarece:

"Estas mercadorias, ao servirem de dinheiro, não entram no consumo individual nem no produtivo. É trabalho social fixado numa

forma em que funciona como simples máquina de circulação. Além de parte da riqueza social ficar presa a essa forma improdutiva, o desgaste do dinheiro exige reposição contínua ou conversão de mais trabalho social, sob a forma de produtos, em mais ouro e prata. [...]. Ouro e prata, enquanto mercadorias-dinheiro, constituem para a sociedade custos de circulação oriundos apenas da forma social da produção. São custos improdutivos da produção de mercadorias que crescem com o desenvolvimento da produção de mercadorias e especialmente da produção capitalista. É parte da riqueza social, que tem de ser sacrificada ao processo de circulação" (*Id.*).

Novamente aqui, os *Grundrisse* são esclarecedores e os termos de Marx incisivos:

"O próprio dinheiro – na medida em que é feito de metais preciosos, ou no que se refere à sua produção em geral, como por exemplo na circulação de papel-moeda – demanda gastos, consome tempo de trabalho, mas não agrega nenhum valor aos objetos intercambiados, aos valores de troca. Seus custos são uma subtração desses valores, uma subtração que precisa ser bancada, em partes alíquotas, pelos participantes do intercâmbio" (MARX *apud* ROSDOLSKY, *op. cit.*, 286).¹¹⁵

E ainda,

"O dinheiro, considerado a partir dos dois pontos de vista em que se apresenta na circulação do capital – tanto na qualidade de meio de circulação como na de valor realizado do capital – é parte dos custos de circulação, na medida em que ele mesmo é tempo de trabalho empregado, de um lado para abreviar o tempo de circulação, e de outro para representar um elemento qualitativo da circulação, a reconversão do capital em si em valor para si. Tanto em um como em outro sentido o dinheiro não aumenta o valor. De um ponto de vista, é uma forma que contém custos – custa tempo de trabalho e, portanto, reduz a mais-valia – para representar o valor. De outro, pode-se considerá-lo como um mecanismo que economiza tempo de

¹¹⁵ Passagem que se encontra, conforme indicação bibliográfica de Rosdolsky em *Grundrisse* p. 519 e que corresponde, na edição que nos serve de base, a MARX, 1973, p. 136-137.

circulação e assim libera tempo para a produção. Não obstante, na medida em que tal mecanismo custa trabalho e é produto do trabalho, representa para o capital *faux frais* [falsos custos] de produção. Está incluído nos custos de circulação [...]" (MARX *apud* ROSDOLSKY, *op. cit.*, 286-287).¹¹⁶

3.2.2. Custos que resultam dos processos de produção no seio da circulação

"Os custos que resultam dos processos de produção no seio da circulação" compreendem os "custos de conservação" (subdivididos em "formação de estoques em geral" e "estoque de mercadorias propriamente dito") e os "custos de transporte".

Logo após o subtítulo "custos de conservação" (que, na edição que nos serve de base, aparece como item segundo dos "custos de circulação"), Marx tece considerações gerais que, ao que nos parece, não se limitam aos "custos de conservação", estendendo-se aos "custos de transporte". Vejamos o texto: Marx retoma o raciocínio anterior, –

"Os custos de circulação decorrentes de simples mudança de forma do valor, da circulação idealmente considerada, não entram no valor das mercadorias. As partes do capital neles despendidas constituem, se temos em vista o capitalista, meras deduções do capital produtivamente empregado" (*Ibid.*, p. 140). –

e retoma-o para diferenciar os custos de que irá tratar

"De outra natureza são os custos de circulação que ora passamos a examinar. Podem originar-se de processos de produção que prosseguem na circulação, ficando o caráter produtivo dissimulado pela forma circulatória" (*Id.*).

Parece-nos, pois, que Marx irá tratar de "custos de circulação" que se originam de "processos de produção que prosseguem na circulação" e que não se restringem aos "custos de conservação"; custos que têm seu "caráter produtivo dissimulado" pela forma que assumem ("a forma

¹¹⁶ Colchetes na fonte. Passagem que se encontra, conforme indicação bibliográfica de Rosdolsky em *Grundrisse* p. 563 e que corresponde, na edição que nos serve de base, a MARX, 1973, p. 192-193.

circulatória"); custos que, apesar da aparência (enganadora), não se confundem com os "custos decorrentes da simples mudança da forma do valor" (ou seja "da circulação idealmente considerada"); custos que se diferenciam daqueles que "não entram no valor da mercadoria". Trata-se, portanto, de custos produtivos; trata-se, em decorrência, de trabalho produtivo, o trabalho despendido no exercício dessas atividades.

3.2.2.1. Custos de conservação

No que tange aos "custos de conservação", Marx trata separadamente (reiteramos, conforme a tradução que nos serve de base) a "formação de estoques em geral" e o "estoque de mercadorias propriamente dito".

O texto, em sua íntegra, parece ser um belo contraponto entre geral e particular. Afirmando a tese de que a formação de estoques não é peculiar à produção capitalista, Marx contrapõe à "formação de estoques em geral" (presente, independente da forma social da produção) a formação de "estoque de mercadorias propriamente dito" (característica da produção capitalista), contraponto em que marca a especificidade desta última frente à forma geral. Traçado este grande quadro, Marx detém-se no "estoque de mercadorias propriamente dito" – rigorosamente, estoque de capital-mercadoria –; reconhece dois tipos de mercadorias em estoque, conforme o tipo de consumo a que estas se destinam; e considera-os, parcialmente, para efeito de exposição, em separado – considerações que nos parecem não "segmentadas", mas integradas –. Atravessa toda a argumentação uma questão central: a de saber, levando-se em conta a totalidade do produto social e independente da forma social da produção, qual o caráter de que se revestem os custos relativos à formação de estoques. Mais precisamente ainda, interessa demarcar qual o caráter destes "custos de conservação" que, na produção capitalista, integram os "custos de circulação" e, daí, por extensão, explicitar o caráter do trabalho despendido na formação de

estoque de capital-mercadoria. Esta nos parece ser a lógica presente no texto; a ordenação deste é, em nosso entender, um tanto confusa; preferimos, por isso, tomá-lo como um todo e reordená-lo.¹¹⁷

3.2.2.1.1. Considerações gerais sobre a formação de estoques

O primeiro problema que o texto nos põe reside em responder a uma questão extremamente geral do ponto de vista analítico: a formação de estoques e os custos que daí advêm "são comuns a qualquer produção social" ou constituem-se em "fenômeno peculiar da produção capitalista" (*Id.*)? Responder a esta questão requer, antes de tudo, a explicitação do que se entende por estoque (nesse momento do texto estoque de produtos); mais precisamente, ainda, explicitar as diferentes formas que este possa assumir.

A tese que Marx sustenta é a de que a formação de estoques não é particular à produção capitalista, mas um fenômeno geral. Assim, as três formas sob as quais os estoques existem na sociedade capitalista – "a de capital-produtivo, a de fundo de consumo individual e a de mercadorias em estoque ou de capital-mercadoria" (*Ibid.*, p. 143) – não são, senão, manifestação particular de que a "formação de estoques em geral" – "estoque produtivo (fundo latente de produção)" (*Ibid.*, p.151), "fundo de consumo (reserva de meios de consumo)" (*Id.*) e "estoque de produtos na forma de mercadorias" (*Ibid.*, p. 143) –, aqui, se reveste.

Para deixar esse ponto bem claro contrapõe, sempre em paralelo, a forma que assume o estoque em sociedades cuja produção não se destina ao mercado, preferencialmente, à sociedade fundada na produção de mercadorias. De início, considera as formas da produção em que esta

¹¹⁷ A confusão a que aludimos prende-se ao fato de que essas diversas considerações aparecem dispersas, "deslocadas" ou repetidas. O texto traz, ainda, uma outra "complicação". Pelas indicações que Marx nos fornece, o autor trava uma discussão teórica a respeito da formação de estoques com vários economistas. Primeiro, com Adam Smith, negando sua "fabulosa fábula" de que a formação de estoques "é um fenômeno peculiar da produção capitalista"; segundo, com os "economistas posteriores [a Smith]", refutando tanto aqueles que afirmam que a formação de estoques "decrece com o desenvolvimento da produção capitalista", quanto aqueles que a consideram "até aspecto negativo dessa produção" (Ver *Ibid.*, p. 143).

"se realiza diretamente para satisfazer as necessidades do produtor e parte ínfima dela se destina à troca ou à venda, quando portanto o produto social não assume ou só muito modestamente assume a forma de mercadoria" (*Id.*).

e contrapõe o estoque de mercadorias ao fundo de consumo. Neste caso, "o estoque de produtos na forma de mercadorias ou o estoque de mercadorias constitui apenas parte pequena e insignificante da riqueza" (*Id.*); em contrapartida,

"o fundo de consumo é relativamente grande [seja o de meios de produção, seja] sobretudo o dos meios de subsistência propriamente ditos. [...] Neste caso, a maior parte do produto, justamente por continuar nas mãos de seu possuidor, imediatamente se transforma, sem constituir mercadorias em estoque, em meios de produção ou meios de subsistência em reserva" (*Id.*).

Enfim, em formas de produção não capitalistas constituem-se estoques. Como não se trata de sociedades fundadas na produção para o mercado, "o estoque de produtos na forma de mercadorias constitui apenas parte insignificante da riqueza" sendo, em contrapartida, "relativamente grande o fundo de consumo". Aqui, como "a maior parte do produto continua nas mãos de seu possuidor" transforma-se "imediatamente" – ou seja, sem a mediação do mercado, – em "meios de produção ou em meios de subsistência em reserva", "sem se constituir em mercadorias em estoque", portanto. Há, pois, a formação de estoques – posto que essas sociedades "não vivia[m] do dia-a-dia" nem "se entregava[m] à eventualidade do dia seguinte" (*Ibid.* p. 143-144). No entanto, nessas sociedades, a forma que os estoques preponderantemente assumem é aquela do fundo de consumo individual (destinem-se os produtos ao consumo improdutivo ou produtivo): estocam-se, principalmente, meios de subsistência ("reserva de meios de consumo", "fundo de consumo"), além de meios de produção ("estoque produtivo", "fundo latente de produção").

Na forma capitalista de produção, inversamente, prepondera o

estoque de mercadorias, e isto porque,

"no regime de produção capitalista, a mercadoria se torna a forma geral do produto, e tanto mais quanto mais se desenvolve esse regime em amplitude e profundidade. Parte incomparavelmente maior (mesmo para igual volume de produção) do produto existe como mercadoria, em confronto com os modos anteriores de produção e com a produção capitalista menos desenvolvida" (*Ibid.*, p. 147).

Aqui "o estoque de produtos sob a forma de mercadorias" assume o caráter que é próprio à sociedade produtora de mercadorias por excelência: a de "estoque de capital sob a forma de mercadoria", "estoque de capital-mercadoria".

"Toda mercadoria e, por conseguinte, todo capital-mercadoria, que nada mais é que mercadoria, embora como forma de existência do valor-capital, quando não passa imediatamente da esfera da produção para o consumo produtivo ou individual, encontrando-se portanto no intervalo em que permanece no mercado, constitui um elemento do estoque de mercadorias. Por isso, mesmo que não se altere o volume da produção, cresce por si mesmo o estoque de mercadorias (isto é, essa emancipação e fixação da forma mercadoria do produto) com a produção capitalista" (*Id.*).

Na sociedade capitalista subsiste, ainda, o "fundo latente de produção", fundo que assume, aqui, sua forma específica: a de "estoque de capital produtivo". Este "existe na forma de meios de produção que já se encontram no processo de produção ou pelo menos nas mãos do produtor, de maneira latente, no processo de produção" (*Ibid.*, p.144) e que consistem em "material de trabalho nos mais diversos graus de elaboração [matéria-prima] e matérias auxiliares" (*Ibid.*, p. 144-145), que "entram no processo diário de reprodução" (*Ibid.*, p.145). O estoque sob a forma de capital produtivo é absolutamente necessário ao processo renovado da produção: "esses elementos têm de estar disponíveis no local de produção" (*Id.*). E mais, na medida em que aumentam a produtividade do trabalho e a escala da produção,

"o volume do estoque existente sob a forma de capital produtivo cresce [...] em termos absolutos. Para o processo ser contínuo, seja qual for o prazo em que se possa renovar esse estoque, tem de estar disponível no local de produção quantidade de matéria-prima maior do que a consumida, por exemplo, diária ou semanalmente. A fluidez do processo exige que suas condições não dependam de possível interrupção de compras diárias nem tampouco da venda diária ou semanal da mercadoria produzida; com essa dependência, só irregularmente haveria a reversão aos elementos de produção" (*Id.*).

O tamanho dessa forma de estoque depende

"de diversas condições que essencialmente se reduzem à velocidade, regularidade e segurança com as quais a quantidade necessária de matéria-prima pode ser permanentemente fornecida, de modo a não haver interrupção. Quanto menos se preenchem essas condições, quanto menor a segurança, a regularidade e a velocidade da oferta, tanto maior tem de ser a parte latente do capital produtivo, isto é, o estoque de matérias-primas etc. em mãos do produtor, esperando entrar no processo de trabalho" (*Id.*).¹¹⁸

Do exposto, o que nos interessa reter é que, independente do modo de produção social, formam-se estoques e o que muda é, apenas, "a forma social do estoque":

"o estoque aumenta de um lado sob a forma mercadoria, porque diminui, do outro, sob a forma de estoque direto da produção ou do consumo. Só mudou a forma social do estoque" (*Ibid.*, p.147).

Ou, dito de outro modo,

"o estoque numa forma diminui, quando aumenta na outra, embora possa, [quando a totalidade do produto social aumenta], aumentar absolutamente nas três formas" (*Ibid.*143).¹¹⁹

E assim, o que é particular à sociedade capitalista não é a

¹¹⁸ Marx discrimina quatro fatores que atuam diretamente sobre o tamanho do estoque de capital produtivo: o volume e a rapidez com que o produto a ser estocado (meio, ou meios, de produção) é produzido; o desenvolvimento dos meios de transporte e de comunicação; o desenvolvimento do sistema de crédito e a natureza do produto a ser estocado (meio, ou meios, de produção). (Ver *Ibid.*, p.145-146).

¹¹⁹ E daí, "se aumenta a magnitude relativa do estoque de mercadorias em relação ao produto global da sociedade e ao mesmo tempo a magnitude absoluta, é porque, com a produção capitalista, cresce a massa do produto global" (*Ibid.*, p.147).

existência de estoques, mas o modo preponderante que o estoque nela assume.

3.2.2.1.2. Considerações gerais sobre a formação de estoque de mercadorias

Ao considerar a sociedade capitalista, forma histórica da produção em que "a mercadoria se torna a forma geral do produto", Marx detém-se na formação de estoques que a singulariza: o estoque de mercadorias ou o estoque de capital-mercadoria.¹²⁰ Define, então, o que entende por estoque de mercadorias:

"Ao existir como capital-mercadoria ou ao permanecer no mercado, ao encontrar-se portanto no intervalo entre o processo de produção de onde vem e o processo de consumo para onde vai – o produto representa mercadoria em estoque" (*Ibid.*, p.140).

O estoque de capital-mercadoria abrange duas situações, conforme o "processo de consumo para onde [a mercadoria] vai". A primeira refere-se ao estoque de mercadorias a serem submetidas à transformação em novo processo de produção: estas, do ponto de vista do capital que as produz, são capital-mercadoria; do ângulo do processo de consumo a que se dirigem (consumo produtivo), são meios de produção. A segunda diz respeito ao estoque de mercadorias prontas e acabadas que se destinam ao que, usualmente, se chama de "consumo final" (consumo individual, improdutivo).

Marx insiste em afirmar que a formação de estoques é uma necessidade do processo de produção e de reprodução do capital:

"À medida que se desenvolve a produção capitalista, a escala de produção passa a ser menos determinada pela procura imediata do produto e mais pelo montante do capital de que dispõe o

¹²⁰ A forma de que se reveste o estoque na sociedade capitalista "decorre da forma de produção e da forma de transformação nela implícita, pela qual tem de passar o produto no processo de circulação" (*Ibid.*, p.148).

capitalista individual, pelo impulso de valorizar seu capital e pela necessidade de tornar seu processo de produção contínuo e expandi-lo" (*Ibid.*, p.147).

Daí,

"cresce necessariamente, para cada ramo de produção [destine-se o ramo à produção de meios de produção ou à produção de meios de subsistência], a massa de produtos que se encontra como mercadoria no mercado ou procura escoamento; aumenta a massa de capital que se fixa sob a forma de capital-mercadoria, durante mais ou menos tempo, e conseqüentemente o estoque de mercadorias" (*Id.*).

Necessidade de dupla ordem: tanto para o "capital cujo ciclo se observa" – capital que está no estágio $M' - D'$, capital cuja mercadoria está em estoque, oferta do produto-mercadoria –, quanto para o "outro" capital – capital que se acha na estágio $D - M$, que demanda por produto-mercadoria, procura por mercadoria.¹²¹

"Como mercadoria no mercado e por isso em estoque, o capital-mercadoria aparece duplamente em cada ciclo: [por um lado,] como produto-mercadoria do próprio capital em movimento cujo ciclo se observa, e [, por outro,] como produto-mercadoria que outro capital tem de encontrar no mercado, a fim de comprá-lo e transformá-lo em capital produtivo" (*Ibid.*, p. 140-141).

Se considerarmos o ciclo de o "outro capital", temos que "para $D - M$, a existência permanente da mercadoria no mercado se patenteia condição da continuidade do processo de reprodução e do emprego de capitais novos ou adicionais" (*Ibid.*, p.141). Para que o capital dinheiro se

¹²¹ Lembremos que "o processo cíclico do capital realiza-se em *três estádios* que [...] se sucedem da seguinte maneira:

Primeiro – O capitalista aparece como comprador no mercado de mercadorias e no mercado de trabalho; seu dinheiro converte-se em mercadoria ou efetua o ato $D - M$.

Segundo – Consumo produtivo das mercadorias compradas pelo capitalista que funciona como produtor capitalista de mercadorias. Seu capital percorre o processo de produção. Resultado: mercadoria cujo valor supera o dos elementos que concorrem para sua produção.

Terceiro – O capitalista volta ao mercado como vendedor; sua mercadoria converte-se em dinheiro, isto é, efetua o ato de circulação $M - D$.

A fórmula do ciclo do capital-dinheiro é, portanto, $D - M...P...M' - D'$. Os pontos significam que se interrompeu o processo de circulação; M' e D' indicam que M e D estão acrescidos de mais-valia" (*Ibid.*, p. 27-28).

transforme em capital produtivo é imprescindível que "exista continuamente no mercado uma massa de mercadorias (meios de produção), constituindo portanto estoque" (*Id.*)¹²² Mas o capital produtivo não abrange apenas a compra de meios de produção, "abrange também a compra da força de trabalho" (*Id.*). Esta compra implica no pagamento de salários, conversão do valor da força de trabalho à forma dinheiro. No entanto, "a forma dinheiro no caso é apenas a forma valor dos meios de subsistência que o trabalhador tem de encontrar disponíveis no mercado, em sua maior parte" (*Id.*). Enfim, para que o capital-dinheiro se transforme em capital produtivo (para que se dê continuidade ao processo de produção e reprodução ampliada do capital) é necessário que se encontrem, no mercado, em estoque, tanto mercadorias na forma de meios de produção, quanto na forma de meios de subsistência.

Cumprir fazer uma observação: ao tratarmos da necessidade da formação de estoques para o capital na fase D – M, encaramo-la do ponto de vista do capital; mais precisamente, do ponto de vista da demanda de o "outro capital". Há, porém, um outro ângulo sob o qual Marx encara a necessidade da existência de uma "massa de mercadorias" em estoque, do ponto de vista da demanda: o ângulo do, na falta de expressão melhor, "consumidor final". Aqui se trata da necessidade da formação de estoque de mercadorias que se destinam ao consumo improdutivo, em especial, estoque de meios de subsistência, necessidade fundada no fato de que

"a maior parte da sociedade se transforma em assalariados, pessoas que vivem sem dispor de reservas, [pessoas que] recebem seu salário por semana e o gastam diariamente, [pessoas que têm] de encontrar em estoque os meios de subsistência. Qualquer que seja a quantidade que se escoar dos elementos desse estoque, parte deles tem de estar permanentemente armazenada, a fim de que o estoque possa continuar sempre fluindo" (*Ibid.*, p. 147-148).

Consideremos, agora, "o capital em movimento cujo ciclo se observa", capital que "funciona no mercado como capital-mercadoria",

¹²² Marx levanta uma exceção: a de o capital-mercadoria, sob a forma de meios de produção, "só se produza por encomenda"; neste caso, o capital-mercadoria não estará no mercado, "esperar-se-á até que seja produzido" (*Ibid.*, p. 141).

capital que se encontra no *estádio* $M' - D'$, capital que precisa converter o valor aumentado (M') das mercadorias que comprou (M) em dinheiro aumentado (D'), capital que, enfim, precisa realizar, na circulação, a mais-valia produzida no processo de produção. Para este, o estoque de sua mercadoria se constitui em uma "permanência involuntária no mercado", "permanência inconveniente", já que obsta "o funcionamento ulterior do capital produtivo" (na medida em que este capital não pode transformar $M' - D'$ em $D - M$ e reiniciar o ciclo de sua reprodução).

"Para o valor-capital em movimento – que se transformou em produto-mercadoria e tem de vender-se ou reconverter-se em dinheiro, que funciona portanto no mercado como capital-mercadoria – formar estoques é uma permanência inconveniente e involuntária no mercado. Quanto mais rápida a venda, tanto melhor corre o processo de reprodução. A estada em $M' - D'$ impede a mudança real de matéria que tem de ocorrer no ciclo do capital, e o funcionamento ulterior do capital produtivo" (*Ibid.*, p. 141).

3.2.2.1.3. Considerações sobre os custos relativos à formação de estoques e o caráter do trabalho empregado na estocagem

Ao tratar dos custos relativos à formação de estoques, Marx persiste no contraponto entre o geral e o particular: independente da "forma social do estoque de produtos", "sua conservação exige custos", custos que "representam sempre parte do trabalho social, materializado ou vivo" (*Ibid.*, p.148);¹²³ na forma capitalista, esses custos são "dispêndios de capital que não entram na criação do produto, mas constituem deduções deste" (*Id.*). Em qualquer dos casos trata-se de "gastos acessórios", "mas necessários da riqueza social" (*Id.*); trata-se de "custos de manutenção do produto social, não importando que a existência do produto social em estoque de mercadorias decorra apenas da forma social da produção, portanto da forma mercadoria e da sua necessária transformação, ou que consideremos o estoque

¹²³ Custos que compreendem "construções, recipientes etc. onde se guardam os produtos; certa quantidade, variável segundo a natureza do produto, de meios de produção e de trabalho que tem de ser gastos para evitar a deterioração" (*Id.*).

de mercadorias apenas uma forma especial do estoque de produtos comum a todas as sociedades, embora este não tenha sempre a forma de estoque de *mercadorias*, essa forma de estoque de produtos ligada ao processo de circulação" (*Id.*).

Tomando-se a forma social do estoque que nos interessa, que tipo de custos requer a formação de estoque de mercadorias?

"A permanência do capital-mercadoria no mercado como mercadoria disponível exige construções, lojas, depósitos, armazéns, dispêndio portanto de capital constante; demais, pagamento de força de trabalho para armazenar as mercadorias nos depósitos. Além disso, as mercadorias se deterioram e estão expostas à ação de elementos prejudiciais. Para protegê-las, é mister despender capital adicional em meios de trabalho, ou seja em forma materializada, e em força de trabalho" (*Id.*).

E qual é a natureza destes custos? Trata-se de custos de circulação, custos que não pertencem à esfera da produção¹²⁴; custos que, à primeira vista, parecem ser custos de mesmo tipo que os "custos estritos de circulação" – isto porque "o capital [constante] e a força de trabalho que servem à conservação e à manutenção dos estoques são retirados do processo de produção" (*Ibid.*, p.142) e "os capitais neles empregados, inclusive a força de trabalho, como componente do capital, têm de ser repostos pelo produto social" (*Id.*). Daí,

"Seu dispêndio tem por isso o efeito de diminuir a força de produção do trabalho, de modo que se exige quantidade maior de capital e de trabalho para se obter determinado resultado útil. Temos assim gastos indiretos" (*Ibid.*, p. 142).

Marx, no entanto, os diferencia: os "custos de conservação", ao contrário dos "custos estritos de circulação" entram, "até certo ponto", no valor das mercadorias e as encarecem.

"Esses custos de circulação se distinguem dos apresentados na seção I ["custos estritos de circulação"] por entrarem, até certo ponto, no valor das mercadorias, encarecendo-as portanto" (*Id.*).

¹²⁴ "A existência do capital na forma de capital-mercadoria, de mercadoria em estoque, ocasiona custos que, não pertencendo à esfera da produção, figuram entre os custos de circulação" (*Ibid.*, p. 142).

E esclarece porquê:

"durante a estocagem, o valor das mercadorias só é conservado ou aumentado porque o valor-de-uso, o próprio produto, é colocado em determinadas condições materiais que exigem dispêndio de capital, e é submetido a operações em que trabalho adicional atua sobre os valores-de-uso" (*Id.*).

Assim,

"embora supondo-se que os custos de formação de estoques (involuntária no caso) decorram apenas de demora na conversão de forma e da necessidade dessa conversão, distinguem-se eles, apesar disso, dos custos enunciados na seção I, por ser sua finalidade não a conversão de forma do valor e sim a manutenção do valor que existe na mercadoria, como produto, valor-de-uso, e que por conseguinte só pode manter-se com a conservação do produto, do valor-de-uso. Neste caso, o valor-de-uso não aumenta; ao contrário, diminui. Mas, limita-se a diminuição e ele se conserva. Nessas circunstâncias, também não acresce o valor adiantado, existente na mercadoria. Há, entretanto, acréscimo de novo trabalho, tanto materializado quanto vivo" (*Ibid.*, p. 142-143).

Marx insiste no paralelo. Embora se suponha que os "custos de conservação", tal qual "os custos estritos de circulação", decorram "apenas da demora na conversão de forma e da necessidade dessa conversão" há, entre eles uma distinção fundamental: enquanto a finalidade dos segundos é tão só "a conversão da forma do valor" da mercadoria, a dos primeiros reside na "manutenção do valor que existe na mercadoria, como produto". A manutenção do valor que existe na mercadoria, como produto, requer a manutenção de seu valor-de-uso, requer a conservação deste. E Marx ressalta, no capítulo V, a importância da conservação do valor-de-uso das mercadorias:

"A forma de existência das mercadorias, sua vida como valores-de-uso, traça determinados limites à circulação do capital mercadoria [...]. Por natureza elas são perecíveis. Se, de acordo com sua destinação não forem objeto de consumo individual ou produtivo, em outras palavras, se não forem vendidas a tempo, estragar-se-ão e

perderão com seu valor-de-uso a propriedade de serem portadoras de valor-de-troca. Perde-se o valor-capital nelas contido junto com o correspondente acréscimo de mais-valia" (*Ibid.*, p. 131).

Assim, ainda que, no período em que a mercadoria se encontra no intervalo entre a produção e o consumo (ou seja, no período em que a mercadoria se acha no mercado, em estoque), não se verifique aumento de seu valor-de-uso, este se conserva; ainda que, nesse intervalo de tempo, o valor-de-uso da mercadoria não aumente, mas, ao contrário, diminua, "limita-se a diminuição [deste valor] e ele se conserva"; ainda que, "nessas circunstâncias, não se acresça o valor adiantado existente na mercadoria", "há acréscimo de novo trabalho, tanto materializado quanto vivo". Acréscimo de novo trabalho materializado, já que, "durante a estocagem, o valor das mercadorias só é conservado ou aumentado porque o valor-de-uso [ou seja, o próprio produto] é colocado em determinadas condições materiais que exigem dispêndio de capital". Acréscimo de novo trabalho vivo, já que, "durante a estocagem, o valor das mercadorias só é conservado ou aumentado porque o valor-de-uso [o produto] é submetido a operações em que trabalho adicional atua sobre os valores-de-uso". Trata-se, pois, de trabalho vivo que, posto que necessário à manutenção da mercadoria e à conservação de seu valor-de-uso, é trabalho produtivo.

3.2.2.1.3.1. Uma distinção importante

Marx é extremamente cuidadoso ao tratar dos custos relativos à formação de estoques. Como já se disse, seu interesse consiste em saber "até onde esses custos entram no valor das mercadorias", problema que ele, em princípio, já resolvera. Marx, no entanto, introduz um "complicador": na produção capitalista há dois tipos de formação de estoques de mercadorias cuja distinção (*aparentemente* irrelevante) se faz necessária: a formação involuntária e a formação voluntária de estoques.

"Parece em nada alterar a essência da coisa que a formação de

estoques seja voluntária ou involuntária, isto é, que o produtor de mercadorias mantenha intencionalmente estoque ou que suas mercadorias formem estoque em virtude da resistência que as circunstâncias do processo de circulação opõem à sua venda" (*Ibid.*, p. 149).

O que as aproxima? O fato de ambas se constituem em uma "parada na circulação". O que as diferencia? "A formação involuntária de estoques, decorre de, ou é idêntica a, uma parada na circulação, a qual independe do conhecimento do produtor e se antepõe a seus projetos" (*Id.*); a formação voluntária de estoques ocorre quando o vendedor intencionalmente "subtrai [o produto] à venda" (*Id.*), nesse caso, "passa o produto a constituir elemento potencial e não efetivo do estoque de mercadorias" (*Id.*). A primeira "assegura a permanência e a continuidade do processo de circulação e, por conseqüência, do processo de reprodução que abrange o processo de circulação" (*Ibid.*, p.150) (é, pois, uma necessidade desse processo de reprodução) e seus custos entram no valor das mercadorias (elevando-o).¹²⁵ O mesmo não se dá quando a

¹²⁵ Sobre a necessidade e caráter normal da formação involuntária de estoques a extensa passagem de Marx é esclarecedora: "O estoque de mercadorias tem de atingir um volume em que possa atender à dimensão da procura, em determinado período. Além disso, conta-se com a expansão constante do círculo dos compradores. A fim de atender à procura, no período de um dia, por exemplo, tem uma parte das mercadorias que estão no mercado de permanecer sob a forma mercadoria, enquanto a outra flui, se transforma em dinheiro. A parte estagnada, enquanto a outra flui, reduz-se continuamente, como o próprio estoque, até ser por fim inteiramente vendida. A imobilização da mercadoria, no caso, é considerada condição necessária da venda. É mister ainda que seu volume seja maior que o da compra média ou da procura média. Do contrário, não se poderia satisfazer o que ultrapassasse essa média. Por outro lado, o estoque tem de ser renovado continuamente, pois se desfaz de maneira ininterrupta. Essa renovação pode provir, em última instância, da produção, de um fornecimento de mercadorias. [...]. A renovação depende do tempo que as mercadorias precisam para sua reprodução. O estoque tem de ser suficiente durante esse tempo. Altera a aparência da coisa, mas não a coisa, a circunstância de o estoque não permanecer nas mãos do produtor primitivo, e passar por depósitos diversos, do grande comerciante até o retalhista. Do ponto de vista social, parte do capital está sempre sob a forma de estoque de mercadorias, enquanto a mercadoria não tenha entrado no consumo produtivo ou individual. O próprio produtor procura ter um estoque correspondente à procura média, a fim de não depender imediatamente da produção e dispor de um círculo constante de fregueses. De acordo com os períodos de produção fixam-se prazos de compra e formam-se estoques de mercadorias por tempo mais ou menos longo, até que possam ser substituídas por exemplares da mesma espécie. Essa formação de estoques assegura a permanência e a continuidade do processo de circulação e, por conseqüência, do processo de reprodução que abrange o processo de circulação. Lembremos que a operação M' – D' pode estar realizada para o produtor de M, embora M ainda se encontre no mercado. Se

formação de estoques é voluntária

"O estoque de mercadorias só é normal enquanto for apenas condição da circulação de mercadorias e forma necessariamente nessa circulação, enquanto essa estagnação aparente for portanto forma de giro, do mesmo modo que a formação de reservas de dinheiro é condição da circulação de dinheiro. Se, entretanto, as mercadorias se detêm nos depósitos de circulação, não cedendo lugar à onda da produção que vem depois, se os depósitos portanto ficam abarrotados, expande-se o estoque de mercadorias em virtude da parada da circulação do mesmo modo que os tesouros crescem, - quando se paralisa a circulação de dinheiro. Tanto faz que essa parada ocorra nos armazéns do capitalista industrial ou nos do comerciante. Então, o estoque de mercadorias não é condição da venda ininterrupta, mas consequência da impossibilidade de vender as mercadorias. Prosseguem os mesmos custos, mas, decorrendo eles agora apenas da forma, isto é, da necessidade de converter as mercadorias em dinheiro, e da dificuldade dessa metamorfose, não entram no valor da mercadoria, mas representam descontos, perda de valor na realização do valor" (*Ibid.*, p. 151).¹²⁶

o produtor quiser manter sua mercadoria no mercado até vendê-la ao consumidor definitivo, terá ele de pôr em movimento um duplo capital, o de produtor de mercadoria e o de comerciante. Para a mercadoria, seja ela considerada individualmente ou como parte do capital social, não traz nenhuma alteração que os custos da formação de estoque recaiam em seu produtor ou numa série de intermediários.

Enquanto o estoque de mercadorias é apenas a forma mercadoria do estoque que, se não existisse como estoque de mercadorias, existiria em dada escala da produção social como estoque produtivo (fundo latente de produção) ou como fundo de consumo (reserva de meios de consumo), - os custos exigidos pela manutenção de estoques, os custos de formação de estoques, isto é, o trabalho vivo ou materializado aí aplicados são apenas custos, transpostos, da conservação do fundo social de produção ou do fundo social de consumo. Ao elevar-se o valor das mercadorias em virtude desses - custos, rateiam-se eles pelas diferentes mercadorias, pois diferem para as diferentes espécies de mercadorias. Como dantes, os custos de formação de estoques continuam sendo reduções da riqueza social, embora desta sejam condição de existência" (*Ibid.*, p. 149-151).

¹²⁶ Marx acrescenta, ainda, um outro problema: "Uma vez que, do ponto de vista da forma, não se distinguem a forma normal e a anormal de estoque, sendo ambas paradas da circulação, podem os dois fenômenos ser confundidos e iludir o próprio agente da produção, tanto mais que para ele o processo de circulação de seu capital pode fluir, enquanto fica paralisado o processo de circulação de suas mercadorias que passaram às mãos do comerciante. Se aumentam a produção e o consumo, não se alterando as demais circunstâncias, aumenta também o estoque de mercadorias. Renova-se e é absorvido com velocidade correspondente, mas seu volume é maior. O acréscimo do estoque de mercadorias decorrente de paralisar-se [intencionalmente] a circulação pode

Caso se trate da formação involuntária de estoques, o trabalho é produtivo; caso se trate da formação voluntária de estoques o trabalho é improdutivo.

"Os custos de circulação determinados pela formação de estoques quando considerados consequência exclusiva do tempo que levam os valores existentes para passar da forma mercadoria para a forma dinheiro, isto é, quando decorrem unicamente da forma social estabelecida do processo de produção (apenas de ser o produto produzido como mercadoria e de ter por isso de transformar-se em dinheiro), – participam inteiramente do caráter dos custos de circulação enunciados na seção I" (*Ibid.*, p. 142).^{127 128}

3.2.2.2. O trabalho nos transportes

Marx traz o problema dos transportes e das comunicações já no capítulo I do Livro II de *O capital* (MARX, *op. cit.*, p. 55-56).

Partindo da fórmula geral do ciclo do capital, visto globalmente, (D – M... P... M' – D')¹²⁹, especifica o produto de P:

"o produto de P é considerado coisa material diversa dos elementos do capital produtivo, objeto que tem existência destacada do processo de produção e possui forma de uso diverso da dos

ser erroneamente tomado por sintoma de que se ampliou o processo de reprodução, e sobretudo o desenvolvimento do sistema de crédito permite que se disfarce o movimento real" (*Ibid.*, p. 151-152).

¹²⁷ E Marx insiste no caráter dos "custos de circulação pura": "O cômputo dos valores das mercadorias, a contabilidade desse processo, os negócios de compra e venda [...] não influem sobre o valor-de-uso em que existe o valor das mercadorias. Relacionam-se apenas com a forma do valor das mercadorias". (*Id.*)

¹²⁸ Nagels, ao tratar da questão dos "stocks" (NAGELS, 1975, p. 229-240), tem leitura idêntica a nossa. Aponta para "uma interpretação diametralmente oposta", nega sua validade (*Ibid.*, p. 229-238) e conclui: "Na prática, é bem evidente que os 'stocks' 'normais' são dificilmente discerníveis dos 'stocks' 'anormais'; mas, sobre o plano teórico, a diferença é fundamental. Com efeito, os primeiros são uma condição de existência da riqueza social, enquanto que os segundos resultam unicamente da impossibilidade de converter capital-mercadoria em capital monetário ou da vontade monetária de conservar o capital sob a sua forma de mercadoria; os primeiros são indispensáveis à conservação do valor de uso das mercadorias, enquanto que os segundos só dizem respeito à forma social da troca. Segue-se que o trabalho gasto é produtivo no primeiro caso, improdutivo no segundo" (*Ibid.*, p. 240).

¹²⁹ Ou, em sua fórmula explicitada, D – M (F e Mp)...P...M' (M + μ) – D' (D + d). (Ver *Ibid.*, p. 53.)

elementos da produção. É o que se dá sempre que o resultado do processo de produção é um objeto, mesmo quando parte do produto constitui elemento da produção renovada" (*Ibid.*, p. 55).

Esclarece que há, no entanto, "ramos industriais autônomos em que o resultado do processo de produção não é nenhum produto, nenhuma mercadoria" (*Id.*). Destaca entre estes últimos como "único setor importante, do ponto de vista econômico" (*Id.*), o ramo "de transportes e comunicações que abrange tanto o transporte de mercadorias e pessoas, quanto a transmissão de notícias, serviço postal etc" (*Id.*).

E enfoca a indústria dos transportes. Esta não cria nenhum produto novo: o produto da indústria dos transportes é apenas a mudança de lugar, seja de homens ou de coisas:

"O que a indústria de transporte vende é a própria mudança de lugar. O efeito útil produzido está inseparavelmente ligado ao processo de transporte, isto é, ao processo de produção da indústria de transporte. Homens e mercadorias viajam com o meio de transporte, e seu deslocamento, seu movimento no espaço, é precisamente o processo de produção que ele realiza" (*Ibid.*, p. 56).

Vale dizer, o valor de uso, ou seja, o "efeito útil [da indústria dos transportes, isto é, o transporte,] só pode ser usufruído durante o processo de produção" (*Id.*); em outros termos, seu efeito útil "não existe como objeto de uso diverso desse processo, objeto que funcionasse depois de ser produzido, como artigo de comércio, que circulasse como mercadoria" (*Id.*).¹³⁰

Mas, a despeito do fato de o produto de P, no caso da indústria dos transportes, não se configurar como "um objeto" – uma "coisa material diversa dos elementos do capital produtivo" que a constituem –; embora este produto "não funcione como um artigo de comércio" – ou seja, não "circule como mercadoria" –, ele se comporta como tal. À semelhança de um objeto material que é mercadoria, o produto da indústria de transporte

¹³⁰ Daí ser a fórmula da indústria dos transportes D – M (F e Mp)...P – D' (MARX, *op. cit.*, p. 56).

possui valor-de-uso e valor-de-troca. Por um lado, do ponto de vista do consumo, o comportamento de seu efeito útil é idêntico ao das demais mercadorias: se consumido individualmente, desaparece com o consumo (MARX, *op. cit.*, p. 56); se consumido produtivamente, "sendo um estágio da produção da mercadoria, que se transporta, seu valor se transfere à mercadoria como valor adicional" (*Id.*). Por outro, seu valor-de-troca é determinado, como o de qualquer outra mercadoria,

"pelo valor dos elementos de produção (força de trabalho e meios de produção) consumidos para obtê-lo mais a mais-valia gerada pelo trabalho excedente dos trabalhadores empregados na indústria" (*Id.*).

O capital investido no ramo dos transportes e comunicações – transporte tanto de mercadorias quanto de pessoas, e transmissão de notícias e serviço postal – é, pois, capital produtivo e o trabalho que emprega é trabalho produtivo.

Marx retoma a questão dos transportes na seção 3 do capítulo VI do Livro II (MARX, *op. cit.*, p. 152-155). Neste capítulo, dedicado aos custos de circulação, Marx trata da indústria de transporte, posto que esta se apresenta "no regime de produção capitalista como causa" daqueles custos (*Ibid.*, p. 153). Ressalta, primeiro, a importância do deslocamento espacial do objeto de trabalho no interior do processo produtivo: se

"Importante papel desempenham, no interior de todo processo de produção, a mudança de lugar do objeto de trabalho e os meios de trabalho e forças de trabalho para isso necessários [...]; [a] passagem do produto pronto como mercadoria acabada do local imediato de produção para outro, afastado no espaço, mostra, em maior escala, o mesmo fenômeno" (*Id.*, p. 153).

E, a seguir, a importância da mudança de lugar dos produtos prontos da esfera da produção para a da circulação:

"Além desse transporte, existe o dos produtos acabados da esfera da produção para a esfera do consumo. Só depois de consumado este movimento, está o produto pronto para o consumo" (*Id.*).

Posta sua importância, é taxativo: "O transporte não aumenta a

quantidade dos produtos" (*Id.*). Não só seu efeito útil não se constitui em objetos que circulam como mercadorias, mas mais grave ainda, "se eventualmente altera as qualidades naturais destes, essa alteração não é efeito útil almejado, e sim mal inevitável" (*Id.*). Por que então considerá-la um ramo industrial autônomo? Por que considerar o capital aí investido capital produtivo? Por que considerar o trabalho empregado trabalho produtivo? Primeiro, porque "o valor-de-uso das coisas só se realiza com seu consumo, e esse consumo pode tornar necessário o deslocamento delas, o processo adicional de produção da indústria de transporte" (*Id.*). Segundo, porque "o capital produtivo nela aplicado acrescenta valor aos produtos transportados, formado pela transferência de valor dos meios de transporte e pelo valor adicional criado pelo trabalho de transporte" (*Id.*). Terceiro, porque "este valor adicional se divide, como em toda produção capitalista, em reposição de salário e em mais-valia" (*Id.*).

E conclui:

"A movimentação das mercadorias, a circulação efetiva das mercadorias no espaço, identifica-se com o transporte delas. A indústria de transporte constitui ramo autônomo da produção e por conseqüência esfera particular de emprego do capital produtivo. Singulariza-se por aparecer como continuação de um processo de produção *dentro* do processo de circulação e *para* o processo de circulação" (*Ibid.*, p. 155).

3.2.2.3. Uma questão a descoberto: a distribuição de mercadorias

A questão de como considerar os custos relativos à distribuição de mercadorias, e, em decorrência, do caráter do trabalho nela despendido, é formalizada explicitamente por Nagels (1975).¹³¹ Valemo-nos, para considerá-la, além das ponderações (de) e referências (indicadas por) Nagels, daquelas que encontramos em Rubin e Rosdolsky.

Se Marx deles não cuida no capítulo VI do livro II, fornece

¹³¹ Nagels levanta a questão às páginas 240-241 e retoma-a nas páginas subsequentes (p. 242-244).

indicações, não pouco relevantes, no livro III e nos *Grundrisse* (NAGELS, 1975, p. 241); indicações que autorizam a classificar esses custos "como custos de produção que se introduzem no interior dos custos de circulação" (*Id.*), isto porque, "a distribuição cai no âmbito da realização do valor de uso das mercadorias, exatamente como os custos de transporte" (*Ibid.*, p. 240). Nagels toma, então, duas passagens de Marx. Na primeira, extraída dos *Grundrisse*, Marx afirma:

"Quando o comerciante leva um produto ao mercado, dá-lhe uma forma nova. É verdade que se limita a dar-lhe uma modificação no espaço mas a natureza desta modificação não nos diz respeito. Ele dá, ao produto, um novo valor de uso, e isto igualmente se aplica ao retalhista, que pesa, mede, embala e dá assim ao produto uma forma para o consumo" (MARX *apud* NAGELS, *op. cit.*, p. 241).¹³²

Na segunda, retirada do livro III, Marx é claro:

"deve-se considerar como processo de produção, prolongado no interior do processo de circulação, a indústria dos transportes, a guarda das mercadorias e a sua distribuição sob uma forma consumível" (MARX *apud* NAGELS, *id.*).¹³³

Marx, portanto, "põe a distribuição exatamente sobre o mesmo pé que os transportes" (NAGELS. *id.*) e ao listar as atividades (de transporte, guarda e distribuição) enumera "os três postos dos custos categoria B [custos de produção que prosseguem na circulação]" (*Id.*). O que permite a Nagels concluir:

"Na nossa opinião, não subsiste nenhuma dúvida: a conservação e a realização do valor de uso das mercadorias englobam a sua distribuição. Segue-se-lhe que o trabalho gasto no sector da distribuição deve ser considerado como produtivo" (*Id.*).

Postura idêntica assume Rubin. Este, considerando passagens do livro III, afirma: "Marx incluiu entre estas funções reais o transporte, armazenagem, 'distribuição das mercadorias sob forma distributível"; "expedição, transporte, distribuição, venda a varejo" (RUBIN, *op. cit.*, p.

¹³² Passagem que corresponda a MARX, 1973, p. 148.

¹³³ Passagem que corresponda a MARX, 1974, p. 310.

289)¹³⁴ – se assim é, então, o trabalho despendido na distribuição é produtivo.

Quanto a Rosdolsky, toma a mesma passagem dos *Grundrisse* de que Nagels se vale, ressaltando, porém, a questão dos transportes. Retomando a linha de raciocínio de Rosdolsky:

"[Deve-se] lembrar, antes de tudo, que a circulação 'ocorre no espaço e no tempo'. Deve-se pois distinguir entre a circulação 'espacial', ou 'real', e a circulação propriamente 'econômica'. A primeira – o transporte físico do produto até o mercado – 'integra [...] do ponto de vista econômico [...] o processo de produção', pois pode ser considerada como 'transformação do produto em mercadoria'. Pois 'o produto só está realmente terminado quando se encontra no mercado. O movimento que o conduz ao mercado faz parte de seus custos de produção.' Todavia, o transporte só modifica 'a existência espacial' do produto. 'Extrair metais das minas ou transportar mercadorias até o local de seu consumo' são 'movimentos no espaço'. 'Levar um produto até o mercado lhe confere [...] um novo valor de uso (isto é válido até mesmo para o comerciante varejista, que pesa, mede, empacota, enfim, dá ao produto uma forma adequada ao consumo) e este novo valor de uso consome tempo de trabalho; portanto, é ao mesmo tempo, valor de troca'" (ROSDOLSKY, *op. cit.*, p. 280-281).¹³⁵

Ainda que a ênfase recaia nos transportes, Rosdolsky frisa, quanto ao extrato por nós destacado, que Marx "sustenta o mesmo ponto de vista em *O capital*" (ROSDOLSKY, *op. cit.*, p. 561, nota 13).

Tanto Nagels quanto Rubin enfatizam o hibridismo que caracteriza o segundo ciclo da circulação do capital (M – D) (NAGELS, *op. cit.*, p. 242-244). O primeiro afirma:

"Sobre o plano teórico é fácil fazer a partilha entre o trabalho ocasionado pela metamorfose do capital-mercadoria em capital-

¹³⁴ Para os segmentos entre aspas, ver MARX, 1974, respectivamente, p. 310, e p. 325 e p. 332.

¹³⁵ Colchetes na fonte. Para as passagens entre aspas de Marx citadas por Rosdolsky ver, respectivamente, *Grundrisse* p. 432-433, p. 422, p. 528-529 (cf. referências de Rosdolsky) que correspondem, na edição que nos serve de base, a MARX, 1973, p. 24, p. 11 e p. 148.

dinheiro, e o trabalho engendrado pela realização do valor de uso, quer dizer pelo trabalho necessário para dar ao valor de uso o lugar e a forma que permitem que a mercadoria considerada seja consumida. Na prática, o problema é espinhoso. Naturalmente, pode-se, na esfera M – D, considerar como improdutivas todas as actividades (custos categoria A) unicamente devidas à conversão do capital-mercadoria em capital-dinheiro, tais como a contabilidade, a publicidade, etc. Mas quando se trata, por exemplo, dos custos ocasionados pela exposição das mercadorias nas secções, o renovamento das montras, as despesas de embalagem, etc., pode-se correctamente considerar que uma fracção deste trabalho está tipicamente ligada ao modo de produção capitalista, que ele visa atrair o cliente, e que tem como única finalidade a metamorfose do capital-mercadoria em capital-dinheiro. No caso da vendedora de grande armazém, por exemplo, como saber o tempo que ela passa a vender, a atrair, e o tempo que ela consagra a pensar, medir, embalar e, rigorosamente, a transportar as mercadorias?" (*Id.*).

E o segundo reitera:

"Nas empresas comerciais comuns estas funções formais e reais usualmente se misturam e entrelaçam. O trabalho do vendedor numa loja serve à função real de conservação, desempacotamento, empacotamento, transporte, etc., e às funções formais de compra e venda. [...].

Se o trabalho do vendedor consiste em levar a cabo funções reais, conservação, transporte, embalagem, etc. é trabalho produtivo, não porque se incorpore em bens materiais (a conservação não produz essas modificações), mas por estar engajado no 'processo de produção' [...]. O trabalho do mesmo empregado comercial é improdutivo apenas se servir exclusivamente às 'metamorfozes formais' do valor, à sua realização, à transferência ideal do direito de propriedade sobre o produto de uma pessoa para outra" (RUBIN, *op. cit.*, p. 290-291).

Hibridismo porque o setor M – D é, "ao mesmo tempo, setor comercial e setor de distribuição (NAGELS, *op. cit.*, p. 244).

3.2.3. Um elemento teórico importante

Ao iniciar a análise dos custos de conservação, Marx introduz um elemento novo na discussão. Recuperemos a passagem em sua quase totalidade:

"Os custos de circulação decorrentes de simples mudança de forma do valor, da circulação idealmente considerada, não entram no valor das mercadorias. As partes do capital neles despendidas constituem, se temos em vista o capitalista, meras deduções do capital produtivamente empregado. De outra natureza são os custos de circulação que ora passamos a examinar. Podem originar-se de processos de produção que prosseguem na circulação, ficando o caráter produtivo dissimulado pela forma circulatória. Por outro lado, do ponto de vista social, podem não passar de meros custos, de dispêndio improdutivo de trabalho vivo ou de trabalho materializado, mas, em virtude desse dispêndio, criar valor para o capitalista individual, constituir acréscimo ao preço de venda de sua mercadoria. Isto já decorre de serem diferentes esses custos segundo os ramos de produção e às vezes para diferentes capitais individuais do mesmo ramo. Acrescentados ao preço da mercadoria repartem-se na proporção em que recaem sobre os capitalistas individuais. [...]. Custos que encarecem a mercadoria sem acrescentar-lhe valor-de-uso, e que, para a sociedade, pertencem portanto aos custos improdutivos (embora necessários) da produção, podem constituir para o capitalista individual fonte de enriquecimento. Esses custos de circulação não deixam de ter caráter improdutivo por se repartirem uniformemente através do acréscimo que sobrepõem ao preço da mercadoria" (*Ibid.*, p. 140).

Segmentemo-la, agora...

Em primeiro lugar, Marx distingue os custos circulação "decorrentes da simples mudança de forma do valor" daqueles decorrentes de "processos de produção que prosseguem na circulação"; considera os primeiros improdutivos e os segundos produtivos (como já se viu).

Em segundo lugar, a passagem traz o que chamaríamos de *dois complicadores*.

O primeiro deles requer uma interpretação. Imediatamente após distinguir o caráter dos dois tipos de custos, Marx afirma: "do ponto de vista social, podem [eles, os custos de circulação,] não passar de meros custos, de dispêndio improdutivo de trabalho vivo ou de trabalho materializado". A que custos (de circulação) Marx se refere? Aos "custos de estocagem" (custos que se originam "de processos de produção que prosseguem na circulação") ou aos "custos de circulação pura" (decorrentes da "circulação idealmente considerada")? Parece-nos que Marx está tecendo um comentário sobre os "os custos estritos de circulação", contrapondo-os aos "custos de produção que prosseguem na circulação" (dentre os quais se acham os custos de estocagem – estocagem involuntária), como a discussão teórica que estabelece e o exemplo que fornece indicam.^{136 137}

O segundo traz um elemento teórico importante: a distinção de nível de abstração entre o capital em sua totalidade e o capitalista individual. Os custos de circulação pura são improdutivos, considerado o capital social global – "podem não passar de meros custos, de dispêndio improdutivo de trabalho vivo ou de trabalho materializado" –; neste nível de abstração, portanto, improdutivo é o trabalho empregado para levar a termo as atividades relacionadas à circulação pura. No entanto, esses

¹³⁶ O exemplo que dá é o das companhias de seguros: estas "repartem as perdas dos capitalistas individuais pela classe capitalista. Isto, porém, não impede que as perdas assim compensadas continuem sendo perdas do ponto de vista do capital global da sociedade" (*Id.*).

¹³⁷ Como já o dissemos, a nosso ver a ordenação deste item do capítulo é um tanto confusa. Quanto a esta passagem em especial, parece-nos que a afirmativa ou está truncada ou se acha deslocada. Truncada, se Marx estiver se referindo "aos custos de circulação que não decorrem da simples mudança de forma do valor", posto que Marx afirmara imediatamente antes que estes são produtivos. Deslocada (ou mal colocada), se ele estiver se referindo aos "custos de circulação pura", custos improdutivos, como já ressaltara; ou se ele estiver se referindo aos custos de estocagem voluntária, custos improdutivos, de que só tratará mais adiante (no capítulo). Optamos por considerar que Marx está tecendo um comentário sobre os "os custos estritos de circulação", contrapondo-os aos "custos de produção que prosseguem na circulação". Destacamos que se trata de uma interpretação, pois, outras são possíveis. Nagels destaca que há uma interpretação que vê "nos custos de guarda, custos de circulação pura e simples", interpretação que se funda nesta passagem específica e em outras deste mesmo item, e de que discorda (Ver NAGELS, 1975, p. 236-238).

mesmos custos "[podem] em virtude desse dispêndio, criar valor para o capitalista individual, [...] podem constituir para o capitalista individual fonte de enriquecimento". Neste caso, se o capitalista individual empregar trabalhadores assalariados, o trabalho destes últimos é trabalho produtivo para este e somente este capital. Questão que Marx retomará, pormenorizadamente, no livro III.

3.3. As considerações de Marx no livro terceiro

Marx abre a parte quarta do livro III de *O capital* afirmando que o capital mercantil (o capital na esfera da circulação) "se subdivide em duas formas ou variedades": "capital comercial e capital financeiro" (MARX, 1974, p. 309). Remete à análise que tecera, no livro segundo, a respeito do movimento do capital-mercadoria (MARX, 1970, p. 88-101), e define capital comercial:

"Considerando todo o capital da sociedade, vemos parte dele [...] constituída de mercadorias lançadas ao mercado para converter-se em dinheiro, e parte que está no mercado, configurada em dinheiro, para converter-se em mercadoria. Está ele sempre em via de transformar-se, de efetuar essa mera mudança de forma. Quando essa função do capital que está no processo de circulação adquire autonomia como função particular de um capital particular, tornando-se, em virtude da divisão do trabalho, função própria de determinada categoria de capitalistas, converte-se o capital-mercadoria em capital comercial" (MARX, 1974, p. 309-310).

Ou, em outros termos,

"a existência do capital como capital-mercadoria e a correspondente metamorfose por que passa na esfera da circulação, no mercado [...] constituem fase do processo de reprodução do capital industrial e por conseguinte de todo o seu processo de reprodução; mas [...] esse capital nesta função de capital de circulação se distingue de si mesmo como capital produtivo. Trata-se de duas formas de existência diferentes, distintas do mesmo capital. Parte do capital global da sociedade encontra-se sempre no mercado nessa forma de existência de capital de circulação, em via de metamorfosear-se. Não obstante, para cada capital em particular, a existência como capital-mercadoria e a metamorfose como tal constitui apenas uma fase transitória que ora desaparece ora se renova, um estágio efêmero na continuidade de seu processo de produção. [...]. O capital comercial nada mais é do que a forma a que se converte parte desse capital de circulação que está constantemente no mercado, em via

de metamorfosear-se" (*Ibid.*, p. 310-311).¹³⁸

Marx define adiante (no capítulo XIX) capital financeiro: ¹³⁹

"O dinheiro efetua movimentos puramente teóricos no processo de circulação do capital industrial e [...] do capital comercial (pois este se incumbe de parte da circulação do capital industrial, parte que se torna operação própria e peculiar do capital comercial). Esses movimentos – ao se tornarem função autônoma de um capital particular que os executa, como operações peculiares, e nada mais faz além disso – transforma esse capital em capital financeiro. Parte do capital industrial, e também do capital comercial, na forma de dinheiro, existiria sempre não só como capital-dinheiro em geral, mas como capital-dinheiro empenhado apenas nessas funções técnicas. Da totalidade do capital destaca-se e se torna autônoma determinada parte, na forma de capital-dinheiro, tendo a função capitalista de efetuar com exclusividade essas operações para toda a classe dos capitalistas industriais e comerciais. Como se dá com o capital comercial, parte do capital industrial existente no processo de circulação na figura de capital-dinheiro se destaca e executa essas operações do processo de reprodução para todo o capital restante. Os movimentos desse capital-dinheiro portanto são, por outro lado, movimentos apenas de parte que se tornou autônoma do capital industrial empenhado no processo de reprodução" (MARX, 1974, p. 363-364).

É bastante específico ao circunscrever o âmbito do capital comercial: este se reduz às funções puras da circulação, às funções que se limitam "a compras e vendas", à "conversão do capital-mercadoria em capital-dinheiro e vice-versa". Para tanto abstrai das "atividades ligadas acessoriamente à circulação do capital-mercadoria": "a indústria dos transportes, a conservação e a distribuição das mercadorias em forma adequada ao consumo", atividades que se constituem "em processos de

¹³⁸ Marx fala em "parte desse capital de circulação", pois há compras e vendas feitas diretamente pelos capitalistas individuais das quais se abstém (*Ibid.*, p. 311).

¹³⁹ Utilizamos "capital financeiro", conforme a edição que nos serve de base, no sentido estrito de "capital de comércio de dinheiro" – expressão, presente na tradução do texto de Marx coordenada por Paul Singer e editada pela Abril Cultural (ver MARX, 1984), que traduz, de modo mais preciso, o raciocínio que Marx desenvolve a respeito desse segmento do capital tornado autônomo, e evita "ambigüidades".

produção que se prolongam no processo de circulação" (*Ibid.*, p. 310).¹⁴⁰

Assim, o capital comercial

"nada mais é do que capital-mercadoria que o produtor fornece e tem de passar por processo de transformação em dinheiro, de efetuar a função de capital-mercadoria no mercado, com a diferença apenas de que esta função, em vez de ser uma operação acessória do produtor, surge como operação exclusiva de variedade especial de capitalistas, os comerciantes, e adquire autonomia como negócio correspondente a um investimento específico" (*Ibid.*, p. 313).

Como funciona "esse negócio correspondente a um investimento específico"?

"Na qualidade de capitalista, o comerciante aparece no mercado antes de mais nada representando certa soma de dinheiro, a qual adianta como capitalista, isto é, com o propósito de transformar x (o valor da soma original) em $x + x$ (a soma original + o lucro). É evidente que a qualidade de capitalista e sobretudo a de comerciante exigem, de início, que apareça no mercado com o capital na forma de dinheiro, pois não produz mercadorias, apenas negocia com elas, propicia o movimento delas, e para mercadejar, tem antes de comprá-las, de ser possuidor de capital-dinheiro" (*Ibid.*, p. 311).

E o que ocorre na circulação do capital comercial, o que a especifica em relação à circulação do capital industrial? "Na circulação de mercadorias, seja a simples $[M - D - M]$ ou a que se processa sob o capital industrial, $M' - D - M$, a circulação funciona trocando o dinheiro de mãos duas vezes" (*Ibid.*, p. 313). Na circulação do capital comercial, $D - M - D'$, não é

¹⁴⁰ Discussão que remete ao livro segundo, capítulo VI (MARX, 1970, p. 132-155). Marx acrescenta que essas atividades "ora se confundem com as funções peculiares do capital mercantil ou do capital comercial, ora se associam na prática às funções específicas peculiares deste, embora a função do capital mercantil sobressaia de maneira pura com o desenvolvimento da divisão do trabalho, isto é, dissociada daquelas atividades em relação às quais se torna autônoma. [Como seu objetivo constitui-se em] determinar o que diferencia especificamente essa figura particular do capital, [necessário se faz] abstrair dessas atividades reais" (MARX, 1974, p. 310). Mais adiante, fala de "funções heterogêneas" relacionadas ao capital comercial: "estocagem, expedição, transporte, classificação, fracionamento das mercadorias", funções de que este precisa ser "despojado" para que se possa vê-lo "limitado a sua verdadeira função de comprar para vender" (*Ibid.*, p. 325).

o dinheiro que troca de "lugar duas vezes e sim a mesma mercadoria" (*Id.*): "o comerciante compra a mercadoria e em seguida a vende"; "a mercadoria vai das mãos do vendedor [o produtor, o capitalista industrial] para o comprador [o comerciante], e das mãos do comprador [o comerciante] para as de outro comprador [o consumidor – produtivo ou individual]" (*Id.*) . E

"é justamente por causa dessa venda repetida, dessa troca de posição da mesma mercadoria duas vezes, que o primeiro comprador recupera o dinheiro adiantado na aquisição da mercadoria, consegue seu retorno. No caso de $M' - D - M$ a dupla troca de posição do mesmo dinheiro permite que a figura da mercadoria alienada difira da mercadoria adquirida. No caso de $D - M - D'$, a dupla troca de posição da mesma mercadoria permite que se retire da circulação o dinheiro que foi adiantado" (*Ibid.*, p. 313-314).

Esta dupla troca de posição da mesma mercadoria aponta para duas evidências. A primeira é a de que o comerciante não é senão um "intermediário da função do capital-mercadoria" (*Ibid.*, p. 314).¹⁴¹ A segunda consiste em que, para o comerciante, $D - M - D'$ representa a "valorização particular do capital-dinheiro que adiantou" (*Id.*)¹⁴², seu lucro, portanto.

A explicação do lucro capital comercial é problema que Marx focalizará adiante; por ora o que importa reter é que

"o capital mercantil [e não apenas o capital comercial] é capital que só funciona na esfera da circulação. O processo de circulação é uma fase do processo global de reprodução. Mas no processo de circulação não se produz valor algum, nem mais-valia portanto. A mesma quantidade de valor experimenta apenas mudança de forma"

¹⁴¹ "a mercadoria ainda não se vende definitivamente, quando passa das mãos do produtor para as do comerciante, [...] este apenas prossegue a operação de venda, servindo de intermediário da função do capital-mercadoria" (*Id.*).

¹⁴² "o que para o capitalista produtivo é $M - D$, mera função de seu capital na figura de capital-mercadoria, é para o comerciante $D - M - D'$, valorização particular do capital-dinheiro que adiantou. Assim, para o comerciante, uma fase da metamorfose das mercadorias aparece como $D - M - D'$, como evolução portanto de uma espécie particular de capital" (*Id.*).

(*Ibid.*, p. 323).¹⁴³

E mais. Essas metamorfoses (a da mercadoria em dinheiro e a do dinheiro em mercadoria) "impedem a criação de valor", pois, "custam tempo de circulação – durante o qual o capital nada produz e muito menos mais-valia –"; daí, "a mais-valia exprimir-se-á em taxa de lucro [que varia] na razão inversa da magnitude do tempo de circulação" (*Id.*).

Mas, se "diretamente o capital mercantil não cria valor nem mais-valia" (*Id.*), ele "pode indiretamente contribuir para aumentar a mais-valia produzida pelo capitalista industrial" (*Id.*), isto é, pode ser "indiretamente produtivo" (*Ibid.*, p. 325). Em primeiro lugar, "ao concorrer para abreviar o processo de circulação" (*Ibid.*, p. 323): "ao encurtar o tempo de circulação, aumenta a proporção da mais-valia com o capital adiantado", aumenta, "portanto, a taxa de lucro" (*Id.*). Em segundo lugar, "ao reter na esfera da circulação parte menor de capital na forma de capital-dinheiro, aumenta a parte do capital diretamente aplicada na produção" (*Id.*). Em terceiro lugar, "ao contribuir para ampliar o mercado e ao propiciar a divisão do trabalho entre os capitais, capacitando, portanto, o capital a operar em escala maior, favorece a produtividade do capital industrial e a respectiva acumulação" (*Id.*).

Se o capital mercantil, em geral, (e o capital comercial, em particular) não cria valor nem mais-valia, qual é a origem do lucro comercial?

Marx trata da questão no capítulo XVII do livro III de *O capital* (MARX, 1974, p. 324-347). Apesar de centrada no capital comercial, a análise que empreende estende-se à totalidade do capital mercantil (ou seja, a todas "as funções puras do capital na esfera da circulação")¹⁴⁴.

¹⁴³ "Na realidade ocorre somente a metamorfose das mercadorias, a qual de per si nada tem com criação ou variação de valor". Por um lado, "na venda da mercadoria produzida realiza-se mais-valia porque esta já existe naquela"; por outro, "no segundo ato, a conversão do capital-dinheiro à mercadoria (elementos de produção), o comprador não realiza mais-valia, e sim prepara a produção da mais-valia, trocando dinheiro por meios de produção e força de trabalho" (*Id.*).

¹⁴⁴ Segundo Nagels, "o ato de comércio traduz-se simbolicamente por $D - M - D'$. O que diferencia as fases da circulação da fase de produção é que M permanece qualitativa e quantitativamente inalterado. Pelo contrário, D aumentou em volume e nós supusemos que $D' - D = D$. Por definição designamos D como lucro comercial. A análise [...] vale

Retoma, aqui as considerações que tecera no livro II:

“as funções puras do capital na esfera da circulação não produzem valor nem mais-valia. Compreendem as operações que o capitalista industrial tem de empreender, primeiro para realizar o valor de suas mercadorias $[M' - D']$, e segundo para reconverter esse valor nos elementos de produção da mercadoria $[D - M]$, as operações destinadas a propiciar as metamorfoses do capital-mercadoria $M' - D - M$, os atos, portanto de compra e venda” (*Ibid.*, p. 324).

Essas operações demandam tempo de trabalho que “levanta barreiras [...] à criação de valor e de mais-valia” (*Id.*). E mais:

"O que se aplica à metamorfose do capital-mercadoria, considerada de per si, naturalmente não se modifica em virtude de parte dele assumir a figura de capital comercial, ou de as operações por meio das quais se efetua a metamorfose do capital-mercadoria aparecerem como negócio particular de uma variedade especial de capitalistas ou como função exclusiva de parte do capital-dinheiro. Se a venda e a compra de mercadorias – e a isso se reduz a metamorfose do capital mercadoria $M' - D - M$ – não criam valor nem mais-valia, ao serem efetuadas pelos capitalistas industriais, é impossível que passem a criá-los, se forem efetuadas não por eles, mas outras pessoas. Demais, se, da totalidade do capital social, a parte que tem de estar constantemente disponível como capital-

tanto para o lucro realizado no sector comercial como para o realizado no sector financeiro. [...] [Assim, o] lucro mercantil apresenta-se sob a forma geral de $D = D' - D$. [...] [E a despeito do fato de que o exemplo de Marx] diz unicamente respeito ao lucro comercial, [...] [sabemos] perfeitamente que aquilo que é válido para o lucro comercial é o também para o lucro financeiro." (NAGELS, 1975, p. 187). E acrescentamos, o que é válido para o trabalho empregado pelo capital comercial é também válido para aquele empregado pelo capital financeiro.

Nos termos de Marx, ao se referir ao capital financeiro: "Quando, nessa mediação técnica da circulação de dinheiro, o capital-dinheiro for adiantado por categoria especial de capitalistas – um capital que representa, reduzindo a escala, o capital adicional que, não fora essa ocorrência, os próprios comerciantes e os capitalistas industriais teriam de adiantar para esse fim – temos, também aí, a forma geral do capital $D - D'$. Ao adiantar D , quem desembolsa obtém $D + D$. Mas a mediação de $D - D'$ não se refere aí aos elementos materiais e sim aos elementos técnicos da metamorfose" (MARX, 1974, p. 371). Quanto à "massa de capital-dinheiro, que os comerciantes de dinheiro (banqueiros) manipulam", esta não é, senão, "o capital-dinheiro que está na circulação, dos capitalistas comerciantes e industriais, e que as operações que realizam são apenas as operações desses capitalistas a quem servem de intermediários" (*Id.*). Em decorrência, "é claro que seu lucro é apenas dedução da mais-valia, pois só lidam com valores realizados, mesmo quando realizados na forma de crédito" (*Id.*).

dinheiro, para que o processo de reprodução não seja interrompido pelo de circulação, mas tenha continuidade, não cria valor nem mais-valia, não poderá ela adquirir essa propriedade por ser lançada continuamente na circulação, não mais pelo capitalista industrial, mas por outra variedade de capitalistas, para exercer as mesmas funções" (*Id.*).

Portanto, "o capital comercial [...], limitado a sua verdadeira função de comprar para vender, não cria valor nem mais-valia" (*Ibid.*, p. 325); no entanto, "propicia sua [da mais-valia] realização e por isso a troca real das mercadorias, sua transferência de uma mão para outra, o intercâmbio material da sociedade" (*Id.*).

Marx insiste no paralelo com o capital industrial (no sentido em que o definira no Livro II)¹⁴⁵: tanto a fase de circulação quanto a de produção do capital industrial constituem-se em fases do processo de reprodução, "[...] por isso, o capital que funciona de maneira autônoma no processo de circulação tem de proporcionar, como o que opera nos diversos ramos de produção, o lucro médio anual" (*Id.*)¹⁴⁶ E, tendo-se em vista que o capital mercantil não produz mais-valia, fica evidente que "a mais-valia que lhe cabe, na forma de lucro médio, constitui parte da mais-valia produzida pela totalidade do capital produtivo" (MARX, 1974, p. 325).¹⁴⁷ Resta saber "como consegue o capital mercantil puxar para si essa cota

¹⁴⁵ "O capital que no decurso de todo o seu ciclo ora assume ora abandona essas formas [capital-dinheiro, capital-mercadoria e capital produtivo], executando através de cada uma delas a função correspondente, é o *capital-industrial*, industrial aqui no sentido de abranger todo ramo de produção explorado segundo o modo capitalista" (MARX, 1970, p. 53).

¹⁴⁶ Marx trata da "conversão do lucro em lucro médio" na parte segunda do Livro III (MARX, 1974, v. 4, p. 161-237), em especial nos capítulos VIII, IX, X e XI, momento em que a análise não se acha ainda "acabada", visto que "o nivelamento se restringia aos capitais industriais dos diversos ramos" (MARX, 1974, v. 5, p. 391). A análise só se completa na parte quarta do Livro III (em especial no capítulo XVII), onde considera "a participação do capital mercantil nesse nivelamento e também o lucro mercantil"; análise que lhe possibilita concluir que "seja o capital empregado sob forma industrial na esfera da produção ou sob forma mercantil na circulação, conseguirá ele o mesmo lucro anual médio, na proporção de seu respectivo montante" (*Id.*). Vale lembrar que "Marx se coloca numa perspectiva macroeconômica, e que ele estuda as tendências gerais do modo de produção capitalista, quer dizer aquelas que se obtêm a longo prazo. Não se preocupa com as flutuações conjunturais. Só nesta perspectiva geral a hipótese da igualização da taxa de lucro é plausível" (NAGELS, 1975, p.189).

¹⁴⁷ O capital mercantil é "um capital que participa do lucro sem participar de sua produção" (*Ibid.*, p. 328).

de mais-valia ou de lucro" (*Id.*).

Marx deixa claro, por um lado, que o lucro mercantil não é mero acréscimo, este não se deve à elevação nominal do preço acima do valor das mercadorias, senão na aparência (*Id.*)¹⁴⁸. Mas, por outro lado, que

"o comerciante só pode extrair seu lucro do preço das mercadorias que vende, e ainda mais que esse lucro, que faz ao vender as mercadorias, tem de ser igual à diferença entre o preço de compra e o de venda, ao excedente deste sobre aquele" (*Ibid.*, p. 326).

Se o lucro do comerciante se faz "na circulação e por meio dela", se resulta do "excedente do preço de venda sobre o preço de compra" (*Ibid.*, p. 329), isso ocorre não porque o comerciante "vend[a] as mercadorias acima do valor ou do preço de produção", mas porque "as compr[a] do capitalista industrial abaixo do valor ou do preço de produção" (*Id.*)¹⁴⁹.

¹⁴⁸ Marx enfatiza que "trata aqui da média, abstraindo de casos isolados" (*Ibid.*, p. 327).

¹⁴⁹ O preço de produção da mercadoria, considerada apenas a "totalidade do capital produtivo" (*Ibid.*, p. 329) (ou seja, os capitais industriais dos diversos ramos, os que produzem "os lucros ou as mais-valias") (*Ibid.*, p. 328), é igual ao "custo (o valor nela contido do capital constante + o valor do capital variável) + lucro médio". Marx ilustra com o seguinte exemplo: supondo-se a totalidade do capital industrial, em um período de um ano, igual a 900 unidades monetárias, distribuídas em 720c + 180v, e a taxa de mais valia de 100%, tem-se o valor total do produto igual a 1080 e uma taxa de lucro de 20%; ou o preço de produção igual a 900 + 180 (ou seja, 20% de 900), igual ao valor do produto (Ver *Id.*).

Mas "[...] o capital mercantil concorre para formar a taxa geral de lucro, determinando-a na proporção que representa do capital total" – então o cálculo do lucro médio ira se processar de outra maneira –, e "daí resulta determinação mais precisa, mais restritiva do preço de produção" (*Ibid.*, p. 329).

Considerando, em primeiro lugar, a alteração que se processa no cálculo do lucro médio... Este continua a ser "[...] determinado pelo lucro global gerado pela totalidade do capital produtivo; mas não é calculado na base dessa totalidade [...] e sim [...] em relação à soma do capital produtivo global e do capital mercantil" (*Id.*). Ainda conforme o exemplo de Marx: à totalidade do capital produtivo de 900, são acrescidas 100 unidades monetárias, correspondentes ao capital mercantil adiantado, capital referente exclusivamente à compra (para vender) da mercadoria, à troca de mãos do capital-mercadoria. O valor da mercadoria não se altera e a taxa média de lucro cai de 20% para 18%. Tanto o capital industrial quanto o mercantil participam igualmente do lucro produzido pelo capital industrial, na proporção da parte que representam do capital global – respectivamente 9/10 e 1/10. Assim, os possuidores do capital industrial vendem ao comerciante sua mercadoria por 1062 = 900 + 162 (ou 18% de 900), e os comerciantes vendem ao consumidor por 1080 = 1062 + 18 (ou 18% de 100) (Ver *Ibid.*, p. 328-329).

Tomando-se, em segundo lugar, a questão do preço de produção (novamente, com base no exemplo)... Se antes o preço de produção correspondia a $K + 20$ (custos de produção + lucro médio), agora corresponde a $k + 18$ (custos de produção + lucro médio recalculado, dado o capital mercantil adiantado). Mas, "o valor real ou o preço de produção da totalidade do capital-mercadoria é [...] $K + l + g$ " (custos de produção + lucro do capital industrial + lucro comercial), portanto, 900 + 162 + 18 (Ver *Ibid.*, p. 329). Assim, "o preço de produção ou o preço a que o capitalista industrial vende [1062], sem

Ou, mais rigorosamente, "o preço de venda do comerciante está acima do preço de compra, não por estar aquele acima, mas por estar este abaixo do valor total" da mercadoria (*Ibid.*, p. 330).

"O capital industrial só obtém lucro que já esteja inserido no valor da mercadoria como mais-valia, e o mesmo se dá com o capital mercantil, pois a totalidade da mais-valia ou do lucro ainda não está realizada no preço da mercadoria realizado pelo capital industrial" (*Id.*).

O quinhão do lucro que cabe ao capital mercantil não é, senão uma "dedução do lucro do capital industrial" (*Id.*).¹⁵⁰

No raciocínio de Marx, até agora, o comerciante não tem custos adicionais (despesas de circulação); ele apenas antecipa capital-dinheiro, o que não agrega qualquer valor à mercadoria:

"No nivelamento complementar dos lucros oriundos da interferência do capital mercantil, patenteou-se que o capital--dinheiro adiantado pelo comerciante não traz elemento adicional para o valor da mercadoria [...]. [...] Acontece com esse capital--dinheiro o mesmo que se dá com o capital fixo do capitalista industrial quando não é consumido: seu valor não constitui

ultrapassar sua função específica, é portanto menor que o preço real de produção das mercadorias [1080]; ou, se considerarmos a totalidade das mercadorias, os preços por que as vende a classe capitalista industrial [ao comerciante] são menores do que os respectivos valores" (*Id.*). "[...] O lucro do capitalista industrial é igual ao excedente do preço de produção da mercadoria sobre o preço de custo, e que, diferindo do lucro industrial, o lucro comercial é igual ao excedente do preço de venda sobre o preço de produção da mercadoria, o qual para o comerciante é o preço de compra; mas, é evidente que o verdadeiro preço da mercadoria = preço de produção + lucro mercantil (comercial)" (*Ibid.*, p. 330).

¹⁵⁰ O capital mercantil concorre para nivelar a mais-valia de acordo com o lucro médio, embora não contribua para sua produção; "por isso, na taxa geral de lucro já se considera a parte que cabe ao capital mercantil (descontada da mais-valia) [...]" (*Id.*). Em decorrência, e em primeiro lugar, temos que "quanto maior o capital mercantil em relação ao capital industrial, tanto menor a taxa do lucro industrial, e vice-versa" (*Id.*). Em segundo, torna-se ainda menos evidente o grau de exploração da força de trabalho pelo capital industrial, isto porque, "na taxa média de lucro do capitalista que explora diretamente [a força de trabalho produtiva,] a taxa de lucro aparece menor do que é na realidade". Como a taxa de lucro é sempre menor do que a taxa de mais-valia real, isto é, como "ela exprime o grau de exploração da força de trabalho sempre de maneira remota" (ainda considerando o mesmo exemplo, para uma taxa de mais-valia de 100%, uma taxa de lucro de apenas 20%), essa diferença amplia-se ainda mais "quando diminui a taxa média de lucro, por incluir-se a participação do capital mercantil" (queda de 20% para 18%). (Ver *Ibid.*, p. 330-331. A inclusão do segmento entre colchetes é de responsabilidade exclusiva nossa: na tradução que nos serve de base, o período, transcrito literalmente, se abstraídos os colchetes, carece de sentido.)

elemento do valor da mercadoria" (*Ibid.*, p. 331)¹⁵¹.

O preço de venda aumenta em relação ao preço de compra, mas o valor total da mercadoria não se altera:

"a majoração de preço por meio da qual o comerciante obtém lucro é apenas igual à fração do valor da mercadoria, não computada pelo capital produtivo no preço de produção. [...] O preço de compra do capital-mercadoria, pago pelo comerciante, repõe o preço de produção desse capital em dinheiro (= D). Seu preço de venda [...] é $D + D$, exprimindo D o acréscimo, determinado pela taxa geral de lucro, ao preço da mercadoria. Se vende portanto a mercadoria, reflui para ele, além de D , o capital-dinheiro primitivo que adiantou para comprar as mercadorias" (*Id.*)¹⁵²

¹⁵¹ Marx distingue capital constante de capital variável no Livro I de *O capital* (MARX, 1968, p. 224-236), distinção fundamental para entender o processo de produção de mais-valia: "As mesmas partes do capital, que do ponto de vista do processo de trabalho, se distinguem em elementos objetivos e subjetivos, meios de produção [matérias-primas, materiais acessórios e meios de trabalho] e força de trabalho, do ponto de vista do processo de produção de mais-valia, se distinguem em capital constante e capital variável" (*Ibid.*, p.235). Distinção que se refere ao fato de que "a parte do capital que se converte [...] em meios de produção [...] não muda a magnitude de seu valor no processo de produção"; "a parte do capital que se converte em força de trabalho, ao contrário, muda de valor no processo de produção. Reproduz o próprio equivalente e, além disso, proporciona um excedente, a mais-valia, que pode variar, ser maior ou menor" (*Ibid.*, p. 234).

Distingue capital fixo de capital circulante no capítulo VIII do Livro II de *O capital* (Marx, 1974, p. 164-176). Aqui a distinção importa do ponto de vista da rotação do valor, e, em decorrência, da rotação do capital produtivo: "A diferença na conceituação das formas capital fixo e capital circulante decorre de diferença que se verifica na rotação do *capital produtivo*, isto é, do valor-capital que funciona no processo de produção. Essa diversidade decorre da maneira diversa como se transporta para o produto o valor dos diferentes elementos do capital produtivo, e não da diversidade do papel que eles desempenham na formação do valor dos produtos nem do procedimento que os caracteriza no processo de produção da mais-valia. A diversidade quanto ao transporte do valor ao produto (e conseqüentemente o modo diferente como esse valor circula através do produto e, através das metamorfoses deste, se renova em sua forma física primitiva) decorre das diversidades das figuras materiais em que existe o capital primitivo e das quais uma parte se consome por inteiro na fabricação de cada produto [o capital circulante] e outra apenas se desgasta pouco a pouco [o capital fixo]" (*Ibid.*, p.174). Então, do ponto de vista do processo de trabalho, o capital fixo compreende os meios de trabalho; o capital circulante as matérias-primas, as matérias auxiliares e a força de trabalho. Do ponto de vista do processo de produção de mais-valia, o capital constante compreende uma parte fixa – os meios de trabalho – e uma parte circulante – matérias-primas e materiais acessórios; além do capital variável que é capital circulante.

¹⁵² O que novamente evidencia que o capital-dinheiro que o comerciante antecipa para comprar a mercadoria "nada mais é que o capital-mercadoria do capitalista industrial convertido em capital-dinheiro, o que em nada influencia a magnitude do valor desse capital-mercadoria, a qual seria a mesma se fosse ele vendido ao consumidor final e não ao comerciante. Efetivamente, este limita-se a antecipar o pagamento que aquele faria" (*Ibid.*, p. 331-332).

Mas, "é possível que se incorporem à mercadoria, depois da compra e antes da venda, custos adicionais [...]. Havendo esses custos, é evidente que o excedente do preço de venda sobre o de compra não represente apenas lucro" (*Ibid.*, p. 326):

"para o comerciante, esses custos de circulação se apresentam como custos a recuperar pagos a outros agentes da circulação, ou como custos que derivam diretamente de seu negócio específico.

Qualquer que seja a natureza desses custos de circulação, decorram eles do negócio estritamente comercial, isto é, sejam eles custos de circulação específicos do comerciante, ou representem desembolsos relativos a processos de produção acrescentados depois, no processo de circulação, como expedição, transporte, armazenamento, etc. – eles supõem sempre, do lado do comerciante, além do capital-dinheiro adiantado para comprar mercadorias, um capital adicional para adquirir e pagar esses meios de circulação. Esses custos entram como elemento adicional no preço de venda das mercadorias, integralmente quando consistem em capital circulante, e, na medida do desgaste, quando consistem em capital fixo, e constituem valor nominal mesmo quando não adicionam valor real à mercadoria, como se dá com os estritos custos comerciais de circulação. Circulante ou fixo todo esse capital adicional concorre para formar a taxa geral de lucro" (*Ibid.*, p. 332).

Em que consistem os custos que decorrem do "negócio estritamente comercial", "os estritos custos comerciais de circulação", os custos de compra e venda? Estes "se reduzem a cálculos, contabilidade, mercância, correspondência, etc" (*Ibid.*, p. 333). Requerem investimento de capital: por um lado, investimento em capital constante, que "consiste em escritório, papel, correio, etc"; por outro, em capital variável, "desembolsado para empregar assalariados que exercerão atividades comerciais" (*Id.*). E Marx insiste:

"Nenhum desses custos se faz para produzir o valor-de-uso das mercadorias, mas para realizar o valor delas; são custos estritos de circulação. Não entram no processo imediato de produção, mas no de circulação e, portanto, no processo global de reprodução"

(*Id.*).¹⁵³

Mas o que interessa a Marx é investigar, em particular, a "parte desses custos desembolsada em capital variável" (*Id.*) e, portanto, o caráter de que se reveste o trabalho que o capital mercantil emprega. Para tanto, retoma o fato de que o capital na esfera da circulação não é produtivo e sua argumentação centra-se na questão do tempo de trabalho. Assim é que,

"Se o tempo de trabalho que os próprios capitalistas industriais perdem para vender diretamente uns aos outros suas mercadorias – falando objetivamente, o tempo de circulação das mercadorias –, não acrescenta valor a essas mercadorias, é claro que esse tempo de trabalho não muda de caráter por recair no comerciante e não no capitalista industrial. Transformar mercadoria (produto) em dinheiro e dinheiro em mercadoria (meios de produção) é função necessária do capital industrial e por isso operação necessária do capitalista, na realidade, o capital em pessoa, dotado de consciência e vontade próprias. Mas, essas operações não aumentam o valor, nem criam mais-valia. O comerciante, ao efetuá-las, ao incumbir-se como intermediário do capital na esfera da circulação depois de o capitalista produtivo ter cessado de exercê-las, apenas substitui o capitalista industrial. O tempo de trabalho que essas operações custam, embora sejam elas necessárias ao processo de reprodução do capital, não acrescenta valor algum" (*Ibid.*, p 333-334).

Argumentação que, por um lado, permite entender o porquê de o comerciante participar da massa de mais-valia, que não concorre para produzir:

"Se o comerciante não executasse essas operações (não empregasse portanto o tempo de trabalho por elas exigido), não

¹⁵³ Lembramos que ao analisar o capital na esfera da circulação, Marx abstrai dos "custos de circulação [...] relativos a processos de produção acrescentados depois, no processo de circulação, como expedição, transporte, armazenamento, etc", pois nesse caso, trata-se de capital produtivo (capital na esfera da produção). É claro que o comerciante efetua desembolsos relativos a estes "custos que resultam dos processos de produção no seio da circulação", mas "despesas de expedição, de transporte, custos aduaneiros, etc. podem ser em parte considerados como se o comerciante os adiantasse para adquirir as mercadorias, incluindo-os por isso no preço de compra" (*Id.*).

aplicaria ele seu capital como agente de circulação do capital industrial; não continuaria a função interrompida do capitalista industrial e não haveria razão para participar, como capitalista, segundo a proporção do capital adiantado, na massa de lucro, produzida pela classe dos capitalistas industriais" (*Ibid.*, p. 334).

Por outro, reafirma o como o comerciante participa da massa de mais-valia, mesmo que não empregue trabalhadores assalariados:

"para participar da massa de mais-valia, para valorizar como capital o dinheiro que adiantou, o capitalista mercantil não precisa empregar assalariados: se seu negócio e seu capital são pequenos, pode ele ser o único trabalhador que emprega. Ele é pago pela parte do lucro oriunda da diferença entre o preço de compra das mercadorias e o preço real de produção" (*Id.*).

Explicita, então, como o capital comercial pode ser indiretamente produtivo e as ponderações que tece são sempre feitas "em paralelo". Ou melhor, considera a situação sem a divisão do trabalho entre capitais e com ela. Toma, primeiro, apenas o capital adiantado para compra e venda (sem a divisão do trabalho):

"Prolongando-se o ato de circulação 1) o capitalista industrial perde tempo pessoal, ao ficar impedido de exercer a função de dirigente do processo de produção; 2) seu produto, na forma dinheiro ou na forma mercadoria, demora no processo de circulação, ou seja, em processo em que não se valoriza e o processo imediato de produção se interrompe. Para evitar essa interrupção, é mister ou limitar a produção, ou adiantar capital-dinheiro adicional, a fim de o processo de produção prosseguir sempre na mesma escala. Isto equivale a dizer que se faz lucro menor com o mesmo capital ou então se tem de adiantar capital-dinheiro adicional para se obter o mesmo lucro anterior" (*Ibid.*, p.335).

Toma-a, agora, dada a autonomia do capital comercial:

"Nada aí se altera se o comerciante substitui o capitalista industrial. Então, em vez deste, é o comerciante quem emprega mais tempo no processo de circulação e quem tem de adiantar capital adicional para a circulação; ou, o que dá no mesmo: é do comerciante o capital que fica por inteiro encerrado no processo de circulação,

substituindo parte maior do capital industrial que nele sempre se encontrava; e o capitalista industrial tem de ceder parte do lucro ao comerciante, em vez de fazer lucro menor. Se o capital mercantil fica dentro dos limites em que é necessário, haverá apenas a seguinte diferença: com essa divisão das funções do capital, menor tempo se empregará especificamente no processo de circulação, menor capital adicional se adiantará para esse processo e a perda no lucro total, configurada no lucro mercantil, se reduzirá" (*Ibid.*, p. 335).¹⁵⁴

Agrega, a seguir, o capital adiantado para cobrir os custos adicionais. Inicia com o "capitalista industrial que é seu próprio comerciante"

"Se o capitalista industrial, que é seu próprio comerciante, adianta capital adicional para comprar nova mercadoria, antes de se reconverter em dinheiro seu produto que está na circulação, e além disso desembolsa capital (despesas de escritório e salários de empregados comerciais) para realizar o valor de seu capital-mercadoria, ou seja, para o processo de circulação, constituem estes adiantamentos capital adicional, mas não produzem mais-valia. Têm de ser ressarcidos com recursos tirados do valor das mercadorias; parte do valor dessas mercadorias tem de cobrir esses custos de circulação, mas, com isso, não se constitui mais-valia adicional. No tocante ao capital social em sua totalidade ressalta aí que parte dele é necessária para operações secundárias que não entram no processo de valorização, devendo essa parte ser para esse fim continuamente reproduzida. Para o capitalista individual e toda a classe dos capitalistas industriais diminui com isso a taxa de lucro, resultado decorrente de todo acréscimo de capital adicional, quando necessário para pôr em movimento a mesma massa de capital variável" (*Ibid.*, p. 335-336).

para poder estabelecer o paralelo com o capitalista comercial:

"Na medida em que o capitalista comercial substitui o

¹⁵⁴ Novamente considerando o exemplo numérico: "720c + 180v + 180m, ao lado de um capital mercantil de 100, proporciona ao capitalista industrial um lucro de 162 ou 18%, decorrendo daí uma redução de 18. Se não houvesse essa dissociação, seria necessário capital adicional, digamos, de 200, e o capitalista industrial, então, adiantaria 1100, em vez de 900, e assim a taxa de lucro, para mais-valia de 180, seria apenas de 16 4/11%" (*Id.*).

industrial, assumindo esses custos adicionais oriundos das operações de circulação, ocorre também uma redução da taxa de lucro, mas em grau menor e de outra maneira. A coisa agora assim se apresenta: o comerciante adianta mais capital do que seria necessário, se não houvesse esses custos de circulação, e o lucro sobre esse capital adicional aumenta a soma do lucro mercantil, e mais capital mercantil, portanto, se associa ao capital industrial para nivelar a taxa média de lucro, de modo que o lucro médio cai" (*Ibid.*, p. 336)¹⁵⁵.

A questão que se impõe agora reside em saber "o que se passa com os assalariados do comércio, empregados pelo capitalista mercantil, no caso, o comerciante" (*Id.*). Partindo do fato de que "o trabalhador comercial é um assalariado como qualquer outro" (*Id.*), Marx estabelece três pressupostos. O primeiro é o de que esse trabalho se troca por capital e não por renda: "o comerciante compra o trabalho utilizando capital variável e não dinheiro que despense como renda; assim, não o adquire para serviço pessoal e sim para valorizar o capital adiantado nessa compra" (*Ibid.*, p.336-337). O segundo é o de que

"o valor d[essa] força de trabalho[,] e por conseguinte o salário, [é determinado] como acontece com todos os demais assalariados, pelos custos de produção e reprodução dessa força de trabalho e não pelo produto de seu trabalho" (*Ibid.*, p. 337).

O terceiro é o de que "o comerciante não se enriquece reduzindo o salário, não diminui o pagamento de trabalho que deve ser previsto em seus cálculos de custos, em suma, não se enriquece fraudando seu empregado, etc." (*Id.*).

Mas, a despeito de trabalhadores assalariados pelo capital,

"entre o empregado do comércio e os trabalhadores diretamente empregados pelo capital industrial deve haver a mesma diferença que se dá entre o capital industrial e o capital mercantil, e portanto

¹⁵⁵ Retornando ao exemplo: se, "além dos 100 de capital mercantil, se adiantassem 50 de capital adicional para os referidos custos, a mais-valia global de 180 repartir-se-ia por um capital produtivo de 900 acrescido de um capital mercantil de 150, ao todo, 1 050. A taxa média de lucro cairia para $17 \frac{1}{7}\%$. O capitalista industrial venderia as mercadorias ao comerciante por $900 + 154 \frac{2}{7} = 1.054 \frac{2}{7}$, e o comerciante vendê-las-ia por 1130 (= $1.080 + 50$ para custos de circulação, dos quais tem de indenizar-se)" (*Id.*).

entre o capitalista industrial e o comerciante" (*Id.*).

Assim,

"Uma vez que o comerciante, enquanto mero agente de circulação, não produz valor nem mais-valia, é impossível que os trabalhadores que emprega para exercer suas funções produzam diretamente mais-valia (o valor que o comerciante, com seus custos, acrescenta às mercadorias, reduz-se a valor preexistente que adiciona [...])" (*Id.*)

O problema, "com relação aos empregados comerciais, não está em explicar como produzem diretamente lucro para o empregador, embora não produzam diretamente mais-valia (e o lucro não passe de outra forma dela)" (*Id.*) – isto porque Marx já o resolvera pela análise do lucro comercial (*Id.*) –:

"O capital industrial obtém lucro vendendo trabalho inserido e materializado nas mercadorias, obtido gratuitamente, e o capital mercantil, não pagando por inteiro ao capital produtivo o trabalho não-pago encerrado na mercadoria [...]. Ao vender as mercadorias, o capital mercantil faz-se pagar essa parte que não pagou e que nelas ainda se contém. A relação que o capital mercantil estabelece com a mais-valia difere da que o capital industrial mantém com ela. Este produz a mais-valia apropriando-se diretamente de trabalho alheio não pago. Aquele apropria-se de parte dessa mais-valia fazendo com que essa parte se transfira do capital industrial para ele" (*Ibid.*, p. 337-338).

Se a relação que o capital mercantil estabelece com a mais-valia difere da relação que o capital industrial com ela mantém, a distinção estende-se ao trabalho que cada um desses capitais emprega:

"Se o trabalho não-pago do trabalhador cria diretamente mais-valia para o capital produtivo, o trabalho não-pago dos trabalhadores comerciais proporciona ao capital mercantil participação nessa mais-valia" (*Ibid.*, p. 338).

Lembremos que o capitalista comercial participa do lucro mesmo que não empregue trabalhadores. Se assim é, como e por que o trabalho não-pago dos trabalhadores comerciais proporciona ao capital mercantil participação na mais-valia criada pelo trabalho não-pago do trabalhador

empregado pelo capital produtivo?

"Em virtude apenas de sua função de realizar os valores, opera o capital mercantil no processo de reprodução como capital e, por isso, como capital que funciona, retira algo da mais-valia produzida pelo capital em seu conjunto. Para o comerciante isolado, o montante do lucro depende do montante de capital que pode aplicar nesse processo, e poderá aplicar tanto mais capital em compra e venda, quanto maior o trabalho não-pago que extrai de seus empregados. O capitalista comercial em grande parte faz os empregados desempenhar a própria função que torna seu dinheiro capital" (*Id.*).

Daí,

"O trabalho não pago desses empregados, embora não crie mais-valia, permite-lhe apropriar-se de mais-valia, o que para esse capital é a mesma coisa; esse trabalho não pago é, portanto, fonte de lucro" (*Id.*).

O problema do trabalho empregado pelo capitalista comercial envolve um paradoxo, e a dificuldade reside no seguinte:

"se o tempo de trabalho e o trabalho do próprio comerciante não criam valor, embora possibilitem participação em mais-valia já produzida, que sucede com o capital variável que ele desembolsa para adquirir força de trabalho comercial? É esse capital variável desembolso a ser incluído na conta de capital mercantil adiantado?" (*Id.*)"

A resposta é sim, posto que "[a] hipótese contrária parece contradizer a lei do nivelamento da taxa de lucro; que capitalista adiantaria 150, se só pudesse contabilizar 100 como capital adiantado?" (*Id.*) No entanto,

"aquela inclusão na conta do capital mercantil parece contradizer a essência desse capital, que não funciona como capital por mobilizar trabalho alheio, como [o] capital industrial, mas por trabalhar ele mesmo, isto é, por efetuar as funções de compra e venda, e justamente para isso e por isso transferindo para si parte da mais-valia produzida pelo capital industrial" (*Id.*).

Mas, "se cada comerciante só possuísse a quantidade de capital

que fosse capaz de girar pessoalmente, com o próprio trabalho, sucederia uma fragmentação sem fim do capital mercantil" (*Ibid.*, p. 339); fragmentação que, com o progresso do modo capitalista de produção, implicaria em descentralização na esfera da circulação em contraposição à centralização na esfera da produção (Ver *id.*). Do ponto de vista do capital industrial, essa fragmentação levaria ao aumento desmesurado de "suas despesas puramente comerciais" e, com isso "perder-se-ia grande parte das vantagens da autonomia do capital mercantil". Em outros termos, se persistisse a fragmentação do capital mercantil, "a atividade puramente comercial do capitalista industrial" cresceria; em decorrência, os custos daí provenientes também elevar-se-iam "tremendamente se ele tivesse de negociar não com 100, mas com 1.000 comerciantes". E mais, "[...] além dos estritos, cresceriam os demais custos de circulação, como sortimento, expedição, etc." (*Id.*).

Do ponto de vista do capital mercantil, essa fragmentação também levaria a um aumento desmesurado, em primeiro lugar, do tempo de trabalho despendido em atividades "estritamente comerciais" –

"Quanto ao tempo que se gasta, tanto faz calcular com números grandes quanto com números pequenos. Fazer 10 compras, de 100 libras esterlinas cada, custa dez vezes mais tempo que uma compra de 1000. A divisão do trabalho confinada na atividade comercial, onde as funções de contabilidade, de caixa, de correspondência, de compra, de venda, de viagem, etc., se repartem por diferentes empregados, economiza tempo imenso de trabalho, de modo que, no comércio em grosso, o número de trabalhadores comerciais empregados está bem longe de manter proporção com a magnitude do negócio. É o que se dá, porque no comércio, muito mais do que na indústria, a mesma função exige a mesma quantidade de tempo de trabalho, seja executada em grande ou em pequena escala" (*Id.*).

–

Em segundo, do desembolso de capital necessário para fazer frente aos custos decorrentes dessas atividades: seja aquele destinado a cobrir os custos desse trabalho (capital variável), seja o do desembolso de

capital constante relativo às atividades de circulação pura – como o custo do trabalho, o custo de "papel e selos para corresponder-se com dez pequenos comerciantes é dez vezes maior que o exigido pela correspondência com um grossista apenas"; além disso, "100 escritórios pequenos custam muito mais que um grande" (*Ibid.*, p. 339-340). Em terceiro, do desembolso de capital constante atinente às atividades de produção que prosseguem na circulação: "os custos de transporte, que pelo menos entram como custos a adiantar na atividade comercial, aumentam com a fragmentação" (*Ibid.*, p. 340).

Em suma, com a fragmentação do capital mercantil, por um lado, "o capitalista industrial teria de despende mais trabalho e de arcar com maiores custos de circulação na parte comercial de seu negócio" (*Id.*); por outro,

"O mesmo capital mercantil, repartido por muitos comerciantes pequenos, exigiria, em virtude dessa fragmentação, muito mais trabalhadores para levar a cabo suas funções, e além disso seria necessário maior capital mercantil, para fazer rotar o mesmo capital mercadoria" (*Id.*).

Dadas as considerações precedentes e chamando

"de B a totalidade do capital mercantil empregado diretamente na compra e venda de mercadorias, e de b o capital variável correspondente empregado na compra de trabalhadores comerciais" (*Id.*),

temos, então, que "B + b é menor do que o seria todo o capital mercantil B se o comerciante operasse sem empregados, se uma parte do capital portanto não fosse aplicada em b". Mas, a dificuldade relativa ao trabalho empregado pelo capital mercantil persiste, e em que ela consiste? Em primeiro lugar,

"O preço de venda das mercadorias deve bastar [...] para pagar o lucro médio de B + b. Isto já se explica pela circunstância de B + b ser redução do primitivo B, representar capital mercantil menor do que seria necessário sem b" (*Id.*).

Mas, em segundo,

"esse preço de venda deve bastar para repor, além do lucro adicional correspondente a b , o salário pago, o capital variável do comerciante, o próprio b . É aí que está a dificuldade. Constitui b novo componente do preço, ou é mera fração do lucro obtido com $B + b$, a qual para o trabalhador mercantil assume o aspecto de salário, e para o comerciante não passa de simples reposição do capital variável? Neste caso, o lucro obtido pelo comerciante com o capital adiantado $B + b$ seria apenas igual ao lucro que de acordo com a taxa geral caberia a B , mas que estaria acrescido de b que desembolsa na forma de salário e que, apesar disso, não lhe proporcionaria lucro" (*Id.*).

Marx examina a dificuldade com vistas a esclarecê-la. Chama

"de B o capital diretamente aplicado para comprar e vender mercadorias, de K o capital constante consumido nessa função (os custos materiais do comércio), e de b o capital variável desembolsado pelo comerciante" (*Ibid.*, p.340-341);

retoma as ponderações que já tecera¹⁵⁶ e examina b .

Considerando-se B , K e b , o preço de venda da mercadoria é " $B + K + b +$ lucro relativo a $(B + K) +$ lucro relativo a b ", onde, " B repõe o preço de compra e nada mais acrescenta a esse preço além do lucro de B "; " K acrescenta seu lucro, além de adicionar ele mesmo" (*Ibid.*, p. 342). Como

¹⁵⁶ Quanto a B , sua reposição "[...] não oferece dificuldade alguma. Para o comerciante, é o preço de compra realizada, e, para o fabricante, o preço de produção. O comerciante paga esse preço e, ao revender a mercadoria, recupera B como parte do preço de venda; recebe, além de B , o lucro sobre B [...]" (*Ibid.*, p.341).

Quanto a K , "[...] é no máximo igual, mas na realidade inferior à fração do capital constante, a qual o produtor gastaria nas operações de comprar e vender, significando para ele acréscimo ao capital constante empregado diretamente na produção. Entretanto, tem de sair do preço da mercadoria o bastante para repor essa parte, vale dizer, fração correspondente da mercadoria tem constantemente de ser gasta nessa forma, de ser reproduzida nessa forma, se encaramos a totalidade do capital social. Essa parte do capital constante adiantado concorreria para reduzir a taxa de lucro, do mesmo modo que toda a massa de capital constante aplicada diretamente na produção. O capitalista industrial, quando transfere a parte comercial de sua empresa ao comerciante, não precisa de adiantar essa fração do capital. É o que faz, no lugar dele, o comerciante.[...]. O comerciante, além de conseguir a reposição do capital obtém lucro que lhe corresponde. Ambas as coisas reduzem o lucro do capitalista industrial. Mas, em virtude da concentração e da economia ligadas à divisão do trabalho, essa redução é menor comparada com a que haveria se ele mesmo tivesse de adiantar esse capital. É menor a diminuição da taxa de lucro, porque o capital assim adiantado é menor" (*Id.*).

"Até agora, o preço de compra consiste portanto [em $B + K$ e o preço de venda consiste em] $B + K +$ lucro relativo a $(B + K)$. Essa parte do preço não apresenta mais dificuldades"(*Ibid.*, p. 342).

já se disse, isto leva à redução do lucro médio, que

"se apresenta da seguinte forma: o lucro médio global é calculado, depois de deduzir-se $B + K$ do capital industrial adiantado, e o que se retira do lucro médio para $B + K$ é pago ao comerciante. Essa retirada aparece então como lucro de um capital particular, o capital mercantil" (*Id.*)

A questão que Marx se põe é: o que se passa com $b +$ lucro de b ? Equaciona, em termos teóricos, o problema a resolver:

"O que o comerciante compra com b é [...] trabalho comercial apenas, portanto trabalho necessário para que se efetuem as funções de circulação do capital, $M - D$ e $D - M$. Mas, o trabalho comercial é o trabalho necessário para que um capital funcione como capital mercantil, de modo a propiciar a conversão de mercadoria em dinheiro e a de dinheiro em mercadoria. É trabalho que realiza, mas não cria valores. E só na medida em que um capital leva a cabo essas funções – um capitalista com seu capital faz executar essas operações, esse trabalho –, funciona esse capital como capital mercantil e concorre para regular a taxa geral de lucro, isto é, retira seus dividendos do lucro global. Em $(b +$ lucro de $b)$ parece primeiro ser pago o trabalho (tanto faz que o capitalista industrial pague trabalho efetuado pelo próprio comerciante ou por empregado pago pelo comerciante) e segundo o lucro correspondente ao pagamento desse trabalho que o próprio comerciante deveria executar. O capital mercantil recupera b e, além disso, recebe o correspondente lucro. Isto resulta de fazer que lhe paguem o trabalho por meio do qual funciona como capital *mercantil* e ainda que lhe paguem o lucro, por funcionar como *capital*, isto é, por executar o trabalho que lhe é pago no lucro obtido como capital em operação" (*Ibid.*, p. 342-343).

E aponta, matematicamente, para a explicação do problema que suscitou. Considera, em primeiro lugar, a situação em que o comerciante emprega parte de seu capital na compra de força de trabalho comercial. Supõe $B = 100$, $b = 10$, e a taxa de lucro = 10%; faz, ainda, para facilitar o raciocínio $K = 0$ (ver *Ibid.*, p. 343). Se assim é, o comerciante desembolsa

um montante de capital no valor de 110 e vende a mercadoria por 121: " $B + l + b + l (= B + Bl' + b + bl'$, sendo l' a taxa de lucro) = $100 + 10 + 10 + 1 = 121$ " (*Id.*). Em segundo, contrapõe:

"Se o comerciante não empregasse b em salário – e entendido que se paga com b o trabalho mercantil, isto é, o trabalho necessário para realizar o valor do capital-mercadoria que o capital industrial lança no mercado –, o problema se apresentaria da seguinte maneira: para comprar ou vender por $B = 100$, cederia o comerciante seu tempo, e admitimos que é o único de que dispõe. O trabalho mercantil, representado por b ou 10, se não fosse remunerado por salário e sim por lucro, suporia outro capital mercantil = 100, pois esse capital a 10% é igual a $b = 10$. O que entraria adicionalmente no preço da mercadoria não seria o segundo $B = 100$, mas os 10%" (*Id.*).

Nesta situação, portanto, o comerciante precisaria adiantar mais capital (200 unidades monetárias, em vez de 110) para fazer jus à mesma taxa de lucro. Em suma, o comerciante, ao contratar trabalhadores assalariados (ou, em termos mais precisos, ao empatar parte de seu capital na compra da força de trabalho de trabalhadores) comerciais "reduz os custos necessários à realização da mais-valia".

Marx novamente recorre ao tratamento em paralelo, considerando a situação antes e depois da autonomia do capital mercantil frente ao capital industrial, isto porque,

"Uma vez que o capital mercantil nada mais é que forma, que se tornou autônoma, de parte do capital industrial enquadrada no processo de circulação, todas as questões a ele referentes terão de ser resolvidas, encarando-se o problema, antes de mais nada, na forma em que os fenômenos peculiares do capital mercantil ainda não se patenteiam independentes, ainda estão em ligação direta com o capital industrial, como sua ramificação. Instalado no escritório e não na oficina funciona o capital mercantil sem cessar no processo de circulação" (*Ibid.*, p. 343).

Inicia, pois, a argumentação centrado em "o problema suscitado por b no escritório do próprio capitalista industrial". Neste caso,

"esse escritório é minúsculo comparado com a fábrica propriamente.

Demais, é claro que, ao crescer a escala da produção, aumentam as operações comerciais a efetuar constantemente para que circule o capital industrial, tenha-se em mira vender o produto que se representa no capital-mercadoria, ou reconverter o dinheiro recebido em meios de produção e contabilizar tudo. Cabem aí cálculo dos preços, contabilidade, serviço de caixa, correspondência. Quanto maior a escala da produção, tanto maiores, mas não na mesma proporção, as operações comerciais do capital industrial e por conseguinte o trabalho e demais custos de circulação, destinados, a realizar o valor e a mais-valia" (*Ibid.*, p.343-344).

Daí advém "a necessidade de empregar assalariados comerciais que formam o escritório propriamente dito". Mas,

"O que se paga a eles, embora na forma de salário, difere do capital empregado para adquirir trabalho produtivo: aumenta os adiantamentos do capitalista industrial, o montante a desembolsar, sem aumentar diretamente mais-valia. Paga-se trabalho destinado apenas a valorizar valores já criados" (*Ibid.*, p.344).

O que ocorre com um "desembolso dessa natureza"? Este

"diminui a taxa de lucro, por aumentar o capital adiantado sem acrescer a mais-valia. Se a mais-valia m permanece constante, mas o capital adiantado C aumenta para $C + C$, a taxa de lucro m/C será substituída pela taxa menor $m/C + C$ " (*Id.*).

Portanto, "o capitalista industrial procura reduzir ao mínimo esses custos de circulação, como faz com seus desembolsos de capital constante"; em decorrência, "o tratamento que o capital industrial dá aos assalariados comerciais não é o mesmo que dispensa aos trabalhadores produtivos".

Distinta é a situação quando se trata do trabalhador empregado pelo capital mercantil (comercial) que se torna autônomo:

"O trabalhador comercial não produz mais-valia diretamente. Mas, o preço de seu trabalho é determinado pelo valor da força de trabalho, pelo que custa produzi-la portanto, enquanto exercício dessa força, expresso em esforço, dispêndio de energia e em desgaste, conforme acontece com os demais assalariados, não está

limitado pelo valor dela. Por conseguinte, não há relação necessária entre o salário e o montante de lucro que esse trabalhador ajuda o capitalista a realizar. São magnitudes diversas o que custa e o que proporciona ao capitalista. É produtivo, para o capitalista, não por criar mais-valia diretamente, mas para concorrer para diminuir os custos de realização da mais-valia, efetuando em parte trabalho realizado não pago" (*Ibid.*, p. 345).

Há, pois, segundo Marx, "um duplo aspecto a considerar":

"de um lado, as funções de capital-mercadoria e capital-dinheiro [...] são destinações gerais ligadas a formas do capital industrial; do outro, capitais especiais, grupos especiais, portanto, de capitalistas exercem com exclusividade essas funções que se tornam ramos especiais de valorização do capital" (*Ibid.*, p. 346).

Assim, por um lado, "para o capital industrial, os custos de circulação se revelam e são custos necessários, mas não produtivos" (*Id.*). Por outro,

"para o comerciante revelam-se fonte de lucro, que – suposta a taxa geral de lucro – está na magnitude deles. O desembolso a fazer nesses custos de circulação é portanto investimento produtivo para o capital mercantil. Pela mesma razão, o trabalho comercial que compra é para ele trabalho produtivo" (*Ibid.*, p. 346-347).

Ao tratar, no Livro II, do capital na esfera da circulação, Marx distingue os custos relativos "aos processos de produção que prosseguem na circulação" daqueles que "resultam da simples modificação formal do valor" (custos de "circulação pura"); sustenta que estes últimos não são produtivos, assim como não o é o trabalho empregado pelo capital neles investido.

No Livro III, sua argumentação torna-se, ainda, mais complexa. Toma, por um lado, o capital industrial como um "todo", que compreende as formas que este "ora assume, ora abandona", no processo de reprodução: capital-dinheiro, capital produtivo e capital-mercadoria. Por outro, aponta para a partição do capital industrial, conforme suas funções, que, com o desenvolvimento do modo de produção capitalista, tornam-se autônomas – ou seja, objeto de investimentos particulares de

capitalistas individuais –; subdivide-o, então, em capital comercial e capital financeiro (capital mercantil, capital na esfera da circulação) e capital industrial (no sentido estrito de capital produtivo, capital na esfera da produção).

Essa dupla ponderação aponta para uma distinção de níveis de abstração: um concernente ao capital global e outro, ao capital individual (ver MANDEL, 1998). No que tange ao nível mais geral, Marx considera, como o fizera no Livro II, que só o trabalho contratado pelo capital na esfera da produção (capital produtivo) é trabalho produtivo. No que respeita aos capitais particulares, valer dizer, considerada a divisão intracapital, traz um elemento novo à discussão: o trabalho contratado pelo capital mercantil, *ainda que não seja produtivo do ponto de vista do capital global*, é produtivo para este, e somente este, capital (particular). E o é porque, a despeito de não produzir valor nem mais valor, "concorre para diminuir os custos de realização da mais-valia, efetuando, em parte, trabalho realizado não pago" (*Ibid.*, p. 345).

Finalmente, considerada a divisão do capital, mesmo o trabalho contratado pelo capital industrial, quando voltado para atividades de "circulação pura", é trabalho improdutivo: "para o capital industrial, os custos de circulação se revelam e são custos necessários, mas não produtivos" (*Ibid.*, p. 346), inclusive os relativos à compra de força de trabalho comercial: o capital despendido no pagamento do trabalho comercial "embora na forma de salário, difere do capital empregado para adquirir trabalho produtivo: aumenta os adiantamentos do capitalista industrial, o montante a desembolsar, sem aumentar diretamente mais-valia." (*Ibid.*, p.344).

**PARTE II: A PROBLEMÁTICA DO TRABALHO
PRODUTIVO/IMPRODUTIVO EM MARXISTAS DO SÉCULO XX**

Nesta segunda parte, atemo-nos à problemática da categoria de trabalho produtivo, centrados em obras específicas de três intelectuais marxistas do século XX: Isaak Illich Rubin¹⁵⁷, Ernest Mandel¹⁵⁸ e Cláudio Napoleoni¹⁵⁹.

¹⁵⁷ Isaak Illich Rubin (1886-1937), economista, historiador e militante russo – professor de Economia e pesquisador do Instituto de Marxismo-Leninismo –, é considerado um dos mais importantes teóricos de seu tempo no campo de teoria do valor em Marx. "O nome de Rubin figura, junto aos de Groman, Bozarov, Bukharin, Preobrazhenski, no rico debate econômico dos anos 20 sobre o problema do desenvolvimento econômico. Mais ainda, segundo Rosdolsky, Rubin e sua escola, ao lado de Preobrazhenski, representam o desenvolvimento mais avançado daquele 'período de ouro' da ciência econômica soviética" (RUBIN, 1974, p. 5). Acusados de "idealismo menchevique", Rubin e "seus camaradas" foram, literalmente, aniquilados: morreram em prisões e campos de concentração stalinistas (ver *ibid.* e ROSDOLSKY, 2001, p. 613) – Rubin, preso em 1930, teria sido executado em 1937 (Ver, respectivamente, <http://en.wikipedia.org> e www.marxist.org) –.

Os dados relativos a sua produção bibliográfica não são muito precisos (e nosso levantamento, incompleto).

O trabalho mais conhecido de Rubin são os *Ensaio sobre a teoria do valor em Marx* (editado, no Brasil, sob o título de *A teoria marxista do valor*); livro que teria sido publicado pela primeira vez, em russo, em 1924 (<http://en.wikipedia.org>). Neste mesmo ano, publica os artigos "Relações de produção e categorias materiais" e "As características básicas da teoria de Marx sobre o valor e suas diferenças da teoria de Ricardo" (Ver RUBIN, 1980, p. 36 e p. 128, respectivamente; remissões feitas pelo próprio autor).

Na terceira edição, em russo, daquela obra Rubin reporta-se à segunda edição, em russo, de seu livro *História do pensamento econômico*, publicada em 1928 (Ver RUBIN, 1980, p. 38). Além desses, o "arquivo de autores marxistas" (<http://www.marxist.org>) lista mais dois livros: *Contemporary Economics in the West (Economia contemporânea no Ocidente?)*, *Classics of Political Economy from Seventeenth to the Mid-Nineteenth Century (Clássicos da economia política: do século XVII a meados do século XIX?)*; reporta-se, ainda, ao texto – sem discriminar o tipo de publicação – *Abstract Labour and Value in Marx's System (Trabalho abstrato e valor no sistema de Marx?)*.

Finalmente, Rosdolsky refere-se ao ensaio *A teoria do valor de Marx sobre a produção e o consumo*, publicado, em russo, em 1930 (sem discriminação da edição ou sobre o tipo de publicação – se artigo ou livro –), texto que, ao que tudo indica, acha-se perdido (ROSDOLSKY, 2001, p. 75).

¹⁵⁸ Ernest Mandel (1923-1995) nasceu na Bélgica e, em 1940, adere à IV Internacional (fundada, dois anos antes, por Trotsky). Ainda em 1940, a Bélgica é ocupada pelos nazistas: Mandel, então, integra-se à resistência, é aprisionado, consegue fugir, e, recapturado em 1944, é internado em um campo de prisioneiros, na Alemanha. Finda a guerra, a IV Internacional reúne seu 2º Congresso Mundial e Mandel é eleito para sua direção; após a primeira cisão da IV Internacional (1952) – e desde então (até sua morte) –, "a facção que conservou o título de 'IV Internacional' teve em Mandel seu principal teórico e [...] um representante intelectual mundialmente conhecido e respeitado" (SINGER, 1985, p. VIII). Paralelamente a sua atividade internacional, Mandel engaja-se no movimento operário na Bélgica: "foi membro da comissão de estudos econômicos da Central Sindical Belga e dirigiu o semanário *La Gauche*, órgão da ala esquerda do Partido Socialista Belga, do qual foi expulso em 1965" (*Id.*).

Além de militante e dirigente político, Mandel é um estudioso da Economia Política e, nessa qualidade, tornou-se famoso; trata-se de um "dos escritores mais prolíficos, publicando incessantemente artigos, ensaios e análises da conjuntura econômica" (*Ibid.*, p. VIII e IX) – no total, publicou aproximadamente dois mil artigos e mais de vinte livros

Começamos por Napoleoni e consideramos das *Lições sobre o capítulo VI (inédito) de Marx* aquelas que o autor dedica à categoria. Iniciamos pelo pensador italiano, alterando a ordem cronológica das publicações, visto ser ele o único, dentre os autores que selecionamos, que cuida especificamente do "capítulo VI (inédito)".¹⁶⁰

A seguir voltamo-nos para Rubin e Mandel, que recuperam a distinção entre trabalho produtivo e trabalho improdutivo, atravessando a obra de Marx. Tomamos então, os capítulos pertinentes de, respectivamente, *A teoria marxista do valor*¹⁶¹ e *"El capital": cien años de controversias en torno de la obra de Karl Marx*¹⁶².

(<http://experts.about.com>). Dentre seus livros destacam-se: *Tratado de economia marxista* (publicado na França em 1962, sua primeira obra a adquirir repercussão), *Formação do pensamento econômico de Karl Marx* (1967), *O capitalismo tardio* (1972), *The Second Slump: A Marxist Analysis of Recession in the Seventies* (1977), *Long Waves of Capitalist Development: the Marxist Interpretation* (1980), *La crise 1974-1982* (1982) (Ver SINGER, *op. cit.*, p. IX; <http://experts.about.com> e <http://www.eumed.net>).

¹⁵⁹ Cláudio Napoleoni (1924-1988) nasceu na Itália, fez uma brilhante carreira universitária e foi um economista de prestígio internacional. Foi o coordenador do Dicionário de economia política (publicado em 1956); de 1953 a 1963 colaborou nas pesquisas sobre desenvolvimento italiano promovidas pela Associação para o Desenvolvimento da Indústria do Mezzogiorno (SVIMEZ); entre 1958 e 1963, dirigiu a Escola de Formação e Especialização em problemas da teoria e da política do desenvolvimento econômico, em Roma; dirigiu, também a Faculdade de Ciência Política da Universidade de Turim (onde lecionava Política Econômica e História das Doutrinas Econômicas) e a *Revista Trimestral* (Ver NAPOLEONI, s.d. e NAPOLEONI, 1988).

Dentre suas obras, destacam-se: *O pensamento econômico do século XX* (1961); *O Equilíbrio econômico geral*; *Curso de economia política*; *Smith, Ricardo e Marx* (1970); e *Lições sobre o capítulo VI (inédito) de Marx* (1972) (Ver NAPOLEONI, 1988).

¹⁶⁰ As *Lições sobre o capítulo VI (inédito) de Marx* – originalmente, publicadas em 1972, em italiano – foram ministradas em 1971 (ver NAPOLEONI, 1981, p. 7). Valemo-nos da edição brasileira, com tradução de Carlos Nelson Coutinho, publicada pela Livraria e Editora Ciências Humanas em 1981.

¹⁶¹ Utilizamos a edição brasileira, publicada pela Brasiliense em 1980 – cuja tradução foi feita a partir da edição em inglês de 1972 e cotejada com a versão em espanhol (*Cuadernos Pasado y Presente* n° 53); edições que, por sua vez, baseiam-se no original russo de 1928 (correspondente à 3ª ed. da obra) (Ver RUBIN, 1980, p. 8).

¹⁶² Valemo-nos da segunda edição em castelhano, publicada em 1998, pela Siglo XXI. Conforme a nota do editor, o texto compreende as notas introdutórias aos três livros de *O capital*, além de um ensaio sobre o capítulo VI, que Mandel escrevera para edição inglesa da Penguin Books (publicada entre 1978 e 1981) (Ver MANDEL, 1998, p. 7).

CAPÍTULO 4: A INTERPRETAÇÃO DE NAPOLEONI

Cláudio Napoleoni dedica duas de suas *Lições sobre o capítulo VI (inédito) de Marx*, aos conceitos de trabalho produtivo e trabalho improdutivo (NAPOLEONI, 1981, p. 96-111), posto que

"[o assunto,] ainda que [...] não introduz[a] nenhum conceito novo, [frente aos já examinados nas lições anteriores], é muito útil para esclarecer uma série de questões relativas à teoria do capital, que de outro modo poderiam não ficar inteiramente claras" (*Ibid.*, p. 96).¹⁶³

O autor organiza sua argumentação, considerando dois aspectos que se encadeiam logicamente e que, portanto, ordenam a exposição (ordenação teórica que será, aqui, respeitada): um primeiro, mais geral, recobre a discussão acerca do critério a partir do qual Marx define a categoria trabalho produtivo (objeto da lição 9); um segundo, mais específico, trata dos mecanismos que permitem, ou não, a inclusão das diversas atividades no âmbito do trabalho produtivo – e, por extensão, a classificação de seus agentes enquanto trabalhadores produtivos/trabalhadores improdutivos – (objeto da lição 10).

4.1. A distinção entre trabalho produtivo e trabalho improdutivo

Napoleoni reconstrói o critério que, em Marx, preside a distinção entre trabalho produtivo e trabalho improdutivo, enfrentando o problema a partir de um eixo: o do contraponto à concepção que identifica trabalho produtivo com trabalho útil. Eixo que se desenvolve *centrado no duplo caráter da mercadoria* – e do trabalho nela contido – e que se apóia *na forma histórica particular do processo de produção capitalista*, mais especificamente, no caráter historicamente particular de que se reveste o processo de trabalho na sociedade produtora de mercadorias: processo de produzir mais-valia.

¹⁶³ Colchetes e negrito nossos. Daqui em diante, salvo indicação em contrário, em todas as passagens de Napoleoni por nós transcritas, os elementos do texto grafados em negrito, suprimidos ou acrescentados entre colchetes são de responsabilidade nossa; os demais (segmentos em itálico, entre parênteses ou entre aspas) acham-se conforme o original.

Parece-nos que tomar o problema a partir deste eixo – eixo que opera por negação – afigura-se como estratégico para Napoleoni: permite-lhe situar a posição de Marx frente à economia clássica – e, por extensão, frente à "economia vulgar"; permite-lhe entrever o viés que atravessa as posições atuais (questão cara a Napoleoni); e, fundamentalmente, permite-lhe explicitar, de modo unívoco, o que Marx entende por trabalho produtivo.

Tomemos, portanto, os argumentos de Napoleoni...

4.1.1. A história do conceito

O autor inicia a discussão apresentando uma premissa: os termos (trabalho produtivo, trabalho improdutivo) não são originários de Marx; ele os toma da economia política clássica, que os tomara da fisiocracia. Quando Marx escreve, os dois conceitos já tinham uma história, e uma história de divergências.

A economia clássica definia trabalho produtivo, conforme Adam Smith,

"como sendo o trabalho que, ao produzir, além de reconstituir sua própria subsistência, produz também algo mais, que é apropriado – na situação dada, na situação capitalista [...] – por outra classe" (*Id.*); ou, de acordo com Malthus, como aquele que, "além de produzir o próprio salário, produz também um lucro para o patrão" (*Ibid.*, p. 97). Em contraposição, definia trabalho improdutivo como o que "não produz lucro" (*Id.*). Dito de outro modo, "trabalho produtivo é o trabalho pago pelo capital; trabalho improdutivo é o trabalho pago com o gasto da renda" (*Id.*); assim, por exemplo:

"o trabalho de um servidor; o trabalho de um servidor não produz lucro, já que produz um serviço que é imediatamente consumido por quem pagou esse serviço" (*Id.*),

ou, ainda, na "imagem extremamente eficiente de Smith",:

"um homem rico fica ainda mais rico se compra trabalho produtivo, mas empobrece se compra trabalho improdutivo; com efeito, um

homem rico – segundo a terminologia de Smith, – se comprar trabalho produtivo, compra trabalho de quem lhe dará um lucro e, portanto lhe enriquecerá; ao contrário, se comprar trabalho improdutivo, dissipará os próprios recursos; irá se cercar – para usar sempre a imagem de Smith – de servidores e puxa-sacos, irá se cercar de parasitas; esse é o trabalho improdutivo, que ele pode comprar; portanto, por esse caminho, como é claro, irá empobrecer" (*Id.*).

Posição diversa, ainda que minoritária, contrapunha-se à formulação clássica, definindo como produtivo "o trabalho que produz coisas úteis; [e como] improdutivo o que produz coisas inúteis" (*Id.*).

Definição "muito mais simples" (no sentido de "muito mais elementar"), que toma como critério para definir trabalho produtivo a utilidade dos produtos do trabalho; definição que, em última instância, funda-se na utilidade do trabalho e, portanto, identifica trabalho produtivo e trabalho útil. Simplicidade aparente que conduz a dois sérios problemas de ordem teórica: por um lado,

"pode-se observar que, sendo o trabalho que produz coisas inúteis obviamente uma exceção, já que normalmente – se produz – produz algo útil, essa definição termina por considerar todo o trabalho como trabalho produtivo" (*Id.*);

por outro, "no interior do trabalho que efetivamente produz, não tem lugar a distinção entre produtivo e improdutivo" (*Id.*). Assim,

"segundo essa aceção, não importa que o trabalho seja executado por um operário ou um servidor, já que ambos produzem, de algum modo, coisas úteis" (*Id.*).

Vale dizer, esta postura (cara, aliás, ao senso comum), no extremo, acaba com a distinção entre trabalho produtivo e trabalho improdutivo: como é excepcional o trabalho que não produz coisas úteis, todo trabalho é trabalho produtivo; se todo o trabalho é trabalho produtivo, perde-se o fundamento da distinção; tem-se, então, uma distinção sem fundamento; não se tem, em suma, distinção. (Napoleoni frisa que, se minoritária à

época, hoje a posição tornou-se majoritária. Há, portanto, um caráter duplamente histórico na retomada da discussão acerca do trabalho produtivo vis-à-vis o trabalho útil: afirmar a posição de Marx ontem e reafirmá-la no presente, implica em pôr - e repor - a questão nos seus devidos termos. Nesse sentido, não por acaso, este contraponto constitui-se no eixo em torno do qual gira a argumentação do autor.)

Esquematizados os termos da discussão, Napoleoni curva-se sobre como Marx encara, *retomando a posição de Smith e Ricardo*, o problema do trabalho produtivo. Para tanto, desenvolve a argumentação considerando duas grandes linhas: *a contraposição entre trabalho em geral e trabalho historicamente particular*, e *a contraposição entre trabalho produtivo e trabalho útil*. Linhas de argumentação imbricadas, mas que arrolam elementos distintos, posto que comportam níveis de abstração também distintos: a primeira explicita o marco histórico a partir do qual Marx pensa trabalho produtivo; a segunda, estabelecido o marco, pondera acerca das relações entre trabalho produtivo e trabalho útil.

4.1.2. Trabalho em geral e trabalho historicamente particular

A primeira linha de argumentação firma o princípio que norteia a posição teórica de Marx. Esta linha de argumentação – que, como se verá, comporta, também, dois ângulos – centra-se no fato de que em Marx não é o trabalho humano em geral que importa, mas o trabalho humano sob uma forma historicamente particular, forma de trabalho determinada, forma específica de que se reveste o trabalho na sociedade capitalista: a do trabalho subordinado ao capital.

Cumprido desde já registrar que atravessa o texto de Napoleoni uma preocupação central no que respeita à a-historicidade, preocupação que recupera de Marx; sua crítica dirige-se a dois aspectos da perda da história, aspectos que, embora, não excludentes, não são propriamente

idênticos. Contrapõe-se, primeiro, àqueles que, centrados em um particular, transformam-no em geral, em decorrência, perdem a história porque eternizam o histórico; postura que caracteriza a economia clássica que supõe "a existência antidiluviana" do capital e as relações de produção capitalistas como (a-historicamente) necessárias e inexoráveis. Segundo, opõe-se àqueles que não percebem quaisquer particularidades, porque as subsumem num "geral", "produzido por generalização", abstração que, fundada na semelhança, retém o que há de comum, abstraindo da diferença fundamental – postura que, nesta discussão, assume a economia política vulgar, "os apologistas". Se os primeiros perdem a história, porque "eternizam relações de produção históricas", os segundos perdem-na porque supõem o histórico como mera manifestação particular de um geral (comum a todos), "variação de grau, não de qualidade". Se, por um lado, o geral produzido por generalização "é uma abstração razoável", porque "evita repetições"; por outro lado, não passa de "mera tautologia". Nesse momento do texto, os argumentos de Napoleoni (como os de Marx) dirigem-se a esse segundo sentido de perda da história: se o que se quer é entender trabalho produtivo sob o modo capitalista de produção, necessário se faz recuperar o caráter histórico, particular, dessa forma de produção social.¹⁶⁴

Tomemos, pois, a primeira linha, considerado o primeiro ângulo de argumentação – aquele que nega quaisquer considerações a respeito do processo de trabalho em geral –:

"Não estamos discutindo sobre o trabalho em geral; estamos discutindo sobre o trabalho que se dá no interior de uma formação histórico-social determinada. Estamos discutindo sobre o trabalho que se acha numa situação capitalista, não do trabalho humano em geral; e, por isso, quando definimos esse trabalho como produtivo, devemos defini-lo em função do âmbito no qual esse trabalho se encontra inserido na realidade; esse trabalho é subordinado ao capital – aqui não importa se através da subsunção formal ou real –

¹⁶⁴ Para a discussão a respeito das relações entre geral e particular, ver MARX, 1974, p. 211-216.

e, portanto, conta somente enquanto opera em função do capital" (Napoleoni, *op. cit.*, p. 98).

A questão que se põe, portanto, é mais precisa: não se trata de saber o que é trabalho produtivo, mas o que é trabalho produtivo em função do capital. Cuidadosa e meticulosamente, Napoleoni re-constrói a resposta:

"Mas, em função do capital, qual é o trabalho produtivo? Evidentemente o que produz capital. E o que significa produzir capital? Produzir capital significa: valorizar valores existentes. Mas valorizar valores existentes significa, precisamente, produzir uma mais-valia, ou se se quer, - *fazendo referência à apropriação dessa mais-valia* - trata-se de um trabalho que produz lucro" (*Id.*).¹⁶⁵

E retorna a Marx para concluir:

"Como o fim imediato e [o] produto *por excelência* da produção capitalista é a *mais-valia*, temos que só é *produtivo* aquele trabalho – e só é *trabalhador produtivo* aquele que emprega a força-de-trabalho {ou seja, o operário} – que diretamente produza *mais-valia*; portanto, só o trabalho que *seja consumido* diretamente no processo de produção com vistas à valorização do capital" (MARX *apud* NAPOLEONI, *id.*).¹⁶⁶

Permite-se, no entanto, abordá-la sob um ângulo novo¹⁶⁷: recoloca, de modo distinto, a relação entre processo de trabalho em geral e

¹⁶⁵ E por isso "têm razão os clássicos contra os outros": "Desse modo, a definição clássica tem essa verdade: tem toda a verdade, que lhe vem de conceber o trabalho produtivo como o trabalho que desempenha, exata e rigorosamente, a função que é chamado a desempenhar quando se encontra numa situação histórica determinada, tal como a capitalista" (*Id.*).

¹⁶⁶ Em itálico e entre colchetes na fonte; chaves nossas. (Passagem que corresponde a MARX, 1978, p. 70). Quanto ao segmento do período limitado por chaves, trata-se de enxerto ao texto original de Marx feito por Napoleoni. Daqui em diante, em todas as passagens de Marx transcritas por Napoleoni, salvo indicação em contrário, os segmentos em negrito ou entre colchetes são de responsabilidade nossa; os demais acham-se conforme a fonte. Daqui em diante, ainda, remeteremos essas passagens, em nota de rodapé, ao original que nos serve de base.

¹⁶⁷ Não sem antes ponderar sobre a posição dos "outros" (a economia vulgar). "Brinca" com a concepção de trabalho produtivo entendido como "trabalho que efetivamente produz" e aproxima as concepções de Marx daquelas "quase na linha do bom-senso". De início, citando Marx, afirma: "do simples ponto de vista do *processo de trabalho em geral* apresentava-se-nos como *produtivo* o trabalho que se realiza em um *produto*". Indaga-se, a seguir, sobre "o que o trabalho produz quando se encontra em situação capitalista" e responde "produz o produto específico dessa situação"; marca a

processo de trabalho sob o capital – ou melhor, pensa o processo de trabalho na sociedade capitalista como forma historicamente particular do processo de trabalho em geral –. Assim, nesta sociedade, não se perde o caráter do trabalho produtivo encarado sob o "simples ponto de vista do processo de trabalho em geral", ainda que este se veja recoberto por uma "determinação mais precisa". Salvo engano, conforme Napoleoni – e de acordo com Marx –, se, independente da forma histórica, produtivo é o trabalho que se realiza em um produto, na sociedade capitalista, produtivo é trabalho que se realiza em seu produto específico, e esse produto é a mais-valia: "determinação mais precisa" que, "do ponto de vista do processo capitalista de produção", "se acrescenta ao processo de trabalho em geral" – determinação que marca a especificidade deste processo de produção; determinação que, portanto, se constitui no critério, a partir do qual é possível definir – para essa forma, e somente para essa forma de produção, – a categoria de trabalho produtivo.

4.1.3. Trabalho produtivo e trabalho útil

Napoleoni introduz, então, a segunda linha de argumentação, que se constrói pela negação da identidade entre trabalho produtivo e trabalho que produz valores-de-uso. Para tanto, retoma, partindo de Marx, a especificidade do processo de produção capitalista vis-à-vis o processo de trabalho em geral:

"Do simples ponto de vista do *processo de trabalho em geral* [(ou seja, não ainda do processo de trabalho considerado como meio para o processo de valorização, mas do ponto de vista do processo de trabalho como tal)], apresentava-se-nos como *produtivo* o trabalho que se realiza em um *produto* [(o que aqui quer dizer: num valor-de-uso)], mais concretamente, em *mercadoria*. Do ponto de

especificidade desse produto – a mais-valia – e infere: "portanto, trabalho que não produz mais-valia é trabalho não produtivo, no sentido de que não produz, ou seja, não produz nada que seja relevante na situação historicamente dada" (Napoleoni, *op. cit.*, p. 99). Vale dizer, mesmo que se parta da tautologia – trabalho produtivo é trabalho que produz –, na sociedade capitalista trabalho produtivo é trabalho que produz mais-valia (produto específico dessa forma social de produção).

vista do processo capitalista de produção, acrescenta-se a determinação mais precisa: de que é produtivo o trabalho que valoriza diretamente o capital, o que produz mais-valia, ou seja, que se *realiza* – sem equivalente para o operário, para seu executante – em mais-valia (*surplusvalue*), representada por um produto excedente (*surplusproduce*), ou seja, um *incremento excedente de mercadorias* para o monopolizador dos meios de trabalho (*monopoliser dos means of labour*), para o capitalista" (MARX *apud* NAPOLEONI, *op. cit.*, p. 99).¹⁶⁸

Pergunta-se, imediatamente: no processo de trabalho capitalista "há um trabalho que produz coisas úteis?"; e responde, "certamente". Acrescenta, no entanto,

"mas as coisas úteis não contam enquanto tais nessa situação, pois a situação capitalista é precisamente a situação na qual o valor-de-uso é um simples suporte material do valor-de-troca, e não tem sentido em si mesmo, só tem sentido mediatamente" (NAPOLEONI, *op. cit.*, p. 99).

Articulam-se, desse modo, a especificidade do processo de produção capitalista, a especificidade do processo de trabalho sob esta forma social de produção e a especificidade do produto que deste resulta.

Na sociedade capitalista – sociedade em que os produtos se produzem para troca, sociedade em que os produtos do trabalho são mercadoria (unidade de valor-de-uso e valor-de-troca) –, o valor de uso "não tem sentido em si mesmo", não passa de mero "suporte material do valor de troca". Subjaz a essa "tripla especificidade" uma quarta, a que se reporta ao duplo caráter de que se reveste o trabalho nesta forma particular de produção: por um lado, trabalho concreto, singular, "adjetivado", que produz valores-de-uso (e se traduz em coisas úteis); por outro, trabalho abstrato, "sem qualificativo", mero dispêndio de força humana de trabalho, trabalho que produz valores-de-troca - rigorosamente, trabalho que produz valor –. Força de trabalho, ela mesma uma mercadoria, que se troca no mercado por seu equivalente (o valor de

¹⁶⁸ Nossos colchetes transcrevem enxertos de Napoleoni ao texto de Marx. (Ver MARX, 1978, p. 70).

sua produção/reprodução), mas que, no processo de trabalho (vale dizer, quando na produção se a usa), produz não só seu equivalente, senão "um produto excedente", "um incremento excedente de mercadorias", produto "que se realiza sem equivalente" para o trabalhador, "seu executante"; trabalho que produz uma mais-valia "para o monopolizador dos meios de trabalho", "para o capitalista".

E mais: como o objetivo geral do processo de produção capitalista não é produzir coisas úteis, mas valorizar o capital, o valor-de-uso não é senão, um "suporte real da mais-valia". Se assim é, então, "produtivo é o trabalho que valoriza diretamente o capital, o que produz mais valia". Ou, em uma formulação mais precisa: o trabalho não é produtivo porque produz valores-de-uso, o trabalho é produtivo porque produz mais-valia. Assim, do ponto de vista do capital, se – e somente quando –

"o valor de uso é suporte real de uma mais-valia, então efetivamente o trabalho produz. Mas, nesse caso, o critério da produtividade não é o valor-de-uso, é a mais-valia" (*Id.*).

4.1.4. As duas linhas de argumentação reunidas

Se, "do ponto de vista do processo de trabalho considerado em si, é produtivo o trabalho que gera um valor-de-uso", o mesmo não se aplica ao processo de trabalho sob o capital. Nos termos de Napoleoni:

"aqui não se trata do processo de trabalho em geral: trata-se do processo de trabalho que se desenvolve em função do processo de valorização; e é quando o processo de valorização teve lugar que podemos decidir se o trabalho produziu ou não. Se há mais-valia, diremos que há produto; se não há mais-valia, diremos que não há produto" (*Ibid.*, p. 100).

ou, nos termos de Marx:

"O processo de trabalho capitalista não anula as determinações gerais do processo de trabalho. Produz produtos e mercadorias. O trabalho continua sendo produtivo na medida em que se objetiva em mercadorias como unidade de valor-de-uso e de

valor-de-troca. Mas, o processo de trabalho é apenas um meio para o processo de valorização do capital. É produtivo, pois, o trabalho que se representa em *mercadorias*; mas, se considerarmos a mercadoria individual, o é aquele que, em uma parte alíquota dessa, representa *trabalho não pago*; ou se levarmos em conta o produto total, é produtivo o trabalho que, em uma parte alíquota do *volume total de mercadorias*, representa simplesmente trabalho não pago [...], ou seja, *produto* que nada custa ao capitalista" (MARX *apud* NAPOLEONI, *op. cit.*, p. 100).¹⁶⁹

Se o processo de trabalho sob o capital é processo de produção de mais-valia, o trabalho produtivo para o capital é o trabalho que produz mais-valia – trabalho excedente que produz valor excedente, trabalho realizado não-pago –:

"o trabalho é produtivo quando, em relação à própria quantidade, há uma parte desta que é trabalho não pago, ou seja, trabalho que não custa nada. Somente então é que o trabalho verdadeiramente produziu" (NAPOLEONI, *id.*).

Portanto,

"dizer que é produtivo um trabalho que produz coisas úteis é tão absurdo quanto dizer que é produtivo um trabalho que não produz nada, já que o valor-de-uso em si não é nada na situação capitalista" (*Ibid.*, p. 99).

Retorna, com Marx, à questão da história, ou da perda da história...

"Somente a estreiteza mental burguesa, que toma a forma capitalista de produção pela forma absoluta, e, em conseqüência, pela única forma natural de produção, pode confundir a questão do que seja *trabalho produtivo* e *trabalhador produtivo* do ponto de vista do capital com a questão do que seja *trabalho produtivo em geral*" (MARX *apud* NAPOLEONI, *op. cit.*, p. 100)¹⁷⁰

e ao "fetiche" que identifica trabalho produtivo e trabalho que produz valor-de-uso:

¹⁶⁹ Nossos colchetes suprimem enxerto de Napoleoni ao texto de Marx (Ver MARX, 1978, p. 70-71).

¹⁷⁰ Ver MARX, 1978, p. 71.

"contentando-se assim com a resposta tautológica de que é produtivo todo trabalho que produz, todo o [trabalho] que redundando em um produto ou em um valor-de-uso qualquer; resumindo: em um resultado" (MARX *apud* NAPOLEONI, *op. cit.*, p. 100).¹⁷¹

E conclui, voltando ao ponto de partida,:

"É essa precisamente a noção de produtividade que habitualmente é apresentada pela economia burguesa, ou seja, por aquela economia para a qual – não existindo uma especificidade da produção capitalista, já que essa produção é produção em geral – não existe tampouco a possibilidade de captar a especificidade da produtividade do trabalho nessa situação. Assim como o produto específico da situação capitalista é a mais-valia, do mesmo modo a produtividade em sentido capitalista específico é produção de mais-valia" (NAPOLEONI, *op. cit.*, p. 100-101).

Conclusão que retorna ao início, após um longo percurso, e que, portanto, (re)qualifica os argumentos primeiros; conclusão que possibilita que se agregue à discussão um dado novo: o trabalhador coletivo.

4.1.5. Um elemento complementar: a subsunção real do trabalho ao capital

A especificidade de que se reveste o *ser produtivo do trabalho*¹⁷² em sentido capitalista, ou essa "concretização do conceito de

¹⁷¹ Ver MARX, 1978, p. 71 (Nossos colchetes enxertam substantivo, ausente tanto na fonte quanto no original que nos servem de base).

¹⁷² Não há em português um substantivo que equivalha a o *caráter produtivo do* ou o *ser produtivo do trabalho*; ao mesmo tempo, parece-nos duvidoso que seja adequado o uso da expressão "produtividade do trabalho". Salvo engano, produtividade do trabalho é um conceito que designa algo distinto e que, portanto, não se aplica nesse caso, sob pena de causar alguma confusão. Importa lembrar que Marx distingue "força produtiva do trabalho" (produtividade do trabalho de que o capital se apropria – "as forças produtivas sociais e gerais do trabalho são forças produtivas do capital" – e que aparecem como força produtiva do capital, produtividade do capital) e "*força de trabalho que é produtiva*" (que o é pela "diferença entre seu *valor* e o *valor que gera*"). E ressaltar que "as forças produtivas sociais e gerais do trabalho [...] não influenciam diretamente no valor de troca. Trabalhem 100 pessoas em conjunto ou cada uma delas de per si, o valor de seu produto é igual a 100 jornadas de trabalho, seja qual for a quantidade de produtos em que se represente; isto é, não importa a produtividade do trabalho." A variação na produtividade do trabalho só influi no valor de troca quando altera o tempo de trabalho necessário para a produção da mercadoria. (Ver Marx, 1987, p. 388-389). Ver, ainda, as considerações que Marx tece a respeito das relações entre produtividade do trabalho e mais-valia relativa tanto em Marx, 1968, p. 359-369, quanto em Marx, 1971, p. 595 - 607.

produtividade", permite que se extraiam, de acordo com Napoleoni, várias conseqüências. Uma delas, "de certa relevância", já apontada por Marx, refere-se à questão do trabalho produtivo, considerada a subsunção real do trabalho ao capital.

"como, com o desenvolvimento da *subsunção real do trabalho ao capital* ou do *modo de produção especificamente capitalista*, não é o operário individual, mas uma *crescente capacidade de trabalho socialmente combinada* que se converte no *agente (Funktionär) real* do processo de trabalho total, e como as diversas capacidades de trabalho que cooperam e formam a máquina produtiva total participam de maneira muito diferente no processo imediato de formação de mercadorias, ou melhor, de produtos [...] temos que mais e mais *funções da capacidade de trabalho* se incluem no conceito imediato de *trabalhadores produtivos*, diretamente explorados pelo capital e *subordinados* em geral ao processo de valorização e produção. Se se considera o *trabalhador coletivo*, de que a oficina consiste, sua *atividade combinada* se realiza materialmente (*materialiter*) e de maneira direta num *produto total* que, ao mesmo tempo, é um *volume total de mercadorias*; [é] absolutamente indiferente que a função de tal ou qual trabalhador – simples elo desse trabalhador coletivo – esteja mais próxima ou mais distante do trabalho manual direto" (MARX *apud* NAPOLEONI, *op.cit.*, p. 101).¹⁷³

Napoleoni traz, de imediato, uma reflexão importante: o que caracteriza o *ser produtivo do trabalho*, na situação capitalista, é o fato de que o trabalho produz mais-valia, independente de ser a relação entre trabalho e capital uma relação de subsunção formal ou real:

"assim como a subsunção do processo de trabalho ao processo de valorização do capital é uma característica geral do capital, tanto na época da subsunção formal quanto na da subsunção real, do mesmo modo o conceito de produtividade – que depende da subsunção do processo de trabalho ao processo de valorização – é uma conotação

¹⁷³ O último par de colchetes introduz forma verbal, presente na edição do manuscrito de Marx que nos serve de base, omitida na fonte do extrato citado. (Ver MARX, 1978, p. 71-72).

geral do trabalho em situação capitalista, independentemente do fato de que se esteja em situação simplesmente de subsunção formal ou de subsunção real. Tanto em um caso como no outro, trabalho produtivo é trabalho que produz mais-valia" (NAPOLEONI, *op. cit.*, p. 101-102).

A posteriori, apropria-se do que considera a "primeira consequência" do "conceito de produtividade", do ponto de vista do eixo central de sua argumentação. Enquanto o trabalho se achava apenas formalmente subordinado ao capital era possível a identidade – ilusória – entre trabalho que produz coisas úteis (produtos) e trabalho produtivo; porém,

"quando chegamos à subsunção real, [...] a base real dessa ilusão se desfaz, já que, com a subsunção real do trabalho ao capital, os trabalhadores singulares já não produzem mais nada útil, pois sua própria produtividade material, ou seja, a possibilidade para eles de confeccionarem um produto, depende do fato de estarem inseridos numa espécie de trabalhador coletivo, constituído precisamente pela fábrica" (*Ibid.*, p. 102).

A ilusão desfaz-se não só porque o trabalhador singular não produz mais coisas úteis, mas porque a própria "produtividade do trabalho" está subordinada ao capital, porque a possibilidade de produzir coisas úteis depende, agora, do capital. Em suma,

"disso decorre que, com a subsunção real do trabalho ao capital, a tese segundo a qual a produtividade do trabalho consiste em produzir coisas úteis torna-se imediatamente impossível, já que a própria possibilidade de chegar a coisas úteis depende não mais diretamente do trabalho, mas de uma situação tecnológica – a combinação de vários trabalhos – que é o efeito específico do capital" (*Id.*).

Recupera, pois, a "certa relevância" dessa "primeira consequência" da "concretização do conceito de produtividade" para desferir um golpe mortal na tese que identifica trabalho produtivo e trabalho útil – minoritária ontem, majoritária hoje –:

"A tese em questão é *sempre* errada, já que o processo de trabalho subordina-se ao processo de valorização e, portanto, o que realmente se produz é sempre a mais-valia; mas, quando se chega à subsunção real, então a própria produção de coisas úteis depende de uma técnica que é inconcebível fora da relação capitalista, e, por conseguinte, a própria base da ilusão de que a produtividade esteja ligada à utilidade desaparece, e tão-somente se se fecha os olhos diante dessa realidade é que se pode continuar a afirmar que é produtivo o trabalho que produz coisas úteis" (*Ibid.*, p. 102-103).

Se, na situação capitalista, produtivo é o trabalho que produz mais-valia, que atividades são recobertas pela categoria? E que agentes seus são trabalhadores produtivos?

4.2. Trabalho produtivo: os critérios de inclusão e exclusão

Napoleoni principia a discussão retomando os argumentos previamente levantados, mas apoiando-se em outro texto (*Teorias da mais-valia*) – obra em que Marx "faz uma longa e detalhada exposição" a respeito da distinção entre trabalho produtivo e improdutivo.

Primeiro, apropria-se deste texto com o intuito de marcar a coerência de Marx, referendando a argumentação já desenvolvida

"Trabalho produtivo, no sentido da produção capitalista, é o trabalho assalariado que no intercâmbio com a parte variável do capital, não só reproduz essa parte do capital (ou seja, o valor da própria capacidade de trabalho), mas – além disso – produz mais-valia para o capitalista" (MARX *apud* NAPOLEONI, *op. cit.*, p. 104).¹⁷⁴

– passagem que marca "uma concretização importante":

"porque se está falando não da produtividade em geral, mas da produtividade do ponto de vista capitalista; [assim,] produtividade, aqui, é entendida no sentido da produção de mais-valia" (NAPOLEONI, *op. cit.*, p. 104).

E, segundo, recupera as colocações anteriores como parâmetro mais geral que permite aprofundar a discussão; aprofundá-la

¹⁷⁴ Passagem que corresponde a MARX, 1987, p. 132.

introduzindo elementos que possibilitam circunscrever o âmbito do trabalho produtivo, e, portanto, indicar mecanismos que permitem ou não a inclusão das diversas atividades que se levam a cabo na sociedade capitalista no bojo do trabalho produtivo.

O texto desenvolve-se, porém, de modo um tanto problemático. Em primeiro lugar, Napoleoni lança mão de três acepções distintas de trabalho produtivo – e, por oposição, de trabalho improdutivo. Em segundo lugar, do ponto de vista estrito da exposição, o autor opera de duas maneiras: ora, a partir do critério, deduz a classificação das atividades; ora, a partir das atividades, induz o critério. Em terceiro lugar, um último complicador: ora é a definição de trabalho produtivo que leva à definição de trabalho improdutivo; ora a definição deste leva à definição daquele. Difícil, pois, torna-se a re-organização de seu pensamento: segmentá-lo, excessivamente, levaria quer à perda da riqueza da argumentação, quer à repetição exaustiva de passagens; daí, a opção de, por um lado, segui-lo a cada passo, e, por outro, introduzir alguns comentários críticos, conforme a ordem de exposição do autor.

Acompanhemos, pois, Napoleoni de perto...

4.2.1. Trabalho produtivo: trabalho que produz mais-valia

Começemos pela primeira acepção de trabalho produtivo: trabalho produtivo é trabalho que produz mais-valia (critério que o define enquanto tal: a produção de mais-valia).

Retornemos, com Napoleoni, à afirmação de Marx: do ponto de vista do capital, define-se como produtivo o trabalho assalariado que produz mais-valia. Se assim é, então, "para se conservar coerente com essa definição, como Marx o faz, é substancialmente preciso duas coisas" (*Ibid.*, p. 105): por um lado, e

"antes de mais nada, não excluir do âmbito do trabalho produtivo nenhuma atividade, contanto que dela se possa dizer que, direta ou indiretamente, produz uma mais-valia; ou seja, não excluir do âmbito

do trabalho produtivo nenhuma categoria que de algum modo seja essencial ao processo que leva à produção de mais-valia" (*Id.*);

por outro, e ao contrário,

"excluir rigorosamente do âmbito do trabalho produtivo todo tipo de atividade que não se relacione com processos produtivos voltados para a produção de mais-valia" (*Id.*).

Posto o critério, depreende-se da citação que é necessário um cuidado extremo com a não exclusão: "para se conservar coerente com essa definição (...) é substancialmente preciso (...) não excluir do âmbito do trabalho produtivo nenhuma atividade, contanto que dela se possa dizer que, direta ou indiretamente, produz uma mais-valia; ou seja, não excluir do âmbito do trabalho produtivo nenhuma categoria que de algum modo seja essencial ao processo que leva à produção de mais-valia". Conforme Napoleoni, parece-nos que a categoria de trabalho produtivo é, antes, inclusiva e só depois excludente.

Como Marx, ao aplicar esse critério, procede no que se refere à inclusão?

"Pertencem naturalmente à categoria de trabalhadores produtivos todos os que colaboram, de um modo ou de outro, para a produção da mercadoria, desde o trabalhador manual propriamente dito até o diretor, o engenheiro (enquanto forem distintos do capitalista). E, desse modo, [- diz Marx aprobativamente, -] inclusive o último relatório oficial inglês sobre as fábricas calcula 'expressamente' na categoria dos assalariados ocupados todas as pessoas empregadas na fábrica e nos escritórios anexos" (MARX *apud* NAPOLEONI, *op. cit.*, p. 105).¹⁷⁵

Passagem que permite a Napoleoni inferir que,

"todos os que, a qualquer título intervêm num processo produtivo que tenha como meta a criação de mais-valia, todos eles – independentemente do fato de se tratar de um simples operário

¹⁷⁵ O segmento entre colchetes refere-se a enxerto de Napoleoni ao texto de Marx. (Ver MARX, 1987, p. 136-137; passagem a que Marx acresce, entre parênteses, no original que nos serve de base, "ver antes de concluir esta droga, as expressões utilizadas nesse relatório").

manual ou um diretor – são considerados por Marx como trabalhadores produtivos" (NAPOLEONI, *op. cit.*, p. 105).

Já aqui um primeiro problema aparece. Marx fala que todos os que colaboram direta ou indiretamente para a produção de uma mercadoria são produtivos, e *não todos os que a qualquer título intervêm num processo que tem como meta a criação de mais-valia*. A afirmação de Marx é includente, considerando a subsunção real do trabalho ao capital e a parcelarização do trabalho. Mas, esta afirmação autoriza a generalização a que Napoleoni procede? Dito de outro modo, todo trabalhador assalariado, empregado em uma fábrica é trabalhador que "intervem a qualquer título num processo que tem como meta a criação de mais-valia", integra o trabalhador coletivo e é, portanto, trabalhador produtivo?

4.2.2. Trabalho produtivo: trabalho inserido em uma relação capitalista de produção

Ao contrário, a categoria de trabalho improdutivo supõe claramente a exclusão: exclui-se rigorosamente "do âmbito do trabalho produtivo todo tipo de atividade que não se relacione com processos produtivos voltados para a produção de mais-valia". Grosso modo, portanto, trabalho improdutivo é trabalho que não produz mais-valia.

Como Marx procede, então, quanto à exclusão?

Napoleoni responde à questão retendo "duas passagens interessantes" de *Teorias*.

A primeira¹⁷⁶ permite-lhe inferir que Marx faz "uma espécie de classificação dos trabalhadores improdutivos". Assim, conforme Napoleoni,

"esses trabalhadores improdutivos (ou seja, trabalhadores que não produzem mais-valia porque não estão inseridos numa relação capitalista) são distinguidos em duas categorias, conforme sejam

¹⁷⁶ Trata-se de passagem que Napoleoni comenta, sem transcrever ou indicar referência precisa; passagem que, segundo este autor, não difere de outras contidas no "capítulo VI (inédito)".

suscetíveis de se tornar produtivos, no caso em que o processo de que participam viesse a se incluído numa relação capitalista, ou conforme sejam inevitavelmente improdutivos, por participarem num processo produtivo que de nenhum modo poderia ser incluído numa relação capitalista" (NAPOLEONI, *op. cit.*, p. 105).

Passagem que permitiria estratificar os trabalhadores improdutivos em duas categorias: aqueles que o são "de fato, mas não em princípio" – os que de trabalhadores improdutivos poderiam se transformar em trabalhadores produtivos –:

"À primeira categoria pertence uma série de produtores de mercadorias, que produzem tais mercadorias de modo não capitalista; todavia, se poderia pensar sem dificuldade que essa produção de mercadorias se inclua numa relação capitalista, caso em que tais trabalhadores, de improdutivos, tornar-se-iam produtivos" (*Ibid.*, p. 105-106).¹⁷⁷

e aqueles que Marx julga improdutivos (de fato) e "em princípio",

"pois o que fazem não poderia ser feito no interior de uma relação capitalista; os exemplos que dá são: os domésticos, os padres, os funcionários públicos, os soldados" (*Ibid.*, p.106).¹⁷⁸

Deixando de lado momentaneamente a "classificação", gostaríamos de reter alguns aspectos relevantes trazidos por Napoleoni.

Seguindo Napoleoni rigorosamente, o critério que permite distinguir trabalho produtivo e trabalho improdutivo constrói-se por indução funciona e "ao contrário". Assim, em primeiro lugar, Napoleoni (que, aliás, não transcreve a passagem) infere, a partir de um rol de atividades consideradas por Marx como improdutivas, o critério a partir do qual se define trabalho improdutivo.

Em segundo lugar, e tomando-se o critério enquanto tal: este deixa de ser a produção de mais-valia e passa a ser o estar inserido nas relações capitalistas de produção. Ou antes, segundo Napoleoni, há um critério claro de exclusão: "esses trabalhadores improdutivos – ou seja,

¹⁷⁷ Napoleoni não fornece exemplos.

¹⁷⁸ Acrescenta Napoleoni, a respeito da classificação: "Há sempre uma margem de indeterminação nessas classificações; mas para julgar uma certa atitude típica de Marx, esse elenco é significativo" (*Id.*).

trabalhadores que não produzem mais-valia porque não estão inseridos numa relação capitalista...". O extrato indica, explicitamente, que só são improdutivoos aqueles trabalhadores que não produzem mais-valia *porque não estão inseridos numa relação capitalista*. O critério de exclusão é, pois, o não estar inserido numa relação capitalista; o não produzir mais-valia é dele decorrente.

Em terceiro lugar, o critério funciona "ao contrário", ou melhor, por esse critério circunscreve-se o âmbito do trabalho improdutivo. Como apenas a categoria de trabalho improdutivo é claramente excludente, ao definir o âmbito do trabalho improdutivo, define-se, por oposição o âmbito do trabalho produtivo. Assim, assumindo com rigor esta postura, segundo Napoleoni, só são improdutivoos aqueles trabalhadores que não se acham inseridos numa relação de produção capitalista; daí, conclui-se que os que o estão são trabalhadores produtivos; então, infere-se o critério que autoriza ou não a inclusão das atividades na categoria de trabalho produtivo. Mas se o critério de exclusão é claro, ele rebate imediatamente no de inclusão? É o trabalho improdutivo que, por oposição, permite identificar o trabalho produtivo? E mais, se são improdutivoos os trabalhadores que não produzem mais-valia – porque não estão inseridos em uma relação capitalista de produção –, então são produtivos todos os que estão – posto que a produzem? Finalmente, como se definem os trabalhadores que "estão inseridos numa relação capitalista"?

Em quarto lugar, salvo engano, acompanhando o raciocínio de Marx no "capítulo VI (inédito)", os trabalhadores cujas relações de trabalho não "estão incluídas numa relação capitalista" não são nem produtivos, nem improdutivoos; ou seja, a eles não se aplica a distinção, do ponto de vista do capital.

"Na produção capitalista, certas partes dos trabalhos que produzem mercadorias executam-se de maneira própria aos *modos de produção precedentes*, onde a *relação entre o capital e o trabalho assalariado* ainda não existe de fato, pelo que de nenhuma maneira são aplicáveis as categorias de trabalho *produtivo* e trabalho

improdutivo, características do ponto de vista capitalista" (MARX, 1978, p. 74).

Além disso, parece-nos também que não há quaisquer indicações no décimo segundo aditamento de *Teorias da mais valia*, que autorizem a inferência de Napoleoni de que os produtores independentes, artesãos, etc. seriam considerados por Marx trabalhadores improdutivos de fato, mas não em princípio – trabalhadores que de improdutivos podem vir a se tornar produtivos. É verdade que Marx afirma que, com o desenvolvimento da sociedade dominada pelo modo de produção capitalista, a *união* (entre o trabalhador direto e os meios de produção) tende a ceder lugar à *dissociação* e, daí, ou este produtor se transforma em capitalista (proprietário daqueles meios que explora trabalho alheio), ou em trabalhador assalariado (trabalhador despossuído, forçado a vender sua força de trabalho, cujo trabalho é explorado por um capitalista – trabalhador produtivo); nos seus termos:

"É pois lei que o desenvolvimento econômico reparta essas funções por pessoas diferentes; e o artesão ou camponês, que produz com os próprios meios de produção, ou se transformará pouco a pouco num pequeno capitalista, que também explora trabalho alheio, ou perderá seus meios de produção (de início, isso pode ocorrer, embora permaneça proprietário *nominal*, como no sistema de hipotecas) e se converterá em trabalhador assalariado. Esta é a tendência na forma de sociedade onde predomina o modo de produção capitalista." (MARX, 1987, p. 402-403).

Mas, quando isso ocorre, não se trata mais de relações pré-capitalistas de produção – a que a distinção entre trabalho produtivo e trabalho improdutivo não se aplica. (Se considerarmos a argumentação de Napoleoni, estes trabalhadores transformar-se-iam, de trabalhadores a que a distinção não se aplica em trabalhadores produtivos, ou em capitalistas.).¹⁷⁹

Leitura semelhante à nossa – e divergente em relação à de Napoleoni – encontra-se tanto em Rubin quanto em Mandel. Ainda que

¹⁷⁹ Ver, além dos textos de Marx, os itens 1.2.4.1.2 e 2.2.2.1.2 .

estes dois últimos apresentem sérias discordâncias a respeito do que Marx entende por trabalho produtivo, concordam quanto ao fato de que a trabalhos que se desenvolvem sob formas não-capitalistas de produção não se aplica a distinção entre trabalho produtivo e trabalho improdutivo – e ambos se respaldam, como Napoleoni (ao sustentar a distinção), em *Teorias*.¹⁸⁰

Em quinto lugar, o tratamento analítico de Napoleoni, a esta altura, conduz à tautologia ou, no limite, a inferências muito problemáticas. Napoleoni afirmava, quando discutia a inclusão, que, sob o capital, produtivo é o trabalho que produz mais-valia. Agora, quando discute a exclusão, afirma que, sob o capital, é improdutivo o trabalho que não está inserido numa relação capitalista; daí se deduz que aquele que o está é produtivo. Dizer que, do ponto de vista da produção capitalista, é produtivo o trabalho que se processa sob o capital, não é uma tautologia? Ou melhor, se do ponto de vista do capital, é produtivo o trabalho que se subordina ao capital, e improdutivo aquele que se processa fora de seu marco não é uma redundância? Tal afirmativa não significa dizer que, sob o capital, é produtivo o trabalho que se desenvolve sob o capital?

Voltando ao texto de Napoleoni (e considerando, agora, a segunda passagem)...

4.2.3. Trabalho produtivo: trabalho que se troca por capital

A segunda passagem arrola um conjunto de "profissões livres" ou de "profissionais liberais" na categoria de trabalhadores improdutivos: Ela se estende

"À grande massa dos chamados trabalhadores 'superiores' – como os funcionários estatais, os militares, os artistas, os médicos, os padres, os magistrados, os advogados, etc. – [...] alguns dos quais não só não são produtivos, porém são substancialmente destrutivos, mas que sabem se apropriar de uma imensa parte da riqueza 'material', um pouco vendendo suas mercadorias

¹⁸⁰ Ver RUBIN (1980, p. 282) e MANDEL (1998, p. 12).

'imateriais', um pouco as impondo pela força, a eles não causava nenhum prazer serem relegados, *do ponto de vista econômico*, à mesma classe dos bufões e dos domésticos, e aparecerem – diante dos produtores propriamente ditos – como consumidores, como parasitas" (MARX *apud* NAPOLEONI, *ibid.*, p. 106).¹⁸¹

Passagem que pouco difere da segunda parte da primeira – apenas "engrossa" o rol dos trabalhadores improdutivos –; mas que fornece elementos para que Napoleoni possa inferir o critério indiscutível, claro e desprovido de imprecisões de inclusão/exclusão: trabalho produtivo é aquele trocado por capital, trabalho improdutivo é aquele trocado por renda.

"Em substância o critério é bastante nítido para que seja possível evitar cometer erros. Em resumo, o critério é esse: o trabalho produtivo é trocado por capital; o trabalho improdutivo é trocado por renda. Portanto, o trabalho produtivo – *precisamente enquanto é trocado por capital* – reproduz o valor desse capital pelo qual é trocado e algo mais; o trabalho improdutivo *não reproduz sequer o valor pelo qual foi trocado*, não reproduz sequer a parte da renda com a qual foi comprado" (NAPOLEONI, *op. cit.*, p.107).

Acompanhemos o raciocínio de Napoleoni "em bloco"...

A combinação das duas passagens permite a Napoleoni indicar, pois, um critério básico (mais geral) para definir trabalho produtivo e, em decorrência, trabalhadores produtivos: a inserção nas relações capitalistas de produção. Mas o raciocínio é mais complexo. Napoleoni começara afirmando que são produtivos "todos os que intervêm num processo produtivo que tenha como meta a criação de mais-valia"; *ou dito de outro modo* – e como só são improdutivos os que não se acham inseridos nesta relação – "todos os que se acham inseridos em relações de produção capitalistas"; *ou dito de outro modo*, todos aqueles cujo trabalho "se troca por capital", que são aqueles cujo trabalho "reproduz o valor do capital pelo qual é trocado e algo mais".

¹⁸¹ Nossos colchetes suprimem enxerto de Napoleoni do texto de Marx (Ver MARX, 1987, p. 154).

O critério de inclusão/exclusão é único; mas a exclusão recobre situações de diversas ordens. Assim, considerando a primeira assertiva, e por oposição, são trabalhadores improdutivos aqueles que "não produzem mais-valia porque não estão inseridos em uma relação capitalista". Integram esse grupo, primeiro, aqueles que, *ainda que produtores de mercadorias*, se acham inseridos em um processo de produção não capitalista (trabalhadores improdutivos de fato, mas não em princípio); e, segundo, aqueles que "o que fazem não poderia ser feito no interior de uma relação capitalista" – trabalhadores improdutivos de fato e em princípio –. Tomando a segunda assertiva, e novamente por oposição, aqueles que, *ainda que "assalariados"*, trocam seu trabalho por renda – aqueles que "não reproduzem sequer o valor pelo qual seu trabalho foi trocado" –.

Segmentemo-lo, agora...

Detenhamo-nos, de início, no critério. Trabalho produtivo é trabalho que se troca por capital; trabalho que não se troca por capital é trabalho improdutivo. Por quê? Porque trabalho que se troca por capital reproduz o valor pelo qual é trocado e algo mais. Pergunta-se: todo o trabalho que se troca por capital (isto é, trabalho assalariado em empresa capitalista) é trabalho produtivo? Valemo-nos de Marx para responder à questão: não.

"por exemplo, os documentos materiais, as escrituras públicas, etc. Tudo isso se relaciona com as estipulações entre os possuidores de mercadorias como compradores e vendedores, e nada tem a ver com a relação entre o capital e o trabalho. Dessa maneira, os funcionários podem converter-se em assalariados do capital, mas, nem por isso se transformam em trabalhadores produtivos" (MARX, 1978, p. 75).¹⁸²

¹⁸² Valemo-nos, ainda, de Rubin, autor que parte de *Teorias* para pensar trabalho produtivo, tem uma visão "bem alargada" no que tange à categoria, mas que é contundente a respeito da posição de Marx: Marx não considera o trabalho empregado pelo capital na esfera da circulação (pura) trabalho produtivo. E ressalta que o próprio Marx, no apêndice de *Teorias*, remete à discussão posterior: "Tratamos aqui, apenas do *capital produtivo*, isto é, capital empregado no *processo direto de produção*. Mais tarde, passaremos ao capital no *processo de circulação*. E só depois disso, ao considerar a forma específica que o capital assume como capital comercial, poderemos responder à pergunta sobre até que ponto os trabalhadores por ele empregados são produtivos ou improdutivos" (MARX *apud* RUBIN, 1980, p. 286; MARX, 1987, p. 406). E mesmo no

Consideremos novamente o critério, mas sob outro ângulo. Em um primeiro momento de sua argumentação, Napoleoni afirma que trabalho produtivo é trabalho que produz mais-valia; a seguir, afirma que trabalho produtivo é aquele que se verifica no bojo das relações capitalistas de produção; finalmente afirma que trabalho produtivo é trabalho que se troca por capital. Trata-se de fato do mesmo critério? O texto indica que sim; ou melhor, Napoleoni os trata como equivalentes. O autor opera com três identidades: todo o trabalho que produz mais-valia é trabalho produtivo; todo trabalho inserido numa relação capitalista é trabalho produtivo; todo trabalho que se troca por capital é trabalho produtivo. O que nos leva a uma quarta e problemática identidade: trabalho que se acha em uma relação capitalista de produção é igual a trabalho que se troca por capital que é igual a trabalho que produz mais-valia que é igual a trabalho produtivo. Identidade que, salvo engano, Marx não nos autoriza a fazer – mesmo que levemos em conta tão somente o "capítulo VI (inédito)" ou *Teorias da mais-valia* (textos em que Napoleoni se baseia).

Se seguirmos a lógica de Napoleoni, teremos: se só é improdutivo o trabalho cujas relações de trabalho não estão incluídas numa relação capitalista, então, todo o trabalho a ela subordinada o é. Daí decorre que, todo o trabalho submetido à lógica capitalista é trabalho produtivo – o que equivale a dizer que todo o trabalho que se troca por capital é trabalho produtivo, e, portanto, todo trabalho assalariado (desde que não se troque por renda) o é. Se, sob o capital, só o trabalho que não se encontra submetido à lógica capitalista é improdutivo (mesmo que produza mercadorias), e se o único trabalho improdutivo (ainda que assalariado) é aquele que se troca por renda (trabalho que se troca por

"capítulo VI (inédito)", encontramos passagem semelhante: "Até aqui não conhecemos senão o capital no processo imediato de produção. Somente mais adiante poder-se-á desenvolver como se comportam as outras funções do capital e os agentes de que ele se serve no desenvolvimento dessas funções" (MARX, 1978, p. 80). Valemo-nos, também, de Mandel (1998), que assume posição "mais restritiva" a respeito da categoria. A despeito das divergências entre o pensamento de Rubin e o de Mandel, gostaríamos de frisar que ambos concordam que o texto de *Teorias* não esgota o conceito de trabalho produtivo em Marx – o que se estende, agregaríamos nós, ao "capítulo VI (inédito)".

seu valor-de-uso, isto é, serviços – e serviços pessoais); então, para que tanta confusão? Qual é o fundamento da distinção entre trabalho produtivo e trabalho improdutivo, sob o capital? O raciocínio de Napoleoni parece-nos "circular", redundante: se, sob o capital, é produtivo o trabalho que se processa sob (a lógica de) o capital, então, sob o capital todo o trabalho é trabalho produtivo. Vale dizer: se, nesta forma histórica particular de produção, o marco para definir trabalho produtivo é o capital, e se improdutivo é o trabalho que não se troca por capital, então, todo o trabalho que se troca por capital é produtivo – portanto, sob o capital não existe a distinção entre trabalho produtivo e trabalho improdutivo.

Tendo explicitado os mecanismos que, segundo Marx, permitem a classificação das atividades em produtivas/improdutivas, Napoleoni retoma o que consideramos o eixo de sua discussão: a negação da identidade entre trabalho produtivo e trabalho útil.

4.2.4. Trabalho produtivo, trabalho útil e a questão da história

Retornemos, com Napoleoni, a Marx:

"[Para a grande massa dos trabalhadores 'superiores' o fato de ver suas atividades, do ponto de vista econômico, relegadas à mesma classe dos bufões e domésticos] tratava-se de uma singular profanação precisamente daquelas funções que, até agora, eram circundadas de uma auréola e haviam desfrutado de uma veneração supersticiosa. A economia política, em seu período clássico, exatamente como a própria burguesia no primeiro período de seu processo de afirmação, assume uma atitude severa e crítica em face da máquina estatal, etc. Posteriormente, ela compreende e aprende com a experiência que a necessidade da combinação social, herdada do passado, de todas essas classes, em parte completamente improdutivas, deriva de sua própria organização" (MARX *apud* NAPOLEONI, *op. cit.*, p. 106-107).¹⁸³

¹⁸³ Ver MARX, 1987, p. 154.

Napoleoni opera, como Marx, com a relação categoria-história, e nesse momento a questão da história assume feição distinta daquela que atravessa a lição 9. À fase ascendente da burguesia corresponde uma concepção de trabalho produtivo, concepção que caracteriza a economia clássica:

"[Nessa fase] essas classes, outrora importantíssimas, são realmente convertidas em algo supérfluo; a sua improdutividade se manifesta claramente nos fatos, e, como tal, é tratada pela economia clássica" (NAPOLEONI, *op. cit.*, p. 107).

À fase posterior, fase em que a burguesia se consolida no poder – "e esse 'posteriormente' é substancialmente a fase em que nos encontramos" (*Ibid.*, p. 106) –, corresponde outra concepção, concepção postulada pela economia vulgar, concepção majoritária hoje:

"Chega um momento, uma fase sucessiva, na qual essas classes não são mais socialmente supérfluas, mas se tornam essenciais à própria organização da sociedade burguesa [tornam-se sua aliada]; e, então, a economia política – em sua versão vulgar, como diria Marx – muda de atitude e renuncia até mesmo à distinção entre trabalho produtivo e trabalho improdutivo, a fim de não considerar essas classes improdutivas" (*Ibid.*, p. 107).

Enfatizada a conexão entre classe burguesa e ciência burguesa – revolucionária aquela e crítica essa, antes; dominante aquela e "apologética" essa, depois – retoma os argumentos nos termos da lição precedente:

"[A economia política] renuncia até mesmo à distinção entre trabalho produtivo e trabalho improdutivo, a fim de não considerar essas classes improdutivas, limitando-se a dizer [...] que a produtividade coincide com a utilidade, que o trabalho produtivo é o trabalho útil em geral, é o trabalho que faz alguma coisa e, portanto, deixa de lado toda especificidade capitalista na definição de trabalho produtivo, e precisamente por isso pode incluir no conceito de produtividade realidades não capitalistas, como é o caso dessas que estamos analisando" (*Id.*).

CAPÍTULO 5: A CONTRIBUIÇÃO DE RUBIN

Rubin discute a categoria de trabalho produtivo no capítulo 19 de *A teoria marxista do valor* (RUBIN,1980, p. 277-293). À semelhança de Mandel (1998, p. 119-127), reflete sobre a categoria atravessando a obra de Marx, privilegiando, especialmente, *O capital* e *Teorias da mais-valia*. Tal qual Mandel, ressalta que a categoria é controversa e propõe-se a dirimir a confusão; para tanto, e ao contrário de Mandel, considera *Teorias da mais-valia* como o texto central – tratando os livros II e III de *O capital* de forma complementar.

5.1. Trabalho produtivo: a formulação teórica do problema

Se a categoria é problemática, diz Rubin, a formulação do problema requer uma tarefa preliminar: "determinar o significado exato da teoria de Marx sobre o trabalho produtivo"; significado que se apreende "a partir do Capítulo IV do Volume 1 de suas *Teorias sobre a Mais-Valia*" – estratégia de investigação que se apóia nas considerações tecidas por Marx no capítulo XIV do Livro Primeiro de *O capital*. Assim, de acordo com Rubin, em primeiro lugar, neste capítulo de *O capital*, Marx formula, ainda que de modo breve, as idéias que irá desenvolver posteriormente:

"A produção capitalista não é apenas produção de mercadorias, porém, substancialmente, produção de mais-valia. O operário não produz para si mesmo, mas para o capital. Por isso, não basta agora que produza em termos gerais: tem de produzir concretamente mais-valia. *Dentro do capitalismo, só é produtivo o operário que produz mais-valia para o capitalista, ou que trabalha para tornar rentável o capital. Se nos é permitido dar um exemplo alheio à órbita de produção material, diremos que um professor escolar é trabalhador produtivo se, além de moldar a cabeça das crianças, conforma seu próprio trabalho para enriquecer o patrão. O fato de que este invista seu capital numa fábrica de ensino, ao invés de investi-lo numa fábrica de salsichas, não altera de modo algum os termos do problema. Portanto, o conceito de trabalho produtivo não contém em si simplesmente uma relação entre a atividade e o efeito útil desta, entre o operário e o produto de seu trabalho, mas, além disso, leva*

implícita uma relação de produção específica, social e historicamente determinada, que converte o operário em instrumento direto de valorização do capital" (MARX *apud* RUBIN, *op. cit.*, p. 277-278).¹⁸⁴

Em segundo lugar, neste mesmo texto, Marx fornece as indicações para resolver o problema – o próprio Marx remete a *Teorias*. A seguir à citação, Rubin acrescenta:

"Após dizer isto, Marx promete considerar a questão mais detalhadamente no Livro IV de *O Capital*, isto é, nas *Teorias sobre a Mais-Valia*.¹⁸⁵ Com efeito, no final do primeiro volume desta obra encontramos uma digressão que, em essência, representa um desenvolvimento detalhado de idéias já formuladas no Livro 1 de *O Capital*" (RUBIN, *op. cit.*, p. 278).¹⁸⁶

Traçado o caminho de investigação, Rubin explicita o eixo principal de sua argumentação: em Marx, a discussão do trabalho produtivo circunscreve-se a uma forma particular da produção – a produção capitalista. Parte da observação preliminar de Marx de que

"só a estreiteza mental burguesa, que considera as formas de produção capitalistas como formas absolutas – e, portanto, como formas de produção naturais, eternas – pode confundir o problema de o que é *trabalho produtivo*, do ponto de vista do capital, com o problema de qual trabalho é produtivo em geral, ou qual é o trabalho produtivo em geral" (MARX *apud* RUBIN, *op. cit.*, p. 278).¹⁸⁷

Infere, então, que Marx

"lança fora, como inútil, a questão acerca de qual tipo de trabalho é produtivo em geral, em todas as épocas históricas,

¹⁸⁴ Em itálico na fonte; daqui em diante, salvo indicação em contrário, todo o ressaltar dos textos de Marx, citados por Rubin, correspondem àquelas presentes na fonte. (Citação que corresponde a MARX, 1971, p. 584.)

¹⁸⁵ Rubin refere-se à continuação do mesmo parágrafo que transcrevera: "No livro quarto, que trata da história da teoria, veremos mais claramente que a economia política clássica sempre fez da produção da mais-valia a característica marcante do trabalhador produtivo. Por isso, sua concepção de trabalhador produtivo varia com sua concepção da natureza da mais-valia". (MARX, 1971, p. 584-585).

¹⁸⁶ Rubin refere-se ao décimo segundo aditamento do volume primeiro de *Teorias da mais-valia*. (Ver MARX, 1987, p. 384-406).

¹⁸⁷ Citação que corresponde a MARX, 1987, p. 388.

independentemente das relações sociais determinadas" (RUBIN/*ibid*, p. 278).¹⁸⁸

Justifica sua inferência em termos teóricos precisos:

"Todo sistema de relações de produção, toda ordem econômica, tem o seu conceito de trabalho produtivo. Marx limitou sua análise à questão de qual trabalho é produtivo do ponto de vista do capital, ou do sistema capitalista de economia" (*Id*).

Conseqüentemente, são as relações sociais – relações sociais historicamente determinadas – sob as quais o trabalho se processa que se constituem no elemento determinante para definir o caráter produtivo do trabalho. Posto que Marx centra-se em um "sistema de economia" particular – o capitalista –, a questão que se coloca é, também ela, precisa: do ponto de vista do capital, que trabalho se constitui em trabalho produtivo? De acordo com Rubin, é esta a resposta de Marx:

"No sistema de produção capitalista, *trabalho produtivo* é, pois, trabalho que produz *mais-valia* para seu empregador, trabalho que transforma as condições objetivas de trabalho em capital, e o dono destas em capitalista, ou seja, trabalho que cria seu próprio produto como capital' [...]. 'Só é *produtivo o trabalho que se converte diretamente em capital*, ou seja, o trabalho que converte o capital variável numa magnitude variável' [...]. Em outras palavras, trabalho produtivo é aquele 'que se troca diretamente com capital' [...], isto é, trabalho que o capitalista compra como seu capital variável com a finalidade de utilizar esse trabalho na criação de valores de troca e de mais-valia" (*Id*).¹⁸⁹

¹⁸⁸ Negrito nosso. Daqui em diante, salvo indicação em contrário, em todas as passagens de Rubin por nós transcritas, os elementos do texto grafados em negrito, suprimidos ou acrescentados entre colchetes são de responsabilidade nossa; os demais (segmentos em itálico, entre parênteses ou entre aspas) acham-se conforme o original.

¹⁸⁹ Entre aspas no original; em itálico na fonte; colchetes e negrito nossos. Os trechos grafados entre aspas constituem-se em citações de *Teorias* feitas por Rubin; nossos colchetes suprimem as referências bibliográficas de Rubin à obra e que correspondem, respectivamente, a MARX, 1987, p. 391, p. 388 e p. 137. Daqui por diante, toda vez em que transcrevermos passagens de Rubin que contenham também elas transcrições, e salvo indicação em contrário, os trechos grafados entre aspas correspondem às passagens transcritas por Rubin e os colchetes vazios que lhes seguem são nossos e suprimem as referências deste autor à(s) fonte(s) da(s) obras(s) de Marx que utiliza (estas serão indicadas, em nota de rodapé, conforme a edição brasileira de que nos valem).

Em contrapartida, e sob o capital, que trabalho é trabalho improdutivo?

"Trabalho improdutivo é aquele que 'não se troca com capital, mas *diretamente* com renda, isto é, com salários ou lucro (inclusive, é claro, as distintas categorias dos que compartilham, como co-sócios, o lucro do capitalista, por exemplo, o juro e a renda da terra)' [...]" (*Id.*).¹⁹⁰

Dessas definições de Marx, Rubin infere duas conclusões necessárias:

"1) todo trabalho que o capitalista compra com seu capital variável, com a finalidade de extrair dele uma mais-valia, é trabalho produtivo, independentemente de este trabalho objetivar-se ou não em coisas materiais e ser ou não objetivamente necessário ou útil para o processo social de produção (por exemplo o trabalho de um palhaço empregado por um empresário circense); 2) todo trabalho que o capitalista não compra com seu capital variável não é produtivo do ponto de vista da economia capitalista, embora esse trabalho possa ser objetivamente útil e objetivar-se em bens de consumo materiais que satisfaçam necessidades humanas de subsistência" (*Ibid.*, p. 278-279).

As conclusões a que Rubin chega envolvem um conjunto de elementos relativos à distinção entre trabalho produtivo e trabalho improdutivo. O primeiro – o mais geral, do qual os demais decorrem –, reporta-se às relações sociais: se, sob o capital, o objetivo do processo de produção (e, aí, do processo de trabalho) é produzir mais-valia, então, sob o capital, o que distingue o trabalho produtivo do trabalho improdutivo é o fato de que aquele "transforma as condições objetivas de trabalho em capital, [...] cria seu próprio produto como capital"; e esse, não.

Se trabalho produtivo é o trabalho que produz mais-valia tem-se, em decorrência, que a distinção entre trabalho produtivo e trabalho improdutivo funda-se no fato de que um se troca por capital variável, o

¹⁹⁰ Citação de Marx que corresponde a MARX, 1987, p. 137.

outro não. Rubin explicita com extremo rigor a afirmação abreviada de Marx (Ver MARX, 1987, p. 391) de que "trabalho produtivo é aquele que se troca por capital", em oposição a trabalho improdutivo – "aquele que não se troca com capital, mas se troca *diretamente* com renda" (*Id.*). Rigor que, a nosso ver, introduz um problema: o fato de que nem todo trabalho assalariado em empresa capitalista é trabalho produtivo – só o é "o trabalho que converte o capital variável numa magnitude variável"¹⁹¹ –; problema cuja solução dada por Rubin interessa-nos de perto.

O terceiro elemento, elemento que opera por negação, reside em que a distinção não se funda no conteúdo do trabalho. O que recobre três situações: a distinção independe de o trabalho objetivar-se em coisas materiais; a distinção independe do caráter útil do trabalho para o processo de produção de bens materiais; a distinção independe do caráter útil do trabalho para a produção social em geral (isto é, independe do caráter útil do trabalho para a satisfação de quaisquer necessidades sociais).¹⁹²

As definições de Marx (de trabalho produtivo e trabalho improdutivo) "contradizem o entendimento convencional de trabalho produtivo" (RUBIN, *op. cit.*, p. 279) –

"Um ator, por exemplo, ou mesmo um palhaço, é, segundo esta definição, um trabalhador produtivo se trabalha a serviço de um capitalista (de um empresário), a quem retribui maior trabalho do que dele recebe, sob a forma de salário, enquanto um alfaiate que trabalha a domicílio, que vai à casa do capitalista e lhe remenda as calças, só produz para este um simples valor de uso, é um trabalhador improdutivo. O trabalho do primeiro se troca com

¹⁹¹ Ver, a respeito, MARX, 1987, p. 388-391; ver, ainda, o item 1.2.2 deste trabalho.

¹⁹² Neste momento do texto, Rubin, à semelhança de Napoleoni, traz a discussão para os dias atuais: contrapõe a concepção de Marx às abordagens presentes "na maioria dos livros-texto de Economia Política". Estas últimas tratam o trabalho produtivo do "ponto de vista de sua necessidade objetiva para a produção social em geral, ou para a produção de bens materiais" e tomam o conteúdo do trabalho como elemento decisivo para delimitar o âmbito do trabalho produtivo – isto é, privilegiam "seu resultado, que é usualmente um objeto material para o qual está dirigido o trabalho e é criado pelo mesmo" (RUBIN, *op. cit.*, p. 279).

capital, o do segundo com renda. O do primeiro produz mais-valia, o segundo consome renda" (MARX *apud* RUBIN, *op. cit.*, p. 279).¹⁹³ –

e marcam a especificidade de sua postura analítica:

"O problema abordado em Marx nada tem em comum com este outro [as concepções usuais acerca do trabalho produtivo], exceto o nome.¹⁹⁴ O trabalho produtivo, para Marx, significa: trabalho engajado no *dado sistema social de produção*. Marx está interessado na questão de qual produção social se trata, de como a atividade de trabalho das pessoas empenhadas no sistema de produção social difere da atividade de trabalho das pessoas que não estão empenhadas na produção social (por exemplo, o trabalho voltado para a satisfação de necessidades pessoais ou para o serviço doméstico)" (RUBIN, *op. cit.*, p. 279).

Dito isto, Rubin indaga-se sobre o critério que permite a inclusão da atividade das pessoas na categoria de trabalho produtivo. Ao centrar-se na questão, mantém-se fiel às duas conclusões a que chegara, valendo-se dos elementos que já ressaltáramos.

5.2. O âmbito do trabalho produtivo e a inclusão/exclusão das atividades na categoria

De acordo com Rubin, o critério que permite ou não a inclusão da

¹⁹³ Ver MARX, 1987, p. 137.

¹⁹⁴ Rubin faz questão absoluta de ressaltar esta diferença: não por acaso inicia a discussão procurando "determinar o significado exato da teoria de Marx sobre o trabalho produtivo". A despeito do fato de, aparentemente, tanto as "abordagens (teóricas) convencionais" quanto a abordagem (teórica) de Marx tratarem da "mesma" categoria – a de trabalho produtivo – trata-se de concepções (teóricas) diferentes e, portanto, de categorias (teóricas) também diferentes. A preocupação de Rubin não é avaliar a exatidão de cada qual, mas enfatizar a diferença fundamental da perspectiva de Marx frente às demais: "Não perguntamos se a definição de Marx sobre trabalho produtivo, baseada na análise da forma social do trabalho, é correta, ou se são corretas as definições convencionais dos tratados de Economia Política, baseadas na 'indispensabilidade', na 'utilidade', no 'caráter material' do trabalho, ou em seu papel no consumo pessoal e produtivo. Não dizemos que a distinção de Marx, que se abstrai do conteúdo dos dispêndios de trabalho, é mais exata que as concepções convencionais. Afirmamos apenas que a concepção de Marx é diferente dessas concepções convencionais, e não está compreendida nas mesmas. Sua atenção estava voltada para outro aspecto dos fenômenos [...]". O autor vai além e lamenta que Marx tenha usado o adjetivo, posto que "o termo 'produtivo' tinha um significado diferente na ciência econômica". (RUBIN, *op. cit.*, p. 293.)

atividade laboriosa das pessoas na categoria de trabalho produtivo reside nas relações de produção. Parte do raciocínio mais geral que marca a especificidade da sociedade capitalista, enquanto forma de produção histórica:

"[Para Marx] Todo sistema de produção distingue-se pela totalidade de relações de produção, determinadas pela forma social de organização do trabalho. Na sociedade capitalista, o trabalho está organizado sob a forma de trabalho assalariado, isto é, a economia está organizada sob a forma de empresas capitalistas, onde os trabalhadores assalariados trabalham sob o comando de um capitalista. Criam mercadorias e rendem uma mais-valia para o capitalista" (*Ibid.*, p. 280),

para atingir o âmago do problema: se assim é, então,

"Somente o trabalho organizado sob a forma de empresas capitalistas, que tem a forma de trabalho assalariado, empregado pelo capital com a finalidade de extrair dele uma mais-valia, é incluído no sistema de produção capitalista. Este trabalho é trabalho produtivo" (Id.).

Explicita-se, desse modo, segundo Rubin, o critério que permite pensar a inclusão – ou não – das diversas atividades na categoria de trabalho produtivo:

"Todo tipo de trabalho incluído nesse sistema social de produção pode ser considerado produtivo, isto é, todo tipo de trabalho organizado sob a forma social determinada que é característica desse sistema de produção. Em outras palavras, o trabalho é considerado produtivo ou improdutivo não do ponto de vista de seu conteúdo, ou seja, quanto ao caráter da atividade de trabalho concreta, mas do ponto de vista de *sua forma social de organização*, de sua compatibilidade com as relações de produção características da determinada ordem econômica da sociedade. Marx observou, com freqüência, esta característica" (*Id.*).

Postura que, reitera Rubin, diferencia a teoria de Marx sobre o trabalho produtivo das "teorias convencionais (...), que atribuem um papel decisivo ao conteúdo do trabalho". Em Marx, o ser produtivo do trabalho

não depende das características materiais do trabalho – seja da natureza do produto, seja do caráter específico do trabalho concreto, seja do valor de uso em que o trabalho se incorpora, seja da utilidade de que se reveste o trabalho, seja da utilidade do produto do trabalho.

"'Estas definições' (de trabalho produtivo, I.R.) 'não decorrem das características materiais do trabalho (nem da natureza de seu produto, nem do caráter específico do trabalho como trabalho concreto), mas da forma social determinada, das relações sociais de produção sob as quais o trabalho se realiza' [...]. 'É uma definição de trabalho decorrente não de seu conteúdo ou resultado, mas de sua forma social específica' [...]. 'A forma material determinada do trabalho, e por conseguinte de seu produto, nada tem a ver, em si, com esta distinção entre trabalho produtivo e improdutivo' [...]. '... o conteúdo, o caráter concreto, a particular utilidade do trabalho parecem não estabelecer qualquer diferença, em princípio'. 'Esta distinção entre trabalho produtivo e improdutivo nada tem a ver com a particular especialidade do trabalho, ou seja com o valor de uso específico ao qual se incorpora esse trabalho específico' [...]" (MARX *apud* RUBIN, *op.cit.*, p. 280).¹⁹⁵

Se é a "forma social do trabalho" que se constitui no parâmetro de distinção, então,

"de um ponto de vista material, o mesmo trabalho pode ser produtivo ou improdutivo (ou seja, pode ou não estar incluído no sistema capitalista de produção), conforme esteja ou não organizado sob a forma de empresa capitalista" (RUBIN, *op. cit.*, p. 280).

Rubin detém-se, a seguir, em algumas passagens de Marx, esmiuçando-as. A seleção das passagens é cuidadosa, posto que estas recobrem situações distintas; ao comentá-las, Rubin, além de enfatizar o critério que autoriza a distinção entre trabalho produtivo e improdutivo, com ele opera, procedendo a uma classificação das atividades, apoiado rigorosamente nos escritos de Marx.

Tomemos a primeira passagem:

¹⁹⁵ Referências que correspondem a MARX, 1987, respectivamente, p. 137, p. 138, p. 138, p. 399 e p. 140.

"O operário empregado por um fabricante de pianos, por exemplo, é um trabalhador produtivo. Seu trabalho não só repõe o trabalho que consome, mas no produto, no piano, na mercadoria vendida pelo fabricante de pianos, existe uma mais-valia, além do valor dos salários. Suponhamos, ao contrário, que eu compre todos os materiais necessários para o piano (ou, para o que nos importa, o próprio trabalhador poderia possuí-los), e, ao invés de comprar o piano no comércio, o mesmo é fabricado para mim em minha casa. O operário que faz o piano é agora um trabalhador improdutivo, pois seu trabalho se troca diretamente com minha renda [...]" (MARX *apud* RUBIN, *op. cit.*, p. 280-281).¹⁹⁶

O que permite incluir uma atividade na categoria de trabalho produtivo e excluir a outra se o conteúdo do trabalho é o mesmo – os dois trabalhadores são trabalhadores manuais, os dois produzem "coisas materiais", o produto da atividade dos dois é o mesmo, a utilidade do trabalho (e do produto do trabalho) de ambos é a mesma –? A resposta de Rubin é contundente:

"No primeiro caso, o operário que constrói o piano está incluído numa empresa capitalista e, assim, no sistema de produção capitalista [– por isso trata-se de trabalhador produtivo –]. No segundo caso, isso não ocorre [– daí, seu trabalho ser improdutivo –]" (RUBIN, *op. cit.*, p. 281).

5.2.1. A produção não-material

Tomemos a segunda passagem:

"Milton, por exemplo, que escreveu *O Paraíso Perdido* por 5 libras esterlinas, era um *trabalhador improdutivo*. Por outro lado, o escritor que produz materiais para seu editor em estilo fabril, é um *trabalhador produtivo*. Milton produziu *O Paraíso Perdido* assim como o bicho da seda produz a seda. Foi uma atividade de natureza *sua*. Depois, vendeu seu produto por 5 libras esterlinas. Mas o escritor proletário de Leipzig que faz livros (por exemplo,

¹⁹⁶ Ver MARX, 1987, p. 140.

compêndios de economia), sob a direção de seu editor, é um *trabalhador produtivo*, pois seu produto encontra-se submetido, desde o início, ao capital, e nasce apenas com a finalidade de aumentar esse capital. Uma cantora que vende seu canto por conta própria é uma *trabalhadora improdutivo*. Mas a mesma cantora, a quem um empresário ordene que cante, com a finalidade de ele ganhar dinheiro, é uma *trabalhadora produtiva*, pois produz capital" (MARX *apud* RUBIN, *op. cit.*, p. 281).¹⁹⁷

Esta traz-nos uma situação distinta: se, na primeira passagem, os exemplos de atividade diziam respeito à "produção material"; na segunda, os exemplos ilustram o que Marx denomina "produção não material" e recobrem as duas situações possíveis – atividades cujo "resultado são mercadorias que existem isoladamente em relação ao produtor" e atividades cujo "produto não é separável do ato de produção" (MARX, 1978, p. 79).

Nestes exemplos, como naqueles, o caráter produtivo do trabalho independe do conteúdo do trabalho, vale dizer, aqui como lá, o "mesmo trabalho pode ser produtivo ou improdutivo". Assim, Milton que escreve e vende *O paraíso perdido* é um trabalhador improdutivo e o escritor proletário de Leipzig que escreve "compêndios de economia sob a direção de seu editor" é um trabalhador produtivo – e a atividade de ambos insere-se na "produção não material", atividade que redunde em uma mercadoria que "circula no intervalo entre a produção e o consumo" (*Id.*) –. Do mesmo modo, a cantora que vende seu canto por conta própria é trabalhadora improdutivo, enquanto a mesma cantora contratada por um empresário é trabalhadora produtiva – e a atividade de ambas é atinente à "produção não material", cujo "produto não é separável do ato de produção".

Mas, parece-nos, o fato de o caráter produtivo do trabalho independe do conteúdo do trabalho assume, a partir daqui uma conotação ainda mais precisa: não só o mesmo trabalho pode ser produtivo ou improdutivo, mas, trabalhos de "tipo diferente" podem ser

¹⁹⁷ Ver MARX, 1987, p. 396.

produtivos. Em primeiro lugar, e considerando apenas a produção não material, independente da situação (redunde a atividade ou não em um produto separado, ou separável, do ato de produção), a atividade das pessoas, se contratadas por um empresário "com a finalidade de ele ganhar dinheiro", é produtiva, já "que produz capital".¹⁹⁸ Em segundo, e reunindo as duas passagens transcritas de Marx, não importa se se trata de produção material ou de produção não material – produza a atividade pianos, livros ou canto –, o trabalho empregado pelo capitalista, com vistas a aumentar seu capital, é trabalho produtivo.

Essas duas passagens permitem a Rubin, por um lado, concluir que, quanto à inclusão,

"A forma capitalista de organização do trabalho inclui o trabalho no sistema de produção capitalista e faz dele [de "todo tipo de trabalho incluído nesse sistema social de produção"] trabalho 'produtivo'" (RUBIN, *op. cit.*, p. 281);¹⁹⁹

por outro, quanto à exclusão, que

"Todos os trabalhos que não se realizam sob a forma de uma empresa organizada sobre princípios capitalistas, não se incluem no sistema capitalista de produção, nem são considerados trabalho 'produtivo'" (*Id.*).

5.2.2. O trabalho dos serviços domésticos

Rubin detém-se no trabalho improdutivo ao lançar mão de um exemplo: "tal é o caráter dos trabalhos dirigidos para a satisfação de necessidades pessoais (resquícios da economia doméstica natural)" (*Id.*). Ao tratar do trabalho dos serviços domésticos, explicitamente, introduz mais um elemento na discussão: a questão do trabalho assalariado.

"Mesmo o trabalho assalariado, se não for empregado para render

¹⁹⁸ Ao contrário de Rubin, acreditamos que a posição de Marx oscila no que respeita à produção não material – mesmo considerando o décimo segundo aditamento de *Teorias da mais-valia* de cujo extrato Rubin se vale. (Ver, adiante e no mesmo texto, as ponderações de Marx sobre a "presença do capitalismo no domínio da produção imaterial" in MARX, 1987, p. 403-404. Ver, ainda, MARX, 1978, p. 76 e p. 79 e nossas considerações a respeito nos itens 1.2.5.2 e 2.3.2 deste trabalho).

¹⁹⁹ O segmento entre colchetes constitui-se em um enxerto nosso de um trecho de uma passagem já transcrita de Rubin (1980, p. 280).

mais-valia (por exemplo, o trabalho dos serviços domésticos) não é produtivo no sentido definido acima" (*Id.*).

Assim, se é a "forma social do trabalho" que importa e se, sob o capital, este é trabalho assalariado, o mero assalariamento não se constitui em condição suficiente para o trabalho ser considerado trabalho produtivo. O caso dos trabalhadores domésticos o ilustra: estes, a despeito de assalariados, não são trabalhadores produtivos.

O raciocínio de Rubin vai além. Ainda que esses assalariados domésticos produzam bens materiais – ou seja, ainda que produzam valores de uso que podem ser transacionados como mercadorias, tal qual o cozinheiro –, seu trabalho é improdutivo.

"Mas [...] não [...] por ser 'inútil', ou porque não produz bens materiais. Como diz Marx, o trabalho de um cozinheiro produz 'valores de uso materiais' [...], mas é improdutivo se o cozinheiro é contratado como servidor pessoal" (*Id.*).²⁰⁰

Por que, então? Porque seu trabalho não está "organizado sob a forma de uma empresa capitalista".

Novamente Rubin insiste em que o conteúdo do trabalho não apresenta qualquer relevância (não importa se "útil" ou "inútil", considerado o processo produtivo em geral; não importa se produza ou não bens materiais; não importa os valores de uso que gere; e não importa se seu resultado sejam valores de uso idênticos) e recorre a uma terceira passagem de Marx, ainda concernente aos "serviços pessoais", para enfatizar a diferença:

"o trabalho de um laçao, embora não produza bens materiais e seja costumeiramente reconhecido como 'inútil', pode ser trabalho produtivo, se estiver organizado sob a forma de uma empresa capitalista. '... os cozinheiros e garçons num hotel são trabalhadores produtivos, na medida que seu trabalho se converte em capital para o proprietário do hotel. Estas mesmas pessoas são trabalhadores improdutivos como criados, na medida que seus serviços não se

²⁰⁰ Os dois primeiros pares de colchetes suprimem passagem de Rubin; o último, a referência bibliográfica do autor ao texto de Marx e que corresponde a MARX, 1987, p. 139.

convertem em capital, mas gastam renda' [...]" (*Ibid.*, p. 281-282).²⁰¹

Toma, então, uma quarta passagem, em que se assume a ótica do consumidor. Para aquele que dela se serve, a atividade prestada, mesmo que redunde em um bem material, aparece como um "serviço"; para o consumidor, são indiferentes as condições sob as quais o produto do trabalho (um bem material ou um serviço) se produz: sua aquisição implica em mero dispêndio de renda. Daí que,

"Os *trabalhadores produtivos* podem, para mim, ser *trabalhadores improdutivos*. Por exemplo, se mando empapelar minha casa e os empapeladores são assalariados por um patrão que me vende esse trabalho, é o mesmo para mim que se eu tivesse comprado uma casa já empapelada, como se gastasse dinheiro numa mercadoria para meu consumo. Mas, para o patrão que faz os operários empapelarem, eles são *trabalhadores produtivos*, pois lhe produzem *mais-valia*" (MARX *apud* RUBIN, *op.cit.*, p. 282).²⁰²

Assim, do ponto de vista do consumidor-cliente, o trabalho é improdutivo; "só se torna produtivo quando se incorpora à economia de um empresário capitalista" (RUBIN, *op. cit.*, p. 282)

5.2.3. O trabalho de camponeses e artesãos

Rubin introduz um elemento teórico importante, precisando o nível de abstração em que a análise de Marx se processa. Retomemos seus argumentos: "somente o trabalho organizado sobre princípios capitalistas e, assim, incluído no sistema de produção capitalista é trabalho produtivo", mas,

"Não se deve entender a produção capitalista no sentido de sistema econômico-social existente e concreto [...]. O sistema de produção capitalista compreende apenas as unidades econômicas constituídas sobre princípios capitalistas. É uma abstração científica, derivada de uma realidade econômica concreta, e sob esta forma abstrata constitui objeto da Economia Política enquanto

²⁰¹ Ver MARX, 1987, p. 138.

²⁰² Ver MARX, 1987, p. 400.

ciência da economia capitalista" (*Ibid.*, p. 282).

Apesar de, na realidade concreta, persistirem "resquícios de formas pré-capitalistas de produção (por exemplo, a produção camponesa e artesanal)",

"Nesta [na produção capitalista], como abstração teórica, não existem o trabalho do camponês e do artesão. A questão da produtividade dos mesmos não é considerada" (*Id.*).

Vale dizer, do ponto de vista da produção capitalista, ao trabalho de artesãos e camponeses a distinção não se aplica. Estes

"defrontam-se comigo como vendedores de mercadorias, não como vendedores de trabalho; esta relação, portanto, nada tem a ver com a troca de capital por trabalho. Conseqüentemente, tampouco tem a ver algo com a distinção entre trabalho *produtivo e improdutivo*, que depende inteiramente de o trabalho se trocar por dinheiro como dinheiro, ou por dinheiro como capital. Portanto, não pertencem à categoria dos trabalhadores *produtivos* nem dos *improdutivos*, embora produzam mercadorias. Mas sua produção não se inclui no modo de produção capitalista" [...] (MARX *apud* RUBIN, *op. cit.*, p. 282).²⁰³

5.2.4. O trabalho dos servidores públicos

Segundo Rubin,

"o trabalho do servidor público, da polícia, dos soldados e sacerdotes, não pode ser relacionado a trabalho produtivo [...], porque está organizado sobre princípios de direito público, e não sob a forma de empresas capitalistas privadas" (RUBIN, *op. cit.*, p. 283).

Novamente, insiste Rubin, este trabalho não é trabalho produtivo "não porque seja 'inútil' ou porque não se materialize em 'coisas'" (*Id.*), mas por conta da forma de sua organização. Assim,

"Um empregado dos correios não é um trabalhador produtivo, mas se o correio estiver organizado sob a forma de empresa privada

²⁰³ Ver MARX, 1987, p. 401.

capitalista, que cobra dinheiro pela entrega de cartas e encomendas, os trabalhadores dessas empresas serão trabalhadores produtivos" (*Id.*).

Ou,

"Se a tarefa de proteger carga e passageiros nas estradas não fosse realizada pela polícia estatal, mas por agências privadas de transporte, que mantivessem a proteção armada através de trabalhadores empregados, os membros dessas agências seriam trabalhadores produtivos. Seu trabalho estaria incluído no sistema de produção capitalista e essas agências privadas estariam sujeitas às leis da produção capitalista (por exemplo, à lei de iguais taxas de lucro para todos os ramos de produção)" (*Id.*)²⁰⁴.

Em suma, Marx, ao definir trabalho produtivo,

"abstraiu-se completamente de seu *conteúdo*, do caráter e resultado concretos, úteis, do trabalho. Tratou o trabalho apenas do ponto de vista de sua *forma social*. O trabalho organizado numa empresa capitalista é trabalho produtivo. O conceito de 'produtivo' – como outros conceitos da Economia Política em Marx – possui um caráter histórico e social" (*Id.*) .

O que possibilita a Rubin afirmar que

"seria profundamente incorreto atribuir um caráter 'materialista' à teoria de Marx sobre o trabalho produtivo. Do ponto de vista de Marx, não se pode considerar como produtivo apenas o trabalho que serve à satisfação de necessidades *materiais* (e não das chamadas *necessidades espirituais*)" (*Id.*).

e , portanto, que "a natureza das necessidades não tem papel algum".

Nos termos de Marx:

"O caráter dessas necessidades, o de surgirem por exemplo do estômago ou da imaginação, não interessa minimamente para estes efeitos" (MARX *apud* RUBIN, *op. cit.*, p. 283).²⁰⁵

Mas, não só a natureza das necessidades é irrelevante; irrelevante é

²⁰⁴ Argumento que não é suficiente, posto que o capital comercial também está sujeito à "lei de iguais taxas de lucro" e nem por isso o trabalho dos trabalhadores empregados por esse tipo de capital é produtivo (Ver MARX, 1974, Cap. XVII, "O lucro comercial").

²⁰⁵ Citação que corresponde a MARX, 1968, p. 41.

também "a diferença entre trabalho *físico e intelectual*".

5.2.5. O trabalho intelectual

No que respeita ao trabalho

"do inspetor, engenheiro, administrador, funcionários, etc., numa palavra, o trabalho de todo o pessoal necessário para criar certa mercadoria numa dada esfera da produção material" (RUBIN, *op. cit.*, p. 283),

Marx considera que estes "agregam seu trabalho conjunto ao capital constante, e aumentam o valor do produto nesse montante [...]" (MARX *apud* RUBIN, *op. cit.*, p. 284)²⁰⁶, posto que estes trabalhadores intelectuais

"criam um novo valor. Recebem uma retribuição desse valor e deixam uma parte do mesmo nas mãos do capitalista sob a forma de valor não-pago, de mais-valia" (RUBIN, *op. cit.*, p. 284).

Daí,

"O trabalho intelectual necessário para o processo de produção não difere, sob qualquer aspecto, do trabalho físico. É 'produtivo' se estiver organizado sobre princípios capitalistas" (*Id.*).

E mais,

"Neste caso, tanto faz que o trabalho intelectual esteja organizado juntamente com o trabalho físico numa empresa (departamento de engenharia, laboratório químico, ou escritório de contabilidade, numa fábrica), ou que esteja separado numa empresa independente (um laboratório químico experimental independente, que tenha o encargo de melhorar a produção, etc.)" (*Id.*).

5.2.6. Considerações sobre a definição acessória

Rubin detém-se em uma "diferença entre tipos de trabalho" que poderia ter "significação maior para a questão do trabalho produtivo":

"trata-se da diferença entre o trabalho que 'se encarna em valores de uso materiais'[...], e o trabalho ou serviços 'que não adotam uma

²⁰⁶ Ver MARX, 1987, p. 144.

forma objetiva, isto é, que não têm existência como coisas separadas dos que executam os serviços' [...], em que 'a produção não pode separar-se do ato de produzir, como ocorre com todos artistas, oradores, professores, médicos, sacerdotes, etc.' [...]" (*Id.*)²⁰⁷.

Rubin retoma a distinção entre a produção material e a produção não-material, neste momento do texto, sob um ângulo novo. Trata-a, agora, levando em conta o problema que a "definição acessória do trabalho produtivo" introduz: "trabalho [produtivo é aquele] que se realiza em riqueza material" (MARX, 1987, p. 403). A definição acessória parece indicar que o conteúdo do trabalho, enfim, reveste-se de importância para determinar o caráter produtivo do trabalho. Ao tratar da questão, Rubin opera com dois supostos de Marx que, subjacentes à afirmação, validam-na. O primeiro é o de que a produção material como um todo está organizada sobre princípios capitalistas (Ver RUBIN, *op. cit.*, p. 285) ou, nos termos de Marx, que

"todo o mundo das mercadorias, todas as esferas da produção material - a produção de riqueza material – estejam submetidas, formal ou realmente, ao modo de produção capitalista" (MARX *apud* RUBIN, *op. cit.*, p. 284)²⁰⁸

O segundo é o de que a produção não-material está excluída da análise (Ver RUBIN, *op. cit.*, p. 285), ou que

"os fenômenos relacionados à produção não-material 'são tão insignificantes, em comparação com o total da produção, que se pode prescindir inteiramente dos mesmos' [...]" (RUBIN *op. cit.*, p. 284).²⁰⁹

Segundo Rubin, considerados estes supostos, e somente se considerados estes supostos, então,

"o trabalho produtivo, junto à sua característica determinante - que em nada considera o *conteúdo do trabalho* e é absolutamente independente desse conteúdo - receberá uma segunda definição,

²⁰⁷ Ver MARX, 1987, respectivamente, p. 146, p. 146 e p. 404.

²⁰⁸ Ver MARX, 1987, p. 403.

²⁰⁹ Ver MARX, 1987, p. 404.

distinta e subsidiária" (MARX *apud* RUBIN, *op. cit.*, p. 285),²¹⁰ qual seja: "trabalho produtivo é o que produz riqueza material" (RUBIN, *op. cit.*, p. 285).

Rubin é enfático em ressaltar o caráter acessório desta definição, acentuando os limites no interior dos quais sua validade se sustenta:

"É necessário observar que esta é uma definição 'secundária', válida apenas se se aceitarem as premissas acima mencionadas, ou seja, se se supõe de antemão que o trabalho está organizado sob a forma capitalista" (*Id.*).

É enfático, ainda, ao mostrar que

"o trabalho produtivo [...] [tal qual definido por Marx por sua "característica decisiva" como "trabalho que cria mais-valia"] e o trabalho que produz riqueza material, não coincidem; divergem, sob dois aspectos" (*Id.*).²¹¹

Por um lado, porque

"o trabalho produtivo compreende o trabalho que, embora não incorporado em coisas materiais, esteja organizado sobre princípios capitalistas" (*Id.*).

Por outro, porque

"o trabalho que produz riqueza material, mas não está organizado sob a forma de produção capitalista, não é trabalho produtivo do ponto de vista da produção capitalista" (*Id.*).

E insiste na tese de que, a despeito da definição acessória, o conteúdo do trabalho não apresenta qualquer relevância para determinação do caráter produtivo do trabalho e, em decorrência, não persistem quaisquer ranços "materialistas" na definição de Marx.

"Se não tomarmos a 'definição secundária', mas a 'característica decisiva' do trabalho produtivo, que Marx define como trabalho que cria mais-valia, veremos que todos os vestígios de trabalho definido 'materialmente' são eliminados da definição de Marx. Essa definição toma como ponto de partida a forma social (ou seja, capitalista) de

²¹⁰ Ver MARX, 1987, p. 403.

²¹¹ O primeiro par de colchetes suprime passagem de Rubin; o segundo introduz enxerto nosso e as expressões entre aspas são de Rubin (Ver RUBIN, *op.cit.*, p. 285).

organização do trabalho. Essa definição possui um caráter sociológico" (*Id.*).

A tese é especialmente importante dada a polêmica que se trava, entre cientistas sociais marxistas ou não, em torno das considerações que Marx tece a respeito do trabalho empregado na esfera da circulação.

5.2.7. O trabalho empregado na circulação

Segundo Rubin, Marx não considera o trabalho dos trabalhadores e funcionários empregados no comércio (vendedores e funcionários de lojas) e crédito como trabalho produtivo.²¹² Por que não? Para responder a esta pergunta Rubin retoma a lógica que preside a construção de Marx. Acompanhem-lo de perto.

Inicia retomando o texto de *Teorias*:

"devemos lembrar que sempre que Marx falava de trabalho produtivo como trabalho empregado pelo capital, nas *Teorias Sobre a Mais-Valia*, tinha em mente apenas o *capital produtivo*. O apêndice ao Tomo I dessa obra, intitulado 'O Conceito de Trabalho Produtivo', começa com a questão do capital produtivo. Daqui, Marx passa para o trabalho produtivo. O apêndice termina com as seguintes palavras: 'Tratamos aqui, apenas do *capital produtivo*, isto é, capital empregado no *processo direto de produção*. Mais tarde, passaremos ao capital no *processo de circulação*. E só depois disso, ao

²¹² O que poderia levar a supor uma contradição entre *Teorias da mais-valia* e os livros II e III de *O capital*. Rubin recupera a polêmica nos seguintes termos: "À primeira vista, a concepção de trabalho produtivo desenvolvida nas *Teorias Sobre a Plusvalia* contradiz a idéia de Marx acerca do trabalho dos trabalhadores e funcionários empregados no comércio e crédito (*O Capital*, Livro II, Capítulo VI; Livro III, Capítulos XIV-XIX). Segundo muitos cientistas sociais [...], Marx se negou a considerar esse trabalho como produtivo porque não produz modificações em coisas materiais. Segundo eles, este é um 'resquício' das teorias 'materialistas' sobre o trabalho produtivo. [...]". E pergunta-se: "Será realmente verdade que os Livros II e III estão imbuídos dessa concepção 'materialista' do trabalho produtivo que Marx submeteu à detalhada e destrutiva crítica nas *Teorias sobre a Mais-Valia*?" Para responder a seguir: "Na realidade, não existe essa patente contradição nas concepções de Marx. Este não renuncia ao conceito de trabalho produtivo como trabalho organizado sobre princípios capitalistas, independentemente de seu caráter concreto útil e de seus resultados. Mas, se é assim, por que Marx não considera o trabalho dos vendedores e dos funcionários de lojas, organizado numa empresa comercial capitalista, como trabalho produtivo?" (Ver RUBIN, *op. cit.*, p. 285-286).

considerar a forma específica que o capital assume como capital comercial, poderemos responder à pergunta sobre até que ponto os trabalhadores por ele empregados são produtivos ou improditivos"[...]" (*Ibid.*, p. 286).²¹³

Texto que remete à teoria que Marx desenvolve no Livro II de *O capital* a respeito de "As metamorfoses do capital e seu ciclo"

"De acordo com essa teoria, o capital atravessa três fases em seu processo de reprodução: capital-dinheiro, capital-produtivo e capital-mercadoria. A primeira e terceira fases representam o 'processo de circulação do capital' e, a segunda, 'processo de produção do capital'. Neste esquema, o capital 'produtivo' não é oposto ao capital improditivo, mas ao capital no 'processo de circulação'" (*Ibid.*, p. 287).

Quanto ao capital produtivo, este

"organiza diretamente o processo de criação de bens de consumo, em sentido amplo. Esse processo inclui todo o trabalho necessário para adaptação dos bens à finalidade de consumo, por exemplo, conservação, transporte, embalagem, etc" (*Id.*).

Quanto ao capital no processo de circulação, este

"organiza a 'genuína circulação', a compra e venda, por exemplo, a transferência do direito de propriedade abstraída da transferência real de produtos. Este capital supera o atrito, por assim dizer, do sistema mercantil capitalista, devido a este se encontrar cindido em unidades econômicas individuais. Ele precede e segue o processo de criação de bens de consumo, embora esteja ligado indiretamente ao mesmo" (*Id.*).

No sistema analítico de Marx,

"A 'produção de capital' e a 'circulação de capital' tornam-se independentes [...] e são tratadas separadamente, embora Marx não perca de vista, ao mesmo tempo, a unidade do processo inteiro de reprodução do capital. É esta a base para distinção entre trabalho empregado na produção e empregado na circulação" (*Id.*).

Rigorosamente,

²¹³ Ver MARX, 1987, p. 406.

"Marx distingue entre o trabalho empregado pelo 'capital produtivo' ou, mais exatamente, pelo capital na *fase de produção*, e o trabalho empregado pelo capital-mercadoria ou capital-dinheiro, mais precisamente, o capital na *fase de circulação*. Somente o primeiro tipo de trabalho é 'produtivo' [...]" (*Id.*).

Mas,

"Esta divisão [a divisão entre trabalho empregado pelo capital na fase de produção e trabalho empregado na fase de circulação do capital] nada tem a ver com uma divisão entre trabalho que produz modificações nos bens materiais e trabalho que não possui esta propriedade" (*Id.*).

Se "somente o primeiro tipo de trabalho é produtivo", isso não se explica porque este "produza bens materiais, mas porque é empregado pelo capital 'produtivo', isto é, capital na fase de produção" (*Id.*). Prossegue Rubin, reiterando o critério definidor da categoria,

"A participação do trabalho na produção de bens de consumo (não necessariamente bens materiais) representa, para Marx, uma propriedade adicional do caráter produtivo do trabalho, mas não seu critério. O critério continua sendo a forma capitalista de organização do trabalho. O caráter produtivo do trabalho é uma expressão do caráter produtivo do capital. O movimento das fases do capital determina as características do trabalho que elas empregam. Marx permanece fiel, aqui, à sua concepção de que na sociedade capitalista a força motriz do desenvolvimento é o capital: os movimentos deste determinam o movimento do trabalho, que lhe é subordinado" (*Id.*).

Assim,

"segundo Marx, *trabalho produtivo* é todo tipo de trabalho organizado sob a *forma do processo capitalista de produção* ou, mais precisamente, o trabalho empregado pelo capital produtivo, ou seja, pelo capital na *fase de produção*" (*Ibid.*, p. 288)

Rubin vale-se, a seguir, de três exemplos de trabalhos assalariados pelo capital que ilustram seu raciocínio: dois deles referem-se ao trabalho empregado pelo capital na esfera da circulação, o outro ao trabalho

empregado pelo capital na esfera da produção. Sua argumentação reside no fato de que embora nenhum deles produza quaisquer alterações em bens materiais, nem todos são trabalhos improdutivos. O que reforça uma primeira tese, qual seja, a de que o critério para estabelecer o ser produtivo do trabalho independe de este produzir ou não modificações em bens materiais. Reforça uma segunda tese, a saber, todo trabalho empregado pelo capital na esfera da produção é produtivo; em contrapartida, o trabalho empregado pelo capital na esfera da circulação é improdutivo. Reforça, ainda, uma terceira tese, a de que nem todo trabalho assalariado pelo capital é produtivo, só o é aquele empregado pelo capital na fase de produção. Vejamos os exemplos de que Rubin lança mão.

Primeiro, o trabalho do vendedor: este "não é produtivo não porque não produza modificações nos bens materiais, mas porque é empregado pelo capital em fase de circulação" (*Id.*).

Segundo, o do palhaço empregado pelo empresário de circo: trabalho que

"é produtivo, embora não provoque modificações em bens materiais e, do ponto de vista das necessidades sociais, seja menos útil que o trabalho do vendedor. O trabalho do palhaço é produtivo por ser empregado pelo capital na fase de produção" (*Id.*).

E Rubin faz questão de esclarecer: neste caso,

"O resultado da produção [...] consiste em bens não-materiais, em pilhérias, mas isto não modifica o problema. As pilhérias do palhaço possuem valor de uso e valor de troca. Seu valor de troca é maior que o valor da reprodução da força de trabalho do palhaço, isto é, que seu salário, e os gastos de capital constante. Conseqüentemente, o empresário extrai uma mais-valia" (*Id.*).

E, terceiro, o do "bilheteiro do circo, que vende entradas para as funções do palhaço", seu trabalho

"é improdutivo, pois contratado pelo capital em fase de circulação: contribui apenas para transferir o 'direito de assistir o espetáculo', o direito de gozar as pilhérias do palhaço, de uma pessoa (empresário)

para outra (o público)" (*Id.*).

Feita a grande separação entre trabalho empregado pelo capital na fase de produção (trabalho produtivo) e na fase de circulação (trabalho improdutivo), Rubin introduz um novo complicador: o que Marx considera como a função de circulação do capital?

"A função de circulação do capital consiste apenas em transferir o direito de propriedade sobre um produto de uma pessoa para outra, é apenas uma transformação do valor sob a forma-mercadoria para a forma-dinheiro, ou, inversamente, apenas uma realização do valor produzido. É uma transição ideal ou formal, não real" (*Id.*).

Ela "não significa circulação e distribuição 'verdadeiras', 'reais', dos produtos", ela não significa "um processo real de transferência das mãos dos produtores para as dos consumidores, acompanhado necessariamente dos processos de transporte, conservação, embalagem, etc" (*Id.*). Marx, então, "distinguiu taxativamente [a] 'metamorfose formal' que é a essência da fase de circulação, da 'função real' do capital-mercadoria [...]" (*Ibid.*, p. 289).²¹⁴

Dentre as funções reais, Marx incluiu "transporte, armazenagem, 'distribuição das mercadorias sob forma distributível' [...], 'expedição, transporte, distribuição, venda a varejo' [...]" (*Ibid.*, p. 289).²¹⁵ E considerou-as todas como

"'processos de produção que persistem dentro do processo de circulação' [...], 'processos de produção que podem continuar dentro do processo de circulação' [...]. São 'processos de produção que simplesmente prosseguem na circulação e cujo caráter produtivo oculta-se sob a forma desta' [...]" (*Id.*)²¹⁶

Em decorrência, "o trabalho aplicado nesses 'processos de produção' é trabalho produtivo que cria valor e mais-valia" (*Id.*). E Rubin

²¹⁴ Para distinção entre a "metamorfose formal" e a "função real do capital mercadoria", Rubin remete ao que corresponderia, malgrado a(s) diferença(s) de tradução, a MARX, 1974, p. 310-311.

²¹⁵ Ver, MARX, 1974, respectivamente, p. 310, p. 325 e p. 332.

²¹⁶ Para as expressões entre aspas ver, respectivamente, MARX, 1974, p. 310, p.332 e MARX, 1970, p. 140.

exemplifica: "se o trabalho do vendedor consiste em levar a cabo funções reais, conservação, transporte, embalagem, etc. é trabalho produtivo", ressaltando que o caráter produtivo de que se reveste o trabalho não redundava de este "se incorpor[ar] em bens materiais (a conservação não produz essas modificações), mas por estar engajado no 'processo de produção' e ser, conseqüentemente, empregado pelo capital produtivo" (*Ibid.*, p. 289-290).

Distinto é o caso das atividades ligadas à "metamorfose puramente formal" – função por excelência do capital na fase de circulação. A respeito destas Marx é contundente: "A lei geral é de que *todos os gastos de circulação que respondem simplesmente a uma modificação de forma da mercadoria não agregam a esta nenhum valor [...]*" (MARX *apud* RUBIN, *op. cit.*, p. 289)²¹⁷. Segundo Rubin,

"Deve-se compreender que a realização formal do valor, isto é, a transferência do direito de propriedade sobre os produtos, 'limita-se a servir de veículo à sua realização e, com isso, à verdadeira troca de mercadorias, à sua passagem de umas mãos a outras, ao metabolismo social' [...]" (RUBIN, *op. cit.*, p. 289)²¹⁸.

E este trabalho é trabalho improdutivo. Retornando ao exemplo do vendedor (empregado comercial), já levantado, e por oposição:

"O trabalho do mesmo empregado comercial é improdutivo apenas se servir exclusivamente às 'metamorfozes formais' do valor, à sua realização, à transferência ideal do direito de propriedade sobre o produto de uma pessoa para outra" (*Ibid.*, p. 290).

Rubin mostra a dificuldade de se enfrentar a questão. Se, do ponto de vista teórico, "a realização formal, a genuína função do capital na circulação, é inteiramente diferente das funções reais já mencionadas, que são, em essência, estranhas a este capital e possuem um caráter 'heterogêneo' [...]" (*Ibid.*, p. 289)²¹⁹, na realidade, ocorre que

"Nas empresas comerciais comuns estas funções formais e reais usualmente se misturam e entrelaçam. O trabalho do vendedor numa

²¹⁷ Ver MARX, 1970, p. 152.

²¹⁸ Para a passagem entre aspas, ver MARX, 1974, p. 325.

²¹⁹ Para o vocábulo entre aspas ver MARX, 1974, p. 325.

loja serve à função real de conservação, desempacotamento, empacotamento, transporte, etc., e às funções formais de compra e venda" (*Id.*).

No entanto,

"estas funções podem ser separadas tanto com relação às pessoas quanto aos locais. 'As mercadorias prontas para serem compradas ou vendidas podem também ser armazenadas em *docks* e outros locais públicos' [...], por exemplo, em depósitos comerciais e de transporte. O momento formal da capital realização, a compra e venda, pode ocorrer em outro local, num 'escritório de vendas especial' (*Id.*)²²⁰.

E aí, claramente, "os aspectos formal e real da circulação do valor separam-se um do outro" (*Id.*).

Rubin considera, a seguir, outro exemplo – exemplo que concerne a gastos de circulação em um escritório de vendas (contabilidade, guarda de livros, etc.):

"A 'metamorfose formal' que ocorre no 'escritório de vendas' e está separada de todas as funções reais, também exige certos gastos de circulação e dispêndios de trabalho, qual sejam, contabilidade, guarda de livros, correspondência, etc. [...]. Este trabalho não é produtivo, ainda uma vez, não porque não crie bens materiais, mas porque serve à 'metamorfose formal' do valor, à fase de 'circulação' do capital em forma pura" (*Id.*)²²¹.

Não por acaso Rubin traz um exemplo relacionado à contabilidade. Considera, por um lado, que "as concepções de Marx acerca da

²²⁰ Ver MARX, 1974, p. 333.

²²¹ O segmento entre colchetes reporta-se à indicação de referência ao texto original de Marx, feita por Rubin (não se trata de transcrição literal), e que corresponde a MARX, 1974, p. 333. Subjacente à questão do trabalho produtivo, há outra, não menos relevante. Rubin contesta que as funções formais prescindam do trabalho humano vivo. Nos seus termos: "Suponhamos que todas as funções reais, 'materiais', sejam separadas das funções formais, e que os artigos sejam conservados em depósitos, docas, etc. Suponhamos que no 'escritório de vendas' ocorra apenas o ato formal de compra e venda, a transferência do direito de propriedade sobre a mercadoria. Os gastos com equipamentos de escritório, manutenção de empregados, agentes de vendas, contabilidade, visto serem causados pela transferência do direito de propriedade de uma pessoa para outra, são todos 'gastos genuínos de circulação' relacionados apenas à metamorfose formal do valor". Assim, "como se pode ver, mesmo esta requer 'dispêndios' do comerciante, e a aplicação de trabalho humano que, neste caso, é improdutivo, segundo Marx" (RUBIN, *op.cit.*, p. 290).

'contabilidade' [...] [se] caracterizam por sua extrema obscuridade"; mas, por outro, que "do ponto de vista da concepção de Marx sobre trabalho produtivo, a questão do trabalho dos contadores não coloca particulares dúvidas" (*Ibid.*, p. 291).²²² Refuta a opinião dos que sustentam que Marx teria taxado de improdutivo "o trabalho de contabilidade, em qualquer caso". Ao contrário, afirma que

"Se a contabilidade é necessária para a execução de funções reais da produção, embora essas funções sejam efetuadas no curso da circulação (o trabalho do contador está relacionado à produção, conservação e transporte de bens), então a contabilidade relaciona-se ao processo de produção" (*Id.*);

neste caso, portanto, trata-se de trabalho produtivo. E acrescenta, para enfatizar a diferença:

"O trabalho do contador só é improdutivo quando realiza a metamorfose formal do valor – a transferência do direito de propriedade sobre o produto, o ato de compra e venda em sua forma ideal. Repetimos mais uma vez que, neste caso, o trabalho do contador não é improdutivo por não provocar modificações em bens materiais (sob este aspecto, não difere do trabalho do contador de uma fábrica), mas por ser empregado pelo capital na fase de circulação (separada de todas as funções reais)" (*Ibid.*, p. 291).

Firmadas as "distinções entre funções formais e reais do capital-mercadoria" – ou, em outros termos, firmadas as diferenças "entre a circulação em sua forma pura e 'os processos de produção levados a cabo no processo de circulação'" – (*Id.*), Rubin é incisivo: em Marx,

"a concepção básica de trabalho produtivo como trabalho empregado pelo capital [na fase de produção] (mesmo em processos complementares da produção, levados a cabo na circulação) e de trabalho improdutivo como trabalho que serve ao capital na fase de circulação pura ou na 'metamorfose formal' do valor é bastante clara" (*Ibid.*, p. 291-292).

Mas a discussão ainda não se encerra. Rubin introduz, a propósito

²²² E remete a MARX, 1970, capítulo VI.

da circulação, um elemento novo (ou antes, trata de maneira diversa um elemento no o qual já se detivera), qual seja, o de que em Marx a "indispensabilidade" do trabalho (na "sua forma concreta e útil), não se constitui em critério para determinar seu caráter produtivo:

"Segundo Marx, as fases de produção e circulação são igualmente necessárias para o processo de reprodução do capital. Mas isto não elimina as propriedades distintivas dessas duas fases do movimento do capital. O trabalho empregado pelo capital na fase de produção e o trabalho empregado na fase de circulação são ambos necessários, mas Marx considerou produtivo apenas o primeiro" (*Ibid.*, p. 292).

E transcreve duas passagens de Marx que respaldam sua argumentação:

"Ele (o agente comprador e vendedor) realiza uma função necessária, já que o próprio processo de reprodução inclui também funções improdutivas' [...], isto é, a função de circulação pura. 'O tempo de trabalho gasto nessas operações [de circulação pura] é dedicado a operações necessárias ao processo de reprodução do capital, mas não agrega valor algum' [...]" (*Id.*)²²³.

Conclui, afirmando que

"as concepções dos autores que reduzem a teoria do trabalho produtivo de Marx a uma diferença entre trabalho incorporado em coisas materiais e o que não possui esta propriedade, devem ser reconhecidas como incondicionalmente errôneas" (*Ibid.*, p. 292-293).

Ao contrário, o objetivo de Marx teria sido o de tratar "das diferenças entre trabalho contratado pelo capital na fase de produção e trabalho contratado pelo capital na fase de circulação" (*Ibid.*, p. 293). Assim, já que a expressão trabalho produtivo "tinha um significado diferente na ciência econômica", acredita que, talvez, "trabalho de produção" traduzisse de maneira mais adequada os fenômenos de que Marx trata.

5.3. Comentários críticos

²²³ O primeiro e o terceiro pares de colchetes são nossos e suprimem a referência de Rubin às fontes das citações – que correspondem, respectivamente, a MARX, 1970, p. 135 e MARX, 1974, p. 334 –; o segundo está na fonte.

Para Rubin, a forma social sob a qual está organizado o trabalho constitui-se no determinante para pensar trabalho produtivo (as relações de produção são, portanto, a determinante principal). Para o autor, então, segundo Marx, sob o capital, todo o tipo de trabalho incluído no sistema social de produção capitalista é trabalho produtivo; e essa inclusão independe do conteúdo material da atividade. Esta é a questão mais geral a que as demais se atrelam.

Já esta primeira inferência parece-nos problemática, na medida em que, e para ficarmos no exemplo menos complicado, o trabalho empregado pelo capital na esfera da circulação (circulação pura), está incluído "no sistema social de produção capitalista" e não é trabalho produtivo. E o próprio Rubin o reconhece.

Mas, posto o critério determinante, em primeiro lugar, não importa se se trata de produção material ou de produção não-material, o trabalho assalariado pelo capitalista, com vistas a aumentar seu capital, é trabalho produtivo. Rubin insiste em combater as teses "*materialistas*" a respeito do trabalho produtivo (aquelas que postulam que apenas o trabalho, assalariado pelo capital, que se materializa em "*mercadorias*" – objetos concretos – seria produtivo), e, a despeito de tecer considerações sobre a "definição acessória", reitera sua validade limitada e seu aspecto secundário (frente à determinante principal, mais geral). Ao fim e ao cabo, Rubin sustenta que "qualquer trabalho, desde que assalariado pelo capital, [é] trabalho produtivo" (SINGER, 1981, p. 126). Nessa fase de sua análise, Rubin cuida, fundamentalmente, das ponderações de Marx em *Teorias da mais-valia*.

Ao tratar deste texto, Rubin expõe o pensamento de Marx como inequívoco, no que tange à produção não-material; ao contrário de Rubin, no entanto, acreditamos que a posição de Marx não é "definitiva" – mesmo que só levemos em conta a obra de que o autor se vale.²²⁴ Singer defende posição idêntica a nossa. Ao se indagar sobre como Marx

²²⁴ Ver as ponderações de Marx sobre a "presença do capitalismo no domínio da produção imaterial" in MARX, 1987, p. 403-404; ver, ainda, MARX, 1978, p. 76 e p. 79 e nossas considerações a respeito, nos itens 1.2.5.2 e 2.3.2 deste trabalho.

enfrenta o problema do carácter produtivo das atividades ligadas à produção imaterial, afirma, que

"o texto em que ele [Marx] mais se dedicou ao problema – o 1º volume das *Teorias sobre a Mais-valia* – está longe de ser um trabalho terminado, não passando da reunião de uma série de notas sobre autores que abordaram o tema" (SINGER, 1981, p. 124).

E acrescenta:

"Sente-se que Marx estava lutando para se definir sobre o assunto, mas no conjunto geral ele deixou numerosas citações que tanto permitem uma resposta positiva como uma resposta negativa à questão" (*Id.*).

Enfim, longe de estar "fechada", a resposta à questão de como encarar o trabalho (reiteramos, assalariado pelo capital) atinente à produção não-material permanece "em aberto". O que questionamos em Rubin, nesse momento da argumentação que desenvolve, não é sua resposta à questão – possível e, legitimamente, respaldada em Marx –, mas, o fato de que essa é, *apenas*, sua resposta. Em outros termos, postulamos como problemático, em Rubin, transformar sua leitura específica da concepção de trabalho produtivo em Marx, em a concepção de Marx de trabalho produtivo – aparando arestas; ignorando, ou suprimindo, incongruências; tratando-a como um todo integrado e não controverso. Registre-se que Rubin aponta divergências de interpretação sobre o(s) texto (s) de Marx, mas não no próprio texto (ou entre os textos) de Marx.

Em segundo lugar, tomemos, em conjunto, as ponderações de Rubin acerca do trabalho intelectual:

"O trabalho intelectual necessário para o processo de produção não difere, sob qualquer aspecto, do trabalho físico. É 'produtivo' se estiver organizado sobre princípios capitalistas" (RUBIN, *op. cit.*, p. 284).

Assim, é produtivo o trabalho

"do inspetor, engenheiro, administrador, funcionários, etc., numa palavra, o trabalho de todo o pessoal necessário para criar certa

mercadoria numa dada esfera da produção material" (*Ibid.*, p. 283).

E mais:

"Neste caso, tanto faz que o trabalho intelectual esteja organizado juntamente com o trabalho físico numa empresa (departamento de engenharia, laboratório químico, ou escritório de contabilidade, numa fábrica), ou que esteja separado numa empresa independente (um laboratório químico experimental independente, que tenha o encargo de melhorar a produção, etc.)" (*Ibid.*, p. 284).

De modo mais abrangente, as considerações de Rubin relativas ao trabalho intelectual remetem à concepção de "trabalhador coletivo" em Marx. Parece-nos que, com acerto, Rubin distingue o trabalho referente à "produção imaterial" do trabalho que, embora intelectual concerne à produção material. Parece-nos, no entanto, extremamente abrangente a concepção de "trabalhador coletivo", que é produtivo, em Rubin. Segundo este, todo o "trabalho intelectual necessário para o processo de produção [...] é 'produtivo' se estiver organizado sobre princípios capitalistas". Não precisamos nos valer nem de *O capital*, para negar a validade da tese; no "capítulo VI", mesmo, encontrarmos elementos a ela contrários.

Mandel, Nagels e Singer têm postura idêntica a nossa e sofisticam a argumentação: diferenciam, no âmbito do trabalhador coletivo, as atividades indispensáveis à realização do valor-de-uso das mercadorias, daquelas resultantes da natureza das relações de produção capitalistas e consideram apenas as primeiras produtivas. (Ver MANDEL, 1998, p. 127; NAGELS, 1975, p. 135 e SINGER, 1981, p. 106).

Tomemos, de modo específico, a contabilidade, que o autor mesmo privilegia. Rubin postula que "do ponto de vista da concepção de Marx sobre trabalho produtivo, a questão do trabalho dos contadores não coloca particulares dúvidas" (*Ibid.*, p. 291): "se a contabilidade é necessária para a execução de funções reais da produção [...], então a contabilidade relaciona-se ao processo de produção" (*Id.*). Rubin, ao que parece, afirma que o trabalho do contador empregado na fábrica é produtivo, *porque empregado pelo capital produtivo*; ao contrário do

trabalho do contador empregado pelo capital na esfera da circulação. A seqüência de seu texto confirma nossa leitura:

"O trabalho do contador só é improdutivo quando realiza a metamorfose formal do valor [...]. Repetimos mais uma vez que, neste caso, o trabalho do contador não é improdutivo por não provocar modificações em bens materiais (sob este aspecto, não difere do trabalho do contador de uma fábrica), mas por ser empregado pelo capital na fase de circulação (separada de todas as funções reais)" (*Id.*).

Rubin toma por base o capítulo VI do livro II de *O capital* (a que remete explicitamente), capítulo que, em nosso entender, não legitima suas inferências; ao contrário, nega-as. Em outros termos, acreditamos, ao contrário de Rubin, que Marx considera a contabilidade improdutiva "em qualquer caso" (*Ibid.*, p. 290): estejam os escritórios em uma empresa comercial ou em uma fábrica. Sustentamos nosso ponto de vista baseados no rigoroso tratamento analítico que Marx confere "às metamorfoses do capital e seu ciclo", naquele livro. Marx considera, por um lado, os três estádios por que passa o capital industrial, como um todo; por outro, a separação desses estádios, enquanto atividades particulares, exploradas por espécies autônomas de capital, que, reunidas, integram a totalidade da produção social. É taxativo no que tange à contabilidade (mas não só): "a divisão do trabalho, ao tornar autônoma uma função, não faz dela criadora de produto e de valor, se já não o era antes de tornar-se independente" (MARX, 1970, p.138). Não encontramos nada nos textos de Marx que autorizem a inferência de Rubin de que o trabalho de contadores no escritório de uma fábrica (trabalho contratado pelo capital industrial, no sentido estrito de capital produtivo) seja produtivo: *mesmo* na fábrica sua atividade concerne aos custos de circulação pura. Nagels partilha dessa opinião; para tanto, ver não só a argumentação que desenvolve, às páginas em que trata da contabilidade (NAGELS, 1975, p. 208-210), como o quadro que traça, tomando as esferas do capital, em que postula ser improdutivo o trabalho despendido em contabilidade quer se trate do capital na esfera da

produção, quer na esfera da circulação (*Ibid.*, p. 243). Singer (1981) adota a mesma perspectiva e vai ainda mais longe: "na concepção de Marx, a contabilidade é, em si mesma, improdutiva" (SINGER, 1981, p. 102), ainda que necessária...

"Não obstante, nenhum tipo de produção social, em que a atividade de muitos é combinada, pode funcionar sem que a divisão do trabalho esteja sujeita a certos controles, dos quais a contabilidade é elemento imprescindível" (*Id.*).

Voltemos ao(s) exemplo(s) e consideremos, agora, os casos de engenheiros, inspetores, supervisores e do pessoal do laboratório... Mandel e Nagels tendem a concordar com Rubin. São, no entanto, bem mais restritivos: esses trabalhadores só são produtivos se suas atividades são necessárias à produção ou a realização de valores de uso; caso estejam vinculadas às necessidades de reprodução das relações de produção não o são. (MANDEL (1998) toca na questão; NAGELS (1975) explora-a detalhadamente).²²⁵

Retomemos os argumentos de Rubin: Marx, ao definir trabalho produtivo, "abstraiu-se completamente de seu conteúdo, do caráter e resultado concretos, úteis, do trabalho. Tratou o trabalho apenas do

²²⁵ Singer traz, ainda, um argumento extremamente interessante no que respeita à questão dos "laboratórios experimentais, independentes", mesmo que voltados para o "implemento da produção" e ainda que sustentados pelo capital privado: trata-se de um dos "faux frais", ou seja, trata-se de uma função improdutiva. Nos termos de Singer: "O resultado deste trabalho [do trabalho de investigação e desenvolvimento de novas técnicas de produção] é 'aleatório' no sentido de que não há qualquer relação de proporcionalidade entre o esforço despendido e os 'ganhos econômicos' decorrentes. Isto é óbvio quando se trata de trabalho científico relativamente 'puro', mas não deixa de ser verdade mesmo quando a atividade se orienta a um fim econômico preciso. Desenvolver um novo processo de produção ou criar um novo produto requer um gasto de tempo de trabalho social que não pode ser 'previsto', de modo que não é possível aplicar a estas atividades o cálculo econômico usual que preside as decisões de produção dos demais valores de uso. Esta é a razão por que, a não ser excepcionalmente, o resultado do trabalho de pesquisa e desenvolvimento tecnológico não assume a forma de mercadoria. Conseqüentemente, a 'economia da invenção' não pode seguir as regras do mercado, sendo por isso em geral conduzida pelo Estado ou então por monopólios, que exploram inovações técnicas sob a proteção de patentes. O trabalho tecnológico é, por tudo isso, um dos 'faux frais' da produção sendo, no sentido de Marx, estritamente improdutivo, mesmo quando realizado no seio de empresas capitalistas. (A renda de uma patente tem a mesma natureza da renda da terra: é uma renda de monopólio, que não guarda qualquer relação necessária com o capital investido na atividade inventiva, não sendo, pois, regulada por uma taxa de lucro.)" (SINGER, *op. cit.*, p. 130-131).

ponto de vista de sua *forma social*. O trabalho organizado numa empresa capitalista é trabalho produtivo". Daí que,

"o trabalho do servidor público, da polícia, dos soldados e sacerdotes, não pode ser relacionado a trabalho produtivo [...], porque está organizado sobre princípios de direito público, e não sob a forma de empresas capitalistas privadas" (RUBIN, *op. cit.*, p. 283).

Concordamos com Rubin, apenas em parte. Concordamos com a afirmação de que "o trabalho organizado sobre princípios do direito público" é, segundo Marx, improdutivo; daí, não negamos que o trabalho do servidor público seja, por essa razão, improdutivo²²⁶. Discordamos, no entanto, que este argumento se aplique às demais atividades mencionadas. Parece-nos que Marx considera, antes de mais nada, o trabalho (ou os serviços) da polícia, soldados e sacerdotes (e não só estes) falsos custos de produção. Cabe, aqui, uma pequena digressão...

Os "faux frais" da produção referem-se a gastos relativos a atividades que visam "prevenir, neutralizar ou compensar" os "fatores aleatórios" que "influem na atividade produtiva" (Singer, *op. cit.*, p. 128); "fatores que podem decorrer tanto do domínio ainda imperfeito do homem sobre as forças da natureza [...], como de contradições originadas por antagonismos próprios à luta de classes" (*Id.*). Marx a eles se refere, da seguinte maneira, ao analisar "a posição crítica de A. Smith face aos trabalhadores 'superiores' (funcionários públicos, militares, artistas, clérigos, juizes, etc.)" (*Id.*):

"Na medida em que tais 'trabalhadores improdutivos' não criam utilidades e sua compra depende inteiramente do modo como o agente produtivo deseja gastar seu salário ou seu lucro – na medida em que eles se tornam ou fazem necessários muito mais devido a males físicos (como os médicos) ou a fraquezas do espírito (como os clérigos) ou devido ao conflito de interesses privados e nacionais (como os servidores públicos, todos os 'lawyers', policiais, soldados) –, eles aparecem a A. Smith, como ao próprio capitalista

²²⁶ Sobre os trabalhadores assalariados pelo Estado ver MARX, 1987, p. 164 e MARX, 1973, p. 17-23; ver, ainda, nossas considerações, no item 1.1.2.3.1 deste trabalho.

industrial e à classe operária, como 'faux frais de production', que devem ser reduzidos ao mínimo e realizados o mais barato possível" (MARX *apud* SINGER, *op. cit.*, p. 128-129).²²⁷

O trabalho atinente a tais serviços não é considerado, por Marx (à semelhança de Smith), produtivo: trata-se de "uma espécie de ônus para o capital" (SINGER, *op. cit.*, p. 131); ainda que necessários, estamos diante de gastos improdutivos, cujo "sustento constitui sempre uma dedução do lucro" (SINGER, *op. cit.*, p. 131). Se os "faux frais" são sempre uma dedução do lucro, então não importa a forma como o trabalho está organizado, este trabalho é trabalho improdutivo. Daí, divergimos da conclusão a que Rubin chega de que os trabalhadores assalariados por agências privadas que exercessem as funções de segurança seriam trabalhadores produtivos. E, ainda mais, acreditamos ser capcioso o argumento final de que se vale:

"Seu trabalho estaria incluído no sistema de produção capitalista e essas agências privadas estariam sujeitas às leis da produção capitalista (por exemplo, à lei de iguais taxas de lucro para todos os ramos de produção)" (RUBIN, *Id.*).

Em que sentido cremos ser problemático o argumento? É verdade que, se agências privadas, essas empresas estariam sujeitas "às leis da produção capitalista" (ao contrário do que ocorre com empresas públicas). Mas, não é verdade que o trabalho assalariado que elas empregam seja produtivo porque "essas empresas [...] estariam sujeitas à lei de iguais taxas de lucro para todos os ramos da produção". Lembremos que o capital mercantil também está sujeito à "lei de iguais taxas de lucro" e nem por isso o trabalho dos trabalhadores contratados por esse tipo de capital é produtivo (ver MARX, 1974, Cap. XVII, "O lucro comercial").

²²⁷ Passagem que corresponde a MARX, 1987, p. 155.

CAPÍTULO 6: A ANÁLISE DE MANDEL

Mandel curva-se sobre a questão do trabalho produtivo, circunscrevendo-a, especificamente, no item sexto do capítulo II de "*El capital*": cien años de controversias em torno de la obra de Marx (MANDEL, 1998, p. 119-127). A proposta do autor reside em retomar a categoria, atravessando o conjunto da obra de Marx, a partir de um eixo central: a categoria é chave para entender o processo de reprodução do capital.

6.1. Trabalho produtivo, reprodução do capital e teoria do valor

O autor principia a discussão indicando o eixo teórico a partir do qual Marx pensa trabalho produtivo e trabalho improdutivo, a saber, a reprodução (ampliada) do capital; processo que necessariamente remete à teoria do valor.

Dadas essas premissas, afirma, de início, que a teoria da reprodução em Marx está arraigada em sua teoria do valor; e o está em um duplo sentido. Primeiro, porque os esquemas de reprodução fundam-se em um indicador comum – o tempo de trabalho – e, segundo, porque é a distribuição da força de trabalho entre os diferentes setores e ramos da produção material que se constitui em parâmetro de medida do tempo de trabalho. Assim, "o valor na teoria de Marx é trabalho social abstrato" (*Ibid.*, p. 199).²²⁸

Afirma, a seguir, que "a lei do valor de Marx é *fundamentalmente* um conceito macroeconômico, agregado" (*Ibid.*, p. 121). Nega que haveria "duas" teorias do valor trabalho e, por extensão, uma "contradição entre uma teoria macroeconômica do valor, baseada na agregação, e uma teoria microeconômica do valor-trabalho";²²⁹ nos seus termos:

²²⁸ **Negrito** nosso. Daqui em diante, salvo indicação em contrário, nas passagens de Mandel que transcrevemos, os segmentos do texto grafados em negrito, suprimidos ou acrescidos entre colchetes são de responsabilidade nossa; os demais (segmentos em itálico, entre aspas, ou entre parênteses) acham-se conforme o original. As mesmas observações estendem-se a eventuais passagens de Marx citadas por Mandel ou por nós.

²²⁹ Tese sustentada, segundo Mandel, por Morishima. (Ver *Ibid.*, p. 119-121).

"Para Marx, el valor y la producción de valor son cualidades eminentemente *sociales* que se refieren a relaciones entre los hombres y no a atributos 'físicos' que se adhieren a las cosas de una vez por todas. Así, cuando Marx escribe que el valor de una mercancía es la encarnación del trabajo humano invertido en su producción, y cuando continúa diciendo que su valor es igual al trabajo socialmente necesario contenido en ella, no está haciendo dos afirmaciones, sino simplemente repitiendo la misma tesis. Porque el valor de una mercancía dada está determinado sólo por esa porción de trabajo invertido en su producción que corresponde al promedio social (tanto la productividad media de trabajo como la necesidad media socialmente reconocida), es decir, *la que reconoce la sociedad como trabajo socialmente necesario*. El trabajo invertido en la producción de una mercancía dada, pero no reconocido por la sociedad, no produce valor *para el propietario de esa mercancía*" (*Ibid.*, p. 120).

Posto o raciocínio geral, aprofunda a discussão, ilustrando-a:

"Precisamente porque el valor y la producción de valor se refieren en última instancia a la distribución y redistribución de la fuerza de trabajo global disponible en la sociedad comprometida en la producción, ese agregado macroeconómico es una realidad económica básica, un 'dato vital' básico" (*Id.*).

Assim,

"si cinco millones de obreros trabajan 2000 horas al año en la producción material, el producto valor global es de 10 mil millones de horas, independientemente de que el valor socialmente reconocido de cada mercancía individual sea igual, mayor o menor que el número de horas de trabajo invertido de hecho en su producción" (*Id.*).

Daí,

"si el valor de una mercancía dada es menor al trabajo invertido de hecho en su producción, entonces debe haber al menos otra

mercancía cuyo valor sea mayor que la cantidad de trabajo incorporada de hecho en ella" (*Id.*).²³⁰

Portanto,

"el reconocimiento social de la inversión de trabajo y de la inversión real de trabajo puede diferir sólo en las mercancías individuales, no en la masa global" (MANDEL, *op. cit.*, p. 120-121).

Definido o espaço teórico mais amplo - o *nível macroeconômico* -, Mandel precisa os termos em que se põe a questão específica do trabalho produtivo/trabalho improdutivo:

"El nexo entre los esquemas de reproducción (y el problema de la circulación del capital en general) y la teoría del valor nos vuelve a uno de los puntos más candentemente discutidos de la teoría económica marxista: la delimitación exacta entre trabajo productivo y improdutivo. Como los esquemas son esquemas de valor, *sólo expresan la producción de valor y excluyen automáticamente las actividades económicas que non producen valor. ¿Cuáles son precisamente esas actividades?*" (*Ibid.*, p. 121)

Sucintamente: para Marx importa explicar a reprodução do capital; assim, a questão do trabalho produtivo é uma questão crucial. Mas, paralelamente, para se entender o caráter produtivo do trabalho é necessário estabelecer o nexo entre os esquemas de reprodução e a teoria do valor. Portanto, se os esquemas de reprodução são esquemas de valor, a chave para compreender o trabalho produtivo, trabalho que produz e reproduz capital, está "dada": só são produtivas aquelas atividades que produzem valor – o que rebate em sua negação: as

²³⁰ Nos termos de Marx: "De hecho, y con todo rigor... el valor de mercado regulado por los valores medios de toda la masa es igual a la suma de sus valores individuales... Los que producen en el extremo peor, deben vender luego sus mercancías por debajo del valor individual; los que se hallan situados en el extremo mejor, las venden por encima de él". Ou ainda: "Si las mercancías no se venden a sus valores, la suma de los valores convertidos permanecerá inalterada; lo que es superávit de un lado, es déficit del otro." (MARX *apud* MANDEL, *op. cit.*, p. 120 nota 40 ; passagem que corresponde a MARX, 1974, p. 207).

atividades que não produzem valor são improdutivas –. Resta, apenas, saber que atividades são aquelas e, por oposição, identificar estas.

O problema é equacionado de modo claro, do ponto de vista teórico mais geral; parece, portanto fácil, identificar quais atividades são produtivas e quais não o são. A facilidade é, porém, aparente: o próprio Marx "dificultou a solução do problema", dificuldade que se agravou dadas as divergências entre os marxistas, e que Mandel não se furta a enfrentar. Assim, aponta, primeiro, diferenças entre, por um lado, as seções de *Teorias da mais-valia* dedicadas ao problema do trabalho produtivo e improdutivo e, por outro, as passagens pertinentes de *O capital* (especialmente as contidas no livro II). Exemplifica com a análise dos "agentes e viajantes comerciais", classificados como produtivos nas *Teorias* e improdutivos em *O capital* (livros segundo e terceiro) (MANDEL, *op. cit.*, p. 121). Aponta, ainda, contradições internas no texto de *Teorias*:

"Incluso en el tomo I de las Teorías de la plusvalía hay notables contradicciones acerca de este problema. Así, en la p.142 escribe Marx: 'Por ejemplo, un actor teatral, incluso un *clown*, es según esto, un trabajador productivo, siempre que y cuando trabaje al servicio de un capitalista.' Y en la p. 156 escribe: 'Y por lo que se refiere a los trabajos que son productivos para su comprador o para el patrono mismo, como ocurre por ejemplo con el trabajo de los actores para los empresarios teatrales, se revelarían como improductivos por el hecho de que sus compradores no pueden venderlos al público en forma de mercancía, sino bajo la forma de la actividad misma' (*Id.*, nota 43).²³¹

Cumpra aqui introduzir um comentário. Concordamos com Mandel quanto ao fato de haver contradições internas no texto de *Teorias*; discordamos, no entanto, da oposição que o autor estabelece entre essas passagens específicas.

Ainda que em nota de rodapé, parece-nos que Mandel comete um equívoco ao contrapor as duas assertivas. Marx está afirmando que tanto

²³¹ As indicações de página referem-se ao original de que se vale Mandel e que correspondem, respectivamente, na edição brasileira de que nos valem, a MARX, 1987, p. 137 e p. 152.

o trabalho do *clown* (primeira passagem) quanto o do ator (segunda passagem), quando a serviço de um empresário capitalista, são trabalho produtivo.

Cuidemos da segunda passagem, que Mandel afirma contrapor-se à primeira. Trata-se de uma assertiva retirada da argumentação de Marx ao discutir a segunda acepção de trabalho produtivo em A. Smith – aquela que identifica trabalho produtivo e "trabalho que se realiza em mercadoria" – acepção equivocada. Os argumentos que Marx levanta, contrários a esta tese, são de duas ordens: por um lado, há trabalhos que se materializam em "coisas" e que não são trabalho produtivo (por exemplo, certos trabalhos de criados); por outro, há trabalhos que não assumem "forma material" – isto é, que não são passíveis de ser separados da própria atividade de quem os executa – e são trabalho produtivo (por exemplo, o trabalho de um ator para seu empregador). Parece-nos que esse é o sentido de que se reveste o parágrafo de onde Mandel extrai a afirmativa de Marx; parece-nos, ainda que Mandel ao se apropriar da passagem, altera o sentido do texto. Nos termos de Marx – e de acordo com nosso entendimento – a segunda acepção de trabalho produtivo em Smith é errônea, posto que,

"certos trabalhos de criados podem corporificar-se em mercadorias (potenciais) e, consideradas materialmente, até nos mesmos valores de uso. Mas não são trabalho produtivo, pois na realidade não produzem 'mercadorias' mas 'valores de uso' imediatos. Trabalhos que são produtivos para o próprio comprador ou empregador – como o trabalho do ator para o empresário de teatro – revelar-se-iam improdutivos por não poder o comprador vendê-los ao público na forma de mercadoria e sim na da própria atividade" (MARX, 1987, p. 152).

Voltando ao encadeamento do texto de Mandel...

Diante da "confusão" propõe uma distinção preliminar, que concerne a um duplo aspecto e que atinge o âmago da questão: por um lado, a distinção não se funda nem em um juízo moral, nem em critérios de utilidade social; por outro, e *paralelamente*, não é a-histórica – já que o

objeto de análise é o modo capitalista de produção, é o capital "que determina o que é produtivo ou improdutivo para o funcionamento desse sistema e só desse sistema" MANDEL, *op. cit.*, p.122). Desse modo, por exemplo, o trabalho do médico é trabalho improdutivo:

"en termos de la utilidad o necesidad social, un médico proporciona trabajo que es indispensable para la supervivencia de cualquier sociedad humana. Su trabajo es eminentemente útil. No obstante, se trata de trabajo improductivo desde el punto de vista de la producción y expansión del *capital*" (*Id.*).

e, em contrapartida, o trabalho empregado na produção de armamentos, drogas ou revistas pornográficas é trabalho produtivo:

"[esa producción] es inútil y dañina para los intereses generales de la sociedad humana; pero como tales mercancías encuentran clientes ávidos, el plusvalor incorporado a ellas se realiza y el capital se reproduce y amplía. El trabajo invertido en ellas es productivo" (*Id.*).

6.2. Trabalho produtivo: dois níveis diferentes de argumentação

Posto isto, Mandel defende a tese de que a distinção entre trabalho produtivo e trabalho improdutivo processa-se conforme dois "níveis diferentes de argumentação" em *Teorias* e em *O capital* (livro II): no primeiro texto, trabalho produtivo é pensado do ponto de vista dos capitalistas individuais; no segundo, do ponto de vista do modo de produção capitalista em sua totalidade.

Aponta os termos em que se processa a distinção, no texto de *Teorias da mais-valia*: aqui, trabalho produtivo define-se "como todo trabalho que se troca por capital e não por renda",²³²

²³² Salvo engano, situa-se, neste nível de argumentação, a distinção entre trabalho produtivo e trabalho improdutivo tanto para Napoleoni quanto para Rubin. Melhor dito, os dois autores tomam como critério para definir o trabalho produtivo o fato deste se trocar por capital (trabalho assalariado que se troca por capital é produtivo e o trabalho assalariado que se troca por renda, improdutivo). Napoleoni toma o parâmetro e não o desenvolve; Rubin toma o parâmetro e o esgota através de exemplos. Além disso, Rubin opera com maior precisão: se só o trabalho assalariado pelo capital é produtivo, nem todo ele o é: neste caso encontra-se o trabalho assalariado empregado pelo capital na fase da circulação ("circulação pura").

"es decir, todo trabajo que enriquece a uno o varios capitalistas y que les permite apropiarse de una parte de la masa global de plusvalor producido por la masa global de trabajo asalariado que produce valor" (*Ibid.*, p. 122-123).

Nesse nível de argumentação Marx pensa "'trabajo productivo del punto de vista de los capitalistas individuales'" (*Ibid.*, p. 123). E, portanto, nesse nível, e somente nesse nível,

"todo trabajo asalariado contratado por la empresa capitalista – en contraste con el trabajo doméstico o por necesidades de consumo – cae dentro de esa categoría" (*Id.*).

No livro II de *O capital*, no entanto, o nível de argumentação (ou, diríamos nós, o nível de abstração) é outro e o problema põe-se em termos gerais: aqui o que importa é a reprodução ampliada do capital e Marx irá distinguir entre o que é produtivo para o capital global e o que é produtivo para o capitalista individual. Acompanhemos Mandel de perto:

"Pero cuando regresa al mismo problema en el libro segundo de *El capital*, desde el punto de vista del modo capitalista en su cabalidad, y especialmente desde el del crecimiento o la acumulación de capital, Marx distingue entonces entre *trabajo productivo para el capital global* y *trabajo productivo para el capitalista individual*" (*Id.*).

Considerado esse nível geral de abstração, apenas o trabalho que aumenta a massa global de mais-valia é trabalho produtivo. Assim, ainda que

"todo trabajo asalariado que permita al capitalista individual apropiarse de una fracción de la masa global del plusvalor, sin adicionarse a esa masa, [pueda] ser "productivo" para el capitalista comercial, financiero o del sector servicios [porque] permite participar en el reparto general del pastel" (*Id.*),

do ponto de vista do capital global é trabalho improdutivo "porque no aumenta el tamaño total del pastel" (*Id.*).

Gostaríamos de reter alguns elementos que se nos parecem fundamentais. Mandel retoma Marx a partir de um grande corte: na produção capitalista só o trabalho assalariado é trabalho produtivo, mas

nem todo trabalho assalariado é trabalho produtivo. E aí, o nível de argumentação de *Teorias* é suficiente para estabelecer uma primeira distinção: só o trabalho que se troca por capital é produtivo; o trabalho que se troca por renda não o é. Primeira distinção que permite uma primeira inclusão - todo trabalho assalariado contratado pela empresa capitalista é produtivo - e, por contraste, uma primeira exclusão - o trabalho doméstico ou aquele que responde a necessidades de consumo é improdutivo. Feita essa primeira exclusão, tem-se que o trabalho produtivo é trabalho assalariado que se troca por capital. Tomando-se, ainda, o nível de abstração das *Teorias*, circunscrevem-se seus limites: *do ponto de vista do capitalista individual*, produtivo é o trabalho que o enriquece, aquele que lhe permite "apropriar-se de uma parte da massa global de mais-valia produzida pela massa global de trabalho assalariado que produz valor". Portanto, Mandel introduz uma diferença: *há trabalho assalariado, que se troca por capital, que é produtivo - e o é para o capitalista individual - não porque produza valor, mas porque permite ao capitalista apropriar-se de parte da mais-valia global produzida pela massa de trabalho assalariado que realmente produz valor.* Vale dizer, primeiro, que nem todo trabalho assalariado que se troca por capital produz valor; e, segundo, que ainda que o trabalho não produza valor ele é produtivo, mas só o é do ponto de vista do capitalista individual. Paradoxo?

No livro segundo de *O capital* o problema se coloca em termos mais precisos: quando o modo de produção capitalista é a referência Marx diferencia trabalho produtivo para o capital global e trabalho produtivo para o capitalista individual. Nesse nível de abstração só é produtivo o trabalho que aumenta a massa global de mais-valia; *o trabalho assalariado que permite ao capitalista individual apropriar-se de uma parte da mais-valia global sem acrescê-la é improdutivo.* O que significa dizer que nem todo trabalho assalariado que se troca por capital é, do ponto de vista da reprodução do capital, trabalho produtivo. Mandel é explícito: o trabalho assalariado pode ser produtivo para o *capitalista*

comercial, o capitalista financeiro ou o capitalista do setor serviços, porque lhe permite participar da repartição geral da massa de mais-valia produzida; mas, do ponto de vista do capital, é improdutivo, porque não aumenta "o bolo".

O raciocínio de Mandel, parece-nos, constrói-se no sentido de um "afunilamento", afunilamento que precisaria a distinção ao operar com os critérios definidores. O primeiro, mais abrangente, refere-se ao assalariamento – só o trabalho assalariado é produtivo –; o segundo circunscreve-se ao trabalho assalariado – nem todo trabalho assalariado é produtivo, apenas o trabalho que se troca por capital –; o terceiro refere-se ao trabalho assalariado que se troca por capital, e situa-se no âmbito dos capitalistas individuais – o trabalho assalariado que se troca por capital é produtivo para o capitalista individual, já que lhe permite apropriar-se da massa de mais-valia global –; o quarto concerne ao trabalho assalariado que se troca por capital, e tem a reprodução ampliada do capital como referência – o trabalho assalariado que se troca por capital é produtivo quando aumenta a massa global de mais-valia: esse, e só esse, é trabalho produtivo.

6.3. O âmbito do trabalho produtivo e a inclusão/exclusão das atividades na categoria

Retornando-se ao início do texto e retomando-se o caminho percorrido por Mandel até aqui, tem-se: já que a lei do valor é fundamentalmente um conceito macroeconômico, já que a reprodução do capital situa-se no âmbito do modo de produção capitalista, é precisamente no nível do capital global que se põe a questão do caráter produtivo do trabalho.

Diante do exposto, cumpre responder: que trabalho produz valor e mais-valor?; que trabalho aumenta a massa de mais-valia global?; em

suma, que trabalho é produtivo, considerado o capital global? Mandel é contundente:

"Sólo la producción de mercancías hace posible la creación de valor y plusvalor. Sólo dentro del área de la producción de mercancías, pues, se lleva a cabo el trabajo productivo. Ninguno nuevo plusvalor se puede agregar a la esfera de la circulación y el intercambio, para no hablar de la bolsa de valores o el mostrador del banco; todo lo que tiene lugar ahí es la redistribución o reparte del plusvalor creado antes" (*Id.*).

A passagem permite a Mandel algumas inferências; inferências de duas ordens: uma, mais geral, que indica o critério de definição do trabalho produtivo; outra, mais específica, que, a partir do critério, permite incluir em (ou excluir de) a categoria de produtivo o trabalho empregado pelo capital, conforme os segmentos deste.

Além disso, no entanto, Mandel confere ênfases distintas à passagem, o que conduz à leitura da dupla ordem de inferências de duas maneiras diversas (e complementares). Tomemos a passagem com muito cuidado e vejamos uma das duas "ênfases".

Em primeiro lugar, Mandel estabelece um "princípio básico" que fundamenta a distinção entre trabalho produtivo e trabalho improdutivo: só a produção de mercadorias torna possível a criação de valor e mais-valia. Princípio de que decorre, em segundo lugar, o parâmetro que autoriza uma grande "inclusão": só na esfera da produção de mercadorias se efetiva trabalho produtivo. Por outro lado, e em terceiro lugar, princípio que põe uma negação: a esfera da circulação e da troca (seja de mercadorias, seja de dinheiro) não agrega nenhuma nova mais-valia – nessa esfera, tem-se tão somente a redistribuição/ divisão (entre os diversos segmentos do capital) da mais-valia criada antes. Negação que, por sua vez, e em quarto lugar, fundamenta uma (também) grande "exclusão": o trabalho assalariado empregado tanto pelo capital comercial quanto pelo capital financeiro não é produtivo (ainda que este trabalho permita ao capitalista individual apropriar-se de uma fração da massa global de mais-valia, nada se lhe acresce).

Finalmente, consideremos a "outra ênfase". Agora o princípio definidor estreita-se: só a produção de mercadorias cria valor e mais-valor, o que leva a uma segunda exclusão: o trabalho empregado pelo capital no setor serviços não é produtivo. Trata-se de trabalho que não produz mercadorias, é trabalho improdutivo à semelhança do trabalho empregado pelo capital comercial e financeiro, mas o é por razão diferente. O setor serviços situa-se na esfera da produção, o trabalho aqui empregado não é improdutivo por se achar no âmbito da circulação, mas porque não produz mercadorias. Mandel tornará à questão adiante, detalhadamente, mas tendo esta premissa como referência mais abrangente.

A passagem ilustra, ainda, a posição que Mandel assume diante da controvérsia e que se pauta no seguinte argumento: os manuscritos que servem de base para os livros II e III de *O capital* são posteriores ao texto de *Teorias*, portanto traduziriam "os pontos de vista definitivos de Marx" a respeito desse aspecto da questão. Se assim é, então,

"Contrariamente a lo que se dice en las *Teorías*, implican que los empleados o viajeros de comercio asalariados no llevan a cabo trabajo productivo, al menos no desde el punto de vista del capital global" (*Id.*).

Antes de prosseguir, gostaríamos de levantar um problema a respeito do exemplo particular que Mandel toma para ilustrar sua tese. Não encontramos a passagem a que o autor alude (sem discriminar a página) em *Teorias*; encontramos, porém, passagem cujo sentido é semelhante nos *Grundrisse*.

"Levar um produto até o mercado lhe confere [...] um novo valor de uso (isto é válido até mesmo para o comerciante varejista, que pesa, mede, empacota, enfim, dá ao produto uma forma adequada ao consumo) e este novo valor de uso consome tempo de trabalho; portanto, é ao mesmo tempo, valor de troca" (MARX *apud* ROSDOLSKY, 2001, p. 281)²³³.

²³³ Passagem que se acha em MARX, 1973, p. 148.

Aqui Marx considera produtivo o trabalho do "comerciante varejista" no que este não se reduz apenas à mudança na forma do valor, mas relaciona-se à distribuição do produto, dando-lhe "uma forma adequada ao consumo". Ainda que Marx não cuide explicitamente da questão da distribuição no capítulo VI do Livro II de *O capital*, lista-a como um dos "custos de produção que prosseguem na circulação" no livro III (ver MARX, 1974, especialmente, p. 310, p. 325 e p. 332). Insistem tanto Rubin quanto Nagels que, neste caso, trata-se de trabalho produtivo, pois "a conservação e a realização do valor de uso englobam a distribuição" (NAGELS, 1975, p. 241).

Para evitar qualquer dúvida, vale ressaltar que quer Rubin quer Nagels afirmam, tal qual Mandel, que o trabalho empregado pelo capital no âmbito da circulação (circulação pura) é, para Marx, trabalho improdutivo. Diferentemente de Mandel, no entanto, postulam que o setor M – D é híbrido: é, "ao mesmo tempo, setor comercial e setor de distribuição" (NAGELS, *op. cit.*, p. 244). Daí que, ressalvada a questão da distribuição e considerada esta passagem específica, Marx não teria alterado sua maneira de pensar: tanto nos *Grundrisse* (ou, como afirma Mandel, em *Teorias*), quanto em *O capital*, Marx considera que o trabalho empregado na distribuição é trabalho produtivo; o que evidenciaria, ao contrário do que sustenta Mandel, que não há mudança de posição de um texto para outro (ver RUBIN, 1980, p. 289; NAGELS, 1975, p. 240-244).²³⁴

Retomemos o fio condutor do pensamento de Mandel. Tendo firmado o que considera o "princípio básico", em Marx, para definir trabalho produtivo – o de que só a produção de mercadorias torna possível a criação de valor e mais-valia – e supostas as duas ênfases que acreditamos subjacentes à argumentação –, Mandel afirma que persistem, ainda, quatro problemas a resolver: o dos chamados "bens imateriais"; o da demarcação precisa entre as esferas da produção e da circulação; o dos diferentes tipos de trabalho no interior do mesmo processo de produção (produção de mercadorias em sentido estrito); e o dos

²³⁴ Ver nossas considerações a respeito no item 3.2.2.3 deste trabalho.

produtores de mercadorias em pequena escala, camponeses independentes e artesãos.

6.3.1. Os quatro problemas pendentes

6.3.1.1. A produção dos "bens imateriais"

O primeiro problema, que se refere aos "bens imateriais" ("concertos, atividades circenses, prostituição, ensino, etc"), é especialmente intrincado por três ordens de razões: uma, pertinente às considerações diferentes que o próprio Marx tece; outra, referente à falta de consenso entre os marxistas; uma terceira, concernente ao leque de atividades que recaem sob o título de "produção de bens imateriais". A construção de Mandel procura abarcar essa pluralidade de aspectos, afirmando a posição que assume frente à questão e refutando argumentos divergentes; nesse sentido o texto busca ser exaustivo – inclusive no enumerar das atividades.

Mandel inicia a discussão apontando que Marx, em *Teorias*, tende a classificar os "bens imateriais" como mercadorias, posto que sua produção se faz por assalariados contratados por empresários capitalistas; posição que Marx não contradiz explicitamente no livro segundo de *O capital* (MANDEL, *op. cit.*, p.123-124). No entanto, neste último texto, Marx

"insiste enérgica y repetidamente en la correlación entre los valores de uso incorporados a las mercancías a través del proceso de trabajo, que actúa sobre la naturaleza y la transforma, y la producción de valor y plusvalor" (*Ibid.*, p. 124).

além de propiciar que se chegue a

"una fórmula general que implica la exclusión del trabajo asalariado comprendido en 'las industrias de servicio personal' del área del trabajo productivo" (*Id.*).

Transcreve a passagem de Marx que indica a "fórmula geral" pela qual se processaria a exclusão:

"Cuando, por la división del trabajo, una función que de por sí es improductiva, pero constituye un elemento necesario de la reproducción, se transforma en actividad accesoria de muchos en ocupación exclusiva de pocos, en tarea particular de éstos, no se transforma la índole de la función misma" (MARX *apud* MANDEL, *op. cit.*, p. 124).²³⁵

e conclui, estendendo a abrangência da afirmativa de Marx:

"Se esto es cierto de los viajeros comerciales y tenedores de libros [a que a passagem diretamente nos reporta], obviamente se aplica con mayor razón a los maestros o a los servicios de limpieza" (MANDEL, *op. cit.*, p. 124).²³⁶

Ressalta, no entanto, que esta não é uma inferência consensual. Se alguns assumem posição semelhante à sua, o mesmo não se aplica a outros – e cuida da postura de Gough.²³⁷ Este defenderia o ponto de vista contrário, isto é, o de que Marx "explicitamente inclui os trabalhadores que trabalham para um capital privado (como os mestres) na área do trabalho produtivo" (MANDEL, *op. cit.*, p.124, nota 48), sustentando-o a partir de uma passagem do livro primeiro de *O capital*²³⁸. Mandel põe a passagem em questão:

"este pasaje [...] sólo indica que Marx no había completado aún su articulación de los determinantes contradictorios del 'trabajo productivo' – por un lado, el intercambio con el capital más que con el ingreso y, por el otro, la participación en el proceso de producción de mercancías (que incluye la unidad-y-contradicción del proceso de trabajo y proceso de valorización, valor de uso y valor de

²³⁵ Passagem que corresponde a MARX, 1970, p. 134.

²³⁶ Rigorosamente, a passagem que Mandel transcreve, e que corresponde a MARX, 1970, p. 134, refere-se, especificamente, custos relativos "ao tempo gasto em compra e venda", um dos "custos estritos de circulação". Marx, no entanto, ao tratar da "contabilidade", outro dos "custos estritos de circulação", vale-se de argumentos idênticos, em termos muito semelhantes (Ver MARX, *op. cit.*, p. 138); por essa razão dizemos que a passagem nos reporta, diretamente, a esses dois casos.

²³⁷ Não conhecemos Gough; valemo-nos dos elementos analíticos levantados por Mandel. Tendo-os em vista, parece-nos, que a posição daquele autor aproxima-se da de Rubin, no que concerne ao tratamento a ser conferido à "produção não-material" (ressalvado todo o cuidado que esta inferência, de "segunda mão", merece).

²³⁸ Ver MARX, 1971, p. 584.

cambio, trabajo concreto y trabajo abstracto)". (MANDEL, *op. cit.*, p. 124, nota 48).

E, em consequência, as interpretações que nela se fundam:

¿Qué es el 'bien inmaterial' producido por un maestro asalariado que podría contrastar-se conceptualmente con el 'servicio inmaterial' producido por un empleado de limpieza asalariado (que trabaja para una empresa capitalista de limpieza) o de un empleado asalariado de una tienda de departamentos?" (*Id.*).

Novamente aqui uma observação crítica sobre o raciocínio de Mandel. Discordamos do paralelo que o autor estabelece entre o professor e o empregado de uma loja de departamentos para sustentar seu ponto de vista, ainda que com ele concordemos que a posição de Marx oscila no que tange à produção não-material. Ao tratar do professor, dos artistas, etc., quando assalariados pelo capital, Marx considera suas atividades pertinentes à produção (nesse caso, produção não-material, cujo resultado não se constitui em um "produto exterior" à atividade). A pergunta que se faz é: são esses trabalhadores produtivos, *posto que produzem*, embora não produzam coisas materiais (produzam um "serviço")? A resposta de Marx a esta questão não é unívoca (como o enfatizamos ao traçar a trajetória da categoria). Quanto ao trabalho do "empregado em uma loja de departamentos", Marx não tem dúvidas: trata-se de trabalho improdutivo. E isto *não porque* não produza bens materiais (ou seja, *não porque* produza "um serviço"), *mas porque* não produz: trata-se de um "agente de compra e venda", assalariado pelo capital na esfera da circulação (circulação pura). Considerá-los, conceptualmente, como similares é, *no mínimo*, impreciso...

Voltando a Mandel, este é taxativo: se trabalho produtivo se define como trabalho produtor de mercadorias, mercadoria que combina trabalho concreto e trabalho abstrato, mercadoria que combina criação de valores-de-uso e produção de valores-de-troca, então, os "bens imateriais" estão "logicamente" excluídos da esfera da produção de valor (*Ibid.*, p. 124). Retoma "a tese básica de *O capital*" que valida a conclusão a que chega:

"la producción es, para la humanidad, la mediación necesaria entre la naturaleza y la sociedad; no puede haber producción sin trabajo (concreto), ni trabajo concreto sin apropiación y transformación de los objetos materiales" (MANDEL, *op. cit.*, p. 124).²³⁹

E que se evidenciaria no livro segundo, texto em que Marx classifica a indústria de transporte no âmbito da produção de valor e mais-valia, e não na esfera da circulação. Nos termos do próprio Marx:

"Las masas de productos no aumentan porque se las transporte. Incluso la modificación de sus propiedades naturales provocadas acaso por el transporte no es, con ciertas excepciones, un efecto útil, sino un mal inevitable. Pero el valor de uso de las cosas sólo se efectiviza en su consumo, y su consumo puede hacer necesario su cambio de lugar y por ende el proceso adicional de producción que cumple la industria del transporte. El capital productivo invertido en ésta agrega, pues, valor a los productos transportados" (MARX *apud* MANDEL, *op. cit.*, p. 125).²⁴⁰

A passagem não só referenda a conclusão a que Mandel chegara, como lhe permite classificar o trabalho assalariado empregado na indústria de transporte de mercadorias como produtivo, acompanhando Marx rigorosamente. Mas, leva Mandel a uma segunda conclusão: "é óbvio que nenhum destes argumentos pode ser aplicado ao transporte de pessoas" (MANDEL, *op. cit.*, p. 125) isto porque:

"El transporte de pasajeros no es una condición indispensable para la realización de los valores de uso y no agrega ningún valor nuevo a mercancía alguna" (*Id.*).

Trata-se apenas de um serviço pessoal de que se valem os indivíduos, sejam eles capitalistas ou trabalhadores, e que se troca por renda. Trata-

²³⁹ Novamente aqui não há consenso. Mandel menciona Gouverneur que busca ultrapassar a limitação que Marx poria à produção e, por extensão, ao trabalho produtivo. Segundo Mandel, Gouverneur estende a formulação de Marx (vale dizer, amplia os limites no interior dos quais se circunscreve o trabalho produtivo) de a transformação da natureza para "'a transformação da natureza ou *do mundo*', onde 'ou do mundo' significa 'ou da sociedade'". Por essa via, inclui a produção de "bens imateriais" feita pelo trabalho assalariado, em especial o trabalho dos professores, na categoria de trabalho produtivo. Essa "ampliação" traz conseqüências: "Como os professores assalariados 'transformam a sociedade' sem 'transformar a natureza', as implicações são óbvias" (*Id.*, nota 50).

²⁴⁰ Passagem que corresponde a MARX, 1970, p. 153.

se de trabalho assalariado improdutivo à semelhança do trabalho assalariado empregado nas áreas de comércio, bancos ou seguros.

"Así, ya sea que se organice sobre la base del trabajo asalariado o no, no puede considerarse que la industria del transporte de pasajeros aumente la masa global de valor y plusvalor social como tampoco lo hace el trabajo asalariado empleado en los campos del comercio, la banca, o los seguros" (MANDEL, *op. cit.*, p. 125).

Mandel prossegue considerando as "indústrias de serviços". Em primeiro lugar, fixa um critério a partir do qual pensá-las: são produtivas todas as formas de trabalho assalariado que se exteriorizam em um produto material – e só essas são produtivas:

"Podemos decir que como regla general todas las formas de trabajo asalariado que se exteriorizan en un producto (materiales) y así agregan valor al mismo, crean plusvalor y por lo tanto son productivas para el capitalismo como un todo" (MANDEL, *op.cit.*, p. 125).

Isto posto, pode, em segundo lugar, discriminar que atividades se constituem em trabalho produtivo: as indústrias manufatureiras e mineiras; o transporte de bens; as indústrias de "serviço público" – como a produção e o transporte de água ou de qualquer forma de energia (por exemplo, gás e eletricidade); a venda de comida nos restaurantes; a construção e venda de casas e oficinas, assim como o provimento de material para construí-las; e, é claro, a agricultura (Ver *ibid*, p. 125-126).

Pode, em terceiro lugar, concluir: muitos setores freqüentemente classificados enquanto "indústrias de serviços" integram, de fato, a produção material e empregam trabalho produtivo (Ver *ibid.*, p. 126).

Finalmente, pode, *por oposição*, apontar um conjunto de atividades improdutivas (no campo dos serviços), a saber: o alugar de apartamentos ou de quartos de hotel; o serviço de transportes de pessoas em ônibus, metrô ou trens; o trabalho assalariado médico, educativo ou recreativo que não se objetiva fora do trabalhador – ou seja, a venda de formas específicas de trabalho e não de mercadorias; o trabalho dos empregados comerciais, bancários, das companhias de seguros e das empresas de

investigação de mercados – essas atividades "nada acrescentam à soma global de valor e mais-valia social produzidos" e, por tanto, não se lhes pode atribuir a categoria de trabalho produtivo (*Id.*).

Vale-se da televisão como "um exemplo interessante":

"La producción de aparatos de televisión o películas (incluyendo las copias de las películas) es obviamente una forma de producción de mercancías y el trabajo asalariado empleado en ella es trabajo productivo. Pero el alquiler de las películas terminadas o el arrendamiento de un aparato de televisión a clientes sucesivos no tiene las características del trabajo productivo. De manera similar, el trabajo asalariado empleado en hacer películas publicitarias es productivo, en tanto que el engatusar a clientes potenciales para que compren u ordenen tales películas es tan improductivo como el trabajo de los representantes comerciales en general" (*Id.*).

A tese que Mandel levanta é especialmente interessante na medida em que ela se estende à questão do chamado setor terciário da economia ("as indústrias de serviços"); tese cujos fundamentos são postos em questão por Singer. Este, em sua apresentação a outro texto de Mandel (*O capitalismo tardio*), aponta o que considera um seriíssimo problema quanto à "alegada ortodoxia do autor" (SINGER, 1985, p. XXVII) em relação à distinção entre trabalho produtivo e improdutivo em Marx. Segundo Singer, Mandel defenderia a "tese smithiana de que a produção de valor dependeria da forma material assumida pelo trabalho" (*Id.*) – e, em decorrência, concluiria que Marx considera como produtivo apenas o trabalho do trabalhador que participa da produção de bens materiais –; ao que contrapõe:

"Nada do que Mandel cita de Marx suporta esta conclusão. O que Marx sustentou foi que nem todo o trabalho que se troca por capital (isto é, trabalho assalariado em empresa capitalista) é necessariamente produtivo. O que de modo algum significa que somente trabalho 'material' o seja" (*Id.*).

Rubin, ainda que não discutindo abertamente com Mandel (como é óbvio), refuta também, e vigorosamente, a leitura daqueles que sustentam

haver "uma concepção 'materialista' do trabalho produtivo em Marx" (RUBIN, 1980, p. 286).

Ao fim e ao cabo, o que tanto Singer quanto Rubin sustentam (direta ou indiretamente) é que Mandel estaria conferindo prevalência *abusiva* à "definição acessória" de trabalho produtivo.

Mandel, para ilustrar sua tese traz o exemplo do transporte de mercadorias. É verdade que Marx considera o transporte de mercadorias produtivo, porém, este não evidencia o fato de que o trabalho produtivo necessariamente se materializa em uma coisa, já o que transporte é um serviço (não se materializa em coisa nenhuma). Ele é produtivo porque afeta o valor-de-uso do produto e, em decorrência, seu valor de troca.

Finalmente, a questão do transporte de pessoas. Embora Marx não trate do transporte de pessoas no capítulo VI do livro II, considera explicitamente como produtivo o trabalho aí empregado, tanto em *Teorias* (Ver MARX, 1987, p. 405-406) quanto no capítulo I daquele livro de *O capital* (Ver MARX, 1970, p. 55-56). Ainda que, ao nos parece, Marx se valha de argumentos distintos para afirmar que é produtivo o trabalho empregado pelo capital seja no transporte de mercadorias seja no transporte de pessoas²⁴¹, não acreditamos que a tese de Mandel se sustente.

Vale notar que o próprio Mandel ressalta haver um "notável contraste" entre a passagem que cita, e que se acha no capítulo VI do Livro II, e outra que se encontra no capítulo I do mesmo livro. Neste último, segundo Mandel, Marx,

"si bien afirma explícitamente que el transporte de personas por una empresa capitalista *no* crea mercancías o valores de uso de ningún tipo, observa que no obstante es 'un ramo produtivo' aunque el 'efecto útil' [...] sea sólo consumible durante la producción del proceso mismo" (*Id.*)²⁴²

Enfim, por essa passagem Marx afirma, e Mandel o reconhece, que o transporte tanto de pessoas quanto de mercadorias integra um "ramo

²⁴¹ Ver nossas considerações no item 3.2.2.2 deste trabalho.

²⁴² Para as expressões entre aspas ver MARX, 1970, p. 55-56.

industrial autônomo", o capital aí investido é capital produtivo (ou capital na fase de produção) e o trabalho que este comanda é, pois, trabalho produtivo. Mas, apesar de constatar o "contraste", mantém a postura anterior.

Singer e Nagels têm posição idêntica a nossa, mas vão bem mais longe. Defendem-na tecendo uma interpretação no que concerne ao transporte de pessoas: este é produtivo porque afeta o valor de uso da mercadoria força de trabalho, aumentando seu valor de troca.²⁴³

6.3.1.2. A demarcação das esferas de produção e circulação

Quanto ao segundo problema, que concerne à delimitação "precisa entre as esferas de produção e circulação na sociedade capitalista" (*Id.*), a solução é clara: "só o trabalho que agrega valor, ou é indispensável para a realização e conservação do *valor de uso* de uma mercadoria acresce a quantidade global de trabalho social abstrato incorporado a essa mercadoria (é produtor de valor)" (*Id.*). O trabalho indispensável à realização e conservação do valor-de-uso de uma mercadoria insere-se no âmbito da produção e não da circulação, e nessa medida acresce a quantidade global de trabalho social abstrato contido nessa mercadoria, por isso é trabalho produtor de valor, e de mais-valor, daí, é trabalho produtivo.²⁴⁴

6.3.1.3. O trabalhador coletivo

²⁴³ Singer discute diretamente com Mandel, refutando-o. Os argumentos que traz contrários à tese que este último sustenta, no que tange ao transporte de pessoas, encontram-se em SINGER, 1985, p. XVIII-XXIX. Nagels, ainda que não estabelecendo um contraponto explícito com Mandel, também discorda da tese que este defende (ver NAGELS, 1975, p. 212-229, em especial, p. 220-223, páginas em que Nagels trata da questão do transporte da "mercadoria força de trabalho").

²⁴⁴ Se teoricamente a resposta ao problema parece cristalina, o pensar dessa distinção e o ponderar sobre que trabalhos são ou não produtivos na área dos "custos de circulação" (contabilidade, estoques e transporte – de produtos e pessoas) não é consensual; agregue-se a questão do "empregado do comércio varejista" (Ver Rubin, Nagels e Singer).

O terceiro problema reporta-se à questão do trabalhador coletivo e Mandel, em que pesem as diversas interpretações a respeito, entende que Marx "adota uma atitude muito menos simplista do que a de alguns de seus discípulos posteriores" (*Id.*)

"El trabajo productivo, en tanto que invertido en el área de la producción de mercancías es *todo* el trabajo asalariado indispensable para ese proceso de producción; es decir, no sólo el trabajo manual, sino también, el de los ingenieros, la gente que trabaja en los laboratorios, los supervisores y hasta os gerentes y empleados de almacén, en la medida en que la producción física de esa mercancía sería imposible sin ese trabajo. Pero el trabajo asalariado que es indiferente al valor de uso específico de una mercancía y que se lleva a cabo sólo para obtener mayor plusvalor de la fuerza de trabajo (por ejemplo, el trabajo asalariado de los verificadores de tiempos) o para asegurar la defensa de la propiedad privada (guardas de seguridad dentro y fuera de la fábrica); el trabajo relacionado con las *formas sociales y jurídicas* particulares de la producción capitalista (abogados empleados como personal asalariado por empresas manufactureras); contadores en finanzas; revisores de existencias *adicionales*, necesarios por la tendencia a la superproducción – ninguno de éstos es trabajo productivo para el capital. Es trabajo que no añade valor a las mercancías producidas (pese a que puede ser esencial para el funcionamiento general del sistema capitalista o de la sociedad burguesa como un todo)" (*Ibid.*, p. 127).

A extensa citação permite um conjunto de inferências, mas antes, parece-nos relevante voltar a uma argumentação anterior.

Salvo melhor juízo, Mandel estabelece um grande corte entre trabalho produtivo e trabalho improdutivo, considerada a perspectiva do modo de produção capitalista em sua totalidade (perspectiva geral, que supõe em Marx), a saber: só a produção de mercadorias possibilita a criação de valor e mais-valia; portanto, só na esfera da produção de mercadorias se dá o trabalho produtivo. Assim, o trabalho assalariado que o capitalista comercial, financeiro ou do setor serviços contrata não é

trabalho produtivo: ainda que seja produtivo para o capitalista individual, posto que lhe (ao capitalista individual) permite participar da "divisão do bolo"; do ponto de vista do sistema em sua totalidade, é improdutivo, já que não leva ao "aumento do bolo". Retomando os termos em que a discussão se punha, nem todo trabalho assalariado é trabalho produtivo (só o que se troca por capital o é); mas, mais rigorosamente, nem todo trabalho assalariado que se troca por capital é produtivo (apenas o que é investido na produção de mercadorias o é).

Feito esse primeiro grande corte, Mandel curva-se sobre o trabalho assalariado empregado na produção de mercadorias, ou seja, curva-se sobre o trabalho assalariado empregado na única esfera em que se dá a produção de valor e mais-valia, única esfera em que se verifica o trabalho produtivo. Recupera o fato de que, considerada a subsunção real do trabalho ao capital, produtivo não é mais o trabalhador tomado individualmente, mas o trabalhador coletivo. A produção de mercadorias necessita da combinação de trabalhos, a moderna empresa capitalista emprega um conjunto de trabalhadores com funções diversas; daí, a questão que se põe é: todos os trabalhadores assalariados pela empresa capitalista que produz mercadorias são trabalhadores produtivos, todos eles integram o "trabalhador coletivo", produtivo?

Acompanhemos de perto a construção de Mandel.

Primeiro, dada a subsunção real do trabalho ao capital, o conceito de trabalho produtivo é inclusivo – trabalho produtivo é *todo* trabalho assalariado indispensável ao processo de produção de mercadorias –, mantida uma restrição essencial – *somente* o trabalho assalariado *indispensável* ao processo de produção de mercadorias é recoberto pela categoria. Desse modo, não apenas o trabalho manual direto, mas também o dos engenheiros, o do pessoal que trabalha nos laboratórios, o dos supervisores e até o dos gerentes e empregados de armazém, *na medida em que a produção física dessa mercadoria seria impossível sem esse trabalho*, são trabalhos produtivos e esses trabalhadores são trabalhadores produtivos.

Mas, segundo, nem todo o trabalho assalariado, empregado pelo capital na esfera em que se produzem valor e mais-valia, é trabalho produtivo. É taxativo a respeito: não é trabalho produtivo o trabalho assalariado que é indiferente ao valor de uso específico de uma mercadoria – ainda que esse trabalho possa ser essencial ao funcionamento geral do sistema capitalista ou da sociedade burguesa como um todo. Ilustram esse caso:

- a) *o trabalho que se verifica só para obter maior mais-valia da força de trabalho* (por exemplo, o trabalho assalariado dos verificadores de tempos);
- b) *o trabalho que assegura a defesa da propriedade privada* (guardas de segurança dentro e fora da empresa);
- c) *o trabalho relacionado às formas jurídicas e sociais particulares da produção capitalista* (advogados empregados como pessoal assalariado pelas empresas manufatureiras); e
- d) *o trabalho necessário por conta de tendência à superprodução* (contadores, na área das finanças; encarregados de estoques adicionais) (Ver MANDEL, *op. cit.*, p. 127).

6.3.1.4. O trabalho dos pequenos produtores e artesãos

Quanto ao último problema que levanta, ainda que haja uma questão a responder – são os pequenos produtores, os camponeses independentes e os artesãos trabalhadores produtivos? – o texto de Marx não suscitaria controvérsias.²⁴⁵ Trata-se de estratos que "levam a cabo trabalho que não é nem produtivo nem improdutivo do ponto de vista do modo capitalista de produção, porque atuam fora de seu marco" (*Id.*). Ou seja, ainda que produzam mercadorias (valores-de-uso e valores-de-troca) não produzem diretamente mais-valia – se bem que possam,

²⁴⁵ Ainda que o texto de Marx, ao que, também, nos parece, não dê margens a interpretações divergentes, verifica-se um dissenso entre os autores de que nos valem. Rubin, como Mandel, afirma que a esses trabalhadores a distinção não se aplica (Ver RUBIN, 1980, p. 282); Napoleoni considera-os trabalhadores improdutivos de fato, mas não em princípio (Ver NAPOLEONI, 1981, p. 105-106).

indiretamente, contribuir para a massa de mais-valia social (por exemplo, ao rebaixar o valor das mercadorias que integram o custo de reposição da força de trabalho) (Ver MANDEL, *op. cit.*, p. 127).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tomamos como objeto de nossa investigação a categoria de trabalho produtivo, considerada a produção capitalista, em Marx, por sua relevância para o entendimento da sociedade fundada na produção de mercadorias: afinal, "é a distinção entre trabalho que produz capital e o que não o produz, a base para compreender o processo de produção capitalista" (MARX, 1987, p. 275).

Apesar de basilar, no entanto, a categoria é polêmica. Partimos de uma hipótese central: a polêmica funda-se no fato de que a categoria é controversa nos textos do próprio Marx; o que leva, por sua vez, a interpretações divergentes entre os marxistas. Buscamos por um lado, reconstruir o pensamento de Marx e, por outro, recuperar, em parte, a polêmica, tomando três pensadores do século XX que a ilustram.

Enquanto, no decorrer de toda a exposição precedente, procuramos ser exaustivos – e esse era um objetivo nosso –²⁴⁶, agora buscaremos destacar, de modo orientado, alguns aspectos que se nos afiguram como os mais importantes da discussão.

Antes de tudo, gostaríamos de enfatizar a distinção conceptual que Marx estabelece entre *forças produtivas do trabalho* e *força de trabalho produtiva*. Esta distinção, com que o autor abre o décimo segundo aditamento de *Teorias da mais-valia* (MARX, 1987, p. 384-388 e, ainda, p. 389), e que retoma no "capítulo VI (inédito)" (MARX, 1978, p. 83-90), parece-nos da maior importância: ela desautoriza a identidade entre "a produtividade do trabalho" (forças produtivas do trabalho) e, na falta de melhor expressão, "o caráter produtivo do trabalho" (força de trabalho produtiva).²⁴⁷

²⁴⁶ Em nome do rigor com os autores, respeitamos, ao máximo, a ordenação de seu pensamento; ainda que, como se trata de um trabalho nosso, não nos tenhamos furtado a "interpretá-los". Em nome do rigor, também, não selecionamos passagens específicas que "fechassem" a categoria, num sentido definido por nós *a priori*.

²⁴⁷ A distinção é importante porque remete a valor e a mais-valia. Mais explicitamente, o que está em pauta são duas questões: que relações há entre produtividade do trabalho (ou aumento da produtividade do trabalho) e mais-valia? E que relações há entre trabalho produtivo e mais-valia?

A resposta à segunda indagação é direta e a relação é imediata: trabalho produtivo é trabalho que produz mais-valia (complicado é saber que trabalho produz mais-valia).

A resposta à primeira indagação é mais complexa e requer um pouco de cuidado.

Dito isso, em primeiro lugar, Marx define trabalho produtivo considerado o processo de trabalho em geral:

"No processo de trabalho, a atividade do homem opera uma transformação, subordinada a um determinado fim, no objeto sobre que atua por meio do instrumental de trabalho. O processo extingue-

Em primeiro lugar, a produtividade do trabalho, ou seja, "as forças produtivas sociais e gerais do trabalho" são "forças produtivas do capital" e "só concernem ao processo de trabalho ou só dizem respeito ao valor de uso" (do capital), portanto, "não influenciam diretamente o *valor de troca*. Trabalhem 100 pessoas em conjunto ou cada uma delas de per si, o valor de seu produto é igual a 100 jornadas de trabalho, seja qual for a quantidade de produtos em que se represente; isto é, não importa a produtividade do trabalho" (MARX, 1987, p. 388). O aumento da produtividade do trabalho possibilita que, "em um tempo de trabalho determinado, com a mesma quantidade de trabalho e de capital, criar maior massa de produtos [valores de uso], mas, nunca, maior massa de valores de troca" (MARX, 1977, p. 75; ver, ainda, MARX, 1968, p. 362).

Em segundo lugar, "a variação da produtividade do trabalho influi no valor de troca" de um único modo: quando, estendida a um ramo da produção, faz cair o tempo socialmente necessário para produção da mercadoria (MARX, 1987, p. 388-389). Mas, aqui, vale o raciocínio precedente: aumenta a quantidade de produtos, cai seu valor unitário, mas a massa de valores não se altera, como não se altera a mais-valia (Ver MARX, 1968, p. 467).

Em terceiro, o aumento da produtividade do trabalho leva ao aumento da mais-valia relativa, quando desvaloriza a força de trabalho: diretamente ao simplificar o trabalho e incorporar contingentes antes não incorporados à produção; indiretamente ao "baratear as mercadorias que entram na reprodução [...] [da] força de trabalho" (*Ibid.*, p. 463). "Mas, [...] em nada altera o valor da força de trabalho o aumento da produtividade nos ramos de atividade que não fornecem esses meios de subsistência nem os meios de produção para produzi-los" (*Ibid.*, p.363).

Nestes últimos, em quarto, o que aumenta a mais-valia é a "intensificação do trabalho": o capitalista "impõe ao trabalhador maior dispêndio de trabalho no mesmo tempo, preenchimento mais denso dos poros da jornada, em suma, [tem-se] um [elevado] grau de condensação do trabalho [...]. Essa compressão de massa maior de trabalho num período dado significa, então, o que realmente é: maior quantidade de trabalho. O tempo de trabalho é medido agora de duas maneiras, segundo sua extensão, sua duração e segundo seu grau de condensação, sua intensidade" (*Id.*). Nesse caso, sim, ao lado do aumento do volumes de mercadorias, tem-se o aumento da massa de valores de troca; além disso, no interior da jornada, altera-se a relação entre trabalho necessário e trabalho excedente – ou seja, aumenta a mais-valia (Ver *Ibid.*, p. 468).

Em quinto, quando de suas "primeiras aplicações esporádicas", o aumento da produtividade do trabalho faz com que o valor individual do produto de um capitalista isolado fique abaixo do valor social, "capacitando-o a cobrir o valor diário da força de trabalho com menor porção de valor do produto diário" (*Ibid.*, p. 463). Nesse caso, o capitalista pode vender o produto por um preço superior ao valor que este contém, mas abaixo do valor social. No entanto, na medida em que esta elevação se generaliza cai "o valor social do produto ao nível do valor individual" (*Ibid.*, p. 464; ver, também, MARX, 1977, p. 77-78).

Em suma, considerado um ramo industrial particular, não voltado para a reprodução da força de trabalho, o aumento da produtividade do trabalho só de forma tópica e limitada no tempo interfere na mais-valia. Portanto, usar o mesmo substantivo abstrato para designar força de trabalho produtivo e forças produtivas do trabalho é, no mínimo, extremamente problemático.

se ao concluir o produto. O produto é um valor-de-uso, um material da natureza adaptado às necessidades humanas através da mudança de forma. O trabalho está incorporado ao objeto sobre que atuou. Concretizou-se e a matéria está trabalhada. [...] Observando-se todo o processo do ponto de vista do resultado, do produto, evidencia-se que meio e objeto de trabalho são meios de produção e o trabalho é trabalho produtivo" (MARX, 1968, p. 205).

Em segundo, Marx circunscreve o âmbito de sua investigação: interessa-lhe não o trabalho produtivo em geral, mas o trabalho produtivo sob o capital; neste sentido, a categoria é histórica, particular. No entanto, ressalta: "o processo de trabalho capitalista não anula as determinações gerais do processo de trabalho. Produz produtos e mercadorias" (MARX, 1978, p. 70); daí que "o trabalho continua sendo produtivo na medida em que se objetiva em mercadorias como unidade de valor de uso e valor de troca" (*Ibid.*, p. 70-71). Mas, se, do simples ponto de vista do processo de trabalho em geral, é produtivo o trabalho que se realiza em um produto, do ponto de vista do processo capitalista de produção, esta definição não é absolutamente adequada (ver MARX, 1978, p. 70 e MARX, 1968, p. 205), pois não é suficiente; e não o é porque o "objetivo da produção capitalista é o excedente e não o produto". Então,

"acrescenta-se [à definição de trabalho produtivo, considerada a produção capitalista vis-à-vis o processo de trabalho em geral,] a determinação mais precisa: é produtivo o trabalho que valoriza diretamente o capital, o que produz mais-valia, ou seja, [o] que se *realiza* – sem equivalente para o operário, para seu executante – em mais-valia [...], representada por um sobreproduto [...]; ou seja, um *incremento excedente de mercadoria* para o monopolizador dos meios de trabalho [...], para o *capitalista*. [...] [Só é produtivo o trabalho] que serve diretamente ao capital como instrumento [...] de sua *autovalorização*, como meio para a produção de mais-valia" (MARX, 1978, p. 70).

Marx, portanto, parte do trabalho produtivo independente da forma histórica em que o processo de trabalho se verifica – trabalho produtivo

“em geral” –; nesse caso, trabalho produtivo é aquele que produz um produto (um valor de uso). A seguir, marca a especificidade do trabalho produtivo sob o capital, o que, sem negar a formulação geral, limita sua validade – então, acresce-se uma determinação mais precisa: trabalho produtivo é aquele que, além de produzir um valor de uso, produz mais valor do que custa.

Singer, ainda que não se valendo necessariamente das mesmas passagens, tece considerações extremamente interessantes: afirma que Marx teria uma dupla visão acerca de trabalho produtivo.

"Uma destas concepções é a [...] que Marx expôs de modo mais amplo: a de que trabalho produtivo é o que produz mais-valia – ou seja, é o trabalho que resulta do uso de força de trabalho assalariada por capitalistas para produzir mercadorias visando lucro" (SINGER, 1981, p. 117);

concepção que "só se aplica ao modo capitalista de produção e [...] que corresponde apenas ao ponto de vista do capital" (como Marx repetidamente reitera) (*Id.*).

"A *outra* concepção", prossegue Singer, "é a de trabalho produtivo *em si*, que é produtivo unicamente porque satisfaz necessidades humanas" (*Id.*).

"Marx menciona que a miopia burguesa confunde a pergunta *do* que é *trabalho produtivo e trabalhador produtivo* do ponto de vista do capital com o que é *trabalho produtivo ao todo* [...]. Obviamente, ao ver de Marx as duas perguntas devem ser distinguidas" [...] (*Id.*).

Assim, ainda segundo Singer, Marx levaria em conta um "critério geral" e um "específico", "que se relaciona exclusivamente ao capitalismo" (*Ibid.*, p. 118); daí que

"um trabalho só pode ser considerado produtivo [sob o capital], no sentido que Marx dá ao conceito, se ele satisfaz os *dois* critérios, isto é, se ele produz valor de uso e se ele produz mais-valia. Fica claro também que só o trabalho que produz valor de uso (critério geral) pode produzir mais-valia (critério específico), embora o contrário não seja verdadeiro: muitos trabalhos produzem valores de uso sem produzir mais-valia" (*Ibid.*, p. 125-126).

Nagels, mesmo não afirmando, explicitamente, a dupla concepção, tece considerações no mesmo sentido daquelas de Singer. Reputa equivocada a perspectiva de autores marxistas que consideram exclusivamente o valor de troca, ignorando "o papel do valor de uso na economia política marxista" (NAGELS, 1975, p.23) e defende que, no que nos concerne, a concepção de trabalho produtivo (sob o capital), em Marx, é "bidimensional" ou "dualista", ou seja, deve ser encarada do ponto de vista do valor-de-troca e do valor-de-uso (Ver NAGELS, 1975, p. 19-23). E alerta, conforme a perspectiva analítica que se adote (uni ou bidimensional), o entendimento da categoria de trabalho produtivo (sob o capital, em Marx) é distinto (Ver *id.*).

Posto isso, temos, em terceiro lugar, que, sob a forma capitalista da produção social, pensar trabalho produtivo implica em considerar o trabalho sob a ótica do capital, em conseqüência, produtivo é o trabalho que valoriza o capital, o trabalho que gera diretamente mais valia. Nessa forma histórica da produção, o trabalho integra o capital, enquanto capital variável – "a parte do capital despendida em salário". Em decorrência, em quarto lugar, trabalho produtivo é o trabalho assalariado pelo capital: "trabalho assalariado que, na troca pela parte variável do capital [...] produz mais-valia para o capitalista" (MARX, 1987, p. 132), ou seja, trabalho que "põe o capital variável, e, portanto, o capital total, como $C + C = C + v$ " (MARX, 1978, p. 70).

Em quinto lugar, ao conceituar trabalho improdutivo como aquele que "não se troca por capital, mas *diretamente* por renda", Marx aponta para o fato de que o assalariamento, ainda que condição necessária, não é suficiente para pensar trabalho produtivo; em outros termos, se "todo trabalhador produtivo é assalariado, [...] nem todo assalariado é trabalhador produtivo" (MARX, 1978, p. 72). Marca, então, uma diferença importante, aquela que separa o trabalho assalariado pelo capital – trabalho produtivo –, do trabalho assalariado que se troca por renda – trabalho improdutivo –: contraponto central de que Marx trata

exaustivamente tanto no "capítulo VI (inédito)", quanto em *Teorias da mais-valia*.

Em sexto, afirma que o elemento determinante para circunscrever a categoria são as relações sociais de produção, ou a forma social determinada, em que o trabalho se realiza (ver MARX, 1987, p. 137). Do que resulta, em sétimo lugar, que o caráter produtivo do trabalho independe de sua qualificação material – tanto de sua destinação como trabalho concreto, quanto da natureza do produto (ver *Id.*) –, posto que,

"para o capitalista como tal, o valor de uso da força de trabalho não consiste em seu valor de uso efetivo, na utilidade do trabalho concreto particular – o de fiar, tecer etc. Tampouco lhe interessa o valor de uso do produto em si desse trabalho, sendo o produto para ele mercadoria [...] e não artigo de consumo. O que lhe interessa na mercadoria é ter ela valor de troca superior ao que por ela pagou, e assim, para ele, o valor de uso do trabalho consiste em lhe restituir quantidade de tempo de trabalho maior do que a que pagou na forma de salário" (*Ibid.*, p. 136).

Daí decorre que o mesmo trabalho pode ser produtivo ou improdutivo, ainda que se materialize em um objeto concreto idêntico: o trabalho de um trabalhador empregado por um fabricante de piano é produtivo; o trabalho de um trabalhador contratado para fazê-lo na casa do consumidor é improdutivo.²⁴⁸ E mais: o trabalho é produtivo mesmo que não se materialize em objeto algum: o ator contratado por um empresário é trabalhador produtivo.²⁴⁹

Ainda como resultado do critério determinante, sob o capital, não há identidade entre trabalho produtivo e trabalho útil. Assim, mesmo que o trabalho seja de natureza a mais fútil, nem por isso deixa de ser produtivo (e o caso do palhaço o ilustra); mesmo que o trabalho esteja voltado para a produção de bens supérfluos, artigos de luxo (e não para a reprodução das condições da produção), nem por isso o trabalho deixa de ser produtivo (e o caso do produtor de champanhe o ilustra); mesmo

²⁴⁸ Marx fornece inúmeros exemplos relativos a esse contraponto, no que se refere tanto à produção material quanto à produção não-material.

²⁴⁹ Voltaremos à "produção imaterial", adiante.

que o trabalho seja, nos termos de Mandel, “inútil e daninho para os interesses gerais da sociedade humana”, nem por isso, o trabalho deixa de ser produtivo (e a produção de armamentos, revistas pornográficas e drogas ilustram-no) (MANDEL, 1998, p. 122). E mais: como resultado do critério determinante, não há identidade entre trabalho produtivo e trabalho necessário. Melhor dito, um trabalho pode ser socialmente útil (útil para a sociedade, em geral; útil ao processo de produção, em particular) – e, portanto, necessário – sem que, por isso, seja produtivo (considerando, exclusivamente, os exemplos de Marx em *Teorias da mais-valia*, os serviços de médicos, soldados e magistrados ilustram-no).

Em oitavo, Marx agrega à determinante uma definição acessória, que, ao contrário daquela, acha-se relaciona ao conteúdo da atividade: "os *trabalhadores produtivos*, isto é, os trabalhadores que produzem capital, [são aqueles cujo] trabalho se realiza em *mercadorias*, em produtos do trabalho, em riqueza material"²⁵⁰ (MARX, 1987, p. 403). Daí que,

"em sentido estrito: produtivo é todo o trabalho que entra na produção de *mercadoria* (produção aí abrange todas as operações por que passa a mercadoria, do primeiro produtor até ao consumidor), seja qual for a espécie, trabalho manual ou não (científico); e improdutivo é o trabalho que não tem por propósito e objetivo produzir mercadoria. Essa distinção tem de ser mantida e o fato de todas as espécies de atividade repercutirem na produção material e vice-versa, em nada muda a necessidade dela" (MARX, 1985, p. 1472).

Em nono, Marx afirma que, com "o desenvolvimento do modo especificamente capitalista de produção" – ou seja, considerando a subsunção real do trabalho ao capital e a emergência do trabalhador coletivo, e tomando-se a produção de mercadorias *stricto sensu* – a categoria de trabalhador produtivo amplia-se. Desaparece a relação (exclusiva) entre trabalhador manual e trabalhador produtivo, posto que, "é absolutamente indiferente que a função de tal ou qual trabalhador –

²⁵⁰ Voltaremos à definição acessória, adiante.

simples elo desse trabalhador produtivo – esteja mais próxima ou mais distante do trabalho manual direto" (MARX, 1978, 72). E assim, a distinção entre trabalho produtivo e trabalho improdutivo independe de ser o trabalho físico ou intelectual:

"mais e mais funções da capacidade de trabalho se incluem no conceito imediato de trabalho produtivo, e seus agentes no conceito de trabalhadores produtivos, diretamente explorados pelo capital e subordinados em geral a seu processo de valorização e de produção" (*Ibid.*, p. 71).

Vale dizer, tanto o engenheiro que projeta, quanto o trabalhador manual que transforma o projeto em uma máquina, por exemplo, integram o trabalhador coletivo e são, portanto, trabalhadores produtivos.²⁵¹

Restringimo-nos, por hora, apenas, às ponderações de Marx no “capítulo VI (inédito)”, nos dois textos de *Teorias da mais-valia* por nós contemplados; abstraindo, portanto do trabalho empregado pelo capital na esfera da circulação.²⁵² Acreditamos que nestes textos encontra-se o esforço mais sistemático de Marx para definir a categoria, considerado o trabalho comandado pelo capital produtivo; mas, a despeito disso, como vimos insistindo, a postura de Marx não se apresenta fechada, especialmente no que concerne à produção não material. Já apontamos que a posição de Marx oscila no interior desses textos e entre esses textos. Assim, discordamos de Mandel que, ao estabelecer a distinção entre trabalho produtivo e trabalho improdutivo, não considera do “capítulo VI (inédito)”, por acreditar que, como aqui se trata do capital na esfera da produção, o problema está “adequadamente esclarecido” (MANDEL, 1998, p. 88).²⁵³ Discordamos de Napoleoni (1981), que, ao tratar exaustivamente deste capítulo, abstrai das divergências internas ao texto; discordamos, ainda, de Antunes, que se reporta, reiteradamente, ao

²⁵¹ Voltaremos ao trabalhador coletivo, adiante.

²⁵² Consideramos, também, os capítulos já apontados do livro I de *O capital*.

²⁵³ Além de não tratar do "capítulo VI (inédito)", no que tange à distinção entre trabalho produtivo e trabalho improdutivo, Mandel também não cuida das questões internas a *Teorias*, relativas à questão. O eixo de sua argumentação reside na insuficiência deste texto vis-à-vis os livros II e III de *O capital* – ou seja, mesmo quando se ocupa de *Teorias*, Mandel estabelece contrapontos(s) entre textos, e não intratexto.

"capítulo VI (inédito)" como a referência para definir trabalho produtivo (ver ANTUNES, 1999 e ANTUNES, 2005).²⁵⁴ Por outro lado, discordamos de Rubin (1980) que, ao tomar como fio condutor de sua análise as *Teorias*, ignora seus problemas internos; e, também de Nagels, que não vê discrepâncias no corpo deste texto (ver NAGELS, 1975, p. 43).²⁵⁵ No que tange a *Teorias*, em particular, partilhamos da posição de Singer: "o 1º volume das *Teorias sobre a mais-valia* [...] está longe de ser um trabalho terminado, não passando da reunião de uma série de notas sobre autores que abordaram o tema" (SINGER, 1981, p. 124). E as numerosas passagens "[que Marx deixou] [...] tanto permitem uma resposta positiva como uma resposta negativa à questão [acerca de que atividades se constituem em trabalho produtivo]" (*Ibid.*)²⁵⁶.

Em todos esses textos de Marx há um critério indiscutível para circunscrever o âmbito do trabalho produtivo na sociedade capitalista: produtivo é o trabalho que produz mais-valia. Sobre este ponto não há dissenso; este reside em estabelecer que trabalho produz mais-valia. Onde situar a origem dessa divergência?

Primeiro, consideremos o critério para pensar trabalho produtivo. Marx não deixa qualquer dúvida a respeito: as relações de produção são o critério determinante. No entanto, se se ponderam exclusivamente as relações de produção, a conclusão lógica é a de que todo o trabalho

²⁵⁴ Vale lembrar que o objetivo de Antunes não é, especificamente, precisar a categoria, mas fornecer subsídios teóricos para pensar, diante das "metamorfoses" por que passa "o mundo do trabalho", a classe trabalhadora, hoje (a "classe-que-vive-do-trabalho") – objetivo que é duplo: teórico e político. Ou melhor, sua reflexão tem em mira, para além de traçar o perfil da "classe-que-vive-do-trabalho", ponderar a respeito tanto dos limites que estão postos, quanto das possibilidades que se abrem à luta de classes. Por essa dupla ordem de razões, envereda pela discussão de trabalho produtivo; discussão, a nosso ver, absolutamente pertinente. Divergimos, porém, da "absolutização" do "capítulo VI (inédito)": seja pelos problemas internos ao texto, seja pela divergência entre textos, seja porque neste capítulo a discussão não se completa: Marx não contempla o trabalho empregado pelo capital na esfera da circulação (e o próprio Antunes, ao cuidar do trabalho improdutivo, a ele não se restringe).

²⁵⁵ Importa registrar que Nagels dedica um livro (editado em dois volumes) ao "trabalho coletivo e trabalho produtivo" e sua proposta não é a de "construir uma tese aparentemente coerente a partir de um conjunto de citações, e soberbamente ignorar aquelas que não corroboram essa tese" (NAGELS, *op. cit.*, p. 27).

²⁵⁶ Vale ressaltar que, embora a análise de Singer seja bastante abrangente, seu foco principal, quanto à questão do trabalho produtivo, neste texto, reside em esclarecer como Marx encara a produção não-material; preocupação central para poder estabelecer os nexos entre "trabalho produtivo e excedente", objeto da discussão do artigo.

assalariado pelo capital é trabalho produtivo, postura que Napoleoni e Rubin claramente assumem.²⁵⁷ Singer é taxativo: para Marx, não basta o trabalho ser assalariado pelo capital para que ele seja produtivo; nos seus termos:

"no conjunto da produção organizada capitalisticamente, só é produtivo o trabalho que contribui para a criação ou realização de valores de uso, ou seja, o trabalho [...] que satisfaz necessidades humanas" (SINGER, 1981, p. 127).

Dito de outro modo, as relações de produção no bojo das quais o trabalho se realiza, ainda que determinantes, não são suficientes para definir o caráter produtivo do trabalho, posto que há trabalhos assalariados pelo capital que não são produtivos. Embora esta discussão só se complete nos livros II e III de *O capital*, já no "capítulo VI (inédito)" Marx fornece indicação a respeito, ao considerar o "trabalho assalariado incidentalmente vinculado ao processo de produção capitalista" (MARX, 1978, p.75).

Nagels aponta também para a insuficiência de se restringir às relações de produção (ainda que critério determinante) a discussão acerca do trabalho produtivo: "colocar o acento sobre as relações de produção e, como consequência, subestimar o impacto das forças produtivas tem como efeito esclerosar a análise" (NAGELS, 1975, p. 76).

Por outro lado, e ainda quanto ao critério, um novo problema se põe: conceder ênfase excessiva à definição acessória e considerar como produtivo apenas o trabalho que se materializa em uma "coisa" – postura que, grosso modo, Mandel assume.

Posta a questão mais geral, vejamos alguns de seus desdobramentos.

Consideremos o trabalhador coletivo. Desde já, queremos marcar

²⁵⁷ Napoleoni assume-a, pois considera, predominantemente, o "capítulo VI (inédito)"; Rubin, porque toma como vetor da análise o texto de *Teorias*. Como nesses textos a ênfase de Marx recai no contraponto entre trabalho que se troca por capital e trabalho que se troca por renda, não por acaso os autores insistem em que todo o trabalho assalariado pelo capital é produtivo. Vale lembrar que as reflexões de Rubin são mais amplas do que as de Napoleoni: abarcam, também, os livros II e III de *O capital*; Rubin, portanto, irá abrir uma exceção: o trabalho assalariado pelo capital na esfera da circulação (circulação pura) é improdutivo.

uma posição nossa: insistimos no fato de que Marx, quando trata do trabalhador coletivo – quer no "capítulo VI (inédito)" (MARX, 1978, p. 71-72), quer em *Teorias da mais-valia* (MARX, 1987, p. 136-137 e p. 404-405), quer no capítulo XIV do livro I de *O capital* (Marx, 1971, p. 584) –, leva em conta, *exclusivamente*, a produção material, e o faz em sentido estrito. O que equivale a dizer, em primeiro lugar, que, se a noção de trabalhador coletivo amplia a concepção de trabalhador produtivo – e evidentemente o faz – essa ampliação tem um limite: restringe-se ao trabalho empregado na produção; daí que nada há que autorize a estender a noção de trabalhador coletivo à divisão do trabalho na "sociedade em geral".²⁵⁸

Em segundo lugar, ao tomar a subsunção real do trabalho ao capital e pensar, em decorrência, a emergência do trabalhador coletivo, as considerações de Marx concernem à separação entre trabalho manual (execução) e trabalho intelectual (concepção), e a sua necessária complementaridade para a produção material. Ao separar concepção e execução, Marx não está tratando da diferença entre trabalho material e "trabalho imaterial", mas da distinção entre trabalho manual e trabalho intelectual no bojo da divisão do trabalho, considerada a produção material.²⁵⁹ Enfim, o trabalho do engenheiro que projeta a máquina não tem a ver com "produção imaterial"; ainda que se trate de trabalho intelectual, é trabalho relacionado à produção material: são trabalhadores produtivos "todas essas pessoas [...] [que] estão *diretamente* ocupadas

²⁵⁸ Marx ridiculariza a idéia de que todas as funções sociais sejam produtivas, por exemplo, ao criticar Nassau e os "cavalheiros": "são tão educados que aprovam as funções e atividades que nada têm a ver com a produção da riqueza, e na verdade aprovam porque 'indiretamente' elas aumentam sua riqueza, etc., em suma, exercem uma função 'útil' para a riqueza". E contrapõe: "O próprio homem é a base de sua produção material e de qualquer outra que executa. Todas as circunstâncias, portanto, que influem no homem, o *sujeito* da produção, modificam mais ou menos todas as suas funções e atividades, e assim também suas funções e atividades como criador de riqueza material, das mercadorias. Sob esse aspecto pode-se provar que *todas* as relações e funções humanas, não importa como nem onde se configurem, influem na produção material e sobre ela atuam de maneira mais ou menos determinante" (MARX, 1987, p. 270-271), ou à página 284, ou às páginas 382-383 na digressão: "concepção apologética da produtividade de toda profissão", entre outras passagens.

²⁵⁹ Tanto em *Teorias*, quanto no "capítulo VI (inédito)" os problemas relativos ao trabalhador coletivo e à produção imaterial são tratados em separado. E mais, no aditamento, texto que está organizado pelo próprio Marx, o autor cuida do primeiro sob o título "o problema do trabalhador produtivo visto do ângulo do processo global da produção material" (MARX, 1987, p. 404).

na produção de riqueza material" (MARX, 1987, p. 405).

Estabelecido isso, todos os assalariados em uma empresa capitalista integram o trabalhador coletivo, produtivo? Em nosso entender, não. Apenas integram-no aqueles "cuja [...] *atividade combinada* se realiza materialmente e de maneira direta num *produto total* que, ao mesmo tempo, é um *volume total de mercadorias*" (MARX, 1978, p., 72); aqueles trabalhadores "que possuem força de trabalho de valor diverso" mas que, em conjunto, "produz[em] [um] resultado que, visto como o *resultado* do mero processo de trabalho, se expressa em *mercadoria* ou num *produto material*" (MARX, 1987, p. 404). Partilhamos da posição de Singer, Nagels e Mandel, que distinguem as atividades diretamente relacionadas à produção de mercadorias daquelas ligadas à reprodução das relações de produção. Estas últimas, mesmo que assalariadas pelo capital produtivo (ou melhor, assalariadas pelo capital que produz mercadorias "concretas"), embora necessárias, são improdutivas (são "faux frais").²⁶⁰

Consideremos a produção não-material; questão especialmente espinhosa, porque com ela outras se entrelaçam. Antes de tentar enfrentá-la, cabem algumas indagações. O que Marx chama de produção não material? O que são os serviços? Toda produção não material são serviços? Os serviços restringem-se à produção não-material? Qual o caráter do trabalho envolvido na produção não material – trata-se de trabalho produtivo ou improdutivo? E quanto aos serviços?

Acreditamos que a produção não material se delimita "por exclusão" em relação às esferas da produção material que são constituídas por: a indústria extrativa, a agricultura, a manufatura e a indústria de locomoção (transporte de pessoas ou mercadorias) (ver MARX, 1987, p. 405) e, ainda, as comunicações (ver MARX, 1970, p. 56).

²⁶⁰ Nagels esmiúça a questão, tomando "todas" as funções em uma empresa e discriminando o caráter de cada qual; Mandel traz alguns exemplos; Singer oferece uma síntese interessante: "Dentro das empresas, a administração da produção, na medida em que ela não contribui tecnicamente para o processo produtivo, mas apenas visa elevar a taxa de mais-valia, é improdutiva em si", embora, necessária, pois, "de sua eficiência, em boa medida, depende a produtividade do trabalho produtivo" (SINGER, 1981, p. 129). Diversa é a posição de Rubin.

Ela pode ser de dois tipos: "resulta em mercadorias que existem isoladamente em relação ao produtor" ou "a produção é inseparável do ato de produzir" (ver MARX, 1987, p. 403-404 e MARX, 1978, p. 79-80).²⁶¹ Finalmente, tomemos o que Marx chama de serviço: este "não é, em geral, senão uma expressão para o *valor de uso particular* do trabalho, na medida em que este não é útil como coisa, mas como atividade" (MARX, 1978, p. 78). Portanto, produção não material e serviço não são sinônimos, embora haja produção não material que são serviços.²⁶²

Quanto à produção não material, de maneira geral, Marx acredita que a subordinação do trabalho ao capital é meramente formal (primeiro tipo), ou pode ser negligenciada dado o seu caráter insignificante (segundo tipo).

Singer aponta dois nós que teriam amarrado as reflexões de Marx a respeito. Primeiro, o fato de "a produção imaterial" não ser "facilmente

²⁶¹ Ressaltemos que o problema para Marx reside em como considerar a "presença do capitalismo no domínio da produção imaterial" (MARX, 1987, p. 403), ou seja, "quando a produção imaterial se dedica apenas à troca, isto é, produz *mercadoria*" (MARX, 1987, p. 403 e MARX, 1978, p. 79).

²⁶² Singer pensa de modo diferente. Para ele há identidade entre produção imaterial e serviço: "A produção dos transportes, assim como a do armazenamento e de outros processos de produção que prosseguem na circulação é irrecusavelmente imaterial [isto é, incorpórea], pois não se objetiva num bem, mas num serviço" (SINGER, 1981, p. 126), identidade que remete à noção de Terciário (ver SINGER, s.d., p. 128-135 e OLIVEIRA, s.d., p. 140-168).

Concordamos que tanto o trabalho empregado nos transportes, quanto o empregado na estocagem (e em outros processos de produção que seguem na circulação) são serviços, posto que não redundam em um produto novo. Discordamos, no entanto, de que, nesses casos, se trate de produção imaterial: trata-se de atividades que, embora não redundem em coisas, estão diretamente relacionadas à produção material (Marx é explícito ao afirmar que os transportes são um ramo da produção material; e trata dos custos de produção que seguem na circulação como custos de produção da mercadoria). Concordamos, como se verá adiante, que estes são serviços produtivos.

E já aqui antecipamos: o trabalho empregado pelo capital na esfera da circulação pura constitui-se em serviços. Nesse caso, também, a noção de produção imaterial não se aplica, visto que se trata de atividades que não estão voltadas para a produção em qualquer sentido (trata-se de trabalho empregado na circulação). Estes são, conforme afirma Singer, serviços improdutivos (discussão que tomaremos adiante).

Respondemos, então a duas das questões que levantamos no início: a produção não material não se restringe aos serviços e os serviços não se restringem à produção não material.

Respondemos, antecipando as considerações sobre os livros II e III, a outra das questões que formulamos: há serviços produtivos e serviços são improdutivos.

explorada pelo capital", dada a "'natureza da coisa'" (SINGER, 1981, p. 116):²⁶³

"É provável que Marx assim pensasse por supor que o capital não poderia revolucionar a técnica da produção imaterial e portanto realmente subordiná-la, desenvolvendo suas forças produtivas. De fato, o caráter de grande parte dos serviços – principalmente dos que têm os seres humanos como objeto, como p. ex. a educação e a medicina – enquanto atividade concreta, não se presta ao que Marx chama de 'modo especificamente capitalista de produção'. Segundo Marx, a subordinação real do trabalho ao capital implica um desenvolvimento das forças produtivas que permite a desvalorização da força de trabalho e, portanto, a produção de *mais-valia relativa*. Dada a dificuldade de padronizar o objeto de trabalho, torna-se difícil revolucionar a técnica de produção de tais serviços. Neste sentido, a subordinação deste tipo de trabalho ao capital seria meramente formal, o que impediria a sua definitiva incorporação ao modo de produção capitalista" (*Ibid.*, p. 116-117).²⁶⁴

Segundo, por conta da própria concepção de mercadoria em Marx e o dilema que ela envolve:

"Marx, em sua análise do pensamento smithiano, está o tempo todo preocupado com a inadequação dos serviços como atividades que possam produzir mercadorias e que portanto possam ser exploradas pelo capital. Esta preocupação se origina do seguinte conceito de mercadoria, que ele propõe ao longo de suas reflexões sobre o tema: '*Mercadoria* – ao contrário da força de trabalho mesma – é um objeto material que se antepõe ao homem, tendo certa utilidade para ele e onde certa quantidade de trabalho está fixada, materializada'. Por outro lado, Marx reafirma constantemente que a determinação da mercadoria é social e não decorre da forma material ou imaterial que ela assume. 'A materialização etc. do

²⁶³ Para expressão que se acha entre aspas no texto de Singer, ver MARX, 1978, p. 78.

²⁶⁴ O que, acrescenta Singer, "a evolução dos últimos 100 anos" desmentiria: "há que registrar a verdadeira industrialização de certos serviços como as comunicações, certas artes performáticas como através do cinema e da televisão e certos serviços pessoais como a hotelaria, o transporte de passageiros, etc." – em que "a subordinação real do trabalho ao capital" é "evidente" (ver *Ibid.*, p. 117).

trabalho não é, porém, para ser tomada de forma tão escocesa [isto é, estrita] como o faz A. Smith. Quando falamos da mercadoria como materialização do trabalho – no sentido do seu valor de troca – esta só é uma forma pensada [...] de existência da mercadoria, isto é, uma forma apenas social, que nada tem a ver com sua realidade corpórea; ela é representada como determinado "quantum" de trabalho social ou dinheiro" (*Ibid.*, p. 115).²⁶⁵

Mesmo tendo feito essa restrição, prossegue Singer, "volta Marx ao ponto anterior":

"Porém continua certo que a mercadoria aparece como trabalho passado, objetivado; portanto, quando ela não aparece sob a forma de objeto, ela só pode aparecer sob a forma de força de trabalho'. Portanto, com exceção da força de trabalho (única mercadoria não produzida por capitalistas), todas as demais têm que se corporificar em objetos materiais. Sente-se que Marx está obviamente discutindo consigo próprio ao longo de quase todo o 1º Volume das *Teorias sobre a Mais-valia*" (*Id.*).²⁶⁶

E termina este volume "aderindo a Smith", ao agregar à determinação principal, uma "segunda determinação lateral" – a de que "o trabalhador *produtivo*, isto é, o trabalhador que produz capital, [é aquele cujo] trabalho se realiza em *mercadorias*, em *riqueza material*" –, "diferente da primeira, que permanece, contudo, a principal e decisiva" (*Id.*).²⁶⁷

Esse quadro ajuda-nos a pensar a produção não material que se materializa em uma "coisa". Desde que o trabalho esteja *realmente* (e não apenas formalmente) subordinado ao capital, trata-se de trabalho produtivo, porque este "abrange (com exceção do trabalho que forma a própria força de trabalho) toda a riqueza material e intelectual existente na forma de coisa – carne e também livros –" (MARX, 1987, p. 152).

²⁶⁵ Para as passagens transcritas por Singer ver Marx, 1987, respectivamente, p. 132 e p. 151 (O primeiro par de colchetes é de Singer, o segundo, nosso).

²⁶⁶ Citação que corresponde a MARX, 1987, p. 151.

²⁶⁷ Citação que corresponde a MARX, 1987, p. 403.

Permite-nos, ainda, tomar a produção não material que "é inseparável do ato de produzir" (que são, pois, serviços), questão que é, a nosso ver, a mais complicada. Voltemos a Singer:

"Não há dúvida de que Marx considerava apenas produtivo o trabalho que, no capitalismo produz mais-valia. Em muitas passagens ele afirma e reafirma que, para tanto, basta que o produtor trabalhe para um capitalista, não importando o conteúdo material da atividade. Nestas passagens, a cozinheira que trabalha num hotel e a cantora que trabalha para um empresário surgem quase sempre como exemplos de trabalho produtivo ainda que imaterial. No 1.º volume de *O Capital* (14.º capítulo) seu único *texto acabado* onde, ao que sabemos, ele tratou do tema, Marx dá como exemplo de trabalhador produtivo o mestre-escola 'se ele não apenas trabalha as cabeças das crianças mas também se esfalfa para enriquecer o empresário'. Por aí poder-se-ia concluir que, no final de contas, Marx [...] defin[e] como produtivos os serviços organizados capitalisticamente" (SINGER, 1981, p. 124)²⁶⁸.

Ainda que muitos autores marxistas sustentem esta opinião, a nossa é diversa, posto que não basta o trabalho ser explorado pelo capital para ser trabalho produtivo (como Marx demonstra nos livros II e III de *O Capital* e antecipa no "capítulo VI (inédito)").

Consideramos os serviços relativos às áreas de educação, medicina, arbitragem dos conflitos, segurança, serviço social,..., falsos custos de produção: "serviços improdutivos, porém necessários da produção", cujo "sustento constitui sempre uma dedução do lucro" (SINGER, 1981, p. 131).²⁶⁹ É possível que sejam explorados capitalisticamente. Nesse caso, estenderíamos a eles a argumentação de Marx no livro III: esses serviços seriam improdutivos para o capital global, ainda que possam ser produtivos para o capitalista individual (que os explora), na medida em que possibilitam que este participe da mais-

²⁶⁸ Citação que se encontra em MARX, 1971, p. 584.

²⁶⁹ É possível que esses sejam explorados capitalisticamente. Nesse caso, esses serviços seriam improdutivos para o capital global, ainda que possam ser produtivos para o capitalista individual, na medida em que possibilita que este participe da mais-valia.

valia.²⁷⁰

Do ponto de vista da produção resta considerar aquela que se processa sob relações de produção pré-capitalistas: o trabalho de artesãos, camponeses,... Acreditamos que Marx considera que a estes trabalhadores – embora produzam mercadorias e que as destinem à troca – a distinção não se aplica; em outros termos, do ponto de vista do capital, trata-se de trabalho que não é nem produtivo, nem improdutivo.²⁷¹

Cabe, agora, considerar o trabalho empregado pelo capital na esfera da circulação. No livro II de *O capital*, Marx (MARX, 1970) aponta os "três estádios" por que o capital passa no ciclo de sua reprodução: capital-dinheiro, capital produtivo, capital-mercadoria – o primeiro e o terceiro correspondendo aos estádios de circulação do capital; o segundo, ao de produção do capital. E define o que entende por capital industrial:

"O capital que no decurso de todo o seu ciclo ora assume ora abandona essas formas [capital-dinheiro, capital-mercadoria e capital produtivo], executando através de cada uma delas a função correspondente, é o *capital-industrial*, industrial aqui no sentido de abranger todo ramo de produção explorado segundo o modo capitalista" (*Ibid.*, p. 53).

Sublinha a especificidade do capital na fase de produção: só nesse estágio dá-se a produção de mais-valia (ver *Ibid.*, p. 27); e diferencia-o do capital na fase de circulação – capital-dinheiro e capital-mercadoria –, "formas de funcionamento que o capital industrial ora assume ora abandona na esfera da circulação", formas de funcionamento necessárias ao processo de produção e reprodução do capital, posto que este precisa, por um lado, comprar meios de produção e força de trabalho para levar a

²⁷⁰ Esta posição está longe de ser consensual. O caráter do trabalho relativo à produção imaterial é seguramente o mais controverso de todos, em função, do próprio texto de Marx.

²⁷¹ Não custa lembrar que, para Napoleoni, trata-se de trabalhadores improdutivos (de fato, mas não em princípio) e que Nagels os considera como trabalhadores produtivos (já que, ao que nos parece, ao tomar, para circunscrever a categoria, o que chama de "aspecto bidimensional", privilegia as "forças produtivas" em detrimento das "relações de produção"); Rubin e Mandel afirmam que a eles a distinção não se aplica.

efeito a produção e, por outro, vender o produto com valor acrescido, realizar a mais-valia.

Considera, a seguir, tomando a totalidade da produção social, o "capital-dinheiro, capital-mercadoria e capital produtivo [...] [enquanto] espécies autônomas de capital, cujas funções estão ligadas ao conteúdo de ramos de atividade igualmente autônomos e separados uns dos outros": quando estes "funcionam como veículo de um ramo específico, ao lado do capital industrial", não passam de "modos de existência que a divisão social do trabalho tornou autônomas"; modos de existência do capital em que este tem por função apropriar-se da mais-valia, mas não a cria (ver *Ibid*, p. 57.).

Se o capital na esfera da circulação – capital-dinheiro e capital-mercadoria, seja enquanto fases do ciclo de um único capital industrial, seja enquanto veículo de ramos específicos da totalidade da produção social – não cria mais-valia, o trabalho que comanda é trabalho improdutivo.

Posto isto, debruça-se sobre os "custos de circulação" (*Ibid.*, p. 132-155), não sem antes marcar uma diferença essencial: aquela que separa os "custos que resultam da simples modificação formal do valor" (custos de "circulação pura") dos "custos que resultam dos processos de produção no seio da circulação".

Os primeiros são improdutivos; e o são porque "decorrem apenas da mudança de forma da mercadoria": nessa medida, "não acrescentam a esta valor" (*Ibid.*, p. 152). Trata-se, tão só de "custos para realizar o valor" (*Id.*); "o capital despendido nesses custos (inclusive o trabalho que ele comanda) pertence aos custos improdutivos necessários da produção capitalista" (*Id.*) e seu reembolso constitui-se, "para a classe capitalista em seu conjunto, [em] um desconto na mais-valia ou no produto excedente" (*Id.*). Dentre esses, destaca os custos relativos à *compra e venda*, à *contabilidade* e à *produção de dinheiro*.

Começemos pelos primeiros custos de circulação pura de que Marx trata: os relativos à compra e venda. Ainda que "elemento necessário do

processo de produção capitalista em sua totalidade", pois "o tempo de circulação constitui parte do tempo de reprodução do capital" (MARX, 1974, p. 133), o tempo de trabalho despendido na compra e venda não cria valor; daí, o trabalho empregado pelo capital para a consecução dessas atividades não se constitui em trabalho produtivo:

"as mercadorias são compradas e vendidas por seu valor, e agora trata-se apenas de converter o mesmo valor de uma forma em outra, da forma mercadoria na forma dinheiro e da forma dinheiro na forma mercadoria., havendo apenas mudança de estado. Se as mercadorias são vendidas pelo seu valor, a grandeza deste permanece inalterada nas mãos do comprador ou nas do vendedor; muda apenas a forma de existência do valor. Se as mercadorias não são vendidas por seu valor, permanece inalterada a soma dos valores movimentados; o que é (+) de um lado é (-) do outro" (*Id.*).

As "metamorfoses M – D e D – M são atos de comércio praticados por comprador e vendedor" (*Id.*), demandam tempo de trabalho, mas constituem-se tão só em mudança de forma. Esta custa "tempo e força de trabalho", "não para criar valor", mas para "efetuar a conversão de uma forma do valor em outra" (*Id.*); tempo que é descontado do tempo de produção. E ainda que, com o desenvolvimento do modo capitalista, essas atividades sejam exploradas por capitalistas individuais distintos dos produtores (os comerciantes), o trabalho permanece improdutivo, posto que

"se uma função, em si mesma improdutivo, embora necessária à reprodução, se transforma, com a divisão do trabalho, de uma função acessória de muitos em tarefa exclusiva, especializada de poucos, não muda ela, com isso, de caráter" (*Ibid.*, p. 134).

Marx estende aos custos relativos à contabilidade e ao trabalho aí empregado os mesmos argumentos de que se vale para caracterizar os custos de compra e venda. Primeiro explicita no que consiste a contabilidade:

"Unidade de seus próprios ciclos, valor em movimento, na esfera da produção ou nas duas fases da circulação, o capital existe apenas idealmente na figura do dinheiro de conta, antes de mais

nada na cabeça do produtor de mercadorias, do produtor capitalista de mercadorias. Registra-se e controla-se esse movimento com a contabilidade que abrange também a fixação ou o cálculo do preço das mercadorias. Desse modo, recebe uma representação simbólica o movimento da produção e notadamente o da valorização em que as mercadorias constituem apenas veículos de valor, nomes de coisas cuja existência ideal como valor é fixada em dinheiro de conta" (*Ibid.*, p. 137).

Para afirmar, a seguir que essa função

"e os correspondentes meios de trabalho utilizados, como papel etc., representam dispêndio adicional de tempo de trabalho e de meios de trabalho, dispêndio necessário mas que reduz o tempo que pode ser empregado produtivamente e os meios de trabalho que funcionam efetivamente no processo de produção, na criação de produto e de valor" (*Id.*).

Trata-se de custo necessário, no entanto, improdutivo do processo de reprodução do capital, e que se repõe com "um desconto que se faz do produto total" (*Id.*). Como o trabalho despendido nessa atividade não gera produto, nem valor, nem mais-valia, trata-se de trabalho improdutivo, esteja ele no escritório "do produtor capitalista de mercadorias" (*Id.*), ou, destacado "dentro do processo de produção de grande escala como função de um capitalista apenas" (*Id.*).

"A divisão do trabalho, ao tornar autônoma uma função, não faz dela criadora de produto e de valor, se já não o era antes de tornar-se independente. [...] Essa parte do capital [aquela gasta com a compra da força de trabalho e os meios de produção] é subtraída ao processo de produção e entra nos custos de circulação, nas deduções que se fazem ao produto global (inclusive a própria força de trabalho empregada exclusivamente nessa função)" (*Ibid.*, p. 138).

Por último, cuida dos custos relativos à produção de moeda metálica. Como "quando predomina a produção capitalista, a mercadoria se torna a figura geral do produto" (*Ibid.*, p. 139) e por ter "a mercadoria de assumir a forma dinheiro" (*Id.*), algumas mercadorias passam "a funcionar como dinheiro" (*Id.*). Estas, no entanto,

"não entram no consumo individual nem no produtivo. É trabalho social fixado numa forma em que funciona como simples máquina de circulação. Além de parte da riqueza social ficar presa a essa forma improdutiva, o desgaste do dinheiro exige reposição contínua ou conversão de mais trabalho social, sob a forma de produtos, em mais ouro e prata" (*Id.*).

E, enquanto,

"mercadorias-dinheiro, constituem para a sociedade custos de circulação oriundos apenas da forma social da produção. São custos improdutivos da produção de mercadorias que crescem com o desenvolvimento da produção de mercadorias e especialmente da produção capitalista. É parte da riqueza social, que tem de ser sacrificada ao processo de circulação" (*Id.*).

O dinheiro, considerados os dois pontos em que se apresenta na circulação do capital – isto é, seja enquanto meio de circulação, seja enquanto valor realizado do capital –, é parte dos custos de circulação, "na medida em que ele mesmo é tempo de trabalho empregado, de um lado para abreviar o tempo de circulação, e de outro para representar um elemento qualitativo da circulação, a reconversão do capital em si em valor para si". Quer em um caso, quer no outro, "o dinheiro não aumenta o valor". Para representar o valor, "[o dinheiro] é uma forma que contém custos – custa tempo de trabalho e, portanto, reduz a mais-valia"; enquanto mecanismo que "abrevia o tempo de circulação", "[o dinheiro] custa trabalho e é produto do trabalho", portanto, "representa para o capital *faux frais* [falsos custos] de produção" (ver MARX, 1973, p. 192-193).

Consideremos, agora, os custos relativos à *conservação das mercadorias* (formação de estoques) e ao *transporte*, custos que se originam em "processos de produção que prosseguem na circulação, ficando o caráter produtivo dissimulado pela forma circulatória" (*Ibid.*, p. 140); o capital, nessas atividades despendido, é capital produtivo (ou capital na esfera da produção): portanto, o trabalho que este comanda é trabalho produtivo. Marx é explícito: este trabalho não é produtivo porque

produz novos valores (de uso), mas porque conserva ou mantém os valores de uso já existentes – nessa medida, e precisamente por isso, aumenta o valor de troca das mercadorias –. Marx, ao discutir os "custos de produção que prosseguem na circulação", acentua a relação entre valor de uso e valor de troca (e trabalho produtivo): sem a preservação do valor-de-uso, o valor de troca não se realiza. Nos seus termos:

"A forma de existência das mercadorias, sua vida como valores-de-uso, traça determinados limites à circulação do capital mercadoria [...]. Por natureza elas são perecíveis. Se, de acordo com sua destinação não forem objeto de consumo individual ou produtivo, em outras palavras, se não forem vendidas a tempo, estragar-se-ão e perderão com seu valor-de-uso a propriedade de serem portadoras de valor-de-troca. Perde-se o valor-capital nelas contido junto com o correspondente acréscimo de mais-valia" (*Ibid.*, p. 131).

Tomemos, em primeiro lugar, a estocagem. Ao tratar dos custos relativos à formação de estoques, Marx deixa claro que estes elevam o valor (de troca) das mercadorias, na medida em que conservam seu valor-de-uso:

"durante a estocagem, o valor das mercadorias só é conservado ou aumentado porque o valor-de-uso, o próprio produto, é colocado em determinadas condições materiais que exigem dispêndio de capital, e é submetido a operações em que trabalho adicional atua sobre os valores-de-uso" (*Ibid.*, p. 142).

Assim,

"embora supondo-se que os custos de formação de estoques (involuntária no caso) decorram apenas de demora na conversão de forma e da necessidade dessa conversão, [...] sua finalidade [...] [consiste em] a manutenção do valor que existe na mercadoria, como produto, valor-de-uso, e que por conseguinte só pode manter-se com a conservação do produto, do valor-de-uso. Neste caso, o valor-de-uso não aumenta; ao contrário, diminui. Mas, limita-se a diminuição e ele se conserva. Nessas circunstâncias, também não acresce o valor adiantado, existente na mercadoria. Há, entretanto, acréscimo de novo trabalho, tanto materializado quanto vivo" (*Ibid.*,

p. 142-143).

Trata-se, pois, de trabalho vivo que, posto que necessário à manutenção da mercadoria e à conservação de seu valor-de-uso, é trabalho produtivo.

Marx distingue, no entanto, dois tipos de formação de estoques de mercadorias (considerada a produção capitalista): a formação involuntária e a formação voluntária de estoques; distinção, *aparentemente* irrelevante, que se faz, do ponto de vista analítico, necessária. Ainda que ambas se constituam em uma interrupção na circulação, a primeira "decorre de, ou é idêntica a, uma parada na circulação, a qual independe do conhecimento do produtor e se antepõe a seus projetos" (*Ibid.*, p. 149); a segunda ocorre quando o vendedor intencionalmente "subtrai [o produto] à venda" (*Id.*), nesse caso, o produto é um a "elemento potencial e não efetivo do estoque de mercadorias" (*Id.*). A primeira "assegura a permanência e a continuidade do processo de circulação e, por conseqüência, do processo de reprodução que abrange o processo de circulação" (*Ibid.*, p.150) – é, pois, uma necessidade desse processo de reprodução – e seus custos entram no valor das mercadorias. Quanto à segunda, "se [...] as mercadorias se detêm nos depósitos de circulação, não cedendo lugar à onda da produção que vem depois" (*Id.*), então, "o estoque de mercadorias não é condição da venda ininterrupta, mas conseqüência da impossibilidade de vender as mercadorias" (*Ibid.*, p. 151). Nessa situação, "prosseguem os mesmos custos [...] [que, porém,] não entram no valor da mercadoria, mas representam descontos, perda de valor na realização do valor" (*Id.*); e não importa se "essa parada ocorr[e] nos armazéns do capitalista industrial ou nos do comerciante" (*Id.*). Em decorrência, caso se trate da formação involuntária de estoques, o trabalho é produtivo; caso se trate da formação voluntária de estoques o trabalho é improdutivo.

Quanto aos transportes ("de mercadorias e de pessoas"), Marx os classifica, ao lado das "comunicações" ("transmissão de notícias, serviço

postal, etc."), como um "ramo industrial autônomo" (*Ibid.*, p. 55)²⁷²; vale dizer, o capital neles investido é capital produtivo e o trabalho que este emprega, trabalho produtivo.

Consideremos, como Marx o faz, a questão do ponto de vista mais geral. Os transportes não criam nenhum produto novo: o produto da indústria dos transportes é apenas a mudança de lugar, seja de homens ou de coisas; seu "efeito útil só pode ser usufruído durante o processo de produção" (*Ibid.*, p. 56); ele "não existe como objeto de uso diverso desse processo, objeto que [...] circulasse como mercadoria" (*Id.*). Apesar disso, tal qual um objeto material que é mercadoria, o produto da indústria de transporte possui valor-de-uso ("efeito útil") e valor-de-troca. Por um lado, do ponto de vista do consumo, o comportamento de seu efeito útil é idêntico ao das demais mercadorias: se consumido individualmente, desaparece com o consumo (*Id.*); se consumido produtivamente, "seu valor se transfere à mercadoria como valor adicional" (*Id.*). Por outro, seu valor-de-troca é determinado, como o de qualquer outra mercadoria, "pelo valor dos elementos de produção [...] consumidos para obtê-lo mais a mais-valia gerada pelo trabalho excedente dos trabalhadores empregados na indústria" (*Id.*).

Como já se disse, esse raciocínio é extremamente geral: aplica-se tanto ao transporte de mercadorias quanto ao de pessoas²⁷³. Tendo afirmado que o trabalho na "indústria de locomoção" é produtivo, Marx se vale de argumentos *específicos* diferentes ao tomar cada qual em separado.

O trabalho empregado no transporte de mercadorias é produtivo, primeiro, porque, "o valor-de-uso das coisas só se realiza com seu

²⁷² Marx trata cuidadosamente dos transportes, mas não desenvolve argumentos sobre as comunicações. Marx aponta o setor de transportes (de mercadorias e pessoas) e de comunicações como produtivo no capítulo I do livro II; e centra seus argumentos nos transportes, em termos globais (MARX, 1970, p. 55-56). Aponta o setor de transportes (novamente de mercadorias e pessoas) como produtivo no décimo segundo aditamento de *Teorias da mais-valia* (MARX, 1987, p. 405-406), trata de cada um dos dois casos em separado, e não toca do setor de comunicações. Finalmente, no capítulo VI do livro II, no item destinado aos custos dos transportes (MARX, 1970, p. 152-155), cuida apenas do transporte de mercadorias (sem mencionar o de pessoas).

²⁷³ E, em nosso entender, estende-se ao ramo de comunicações.

consumo, e esse consumo pode tornar necessário o deslocamento delas, o processo adicional de produção da indústria de transporte" (*Ibid.*, p. 153). Segundo, porque "o capital produtivo nela aplicado acrescenta valor aos produtos transportados, formado pela transferência de valor dos meios de transporte e pelo valor adicional criado pelo trabalho de transporte" (*Id.*) e "o trabalho se corporifica na mercadoria, embora não tenha deixado traço visível em seu valor de uso" (MARX, 1987, p. 406). Terceiro, porque "este valor adicional se divide, como em toda produção capitalista, em reposição de salário e em mais-valia" (MARX, 1970, p. 153). Enfim, neste caso, o trabalho é produtivo porque altera o valor de uso, e, em decorrência, o valor de troca da mercadoria.

Ao considerar o transporte de pessoas, o trabalho é produtivo devido à forma social determinada sob a qual se processa: ainda que não altere o valor de uso de uma "coisa", valoriza o capital – ao contrário do que ocorre com "o trabalho que produz serviços pessoais".

“Quanto ao transporte de pessoas, temos aí apenas *serviço* que lhes é prestado pelo empresário. Mas, a relação entre comprador e vendedor desse *serviço* nada tem a ver com a relação entre os trabalhadores produtivos e o capital, como tampouco o tem a relação entre vendedor e comprador de fio” (MARX, 1987, p. 405).

Finalmente, resta considerar os custos relativos à distribuição de mercadorias. Ainda que Marx não trate deles no capítulo VI do livro II, fornece indicações, no livro III, que nos permitem classificá-los "como custos de produção que prosseguem na circulação"²⁷⁴; em decorrência, como produtivo o trabalho nela despendido.²⁷⁵

Antes de encerrar o livro II, cabe tecer um breve comentário. O trabalho empregado nas atividades relativas aos custos de produção que prosseguem na circulação – estocagem (involuntária), transportes (de mercadorias e passageiros), comunicações e distribuição – são serviços,

²⁷⁴ "a indústria dos transportes, a conservação e a distribuição das mercadorias em forma adequada ao consumo [devem] ser consideradas processos de produção, que se prolongam no processo de circulação" (MARX, 1974, p. 310).

²⁷⁵ Não custa lembrar o complicador que daí decorre: o hibridismo que caracteriza o segundo ciclo da circulação do capital (M – D) – ao mesmo tempo setor comercial e setor de distribuição (Ver RUBIN, 1980, p. 289-291 e NAGELS, 1975, p. 240-244).

serviços produtivos. O trabalho despendido nas atividades de circulação pura (compra e venda e contabilidade) são também serviços, mas, improdutivo.

No livro III, Marx retoma de modo detalhado uma diferença importante: distingue, analiticamente, o capital global dos capitais particulares. No que tange ao nível mais geral, Marx considera, como o fizera no livro II, que só o trabalho contratado pelo capital na esfera da produção (capital produtivo) é trabalho produtivo. No que respeita aos capitais particulares, valer dizer, considerada a divisão intra-capital, traz um elemento novo à discussão: o trabalho contratado pelo capital mercantil, *ainda que não seja produtivo do ponto de vista do capital global*, é produtivo para este, e somente este, capital. E o é porque, a despeito de não produzir valor nem mais-valor, "concorre para diminuir os custos de realização da mais-valia, efetuando, em parte, trabalho realizado não pago" (MARX, 1974, p. 345).

BIBLIOGRAFIA

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho?* : ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 4ª ed. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1997.

_____. *Os sentidos do trabalho*: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.

_____. *O caracol e sua concha*: ensaios sobre a morfologia do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2005.

BELUCHE, Olmedo. Os trabalhadores do estado e a teoria marxista das classes sociais. *Marxismo vivo*, p. 113-122, nov. 2002.

COMITÊ TÉCNICO DE EDITORAÇÃO. *Manual para elaboração e normalização de dissertações e teses*. 2ª ed. Rio de Janeiro: UFRJ/Sistema de Bibliotecas e Informação, 2001.

DUSSEL, Enrique. *Hacia a un Marx desconocido*: un comentario de los manuscritos del 61-63. 1ª ed. México D.F.: Siglo XXI; México D.F.: Universidad Autónoma Metropolitana, 1988.

_____. *El último Marx y la liberación latinoamericana*: un comentario a la tercera y a la cuarta redacción de "El capital". 1ª ed. México D.F.: Siglo XXI, 1990.

ENGELS, Friedrich. Prefácio. In: MARX, Karl. *O capital*: crítica da economia política. Livro II. Vol. III. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970, p. 1-19.

_____. Prefácio. In: MARX, Karl. *O capital*: crítica da economia política. Livro III. Vol. IV. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974, p. 3-24.

ERNEST Mandel. Disponível em <http://www.en.wikipedia.org>. Acesso em 20 de agosto de 2006.

ERNEST Mandel. Disponível em <http://www.eumed.net>. Acesso em 20 de agosto de 2006.

ERNEST Mandel. Disponível em <http://www.marxists.org>. Acesso em 20 de agosto de 2006.

ERNEST Mandel. Disponível em <http://www.expersts.about.org>. Acesso em 20 de agosto de 2006.

ISAAK Illich Rubin. Disponível em <http://www.en.wikipedia.org>. Acesso em 22 de agosto de 2006.

ISAAK Illich Rubin. Disponível em <http://www.marxists.org>. Acesso em 22 de agosto de 2006

MARX, Karl. *Contribuição para a crítica da economia política*. 3ª ed. Lisboa: Estampa, 1974.

_____. *O capital: crítica da economia política*. Livro I. VOL.I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

_____. *O capital: crítica da economia política*. Livro I. Vol. II. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

_____. *O capital: crítica da economia política*. Livro II. Vol. III. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

_____. *O capital: crítica da economia política*. Livro III. Vol. IV. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974.

_____. *O capital: crítica da economia política*. Livro III. Vol. V. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974.

_____. *O capital: crítica da economia política*. Vol. I. Tomo I. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

_____. *O capital: crítica da economia política*. Vol. III. Tomo I. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

_____. *O capital* livro I. capítulo VI (inédito). 1ª ed. São Paulo: Ciências Humanas, 1978.

_____. *Teorias da mais-valia: história crítica do pensamento econômico*. Vol. I. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1987.

_____. *Teorias da mais-valia: história crítica do pensamento econômico*. Vol. III. São Paulo: DIFEL, 1985.

_____. *Elementos fundamentales para la crítica de la economía política* (borrador) 1857-1858. Vol. 1. Buenos Aires: Siglo XXI Argentina Editores, 1971.

_____. *Elementos fundamentales para la crítica de la economía política* (borrador) 1857-1858. Vol. 2. 4ª ed. Buenos Aires: Siglo XXI, 1973.

_____. *Trabalho assalariado e capital* In MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *Textos 3*. São Paulo: Edições Sociais, 1977, p. 60-82.

MANDEL, Ernest. *"El capital": cien años de controversias en torno de la obra de Karl Marx*. 2ª ed. México DF: Siglo XXI, 1998.

_____ . *Tratado de Economía marxista*. Tomo. I. México DF: Era, s.d.

NAGELS, Jacques. *Trabalho produtivo e trabalho improdutivo na evolução do pensamento marxista*. Vol. I. Lisboa: Prelo, 1975.

_____ . *Trabalho produtivo e trabalho improdutivo na evolução do pensamento marxista*. Vol. II. Lisboa: Prelo, 1979.

NAPOLEONI, Cláudio. *Lições sobre o capítulo VI (inédito) de Marx*. São Paulo: Ciências Humanas, 1981.

_____ . *O pensamento econômico do século XX*. São Paulo: Círculo do Livro, s.d.

_____ . *Smith, Ricardo, Marx*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

OLIVEIRA, Francisco de. O terciário e a divisão social do trabalho. *Estudos Cebrap 24*. São Paulo: Edições Cebrap, p. 137-168, s.d.

ROSDOLSKY, Roman. *Gênese e estrutura de O capital de Karl Marx*. Rio de Janeiro: Eduerj; Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

RUBIN, Isaac Illich. *A teoria marxista do valor*. São Paulo: Brasiliense, 1980.

_____ . *Ensayos sobre la teoría marxista del valor*. Pasado y Presente: Buenos Aires, 1974 (Cuadernos de pasado y presente n° 53).

SINGER, Paul. Apresentação. In: MANDEL, Ernest. *O capitalismo tardio*. 2ª ed. São Paulo: Nova Cultural, 1995 (Os economistas), p. VII-XIII.

_____ . Trabalho produtivo e excedente. *Revista de Economia Política*, vol. 1, n° 1, p. 101-131, janeiro/março, 1981.

_____ . A economia dos serviços. *Estudos Cebrap 24*. São Paulo: Edições Cebrap, p. 128-135, s.d.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)